

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL  
LINHA DE PESQUISA: SUJEITOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL

**Estela Saléh da Cunha**

**“VELHICES”**

**Múltiplas faces de um processo socialmente construído.**

Juiz de Fora

2008

**Estela Saléh da Cunha**

**“VELHICES”**

**Múltiplas faces de um processo socialmente construído.**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora na Linha de Pesquisa “Sujeitos Sociais e Serviço Social”, como requisito à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Dr<sup>a</sup> Carina Berta Moljo.

Juiz de Fora

2008

**Título da Dissertação:**

**“Velhices: Múltiplas faces de um processo socialmente construído.”**

**Nome do aluno:**

Estela Saléh da Cunha

**Orientadora:**

Carina Berta Moljo

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

**Aprovada em 08 de agosto de 2008**

---

Dra. Maria Carmelita Yazbek  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

---

Dra. Lêda Maria Leal de Oliveira  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Dra. Carina Berta Moljo  
Universidade Federal de Juiz de Fora

*Dedico este trabalho aos que acreditam que uma sociedade para todas as idades não é apenas um sonho, mas uma realidade que precisa ser construída por todos nós, sujeitos do tempo presente, portadores das histórias do passado e arquitetos do futuro...*

*E de maneira especial aos que compartilharam comigo suas belas e ricas histórias!*

## AGRADECIMENTOS

Esta não é uma tarefa fácil, visto que, durante este tempo de construção dos meus conhecimentos, foram tantas e tão valiosas contribuições que transcrevê-las aqui se torna uma tarefa minuciosa, no entanto, bastante agradável. Vamos a ela:

Aos meus pais, **Juarez Barbosa da Cunha** e **Maria Cilene Saléh da Cunha**, pelos mais preciosos conhecimentos por mim adquiridos, por terem me ensinado que as pessoas valem pelo o que elas são e não pelos títulos e posses que têm;

À **Bia** e a **Gogóia**, minhas “irmãs”, que compartilharam comigo, no dia-a-dia, as dificuldades e os avanços da dolorosa e prazerosa tarefa do amadurecimento intelectual;

Ao meu irmão, **Gustavo José**, que muitas vezes me escudou e que se deliciou com algumas das belas histórias contadas pelos narradores desta dissertação. Jamais esquecerei seu choro de tanto rir...

Ao tio **Pe. Elias** que, como ninguém, soube depositar em mim a certeza de um bom trabalho intelectual, respeitar e compreender minhas muitas ausências;

Aos **meus avós** genealógicos – Elias, Aurora, José Quirino e Anita – e aos “escolhidos” – Wagnelina, Nazaré e João – que com certeza são responsáveis por grande parte das reflexões contidas aqui. Obrigada, aos que eu tive oportunidade de conviver, e à vovó Aurora, que esteve presente na minha trajetória pelas belas lembranças da minha mãe;

Às tias **Dalma** e **Cidália**, que me ensinam o valor da experiência e de se ter “histórias”...

À **Janaína**, amiga de todas as horas e emoções, e à **Fernanda** que literalmente participou da construção desta dissertação, o meu agradecimento especial por me ajudarem a construir a minha história;

Ao **Pedro Eurico**, que renovava minhas forças com seus muitos sorrisos e carinhos. Amo você!

Aos “primãos” **Elisa** e **Felipe**, pelas pequenas grades ajudas! E à “dinda” **Raquel** que, embora tenha ficado muitas vezes brava comigo, também soube me dar força;

À **Dani**, pelos muitos “puxões de orelha” nos meus momentos de dúvida, e também pelo seu carinho;

À professora e amiga **Verônica** a quem admiro por sua sabedoria, transparência e sensibilidade e que não só abriu as portas da Universidade para mim, como tem me ensinado a sobreviver dentro dela;

À **Cláudia Mônica** a quem admiro desde o nosso primeiro contato como professora e aluna, obrigada pelo seu carinho e muitos incentivos;

À amiga **Josi Delgado**, por cada um dos seus muitos ensinamentos. Desculpe-me pelas apropriações, mas, com o perdão concedido por Ecléa Bosi, “as suas reflexões calharam tão bem em meu estado de alma, foram por mim assimiladas com tamanha rigidez que às vezes era difícil saber quem era a verdadeira fonte”. Também lhe agradeço pelas nossas divergências construtivas e, principalmente, pelo seu respeito a elas. Hoje entendo os seus muitos silêncios...

À **Mônica Grossi** e à **Cristina Bezerra**, que sempre buscaram valorizar o meu “lado luminoso”;

À **Márcia Deotti**, com quem compartilhei minhas angústias e ansiedades, e aprendi “a dor e a delícia de se ser o que é”;

Aos **idosos** do Projeto de Extensão Universitária “Nucleação do PIE” que fortaleceram em mim a certeza da decisão correta, escolhendo-me para estudar o processo de envelhecimento;

Aos alunos que supervisionei e aos que supervisiono no **campo de estágio** do PIE que, durante este longo período, sentiram e compreenderam minhas ausências e minhas muitas transformações. Quero que tenham certeza de que aprendi muito com vocês e que uma parte destes ensinamentos está aqui. Agradeço também às **minhas orientandas de TCC** na área do envelhecimento pelas reflexões que travamos durante o processo de conclusão de curso de vocês, muitas destas trazidas nesta dissertação. Obrigadão!

Aos alunos e coordenadores da **UNIPAC/Ubá**–MG pela compreensão em relação às minhas escolhas;

À **Regininha** que mais que “colega do mestrado” se mostrou uma grande amiga. Admiro muito você!

À **Samyra** e à **Tatiana** por ajudarem a transformar as muitas vozes capturadas durante o processo de entrevista em palavras escritas;

Às **assistentes sociais, técnicos e funcionários** das Instituições e Programas, que tão prontamente atenderam meus pedidos e souberam compreender as “confusões” que um processo de pesquisas é capaz de criar;

Aos colegas do **grupo de Pesquisa** do qual faço parte, Felipe, Helyene, Lívia e Mirella, pelos esforços conjuntos para a apreensão dos muitos e novos conteúdos. Adoro vocês!

À professora **Nara Maria Carlos de Santana**, pelas poucas, mas valiosas trocas; e aos **demais professores do mestrado** pelos muitos ensinamentos;

A toda equipe da “**Casa de Cultura**”, sobretudo à professora **Carolina Portella**, por compreender o quão precioso é o tempo na construção do conhecimento;

Às professoras **Lêda Maria Leal de Oliveira** e **Maria Carmelita Yazbek**, por dedicarem um tempo precioso à leitura deste que é, sem dúvida, meu primeiro grande esforço na busca pelo conhecimento sobre o processo de envelhecimento. Muito obrigada pelas importantes contribuições!

E, **especialmente**, à **CARINA** que me ensinou muito mais do que teorias, que compartilhou comigo muito mais que seus infindáveis conhecimentos intelectuais, visto que me orientou com seus preciosos exemplos para a vida. Depois deste longo período de convivência posso afirmar que você é, sem dúvida, uma das pessoas mais humanas que eu conheço. Obrigada pelos sorrisos, lágrimas e muitos ensinamentos!

Por fim, agradeço aos que reclamaram minhas muitas ausências e se fizeram presentes nos raros minutos de descanso. Valeu família!!!

Esclareço que não agradeço aos velhos entrevistados por entender que eles são donos deste resultado; talvez o faça apenas pela oportunidade de construirmos essas reflexões.

## ***Roda Viva***

***Chico Buarque***

Tem dias que a gente se sente  
Como quem partiu ou morreu  
A gente estancou de repente  
Ou foi o mundo então que cresceu  
A gente quer ter voz ativa  
No nosso destino mandar  
Mas eis que chega a roda-viva  
E carrega o destino pra lá  
Roda mundo, roda-gigante  
Roda-moinho, roda pião  
O tempo rodou num instante  
Nas voltas do meu coração  
A gente vai contra a corrente  
Até não poder resistir  
Na volta do barco é que sente  
O quanto deixou de cumprir  
Faz tempo que a gente cultiva  
A mais linda roseira que há

Mas eis que chega a roda-viva  
E carrega a roseira pra lá  
A roda da saia, a mulata  
Não quer mais rodar, não senhor  
Não posso fazer serenata  
A roda de samba acabou  
A gente toma a iniciativa  
Viola na rua, a cantar  
Mas eis que chega a roda-viva  
E carrega a viola pra lá  
O samba, a viola, a roseira  
Um dia a fogueira queimou  
Foi tudo ilusão passageira  
Que a brisa primeira levou  
No peito a saudade cativa  
Faz força pro tempo parar  
Mas eis que chega a roda-viva  
E carrega a saudade pra lá

## RESUMO

Diante das constantes transformações econômicas, políticas e sociais experimentadas pelas sociedades capitalistas, a partir de meados do século passado, deparamo-nos também com um fenômeno demográfico verdadeiramente novo: o crescimento da população idosa.

O envelhecimento populacional é fruto de uma rede de relações econômicas e sociais que se diferenciam de país para país, de região para região, construindo, assim, realidades e modos distintos de vivenciar este processo.

No Brasil, o processo de transição demográfica caracteriza-se pela rapidez com que o aumento absoluto e relativo das populações adulta e idosa modificou a pirâmide etária nacional. Como salienta Haddad (1986), embora o aumento da população idosa possa sugerir uma melhoria na qualidade de vida no país, a forma como o Brasil está “envelhecendo” reflete as históricas desigualdades aqui consolidadas. Ou seja, o processo de envelhecimento reproduz as desigualdades que se estabelecem na sociabilidade humana, de acordo com diferenciações de ordem social, econômica, política, cultural, étnica, sexual, geracional e espacial. A velhice, entendida a partir desta concepção, não é uma generalização, no singular; mas, como observa Beauvoir (1990) “*velhices*”, pois há diferentes e desiguais velhices. Assim, mais que um fenômeno natural, biológico e orgânico, a velhice é um fenômeno social, econômico, político, cultural, espacial, etc., multifacetado que se engendra nas relações de produção e reprodução social.

Considerando as colocações anteriores e pautando-nos nelas é que este estudo se estrutura, tendo por objetivo compreender a heterogeneidade do processo de envelhecimento a partir dos “relatos orais de vida” de homens e mulheres que envelhecem, pertencentes a diferentes faixas etárias (geração) – entre 65 e 91 anos, inserções sociais – redes de sociabilidade/participação - e rendas pessoais, do município de Juiz de Fora - MG, a fim de identificar as particularidades deste processo, marcado pelas condições reais e objetivas de vida destes indivíduos, e, ao mesmo tempo, estabelecer elos de pertencimento global entre estes velhos e as condições materiais e culturais da sociedade capitalista na qual envelhecem.

A questão norteadora desta dissertação é o caráter público e, portanto, coletivo, do processo de envelhecimento e da velhice; ou ainda, a busca pelo distanciamento da visão da questão do envelhecimento como uma questão particular, homogênea, definindo-a como uma questão pública e heterogênea.

**Palavras-chave:** Processo de Envelhecimento; Memória; classe social; políticas públicas; geração e Heterogeneidade.



## ABSTRACT

Along with the constant economic, political and social transformations experienced by capitalist societies since the middle of the last century, we have also witnessed a really new demographic phenomenon: the growth of the elderly sector of the population.

The ageing of the population is the result of a network of economic and social relationships which are different from one country to another, from one region to another, thereby constructing different realities and ways of experiencing this process.

In Brazil the process of demographic transition is characterized by the speed at which the absolute and relative increase of the adult and elderly populations modified the national age pyramid. As Haddad (1986) points out, although the increase in the elderly sector of the population might suggest an improvement in the quality of life in this country, the way that Brazil is “ageing” reflects the historical inequalities that have been consolidated here. That is, the ageing process reproduces the inequalities that are established in human sociability, in accordance with social, economic, political, cultural, ethnic, sexual, generational and spatial differentiations. Old age, understood in this light, is not a generalization, in the singular; but rather, as Beauvoir (1990) observes, “*old ages*”, since there are different and unequal old ages. Thus, more than a natural, biological and organic phenomenon, old age is a multifaceted phenomenon (social, economic, political, cultural, spatial, etc.), which has its origins in the relationships of social production and reproduction.

This study considers the above ideas and is based on them, attempting to understand the heterogeneity of the process of ageing from “oral reports of life” by ageing men and women, from different age-brackets (generations) – between 65 and 91 years of age, social insertions – networks of sociability/participation, and personal income brackets from the municipality of Juiz de Fora in the state of Minas Gerais. The aim is to identify the peculiarities of this process, marked by the real objective living conditions of these individuals, and, at the same time, establish links of global belonging between these old people and the material and cultural conditions of the capitalist society in which they are ageing.

The guiding principle of this dissertation is the public, and therefore collective, character of the ageing process and old age; it also attempts to get away from the idea of ageing being seen as an individual, homogeneous issue, and instead define it as a public, heterogeneous issue.

**Key-words:** Ageing process; memory; social class; public policies; generation and heterogeneity.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO I: CONTOS, CASOS E PROSAS: IDENTIFICANDO OS FIOS QUE TECEM O TECIDO VIVO DA HISTÓRIA</b> .....	17
1.1 – <b>Homens e Mulheres que envelhecem: sujeitos e agentes da história</b> .....	17
1.1.1 – Do oral ao escrito.....	25
1.2 - <b>Sujeitos e histórias : um dedinho de prosa</b> .....	33
1.2.1 – O processo de coleta de dados .....	33
1.2.2 – Os narradores: sujeitos históricos e inseridos na história .....	39
<b>CAPÍTULO II - ENTRELACANDO OS FIOS DO TECIDO SOCIAL</b> .....	62
2.1 – <b>Política social: dimensões econômicas, políticas, culturais e sociais</b> .....	63
2.2 – <b>O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas</b> .....	67
2.2.1 – A agenda internacional .....	69
2.2.2 – A agenda Nacional .....	73
2.2.3 - A política de atenção ao idoso no município de Juiz de Fora .....	88
2.3 - <b>Sociabilidades possíveis: trajetórias e escolhas</b> .....	97
2.3.1 – Novas redes de sociabilidade e relações sociais: possibilidades e limites para a promoção do estreitamento dos laços de pertencimento.....	97
2.3.1.1 – “Grupos para a Terceira Idade”: expectativas e desafios .....	102
2.3.2 – “Instituições de Longa Permanência”: escolhas e preconceitos .....	111
2.4 – <b>Gerir e vivenciar a velhice: entre o preconceito e o estereótipo</b> .....	118
2.5 – <b>Resgatando e Sintetizando</b> .....	121
<b>CAPÍTULO III: DESVENDANDO A TRAMA: OS MATIZES DA MEMÓRIA</b> .....	124
3.1 – <b>Homens e mulheres que envelhecem: mãos que tecem a história</b> .....	124
3.1.1 – “Ser homem” ou “ser mulher”: percepções sobre o passar do tempo e o fazer-se na história .....	134
3.2 – <b>Cotidiano: espaço onde se produz, vivencia-se e se reproduz a história</b> ...	139
3.2.1 - Os fios da trama: a família como ambiente de socialização dos sujeitos .....	141
3.2.2 – Trabalho e identidade social .....	166

<b>3.3 - Violência: o desatar dos fios .....</b>	<b>195</b>
<b>3.4 – Memória: o presente como futuro do passado e passado do futuro .....</b>	<b>204</b>
3.4.1 - Experiências múltiplas de tempo e de espaço .....	213
<b>3.5 – Sínteses e Resgates .....</b>	<b>219</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>224</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>229</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>240</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 - Perfil dos narradores .....</b>	<b>60</b>
<b>Quadro 2 - Perfil Familiar dos Idosos .....</b>	<b>61</b>

## INTRODUÇÃO

Diante das constantes transformações econômicas, políticas e sociais experimentadas pelas sociedades capitalistas, a partir de meados do século passado, deparamo-nos também com um fenômeno demográfico verdadeiramente novo: **o crescimento da população idosa.**

O envelhecimento populacional é fruto de uma rede de relações econômicas e sociais que se diferenciam de país para país, de região para região, construindo, assim, realidades e modos distintos de vivenciar este processo.

No Brasil, o processo de transição demográfica caracteriza-se pela rapidez com que o aumento absoluto e relativo das populações adulta e idosa modificou a pirâmide etária nacional<sup>1</sup>. Embora grande parte da população ainda viva na pobreza, chegando até mesmo à miséria, certas conquistas tecnológicas da medicina moderna – assepsia, vacinas, antibióticos, quimioterápicos, entre outros – provocaram a queda da mortalidade infantil e, conseqüentemente, um aumento da expectativa de vida ao nascer. Paralelamente a esse aumento na expectativa de vida, tem sido observado, a partir da década de 1960 (CENSO/IBGE), um declínio acentuado da fecundidade no país.

Nos países desenvolvidos essa transição ocorreu lentamente, realizando-se ao longo de mais de 100 anos, acompanhando a elevação da qualidade de vida das populações urbanas e rurais, fruto de melhores condições educacionais, alimentares, ambientais, sanitárias, habitacionais e de trabalho; e, secundariamente, de avanços medicinais.

Semelhante a outros países da América Latina, o envelhecimento no Brasil é um fenômeno tipicamente urbano, resultante do intenso movimento migratório iniciado na década de 60 do século passado, motivado pela industrialização excitada pelas políticas

---

<sup>1</sup>O IBGE, já em 1999, indicava que dentro de vinte e um anos, a população de idosos no Brasil com 60 anos ou mais, chegaria a vinte e cinco milhões, ou seja, cerca de 12 % da população brasileira. Este mesmo Instituto aponta que o percentual de aumento do segmento social com 60 anos e mais era, já no censo de 1980, quase o dobro (53,00%) do constatado para a população geral (27,77%). No período de 1980 a 1990, a população brasileira de mais de 60 anos aumentou de 6% para 7,3%, e as estatísticas prevêem que essa população representará, em 2010, 9,2% da população total – ou seja, a pirâmide etária apresentará um novo desenho, de base estreita e topo largo, aproximando-se cada vez mais da forma francesa atual. A Organização Mundial da Saúde prevê para o Brasil um crescimento de dezesseis vezes da população idosa contra cinco vezes da população total entre 1650 e 2025. Assim, em 2025 seremos a sexta população idosa do mundo.

desenvolvimentistas. O processo de urbanização propiciou o acesso da população a serviços de saúde e saneamento, a programas de planejamento familiar e a métodos anticonceptivos, levando assim a uma significativa redução das taxas de fecundidade e mortalidade no Brasil.

O aumento da população de pessoas idosas poderia sugerir a sua associação com o aumento da esperança média de vida da população brasileira, indicador social da melhoria da qualidade de vida e de bem-estar social. Entretanto [...], ainda que se tenha elevado a esperança média de vida, isso não significa que se tenha melhorado as condições objetivas de vida [...] (HADDAD, 1986, p. 17)

A forma como o Brasil está “envelhecendo” reflete as históricas desigualdades aqui consolidadas que, embora não sejam desvinculadas das relacionadas ao sistema capitalista como um todo, apresentam suas particularidades

[...] quem vive mais em um país onde a vida, bem se sabe, torna-se quase impossível para crescentes parcelas da população? Ou, quem morre mais cedo? Mais uma lacuna nos censos. Entretanto, é um fato que o país possui, ano a ano, mais idosos. É um fato, também, que há idosos nas diferentes camadas, segmentos ou classes sociais, e que os mesmos vivem a velhice de forma diferente. Em outras palavras, o fim da vida é um fenômeno que evidencia a reprodução e ampliação das desigualdades sociais. (HADDAD, 2001, p. 09)

Ou seja, o processo de envelhecimento reproduz as desigualdades que se estabelecem na sociabilidade humana, de acordo com diferenciações de ordem social, econômica, política, cultural, étnica, sexual, geracional e espacial. A velhice, entendida a partir desta concepção, não é uma generalização, no singular; mas, como observa Beauvoir (1990) “*velhices*”, pois há diferentes e desiguais velhices. Assim, mais que um fenômeno natural, biológico e orgânico, a velhice é um fenômeno social, econômico, político, cultural, espacial, etc., multifacetado que se engendra nas relações de produção e reprodução social.

Considerando as colocações anteriores e pautando-nos nelas é que este estudo se estrutura, tendo por objetivo compreender a heterogeneidade do processo de envelhecimento a partir das “trajetórias de vida” de homens e mulheres que envelhecem no município de Juiz de Fora - MG, a fim de identificar as particularidades deste processo, marcado pelas condições reais e objetivas de vida destes indivíduos, e, ao mesmo tempo, estabelecer elos de pertencimento global entre estes velhos e as condições materiais e culturais da sociedade capitalista na qual envelhecem.

A questão norteadora deste estudo é o caráter público e, portanto, coletivo, do processo de envelhecimento e da velhice. Ou seja, a busca pelo distanciamento da visão da questão do envelhecimento como uma questão particular, homogênea, definindo-a como uma questão pública e heterogênea. Afirmamos que a velhice não pode ser desmembrada em particularidades sucessivas, pois se assim o fizéssemos, estaríamos desconsiderando as questões coletivas que envolvem todo fazer do homem, a totalidade que existe para além do “eu” e que também o define; a totalidade que está sempre em processo de estruturação e desestruturação (CARVALHO, 2005) que é histórica, que possui um movimento e uma direção. Assim, o sujeito deste estudo é o homem que envelhece compreendido a partir da recuperação da totalidade da vida do indivíduo, considerada como um processo, ou seja, uma construção socioeconômica-histórica-espacial e cultural.

Para a efetivação desta dissertação realizamos um trabalho investigativo junto a 10 (dez) sujeitos, **maiores de 65 anos**, da cidade de Juiz de Fora – 05 (cinco) **homens** e 05 (cinco) **mulheres** – pertencentes a diferentes **recortes geracionais**<sup>2</sup>: 04 (quatro) “jovens idosos” (entre 65 a 75 anos), 04 (quatro) “idosos-idosos” (acima de 75 anos) e 02 (dois) idosos-mais-idosos (com mais de 85 anos); inseridos em diferentes **redes de sociabilidade**: 03 (três) encontram-se institucionalizados [02 (dois) homens e 01 (uma) mulher]; 05 (cinco) participantes de programas [03 (três) mulheres e 02 (dois) homens] e 02 (dois) não participantes de programas ou institucionalizados [01 (um) homem e 01 (uma) mulher]; e com **rendas pessoais** também diferentes: 01 (um) tem renda pessoal menor que 01 (um) salário mínimo (mulher), 04 (quatro) com renda igual a 01 (um) salário mínimo [03 (três) mulheres e 01 (um) homem], 02 (dois) com rendas pessoais entre 02 (dois) e 05 (cinco) salários mínimos [02 (dois) homens], e 03 (três) com rendas pessoais acima de 05 (cinco) salários mínimos [01 (uma) mulher e 02 (dois) homens].

A fim de capturarmos a heterogeneidade do processo de envelhecimento, construída ao longo da trajetória de vida destes homens e mulheres, utilizamo-nos da metodologia “relato oral de vida”, tendo como guia um pequeno roteiro (APÊNDICE 1), contendo alguns tópicos ou categorias de apoio que nos auxiliaram na sua efetivação, tais como: vivência da infância/onde nasceu e como vivenciou esta etapa da vida, adolescência/juventude, namoros e/ou outras relações afetivas, casamento, idade

---

<sup>2</sup> Debert (1999) adverte que estudos sobre a velhice que não levam em consideração as diversidades existentes entre os maiores de 60 (sessenta) anos pertencentes a estes diferentes recortes geracionais estão fadados a críticas, visto que desconsideram a heterogeneidade de experiências que envolvem o processo de envelhecimento, especialmente na sociedade contemporânea.

adulta, trabalho/relações trabalhistas, velhice/cotidiano/vida atual, participação e inserção social, legislações geracionais/conhecimento e crítica, entre outras que os identificam, por exemplo, idade, sexo, escolaridade, renda, número de filhos e netos, arranjos familiares, situação de moradia, etc.

Consideramos que o trabalho com idosos pela via de suas “trajetórias de vida” é uma possibilidade dada por esse enfoque de estudo sobre a questão do envelhecimento, de conhecer a heterogeneidade desse processo, já que estas histórias expressam a contraditoriedade e complexidade da realidade material e cultural na qual estes homens e mulheres estiveram e/ou estão inseridos e vivenciam seu processo de envelhecimento. Esta afirmação sustenta a construção do **primeiro capítulo** desta dissertação que tem por intuito esclarecer sobre a opção teórica- metodológica que guia toda sua construção. Buscamos, a partir de um estudo teórico amplo, embora não exaustivo, respaldar a afirmação de que através dos “relatos orais de vida” dos velhos é possível capturar tal heterogeneidade, e de que a “idade” é um fator importante na compreensão da sociedade contemporânea. E é também neste capítulo que apresentamos “os narradores” que, a partir do ato de contar suas histórias, e, principalmente, compartilhá-las conosco, permitiram-nos tecer os fios condutores deste trabalho.

No **segundo capítulo**, construímos um histórico das políticas de atendimento à velhice (internacional, nacional e municipal) que vêm se estruturando ao longo dos últimos anos, e apresentamos as “escolhas” de participação dos sujeitos entrevistados que, segundo nossas perspectivas, estão estreitamente relacionadas às suas trajetórias de vida. Tal capítulo tem por objetivo promover uma discussão em torno das formas de participação social da população idosa, a partir dos relatos orais destes sujeitos e de outras fontes teóricas, considerando as transformações na dinâmica contemporânea na família, no trabalho e nos direitos que entremeiam e definem as relações sociais e os laços de solidariedade geracional. Faz-se necessário esclarecer que não realizaremos uma análise profunda das políticas sociais de atendimento à velhice, nem mesmo das formas de sociabilidade na qual estes homens e mulheres velhos se inserem, visto que tal empreendimento iria requerer um esforço muito maior do que o aqui realizado sobre este tema específico e, especialmente, por não ser este o nosso objetivo maior. O que pretendemos é, a partir do conhecimento das várias modalidades de atendimento aos idosos estabelecidas nos últimos anos no Brasil, nos aproximarmos das discussões em torno da possibilidade que as novas formas de sociabilidade – grupos, programas, projetos e universidades – para a “terceira idade” representam para a efetivação do



estreitamento dos laços de pertencimento ao “tempo presente”. E ainda, a partir de uma análise também despretenhiosa, compreender as representações e estereótipos relacionados à velhice criados e recriados também nestes, e por estes, espaços de sociabilidade.

E, por fim, no **terceiro capítulo**, nosso esforço está em compreender como esses homens e mulheres que envelhecem estabelecem suas relações dentro da dinâmica mais ampla da sociedade capitalista, quais as influências que exercem e sofrem como sujeitos do processo histórico e como tecem os fios de suas memórias e lembranças subjetivas que os unem às memórias do grupo e as da geração aos quais pertencem. Trabalharemos, a partir das memórias destes velhos – memória individual e memória coletiva -, a “história” como construção dos “sujeitos sociais”, o cotidiano como espaço onde se produz a história e a memória/lembrança como possibilidade de junção entre o coletivo e o subjetivo, não apenas como releitura do passado, mas como fonte de compreensão do tempo presente e possibilidade de projetar o futuro, portanto, como uma força de transformação das relações sociais que estabelecemos no cotidiano.

*Ora, recordo-me de uma época em que os raios solares não eram nocivos e as praias não eram sujas. Recuso-me a partir da premissa de que não podemos nadar no mar, nem deitar ao sol, de que devemos temer a beleza de lugares como o Rio de Janeiro. Para meus filhos, esse é um fato da vida: os raios solares são perigosos e o ar e a água, sujos. É o meu dever resistir a isso em minha memora e contar-lhes aquilo de que me lembro, para que eles tenham condição de resistir.*

*(Portelli, 1997b. p.33)*

## CAPÍTULO I

### CONTOS, CASOS E PROSAS: IDENTIFICANDO OS FIOS QUE TECEM O TECIDO VIVO DA HISTÓRIA

No presente capítulo nosso objetivo é apresentar o “relato oral de vida” enquanto uma opção teórica- metodológica que nos possibilitou capturar a heterogeneidade do processo de envelhecimento marcado pelas contradições e desigualdades da sociedade capitalista. Nele também apresentaremos os narradores que a partir do ato de contar suas histórias, permitiu-nos tecer os fios condutores deste trabalho.

#### 1.1 – Homens e Mulheres que envelhecem: sujeitos e agentes da história

*“[...] o narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois recorre ao acervo de toda uma vida [...]”*

*Walter Benjamin*

Para darmos início a esta reflexão retomamos aqui o nosso **objeto de estudo**, já apresentado na Introdução desta dissertação, que consiste na heterogeneidade do processo de envelhecimento, e, também, os **sujeitos deste objeto**, quais sejam: os homens e as mulheres que envelhecem.

Ressaltamos que percebemos estes homens e mulheres como inseridos em contextos mais amplos e que ao longo de suas trajetórias de vida constroem seus processos de envelhecimento, portanto, como Simone de Beauvoir (1990), afirmamos que não nos tornamos velhos de uma hora para a outra, mas “envelhecemos” ao longo dos anos, ou seja, a velhice é um processo, uma construção social. Entender a velhice

como um processo, significa recuperar a dimensão da “totalidade” da vida dos homens que envelhecem.

Os diferentes significados e formas de periodização da vida construídas pelas diversas culturas (ARIÈS, 1978) têm sido compreendidos, sobretudo, a partir dos estudos antropológicos e das pesquisas históricas. Consagra-se nesse campo do conhecimento, a identificação, nas sociedades tradicionais da construção de categorias de idade com base em critérios tais como os estágios de maturidade e geração (DEBERT, 1994) e, pois, de representações<sup>3</sup> sobre a vivência do envelhecimento também moldadas dentro desses marcos. De um modo geral, o que se resgata desse campo de pesquisa é uma imagem do envelhecimento em que essa condição é percebida em função da posição da pessoa que envelhece no interior de uma estrutura mais abrangente de relações representada pela família, vizinhança ou comunidade.

É também a mesma tradição intelectual que revela, nas sociedades ocidentais, a predominância de outro critério de periodização do curso da vida, qual seja, o critério cronológico, expressão da hegemonia de uma concepção individualista do homem no mundo moderno.<sup>4</sup> Portanto, a questão da idade não deve ser compreendida somente como um dado biológico, mas como uma construção social que tem um papel fundamental na organização da sociedade e na construção das identidades sociais e individuais.

Ao longo da vida muitas transições ocorrem como se fossem determinadas biologicamente, como se as idades resultassem de um desenvolvimento linear – da infância à morte -, embora se saiba que a vida é muito mais complexa.

---

<sup>3</sup> Tomamos a expressão “representação” como uma categoria que contém as marcas das situações concretas vividas, da realidade material e sociocultural dos indivíduos, portanto como **parte do real**, onde estas são construídas e reconstruídas. Como destaca Minayo (1995) “[...] são ao mesmo tempo ilusórias, contraditórias e ‘verdadeiras’, podendo ser consideradas matéria-prima para a análise do social e também para a ação pedagógica-política de transformação, pois retratam e refratam a realidade segundo determinado segmento da sociedade. Porém, é importante observar que as representações sociais não conformam a realidade e seria outra ilusão tomá-las como verdades científicas, reduzindo a realidade às concepções que os homens fazem dela.” (p. 110)

<sup>4</sup> “Comparativamente às sociedades tradicionais onde o grupo prevalece em relação ao indivíduo, estando este englobado por esta instância maior (o clã, a linhagem, a aldeia, a tribo), na sociedade moderna a ideologia individualista é dominante. O indivíduo passa a ser um valor social. Decorrente do foco no indivíduo e não mais no grupo, é a percepção de si mesmo como ser inigualável e singular que permite a construção da idéia de trajetória de vida, de ciclo de vida, de projeto de vida e de percepção de uma memória individual.” (LINS DE BARROS, 2004, p.14) Cabe aqui retomar que neste trabalho, como também em outras pesquisas sobre a velhice e o envelhecimento, buscamos estabelecer e entender “[...] a relação entre as particularidades socioculturais e a universalidade da vida em sociedade” (ibidem, p. 13) e que, portanto, compreendemos as trajetórias destes homens e mulheres como produtos desta relação.

Consideramos a vida como um fenômeno biológico, como uma situação na sociedade, sim, não mais que isso. Entretanto dizemos “é a vida” para exprimir ao mesmo tempo nossa resignação e nossa convicção de que existe, fora do biológico e do sociológico, alguma coisa que não tem nome... (ARIEËS, 1978, p. 38)

As idades são definidas por experiência social, histórica e, acrescentemos espaciais, portanto, social e natural, influenciadas por diferenças culturais e materiais com as quais o ser que envelhece convive em determinadas sociedades. Essas experiências como observa Thompson (1980), na sociedade capitalista, são estruturadas segundo “classes”, portanto, estão vinculadas à vida material, mas não exclusivamente a esta. Embasados nas concepções deste mesmo autor, podemos dizer que reconhecer a questão econômica como determinante na questão da classe, não significa desassociá-la das concepções de cultura, valores, trajetórias, que também definem as experiências do “ser social”. Cabe-nos destacar que reconhecemos a classe como uma categoria importante e imprescindível na análise dessas experiências, mas não exclusiva.

A ‘experiência’ [...] foi, em última instância, gerada na ‘vida material’, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente, o ‘ser social’ determinou a ‘consciência social’. [...] As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer ‘agora’, ‘manipula’ a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação. (THOMPSON, 1980, p. 189 – grifo do autor)

A partir destas colocações, afirmamos que a opção teórico-metodológica de conhecer e capturar a heterogeneidade do processo de envelhecimento através dos “relatos orais de vida” dos homens e das mulheres que envelhecem nos permitiu recuperar as experiências, valores, culturas e significados atribuídos por estes à sua trajetória de vida. E ainda que, a partir das narrativas<sup>5</sup>, construídas através do processo seletivo do trabalho de rememorar destes velhos, foi possível perceber como estes estabelecem suas relações com o que lhes é contemporâneo, ou melhor, com o “mundo presente” do qual também são sujeitos. Portanto, salientamos que o ato de lembrar tem por ponto de partida a contemporaneidade, e por meio deste é possível estabelecer e/ou compreender os “elos sociais” que entrelaçam os sujeitos e a sociedade na qual estão inseridos.

---

<sup>5</sup> Entende-se por narrativa o texto de origem vocal, construído pelo narrador e pelo entrevistador, que retreta tanto o mundo mais coletivo quanto o mais individual, e que é construído a partir de memórias e experiências.

O indivíduo é percebido como ser social que, interagindo, comunga valores, normas e padrões sociais com os membros dos diferentes universos sócio-culturais em que está inserido hoje e ao longo de sua vida. (LINS DE BARROS, 1995, p. 91)

Destaca-se a importância destes homens e mulheres como detentores do “sagrado” papel de produtores e transmissores de conhecimentos para as gerações mais jovens, durante muitos anos em nossa sociedade. Portanto, um dos agentes fundamentais de transmissão dos valores ancestrais e da memória coletiva, ou seja, portadores da “faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIN, 1994, p.198) que é inerente à figura do “narrador”<sup>6</sup>.

Segundo Benjamin (1994), na sociedade contemporânea, industrial e de serviço, marcada pela valorização da inovação e do conhecimento novo, que subestima e relega as tradições, as experiências e sabedorias ancestrais, exceto quando operam no sentido de sua expansão e progresso, o trabalho artesanal de narrar histórias está em vias de extinção. Este mesmo autor destaca que, “uma das causas desse fenômeno é óbvia: as ações e experiências estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça de todo” (BENJAMIN, 1994, p.198). Entretanto, ressalta que mesmo que a desvalorização da sabedoria e da experiência seja um fato bastante visível no contexto atual, esse é um processo “[...] concomitante com toda uma evolução secular das forças produtivas” (p.201) e, portanto, não exclusivo dos dias atuais. Benjamin (1994) adverte que “morre” a arte de narrar porque “morre” a capacidade de “escutar histórias”, de aprender com os conhecimentos e as experiências. Utilizando-se das palavras de Paul Valery – *“O homem de hoje não cultiva o que não pode ser abreviado”* – Benjamin (1994) ressalta que o advento da noção da não eternidade torna os homens impacientes com os trabalhos longos como o desempenhado no exercício narrativo, visto que lembrar exige refazer, reconstruir, repensar. As narrativas são expressões específicas das relações sociais que o narrador estabelece com a sociedade na qual está inserido, organizadas sob a forma de linguagem<sup>7</sup>, embora a atividade narrativa não seja “[...] de modo algum produto exclusivo da voz” (BENJAMIN, 1994,

---

<sup>6</sup> Salienta-se que o narrador, como interlocutor do pesquisador, deve ser visto como um cidadão, um sujeito histórico, que narra suas experiências como membro de um contexto amplo, ainda que muitas vezes não seja o protagonista, e, portanto, traz para o exercício de narrar suas concepções acerca do mundo, dos outros e de si mesmo.

<sup>7</sup> Para Maurice Halbwachs (2006) a linguagem é o principal instrumento socializador da memória. Halbwachs, estudioso das relações entre memória e história pública, dedicou a este assunto duas grandes obras: *“Lês cadres sociaux de la mémoire”* e *“la mémoire collective”*.

p.221), pois a alma, o olho e a mão dos narradores, estão intrinsecamente inscritos em todo o processo narrativo. Assim, as narrativas podem ser caracterizadas como uma “forma artesanal” (BENJAMIN, 1994, p. 205), não podendo ser tomadas como verdades “em si”<sup>8</sup>, pois

[...] ela não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. [...] seus vestígios estão presentes de muitas maneiras nas coisas narradas, seja na qualidade de quem as viveu, seja na qualidade de quem as relata. (BENJAMIN, 1994, p. 205 – grifo do autor)

Desta forma, ao longo dos relatos<sup>9</sup>, o indivíduo tenta estabelecer uma coerência lógica procurando definir seu lugar social e suas relações com os outros. As narrativas são, portanto, uma visão da identidade dos narradores, ou seja, um processo em que os indivíduos e coletividades elaboram e reelaboram imagens sobre si mesmos, suas relações, a sociedade e/ou sobre os fatos narrados. Portanto, devem ser tomadas como uma criação cuja definição traz a marca das situações concretas vividas, da realidade material e sociocultural do narrador, remetendo-nos a um horizonte específico de idéias, hábitos e valores que configuram os limites do agir e do pensar humanos (CUNHA; SILVA, 2000)

A história não é todo o passado e também não é tudo o que resta do passado. Ou, por assim dizer, ao lado de uma história escrita há sempre uma história viva, que se perpetua ou se renova através do tempo, na qual se pode encontrar novamente um grande número dessas correntes antigas que desapareceram apenas em pensamento.  
(HALBWACHS, 2006, p.86)

Sendo assim, as narrativas são partes do processo de construção do real, na medida em que é um esforço de construção de significados. Para Halbwachs (2006) a memória individual não está inteiramente isolada e fechada. Um homem para evocar

---

<sup>8</sup> No capítulo III discutiremos um pouco mais os caminhos e processos de construção da memória que é intrínseca à construção narrativa.

<sup>9</sup> Entendido, de forma simplificada, como sendo o ato de narrar. Cabe esclarecer que em alguns momentos desta dissertação utilizaremos como equivalentes os seguintes termos: narrativa e relato.

seu próprio passado tem, freqüentemente, necessidade de fazer apelo à lembrança dos outros.

Nossas lembranças permanecem coletivas, e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2006, p. 30)

Portanto, a narrativa é um meio de conhecimento da realidade coletiva, visto que, o narrador ao não se limitar a contar apenas sobre si, mas também sobre os outros, faz aparecer a imagem que tem sobre si mesmo e a imagem que faz de seu grupo, de seu meio, de seu espaço e de seu tempo, fazendo-nos compreender o que se passa no interior da coletividade. Por essa via Halbwachs, como observa Bosi “[...] amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição que é a memória coletiva de cada sociedade” (BOSI, 1994, p. 55).<sup>10</sup>

Não se pode deixar de considerar, já que as narrativas são esforços de recuperação do que já foi vivido ou vivenciado por alguém, enquanto sujeito social, que elas necessariamente nos remetem à questão da memória. No que diz respeito especificamente ao meu objetivo (compreender a heterogeneidade do processo de envelhecimento dos homens e das mulheres que envelhecem, através dos “relatos orais de vida” destes), parto do pressuposto de que os idosos são narradores em potencial, visto que, como salienta Bosi (1994), o homem maduro exerce a função de ser memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade. Ele exerce essa função não como atividade fantasiosa ou ilusória, não com descanso da vida real (como o fazem os adultos), mas como ocupação consciente e atenta de avaliação do próprio passado, da substância da sua vida e da vida coletiva da qual faz parte.

É o momento de desempenhar a alta função da lembrança. Não porque as sensações se enfraquecem, mas porque o interesse se desloca, as reflexões seguem outra linha e se dobram sobre a quintessência do vivido. (BOSI, 1994, p. 81)

---

<sup>10</sup> O conceito de “memória coletiva” (HALBWACHS, 2006) aqui utilizado, não ignora as colocações e observações de Portelli (1997) quando pede cautela ao situarmos as lembranças fora do indivíduo, ainda que estejamos trabalhando a fim de registrar lembranças coletivamente compartilhadas. Para tal autor “[...] as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou a bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais”. (1997, p.16)



Através do estudo das lembranças das pessoas idosas é possível observarmos a forma específica de consciência social e como ela se produz na sociedade, por meio de seus mitos, crenças, valores, preconceitos, etc. Segundo autores como Bartlett, Halbwachs<sup>11</sup> e Stern<sup>12</sup>, utilizados por Ecléa Bosi em sua obra “Memória e Sociedade – lembranças de velhos” (1994), na qual analisa as “memórias de velhos” moradores da cidade de São Paulo – SP, “[...] a memória depende do relacionamento do indivíduo com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (BOSI, 1994, p. 54). Ou seja, através dos relatos das memórias é possível apreender “[...] as relações estabelecidas pelos indivíduos durante sua vida [...]” e indicar o “[...] sentido histórico e a dinâmica das relações sociais” (BRIOSHI; TRIGO, 1987, p. 634). Bosi (1994), acrescenta ainda que na memória das pessoas sempre fica o que significa, muitas vezes quase intacto, outras vezes, muito alterado, pois a função da memória é conservar o passado do indivíduo na forma que lhe é mais apropriada. Lembranças desagradáveis, confusas, etc. são rechaçadas na memória, havendo, uma seletividade dos fatos a serem lembrados. Faz-se de suma importância não perdermos de vista que a memória, trazida a público pela linguagem, é

[...] um discurso no qual o sujeito fala das representações que tem sobre os fatos da sua vida, ele em suma ‘se conta’, segundo suas categorias de valores e seus códigos temporais. [...] O narrador conta a sua vida hierarquizando, valorizando ou desvalorizando determinados aspectos, reforçando outros, imprimindo à narrativa a sua visão pessoal e subjetiva. (BRIOSHI ; TRIGO, 1987, p. 637 – grifo do autor)

Mas esta subjetividade e intencionalidade do narrador não esvaziam os relatos de seu caráter coletivo, visto que este constrói sua identidade individual (e também a coletiva) a partir de sua inserção nas relações sociais das quais é, ao mesmo tempo, produto e produtor. Ou, nas palavras de Brioshi e Trigo (1987):

---

<sup>11</sup> “O que me pareça deva-se reter como uma conquista comum das reflexões de Halbwachs e de Bartlett é a inerência da vida atual ao processo de reconstrução do passado” (BOSI, 1994, p.66).

<sup>12</sup> “Admitindo as mutações das pessoas e, ao mesmo tempo, a sua ‘unidade constante’, Stern concilia a suposição de que existe uma memória ‘pura’, mantida no inconsciente, como a suposição de que as lembranças são refeitas pelos valores do presente, no que se aproxima de Halbwachs e Bartlett” (idem, p. 68)

o método biográfico é aquele que fornece indicações válidas para o conjunto da sociedade, não pela redução das diversidades singulares, mas pela apreensão do determinante dessas vivências enquanto modos de inserções nas situações sociais das quais o indivíduo é ao mesmo tempo produto e produtor. (BRIOSHI ; TRIGO, 1987, p. 637)

Por isso os relatos são tão permeados pela realidade social e coletiva que os sujeitos incorporam durante toda a sua vida. Assim, “[...] na afirmação – *a narrativa de vida deve ser considerada em sua subjetividade* – está implícito um pressuposto teórico: no fundo da narrativa encontra-se a realidade social e coletiva incorporada pelo sujeito” (BRIOSHI; TRIGO, 1987, p. 537 – grifo dos autores). Desta forma, para a perspectiva sociológica o que deve ser salientado nos “relatos orais” são suas bases coletivas.

Ainda sobre as bases coletivas da subjetividade, as colocações de Maria Isaura Queirós<sup>13</sup> são bastante relevantes. Para ela, as histórias de vida ganham importância dentro da Sociologia, quando essa passa a “[...] compreender o social não apenas como o que se realiza por meio dos homens, mas como o que é vivido e agido por eles; isto é, o estudo do fato humanizado, encarado na sua matriz que é o indivíduo criador e criatura do grupo” (QUEIROZ apud PEREIRA, 1991, p. 113).

A partir destas colocações, destacamos o potencial dos “relatos orais” como fonte de conhecimento da realidade, visto que, como salienta Thompson (1992) “[...] a realidade é complexa e multifacetada e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original dos pontos de vista” (p. 25 e 26).

Voltando ao ponto de partida deste capítulo, ou seja, esclarecer sobre a opção teórico-metodológica que guiou o processo de construção desta dissertação, afirmamos que os relatos orais de vida dos homens e mulheres entrevistados nos permitiram capturar parte da complexidade da dinâmica social e de seu movimento, na qual estes idosos estiveram e/ou estão inseridos e que dão sentido às suas experiências de vida e, assim, compreender como estes estabeleceram a intersecção indivíduo/sociedade; história individual/ história coletiva a partir dos meios que encontravam à sua disposição, e dos que ainda encontram, considerando a estrutura socioeconômica, espacial, cultural e temporal na qual estão inseridos, ou, dito de outra forma, nos permitiram capturar a heterogeneidade do processo de envelhecimento destes sujeitos.

---

<sup>13</sup> Maria Isaura Queirós, na década de 1950, no Brasil, fez parte de um grupo de sociólogos da Universidade de São Paulo que se deteve em estudar as possibilidades de tornar as “histórias de vida” um instrumento de avaliação sociológica. Retomo as atividades deste grupo mais adiante.

### 1.1.1 – Do oral ao escrito

Cabe-nos esclarecer, ainda que modestamente, o conceito empregado para caracterizar a metodologia adotada - “relato oral de vida” -, e a distinção deste dos outros também utilizados pelos pesquisadores que fazem uso de fontes orais.

Segundo Lang (1996), as fontes orais podem ser classificadas como “histórias orais de vida”, “relatos orais de vida” - que têm como referência a própria vida e a experiência do narrador - e, também, como “depoimentos orais” que se baseiam em fatos que este presenciou ou sobre os quais detém informações.

A fim de tornar mais clara esta distinção, apresentamos a seguir a definição das três formas principais que as fontes orais podem assumir, ainda segundo tal autora. Primeiramente, Lang (1996) define “**história oral de vida**” como sendo

[...] o relato de um narrador através do tempo. Os acontecimentos vivenciados são relatados, experiências e valores transmitidos, a par dos fatos de vida pessoal. Através da narrativa de uma história de vida, se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, da sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. [...] É evidente, que uma vida não poderia ser totalmente revisitada e um processo seletivo se impõe envolvendo o próprio rememorar, em geral determinado pelo próprio narrador. (LANG, 1996, p. 35)

Em seguida, Lang (1996) observa que uma forma menos livre e mais restrita de utilização das fontes orais é o “**relato oral de vida**” no qual o diálogo entre o pesquisador e o narrador se dá a partir da solicitação a este para abordar determinados aspectos da sua vida, e sabendo do interesse do pesquisador, ele direciona seu relato para determinados tópicos. Salienta-se, entretanto, que é dado ao narrador total liberdade de exposição. Nas palavras da autora supracitada:

No relato oral de vida, temos uma narração mais restrita, mais direcionada por uma determinada temática. O processo seletivo se faz mais presente, envolvendo o narrador e o pesquisador e atuando na própria forma de condução da entrevista. (LANG, 1996, p. 35).

Uma forma bastante distinta das anteriores é o “**depoimento oral**”, no qual o pesquisador na busca por dados mais precisos, diretos e informativos sobre os acontecimentos em estudo, procura o “[...] testemunho do entrevistado sobre sua

vivência em determinadas situações, ou a participação em determinadas instituições que se quer estudar” (ibidem.p.35).

Cabe-nos, ainda esclarecer que o conceito “**história oral**” é aqui empregado no sentido restrito, mas consensual, de que esta é “[...] um trabalho de pesquisa, que tem por base um projeto e que se baseia em fontes orais, coletadas em uma situação de entrevista” (LANG, 1996, p.34). Sendo assim, sua utilização não está desvinculada da perspectiva teórico-metodológica e prático-política que irá guiar a investigação. E, as entrevistas devem ser analisadas e interpretadas a partir do contexto estrutural, econômico, político e cultural em que foram produzidas e no qual estes sujeitos se reproduzem.<sup>14</sup>

Já no que diz respeito à discussão se a “história oral” é um método, uma técnica, uma metodologia ou um instrumento de coleta de dados, assumimos como Moljo (2001) e Amado & Ferreira (1996) que é uma “metodologia de investigação” que nos remete a uma dimensão técnica e a uma dimensão teórica indissociáveis<sup>15</sup>. E, assim sendo, o trabalho com história oral por si não leva à “emancipação do Homem”, como argumentam alguns de seus adeptos, pois “[...] a mesma pode ser usada tanto dentro de uma visão emancipadora como dentro de uma visão instrumental e, portanto, opressora e mistificadora da realidade social” (MOLJO, 2005, p.31), considerando, conforme já salientado, as opções teórico-metodológica e prático-política, previamente definidas, que guiam o processo de pesquisa.

Ressaltamos ainda, que a “história oral”, além de ser uma construção coletiva é também complementar, na medida em que parte da história dos sujeitos e a eles retornam de forma crítica e criativa, e, assim sendo tem uma dimensão política, pois tanto o narrador, quanto o investigador são sujeitos neste processo – sujeitos históricos e

---

<sup>14</sup> Retomaremos esta discussão um pouco mais adiante.

<sup>15</sup> Segundo Amado & Ferreira (1996) as principais posturas a respeito da história oral podem ser reduzidas a três: a que a considera como uma técnica; a que advoga ser uma disciplina e a que a classifica como uma metodologia. Aos que a defendem como técnica o principal interesse ou preocupação está na gravação, transcrição e conservação das entrevistas que serão utilizadas de forma eventual e como fontes complementares. Os que defendem ser a história oral uma disciplina, embora, como salientam Amado & Ferreira (1996), sejam muitas vezes contraditórios, baseiam-se na idéia fundamental de que “[...] a história oral inaugurou técnicas específicas de pesquisa, procedimentos metodológicos singulares e um conjunto próprio de conceitos [...]”. (idem, p.xii). Já, para aqueles que a história oral é uma metodologia esta, como todas as outras metodologias, “[...] apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho -, funcionando como ponte entre teoria e prática. Esse é o terreno da história oral -, o que, a nosso ver, não permite classificá-la unicamente como prática.” (ibidem, p xvi). Vide também sobre esta distinção: Lang (1996) e Lozano (1996).

da história. Nas palavras de Portelli (1997a) “[...] os documentos de história oral são sempre o resultado de um relacionamento, de um projeto compartilhado no qual ambos, o entrevistador e o entrevistado, são envolvidos, mesmo se não harmoniosamente” (p.35)<sup>15</sup>.

A partir dessas colocações, pensamos ser necessário refazer, ainda que brevemente, o processo histórico de introdução da utilização das “histórias ou relatos orais” como forma de se conhecer a realidade, no interior das ciências sociais (Sociologia), ou seja, no processo de aceitação destas como científicas; e as questões de natureza metodológica e epistemológica que este suscita.

Antes, porém, de darmos início à retomada do processo histórico, destacamos que os relatos orais são, sem dúvida, a base de todo tipo de informação, antecedendo a outras técnicas de obtenção do saber, bem como de sua conservação.

Do ponto de vista de sua utilização pelas ciências sociais, sua trajetória apresenta fases distintas. Primeiramente foram utilizadas como técnica complementar nas pesquisas antropológicas e sociológicas (Escola de Chicago) durante os anos 20 e 30 do século passado, como forma útil para estudar o que não havia sido registrado em documentos escritos. Porém, os “relatos orais” não podiam ser tomados como única fonte de conhecimento, visto que, segundo seus utilizadores, mostravam apenas um aspecto parcial da realidade, como ressalta Queiroz (apud PEREIRA, 1991)<sup>16</sup>. A fraca utilização do método introduzido pela “Escola de Chicago”, durante os anos de 1920 a 1940, deve-se ao fato de que no meio sociológico, os relatos orais foram tomados como verdades entre os investigadores que os utilizavam, “[...] deixando-os falarem por si em detrimento da conceituação [...]” (PEREIRA, 1991, p. 110). Assim, nos anos 40 do século XX, a metodologia dos “relatos orais”, foi praticamente abandonada, paralelamente à ascensão das metodologias quantitativas, que, na década seguinte (1950), foram predominantes entre os cientistas sociais.

No Brasil, é a partir dos anos 50 (século XX) que a possibilidade da utilização das metodologias orais na sociologia passa a ser parte de uma reflexão iniciada por um

---

<sup>15</sup> Sobre esta relação vide também: Silva (1996); Montenegro (2001; 1992/93); Portelli (1997a, 1997b), entre outros.

<sup>16</sup> Cabe-nos salientar que “[...] no campo da sociologia, apesar do uso mais restrito dos relatos de vida, durante essa primeira fase de utilização em bases científicas, ressalta-se as investigações levadas a cabo pela Escola de Chicago. Dentro da perspectiva do que ficou conhecido como o *interacionismo simbólico*, os relatos de vida forneceram elementos para se compreender ‘por dentro’ categorias consideradas desviantes dentro da sociedade: vagabundos, delinquentes, toxicômanos, etc.” (Brioshi; Trigo, 1987, p. 634). E ainda, “[...] na história, o uso do método oral também data dos anos 20 e nasceu com a necessidade de estudar culturas iletradas com extensa tradição oral” (idem, p. 635)

grupo de cientistas sociais da USP/ São Paulo, do qual faziam parte Maria Isaura Pereira de Queiroz, Renato Jardim Moreira e Florestan Fernandes. Tal grupo tinha por preocupação central a busca pela desvinculação da técnica de suas origens psicológicas e a transformação desta em um instrumento de análise sociológica, como relata Pereira (1991). Mas é somente a partir da década de 1970 que o “relato oral” reaparece como forma de investigação, passando a ter aceitação cada vez maior entre os cientistas sociais, tanto no nível internacional, quanto no nacional. Os métodos qualitativos tomam um espaço antes hegemonicamente ocupado pelos quantitativos. Para alguns estudiosos, entre outros motivos, pode-se afirmar que “[...] o desenvolvimento tecnológico favoreceu a efervescência dos métodos qualitativos, na medida em que o uso do gravador substituiu apontamentos manuscritos no campo, ou memorizados de forma muitas vezes imperfeita ou incompleta” (BRIOSHI; TRIGO, 1987, p. 631).

As ciências sociais assistem a uma retomada de interesse pelos métodos qualitativos que coincidem com o movimento de “retorno do sujeito” (GAULEJAC apud PREUSS, 1992, p. 05)<sup>17</sup>, na década que compreende entre os anos 1970 e 1980. Tal movimento reascende velhas discussões, cria impasses e suscita novas questões que se inserem na questão mais ampla que envolve a utilização das metodologias qualitativas, consideradas como pouco científicas do ponto de vista do paradigma predominante até então – o Positivista (neutralidade e objetividade)<sup>18</sup>.

Quanto a isso salientamos que é verdade que a mensuração proporciona ao pesquisador uma sensação de maior segurança frente aos dados coletados, no que diz respeito à manutenção da neutralidade científica, no entanto, como observa Preuss (1992, p.07 – grifo do autor) “[...] a quantificação das informações não deve ser entendida como eliminação da subjetividade já que os critérios de recorte das categorias que serão quantificadas não são, necessariamente, objetivos, nem os ‘instrumentos de

---

<sup>17</sup> Moljo (2001) observa, baseando-se em Martinelli (1994), que as abordagens qualitativas reconhecem os sujeitos nas suas singularidades, permitindo que estes se revelem tanto em seu discurso, como em suas ações, e no contexto de suas vidas [tradução nossa].

<sup>18</sup> Segundo Minayo (1993, p. 39 – grifo da autora): “A hipótese central do positivismo sociológico é de que a sociedade humana é regulada por leis naturais que atingem o funcionamento da vida social, econômica, política e cultural de seus membros. Portanto, as ciências sociais, para analisar determinado grupo ou comunidade, têm de descobrir as leis invariáveis e independentes de seu funcionamento. Daí decorre que os métodos e técnicas para se conhecer uma sociedade ou determinado segmento dela são da mesma natureza que os empregados nas ciências naturais. E ainda mais, da mesma forma que as ciências naturais propugnam um conhecimento objetivo, neutro, livre de juízo de valor, de implicações político-sociais [...] também as ciências sociais devem buscar, para a sua cientificidade, este ‘conhecimento objetivo’.”

medida' estão livres de distorção". Portanto, é um equívoco considerar a quantificação como garantia de objetividade:

Pouco a pouco se percebeu, [...], que valores e emoções permaneciam escondidos nos próprios dados estatísticos, já que as definições das finalidades da pesquisa e a formulação das perguntas estavam profundamente ligadas à maneira de pensar e de sentir do pesquisador, o qual transpunha assim aos dados, de maneira perigosa porque invisível, sua própria percepção e seus preconceitos. Os números perdiam sua auréola de pura objetividade, patenteando-se dotados de vieses anteriores ao momento da coleta, escondidos na formulação do problema e do questionário; ocultos, pareciam inexistentes... Porém, influenciavam o levantamento, desviando-os muitas vezes do rumo que devia seguir. (QUEIROZ apud PREUSS, 1992, p. 08).

Retomamos neste momento que a grande questão colocada sobre a validade dos métodos qualitativos, diz respeito à subjetividade da investigação científica, que segundo os positivistas é mantida pela mensuração, mas que, como vimos não a garante. Além dessa questão que relaciona objetividade e capacidade de mensuração, a subjetividade dos métodos qualitativos também está relacionada à outra oposição; qual seja: entre o universal e o particular, entre o que é singular e o que é coletivo, generalizável e que, portanto, ocorre para além da experiência pessoal. Esta questão assume centralidade no caso dos "relatos orais" e, segundo Preuss (1992) refere-se a três pontos básicos: a fidedignidade, a representatividade dos relatos e a possibilidade de se apreender o social no individual.

No que diz respeito ao primeiro deles, a **fidedignidade**, a autora salienta que não se pode perder de vista que o "falar sobre" é sempre uma representação, uma leitura do real a partir de uma determinada visão do mundo e, portanto, mesmo as respostas dadas aos mais sofisticados questionários estarão permeadas por esse impasse. Desta forma, a objetividade não é intrínseca ao método, mas ao modo como o pesquisador procede com o objeto. Portanto, tanto os documentos orais quanto os escritos devem ser vistos como "documentos históricos", ou seja, produzidos historicamente, e, sendo assim, não isentos das intencionalidades de quem os produziu. Por isso, o que devemos levar em conta são os cuidados específicos que cada método exige na análise e interpretação dos dados coletados através de sua utilização (que também podem ser complementares – métodos quantitativos mais métodos qualitativos).

Uma forma de garantir a fidedignidade, para alguns autores, consiste em buscar, através de fontes complementares<sup>19</sup>, informações que auxiliem a procura pela verdade contida nos relatos dos narradores; além de outras formas, como, por exemplo, buscar conhecer e ficar atento às tendências recorrentes ou tentações mais frequentes do ato de narrar histórias, ou seja, os mecanismos utilizados pelos narradores, não os desprezando nas análises e interpretações futuras. Além disso, é preciso distinguir no relato dos narradores a “sua sinceridade”, a “verdade subjetiva” e a “verdade histórica”, como salienta Kohli (apud PREUSS, 1992, p. 14). É importante não desconsiderar que nas investigações sociais qualitativas o objeto de pesquisa é essencialmente histórico, possui consciência histórica e, portanto,

[...] o investigador se depara [...] com um objeto que reage à sua presença, detém um saber que lhe é próprio, decorrente de sua experiência de vida, capaz de atribuir significado à sua ação e ao seu discurso, expressando e articulando seu pensamento à sua maneira. Essa é justamente, a riqueza que busca na coleta de relatos de vida. (BRIOSHI; TRIGO, 1987, p.633).

Estes fatos exigem do pesquisador uma atitude crítica em relação ao material coletado e que não desconsidere a situação temporal e espacial do objeto pesquisado, bem como as relações estabelecidas entre eles no momento da coleta de dados; isto é, exige que o pesquisador substitua a noção de neutralidade pela proposta de problematização do momento da entrevista, após sua realização. Além disso, não se pode perder de vista que “[...] se o indivíduo, no relato de vida, fornece a matéria-prima para o conhecimento sociológico, não é ele mesmo o objeto de estudo, mas sim as relações nas quais encontra-se inserido” (idem, p. 634).

Cabe aqui ressaltar também, que o investigador não é um observador neutro, visto que leva para as entrevistas seu “[...] determinantes de classe, formação cultural, profissional, sexo, idade [...]” (ibidem) e que esta não neutralidade está presente mesmo quando se utiliza técnicas quantitativas<sup>20</sup>. Desta forma, por mais que o pesquisador

---

<sup>19</sup> Nas análises e interpretações desta dissertação, procuramos nos basear nas pesquisas já existentes sobre o envelhecimento e a velhice que se utilizam, ou não, de metodologias orais, bem como em uma revisão bibliográfica ampla e crítica sobre o tema.

<sup>20</sup> Sobre esta discussão ver Minayo (1994; 1993) e Thiollent (1987).



[...] procure captar dados ‘reais’ e ‘objetivos’, o resultado é uma interpretação, uma visão dos fatos que poderá ser confrontada com outras. Assim, os esforços não devem ser mobilizados no sentido de anular as ‘interferências’ da subjetividade, mas sim de conhecer e saber lidar com elas. (BRIOSHI; TRIGO, 1987, p. 634)

Alguns pesquisadores sugerem que uma boa forma de superar a ilusão da neutralidade é a união entre a observação, que pressupõe um distanciamento entre o observador e o observado, pelo questionamento, que estabelece um sistema de comunicação entre o entrevistador e o entrevistado (THIOLLENT, 1987). E, assim, os dados observados e coletados devem ser trabalhados e elaborados através da atividade reflexiva do pesquisador/investigador, que deve estar presente em todas as etapas da investigação. É importante salientar que esta interferência direta do pesquisador na produção do documento oral, que para os Positivistas seria vista como fraqueza, é justamente o que o faz mais valioso, como destaca Thompson (1992). O método biográfico<sup>21</sup> é intrinsecamente flexível, baseado numa combinação de exploração e questionamento, que através do diálogo entre o pesquisador e o informante permite recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza, eis aí o seu grande potencial.

Voltando à questão de discutir a “subjetividade” presente nos métodos qualitativos, esta estaria presente ainda no “documento oral” pelo fato deste representar uma visão parcial (e subjetiva) do informante, levando a muitas críticas e questionamentos quanto à representatividade dos dados coletados por este. Thompson (1992) acredita que para a “história oral” realizar todo o seu potencial desvelador da realidade, faz-se necessário que a questão da representatividade seja enfrentada, mas é igualmente necessário que o pesquisador não se torne obcecado por ela, e assim,

[...] perder de vista as questões substantivas no desenvolvimento da metodologia. E também perder de vista a ocasião em que é melhor que estas sejam simplesmente esquecidas. Uma das mais profundas lições da história oral é a singularidade, tanto quanto a representatividade, de cada história de vida. (THOMPSON, 1992, p.174).

---

<sup>21</sup> A história oral é parte deste método. “O método biográfico é aquele capaz de captar a face interna da experiência humana, ou seus aspectos vividos e, especialmente, através de casos individuais, apreender as relações que dizem respeito ao grupo, ou à sociedade. O material biográfico revela tanto a face externa da vida e os acontecimentos objetivos, quanto a face interna, o vivido” (LANG, 1996, p.44)

Do mesmo modo, a escolha do informante, “[...] estaria diretamente ligada ao problema que se quer investigar, o que significa que não haveria nenhum critério de escolha de informantes que pudesse ser considerado o melhor para todas as situações” (PEREIRA, 1991, p.117).

Ainda sobre este aspecto, outro ponto importante para a perspectiva sociológica é o **grau de generalização** possível do conhecimento adquirido por meio dos “relatos orais”. Alguns autores advertem que ainda que seja possível a generalização do material obtido pelos “relatos orais”, não se pode desligar do fato de que a utilização da história oral pressupõe a não possibilidade de uma generalização absoluta e indiscutível. Além da preocupação com o grau de generalização possível, relacionada à representatividade desta metodologia, para a sociologia, há a necessidade que a análise e interpretação dos dados coletados sejam baseadas em um “quadro teórico” previamente definido<sup>22</sup>. Pereira (1991) adverte

[...] que o referencial teórico é um ingrediente indispensável para que se proceda à coleta dos relatos, pois se aceitamos que os dados não falam por si, o conhecimento do objeto exige um trabalho de construção por parte do investigador, através de sua reflexão sobre as informações disponíveis. (PEREIRA, 1991, p. 119)

Partindo desses pressupostos, chega-se ao último questionamento em relação à subjetividade da “história oral”, ou seja: qual a **possibilidade de se aprender o social no individual**? Neste ponto salienta-se que é necessário um esforço do pesquisador (investigador) no sentido de transitar nas diferentes áreas de conhecimento da realidade, onde muitas vezes não é possível a total “descontaminação” de suas influências, o que torna obrigatório aceitar essa imbricação, como observa Pereira (1991):

A opção por trabalhar com a abordagem biográfica implica esse transitar nas fronteiras e um permanente esforço em que figura e fundo se alternam em contínuo vai-e-vem como nas ‘figuras ambíguas’ dos manuais de Psicologia da Percepção. Desse esforço faz parte tentar deixar fluir a narrativa e nela captar o singular e o geral, o simbólico e o estrutural no processo em que se produz e se insere. Desse processo fazem parte o entrevistador e o narrador e o ‘mundo’ que cada um traz para a situação da conversa. (PREUSS, 1992, p. 17 – grifo do autor)

---

<sup>22</sup> Ressalta-se, no entanto, como o fizeram diversos autores: Portelli (1997), Montenegro (2001), Lang (1996), e outros, que este “quadro teórico” deve ser constantemente realimentado pelo próprio processo de pesquisa de campo, visto que é próprio desta metodologia, ampliar e diversificar nossas indagações iniciais, portanto não pode ser rígido e imutável.

Como já dissemos anteriormente, o relato é sempre construído por alguém, pressupõe um ouvinte (até mesmo os redigidos, pressupõe um leitor) e um assunto; e o narrador o faz de um ponto de vista que, embora seja individual, é também social, pois é produzido a partir da posição que este indivíduo ocupa no campo social, de sua participação nos processos sociais e na estrutura social; relacionando-se também, portanto, com o tempo e com o lugar no espaço que ocupam<sup>23</sup>. E é exatamente nessa dupla dimensão – individual/social; singular/universal – que reside sua fecundidade, sendo assim, pode-se afirmar que a história oral “[...] não só permite, ela requer que não se perca de vista nem o individual nem o social” (PEREIRA, 1991, p. 18).

A partir de tais colocações, é possível afirmarmos que os indivíduos só se percebem como “sujeitos sociais” na medida em que tomam consciência de suas histórias, da história do grupo e da sociedade aos quais pertence; bem como que a memória é um importante instrumento na construção da identidade individual e coletiva, na medida em que não se restringe ao mero registro de informações, mas ao contrário, possibilita a releitura do passado como forma de construir e dar significado ao tempo presente, e aos projetos de futuro.

## 1.2 - Sujeitos e histórias : um dedinho de prosa

*“Não estava ‘estudando’ os habitantes da região (nem lhes fazendo sermões), mas ‘aprendendo’ algo a seu respeito.”  
(PORTELLI, 1997, p.23)*

### 1.2.1 – O processo de coleta de dados:

Como já sinalizamos, para a realização deste estudo e alcance dos objetivos aos quais se propõe, além da construção de um quadro conceitual sobre as questões que envolvem o processo de envelhecimento na sociedade capitalista, desenvolvemos uma pesquisa, utilizando, como instrumento de coleta de dados, **entrevistas** que se estruturaram como uma “**conversa**” com velhos moradores da cidade de Juiz de Fora – MG. As entrevistas basearam-se num roteiro (APÊNDICE 1) que visava estimular o início do processo de “relato de vida”, tentando demarcar nas trajetórias dos homens e mulheres entrevistados pontos centrais, tais como: a infância, a adolescência, a

---

<sup>23</sup> Halbwachs (2006) ressalta que “[...] não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar ao passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda.” (p 170).

juventude, a idade adulta, a velhice e as relações primárias e secundárias estabelecidas por estes ao longo desta trajetória; sem, no entanto, dirigir os relatos de forma a priorizar nenhum destes pontos. Portanto, deixamos o interlocutor/colaborador o mais livre possível no processo de seleção do que gostaria ou julgasse necessário relatar.

Assim, a condução da conversa se deu de um modo que as perguntas estimulavam o processo de rememoração e alimentavam o diálogo que é a base do processo narrativo, como destaca Portelli (1997b). Salienta-se que esta postura de condução das entrevistas, não me impediu de indagá-los sobre os aspectos mais marcantes em seus relatos que traziam à tona as heterogeneidades intrínsecas e extrínsecas ao processo de envelhecimento e velhice destes sujeitos sociais. Sobre este aspecto, também é importante destacar que a reflexão sobre o tema proposto neste estudo, ou seja, o alimentar-se das pesquisas anteriores e do referencial teórico sobre o processo de envelhecimento e velhice, bem como sobre o próprio desenrolar das entrevistas, fez-se presente durante toda a coleta de dados. Assim sendo, como pressupõe Bertaux (1980 apud Lang, 1996), a análise e interpretação dos documentos que estavam se estruturando não se colocaram como um momento posterior, mas concomitante, conduzindo contínuas modificações nesta etapa. Somado a isto, o diálogo com cada um dos entrevistados, trouxe para a Pesquisa questões que ainda não haviam sido pensadas, leituras que ainda não haviam sido feitas, desfizeram certezas, suscitaram dúvidas e despertaram outras indagações para além das postas inicialmente neste estudo. Ou seja, em um processo de partilha, de construção mútua, foi se delineando a condução destas entrevistas, como um produto de ambos os envolvidos – entrevistador e entrevistado (PORTELLI, 1997 a e b; PESSANHA, 1996; entre outros). Como salienta Cruikshank (1996) “[...] uma das contribuições mais diretas que a tradição oral pode prestar ao discurso acadêmico é complicar nossas perguntas” (p.163). Assim, admite-se que nenhuma entrevista foi proposta da mesma maneira que a anterior, pois foram sendo incorporadas ao processo estas reflexões que geraram também o amadurecimento teórico da própria pesquisadora.<sup>24</sup>

Como acontece com outras questões mais vitais, aprende-se melhor a história oral experimentando-a, praticando-a sistemática e criticamente; mantendo a disposição de voltar atrás reflexivamente sobre os passos percorridos, com a finalidade de melhorar cada vez mais o nosso desempenho. (Lozano, 1996, p.25)

---

<sup>24</sup> Sobre este aspecto, as reflexões de LANG (1996) também são bastante esclarecedoras.

Posto isso, demarcamos que a pesquisa de campo teve início em maio de 2007 quando realizei a primeira entrevista formal com uma das mulheres selecionada para este estudo, Dona Rosilda de Jesus. Marco esta como a primeira entrevista formal, pois várias outras conversas informais com homens e mulheres nesta etapa da vida já haviam sido realizadas por mim ao longo de toda a construção deste estudo, possibilitadas por minha inserção e trajetória profissional<sup>25</sup> e que se fizeram presentes desde a escolha desta temática, até a estruturação do mesmo.

Foram realizadas ao todo **10** (dez) **entrevistas**, que responderam aos objetivos aos quais nos propúnhamos (critério de saturação); salienta-se que não houve preocupação com a representatividade quantitativa, mas sim com o recolhimento de relatos qualitativamente significativos; que nenhum dos narradores selecionados para a entrevista negou-se em relatar sua trajetória de vida e que apenas 01 (um) não permitiu a utilização de seu nome para identificar seus relatos (por considerá-lo feio), sendo então identificado por um pseudônimo. Das entrevistas, 05 (cinco) foram realizadas com homens idosos e 05 (cinco) com mulheres idosas pertencentes a **diferentes recortes geracionais**<sup>26</sup>, ou seja: jovens-idosos (65 a 75 anos) – 04 entrevistados; idosos-idosos (acima de 75 anos) – 04 entrevistados; e idosos mais idosos (com mais de 85 anos) – 02 entrevistados. Outro critério utilizado na seleção dos sujeitos velhos que seriam entrevistados foi sua **inserção social ou redes de sociabilidade que mantêm no presente**, aqui entendida como estarem ou não inseridos em Grupos, Programas ou Projetos para esta etapa específica da vida, bem como Institucionalizados (Instituições de Longa Permanência ou Abrigos/Pousadas), ou não. Além destes, outro critério utilizado na busca de um universo heterogêneo foi o relacionado à **renda pessoal** destes

---

<sup>25</sup> Refiro-me às atividades, já salientadas na introdução deste estudo, desenvolvidas no “Pólo Interdisciplinar na Área do Envelhecimento” – PIE (1998- 2000, estagiária no Projeto de Extensão “Envelhecimento e Memória”; 2003-2005, coordenadora de Projetos de Extensão; de abril a agosto de 2004, coordenadora geral do Programa) e como colaboradora técnica(2006 até a presente data) nos Projetos de Extensão na área do envelhecimento desenvolvidos no “Núcleo de Extensão sobre Gerações/Casa de Cultura/Faculdade de Serviço Social –UFJF” (onde se encontra alocado o PIE); desenvolvimento de Estudos sobre questões que envolvem o processo de envelhecimento para a obtenção tanto do título de bacharel em Serviço Social (1999), quanto de especialista em “Planejamento e Gestão de Políticas Sociais” (2003) por esta Instituição de Ensino Superior.

<sup>26</sup> Embora a Organização Mundial de Saúde considere como idosos nos “países em desenvolvimento” as pessoas acima de 60 (sessenta) anos, e este também ser o marco cronológico na Legislação brasileira, tomamos como critério de seleção dos entrevistados este recorte, por entendermos que, como salienta Debert (1999), não podemos englobar na categoria “velhos” os indivíduos com 60 (sessenta) anos e aqueles que têm 20 (vinte) ou 30 (trinta) anos a mais, pois assim estaremos desconsiderando a diversidade entre estes. Ou seja, esta classificação também vai de encontro à noção da velhice como uma experiência homogênea que se vivencia a partir dos 60 (sessenta) anos de idade.

velhos; embora este não tenha sido um critério rígido de seletividade, visto que os anteriores acabaram por definir este, na medida em que os entrevistados foram selecionados em instituições que tradicionalmente atendem, no município de Juiz de Fora, velhos pobres (Abrigo Santa Helena) e outra que atende velhos com situação financeira melhor (Pousada Bom Pastor); e, no caso específico dos participantes dos Programas e Projetos (Pró-Idoso/AMAC e Núcleo de Extensão sobre Gerações/Pólo Interdisciplinar na Área do Envelhecimento - PIE), foi possível selecioná-los não só pelo perfil tradicional dos participantes, mas também pelo tipo de ação na qual estes estão envolvidos, assim, por exemplo, no Pró-idoso, idosos de baixa renda, no “PIE” participantes dos cursos pagos, e participantes de um Projeto de extensão desenvolvido fora da sede do Programa e que atende idosos mais pobres do município; já com os não participantes ou institucionalizados, a seleção foi feita pelo lugar que ocupam no espaço urbano (bairros onde moram) e que refletem, na maioria das vezes, sua situação financeira e posição de classe.

Definidos estes critérios, partimos então para encontrar esses velhos que, através de suas narrativas, estruturariam todo o meu trabalho. Assim, por meio de contatos estabelecidos com colegas também Assistentes Sociais, inseridas nestes Programas, Projetos e Instituições,<sup>27</sup> cheguei a alguns destes narradores; outros foram selecionados por mim mesma no Programa no qual sou colaboradora técnica e, outros ainda, através de amigos, profissionais de outras áreas técnicas, e dos próprios idosos que me indicaram aqueles que não estão inseridos nos espaços sócio-ocupacionais específicos para esta faixa etária. Vale deixar marcado ainda, que os entrevistados também foram “escolhidos” pela capacidade de construir um trabalho de rememoração, visto que é comum nesta etapa da vida doenças crônicas ou degenerativas que inviabilizam ou comprometem tal construção. Assim, somado ao perfil delimitado pela idade, sexo, renda e inserção social (participação ou não), a capacidade para tal função, bem como o desejo de contar suas histórias, também foram essenciais neste processo seletivo.

Das 10 (dez) entrevistas realizadas, 03 (três) foram com velhos Institucionalizados – 02 (dois) homens e 01 (uma) mulher; 04 (quatro) com

---

<sup>27</sup> Todos os profissionais e técnicos que me auxiliaram foram devidamente esclarecidos sobre os objetivos deste estudo e assinaram um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” no qual permitiam a realização das entrevistas, quando o entrevistado estava inserido em Programas, Projetos ou em Instituições de Longa Permanência ou Abrigos. Um documento semelhante (“Termo de cessão de direitos”) foi assinado pelos próprios idosos no qual autorizam a utilização do material coletado em campo, relatos orais e fotografias, para fins exclusivamente educacionais (APÊNDICES 2 e 3). Ressalta-se que estes documentos se encontram em poder da pesquisadora.

participantes de Projetos e Programas – 03 (três) mulheres e 01 (um) homem; e 03 (três) com não Institucionalizados ou participantes de Programas ou Projetos – 02 (dois) homens e 01 (uma) mulher<sup>28</sup>; totalizando 12 (doze) horas e 54 (cinquenta e quatro) minutos de entrevistas gravadas em fitas K7.<sup>29</sup> Além do recurso da gravação das entrevistas, procurei anotar os fatos que não poderiam ser captados por este recurso, e outros que julgava necessários para a construção das análises e interpretações das mesmas, em um “Diário de Campo”. Neste “Diário” também construí as primeiras percepções sobre a trajetória de vida daquele narrador, que sustentaram as transformações e ajustes no processo de coletas de dados. Cabe ressaltar que na medida em que se realizavam mais entrevistas, foi possível estabelecer, já no “Diário de Campo”, relações entre os relatos, ressaltando suas diversidades e igualdades. Além disso, é importante esclarecer que as entrevistas foram feitas em locais determinados pelos próprios narradores e na sua transcrição literal se utilizou critérios simples de padronização (APÊNDICE 4), buscando registrar, na medida do possível, toda a riqueza dos “relatos orais de vida”<sup>30</sup>. Nestas transcrições também estão presentes a “voz” da pesquisadora, visto que, como já dissemos, entendemos o resultado final da entrevista como sendo um produto de ambos, entrevistador e entrevistado, a forma como as questões são colocadas no diálogo entre estes tem um papel fundamental na construção do relato. Relatos, aliás, formados não apenas por palavras, mas por gestos, objetos, expressões, emoções- lágrimas e sorrisos -, silêncios, suspiros, entre tantos outros recursos utilizados pelo narrador para expressar o sentimento aflorado pelo trabalho de rememoração/revisitação de sua trajetória de vida e de sua inserção no presente<sup>31</sup>.

---

<sup>28</sup> O número de entrevistas por sexo em cada uma destas categorias não foi previamente definido, prevalecendo a disponibilidade e a possibilidade de realização das entrevistas (informei ao profissional que me auxiliaria na seleção, um pequeno perfil de com quem eu gostaria de conversar e em conjunto definíamos quem seria entrevistado) a única certeza que eu tinha quanto à isto era que entrevistaria um número equivalente de homens e mulheres. Mas é interessante notar a prevalência de mulheres participantes de Programas e Projetos, indo ao encontro de dados salientados em Pesquisas anteriores (DEBERT, 1999)

<sup>29</sup> Tais fitas, devidamente identificadas e armazenadas, estão em poder da pesquisadora para serem utilizadas novamente em estudos futuros. Destaco que compartilho da idéia de autores que afirmam ser as entrevistas parte de um contexto específico que envolve o pesquisador e o pesquisado e que, sendo assim, não servem como fonte primária para outros pesquisadores e estas, mesmo pelo próprio pesquisador, devem ser consideradas dentro do contexto a partir do qual foram produzidas (PORTELLI; CRUIKSHANK; entre outros)

<sup>30</sup> Algumas das transcrições não foram realizadas pela pesquisadora, por uma questão de tempo hábil, sendo feitas pela Bacharel em Letras Samyra Monteiro e pela psicóloga Tatiana Yazbek. No entanto, toda a padronização e revisão foram realizadas pela própria pesquisadora, por entender o papel fundamental que esta atividade tem no resultado final do processo de estudo/aprendizagem.

<sup>31</sup> Ainda sobre o trabalho da transcrição, cabe-nos dizer que, nesta dissertação para ressaltar a procedência diversa dos discursos nela presentes, as vozes do narrador/entrevistado e do pesquisador/entrevistador (entendida aqui também como o próprio processo de escritura do texto) serão marcadas distintamente

De uma forma ampla, a análise e interpretação dos dados coletados se deram, primeiramente, no sentido de buscar as categorias presentes nas narrativas destes homens e mulheres que envelhecem que trazem as marcas das diferenças em suas trajetórias e, concomitantemente, buscar as categorias que os unem como sujeitos sociais pertencentes a uma mesma etapa de vida – a velhice –, mas que não os homogeneízam. Ou ainda, as análises e interpretações dessas “trajetórias/histórias”, buscaram a heterogeneidade do processo de envelhecimento e velhice, sempre tomando como princípio os elos que unem estes idosos em “sujeitos coletivos”; os elos que os aproximam como membros de uma mesma classe social, de uma mesma geração, pertencentes a um mesmo sexo e inserção social. Ao mesmo tempo, procuramos recuperar os traços da suas singularidades e particularidades, numa perspectiva não individualista, mas que ressaltam suas individualidades, sem desprezar ou menosprezar os aspectos mais compartilhados e coletivos de sua existência.

E, assim, em uma construção dialética e indissociável entre o referencial teórico e os “relatos orais de vida” coletados no trabalho de campo, situamos o homem que envelhece como sujeito e agente de suas histórias, compreendendo, no entanto, como já salientado, que estas não dependem apenas de cada um deles em ações isoladas e/ou singulares, mas que são também construções coletivas, perpassadas pelas condições materiais e simbólicas da sociedade na qual estão inseridos.

E é este esforço reflexivo de leitura, análise e interpretação dos “relatos orais de vida” destes homens e mulheres que envelhecem que serão apresentados nos próximos capítulos desta dissertação.

Cabe-nos destacar que a restituição deste trabalho de interpretação e análise dos que nos foi narrado, não se restringirá ao retorno aos próprios narradores, visto que, como salienta Portelli (1997b),

O verdadeiro serviço que, [...], prestamos a elas, a movimentos e indivíduos consiste em fazer com que sua voz seja ouvida, em levá-la para fora, em pôr fim à sua sensação de impotência, em conseguir que seu discurso chegue a outras pessoas e comunidades. (p. 31)

---

através da alteração das fontes (Times New Roman para Comic Sans MS), do espaçamento (1,5 para simples), da alteração do tamanho da fonte (de 12 para 11) e do recuo para direita. Além disso, nas transcrições dos trechos dos discursos dos narradores, a fala da pesquisadora será transcrita em negrito, apenas para diferenciá-las.



E, ainda que, embora, tenhamos consciência da responsabilidade pela interpretação e análise dos “relatos orais de vida” destes homens e mulheres que envelhecem, não reivindicamos para estas status de verdade. Pois, reconhecemos ser este um trabalho realizado em conjunto, feito através do diálogo não só entre o pesquisador e o pesquisado, mas também entre estes e os leitores. Ou seja, realizado no diálogo com o entrevistado que, naquele momento, já nos conta sua história a partir de sua própria interpretação e, após todo nosso esforço e ‘interferência’ como pesquisador, no diálogo com o leitor da “nossa obra” que também fará suas interpretações e análises. “[...] conseqüentemente, aquilo que criamos é um texto dialógico de muitas vozes e múltiplas interpretações [...]” (idem, p.27). Sendo esta uma das grandes riquezas da história oral.

### **1.2.2 – Os narradores: sujeitos históricos e inseridos na história**

*“Pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois.”*

**Walter Benjamin**

Neste subitem, apresento brevemente os homens e mulheres entrevistados a fim de facilitar a identificação dos mesmos durante a utilização dos fragmentos das suas narrativas nos próximos capítulos desta dissertação, bem como conhecer as principais categorias presentes nos seus discursos em torno das quais organizam suas trajetórias de vida. No entanto, é preciso considerar que, como observa Moljo (2001), estes narradores só revelarão suas essências nos próprios relatos. E ainda, que reconhecemos que o tema proposto para a construção do nosso diálogo não se esgotou no momento destas entrevistas, bem como que as possibilidades instigadas a partir destas conversas são mais amplas do que as que foram apresentadas aqui, visto que, além do momento em que se dá a entrevista ser muito mais rico que as transcrições apresentadas, o tempo restrito para a execução do trabalho como um todo nos obriga a deixar sem respostas algumas novas questões trazidas pelas próprias revelações que nos foram feitas no momento da entrevista. E também, que nem todas as perguntas que, com certeza, são suscitadas pela leitura destas narrativas serão por elas respondidas. Entretanto,

considerando o nosso objetivo inicial o “material coletado” corresponde e “responde” às nossas expectativas.

### **Primeiramente as mulheres...**

#### **Rosilda de Jesus.**

[...] não sou muito comunicativa não. [...] eu nunca fui de me comunicar, até hoje [risos]! [...] sou, sempre fui tímida!  
(fragmento da narrativa)

Nasceu em 1941, em Juiz de Fora –MG, é negra, filha única ‘adotiva’ de um casal branco de classe média – Antônio de Cássio e Efigênia dos Santos de Cássio, e este fato é várias vezes ressaltado por ela durante a entrevista, reafirmando sempre que foi criada como filha legítima do casal, ou seja, que não sofreu nenhum tipo de preconceito por ser adotada e, muito menos, por ser negra. Ainda segundo seu relato, confirmado pela Assistente Social do Abrigo, foi doada a este casal pela mãe biológica aos 04 (quatro) meses de vida, e é possível notar que isto lhe marcou muito. Dedicou sua vida a fazer companhia para os pais e grande parte dela aos cuidados com a mãe doente. Teve muita dificuldade em elaborar e lidar com a perda da mãe e, apesar de manter um bom relacionamento com o pai, este não foi mais tão intenso após o segundo casamento dele.

Dona Rosilda estudou até o 4º ano primário em uma escola pública do município de Juiz de Fora, relata que o seu período da infância foi marcado pelas brincadeiras com as outras crianças do bairro onde morava e que estas amizades se perpetuaram durante muito tempo pelo fato de todos os vizinhos, e ela mesma, morarem em casas próprias. Começou a trabalhar aos 14 (quatorze) anos de idade, sendo ela a única entrevistada em demarcar esta etapa da vida como adolescência; mas por ter ficado alguns meses sem receber o salário que lhe deviam, a mãe lhe retirou deste emprego e, a partir de então, passou a se dedicar aos cuidados com esta e não mais trabalhou fora de casa.

Hoje, aos 65 (sessenta e cinco) anos, disse-me não se sentir velha e associou a velhice a uma série de estereótipos negativos, como alienação, reclamações e queixas constantes de dores, inutilidade, desânimo, entre outros. Ela é beneficiária da Lei

Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS, Lei nº 8742/93), vive em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (“Abrigo Santa Helena”)<sup>33</sup> há 03 (três) anos. Divide um quarto nesta instituição com 02 (duas) idosas e, segundo seus relatos, mantém uma boa relação com elas. Antes da institucionalização, dona Rosilda morava sozinha em um imóvel próprio recebido de herança dos pais adotivos, e há alguns anos já não saía de casa e nem recebia ninguém, passando vários dias sem conversar e até mesmo se alimentar. Após um surto psicótico desencadeado por uma depressão atribuída à solidão foi morar nesta Instituição, levada por 02 (duas) primas, com as quais ainda mantém alguns contatos, sendo estes alguns dos restritos contatos com o mundo para além dos muros institucionais.

Dona Rosilda tem um olhar super desconfiado, um sorriso maroto, é muito tímida, fala muito pouco e estas características podem ser percebidas no seu modo de contar suas histórias. A narrativa é permeada de momentos de total silêncio, especialmente no início, quando demonstrou não estar nem um pouco à vontade, estava muito apreensiva. Esta situação não se alterou durante toda a entrevista, apenas conseguimos diminuir bastante o constrangimento. E, em alguns raros momentos em que se deixou levar pelas lembranças parecia esquecer a minha presença e estes são, sem dúvida, os melhores trechos da entrevista.

A entrevista foi realizada nas dependências do próprio “Abrigo”, e dona Rosilda foi indicada pela assistente social da instituição que considerou, a partir do perfil determinado, ser ela uma colaboradora importante para o meu estudo. Teve duração de 45 (quarenta e cinco) minutos.

## **Doralice da Silva**

---

<sup>33</sup> O Abrigo Santa Helena é uma entidade filantrópica fundada em 10 de outubro de 1915. O objetivo inicial da instituição era funcionar como um asilo para mendigos, mas com o passar do tempo o lugar se tornou uma opção para os idosos carentes e sem família ou para aqueles cujas famílias não têm condições de prestar os cuidados necessários. No total cerca de 45 (quarenta e cinco) funcionários trabalham no Abrigo, entre estes psicólogos, assistentes sociais, enfermeiras, médicos, etc.

Batia. Ih, eu apanhei muito! Eu falo com a Franciele [bisneta que dorme com ela] você tem boa vida minha filha, no meu tempo não tinha nada disso não...a gente apanhava bem mesmo. Eu apanhava com fio de luz ainda! (fragmento da narrativa)

Nasceu no dia 13 de maio de 1918, na zona rural do município de Juiz de Fora, e mudou-se para a cidade aos 10 (dez) anos de idade. É filha do Sr. José Will e da Sra. Leonilda, teve 06 (seis) irmãos e hoje não tem mais contato com nenhum deles. Tem um sorriso fácil e simpático e um brilho nos olhos encantador que não revelam a vida sofrida que teve. Sua história é permeada de momentos marcantes e alguns deles nos remetem à simplicidade da vida cotidiana de alguns anos atrás. Casou-se 03 (três) vezes, teve 23 (vinte e três) filhos, dos quais apenas 03 (três) estão vivos, sendo que a maioria faleceu de alcoolismo (os 18 homens). Aliás, os problemas decorrentes do alcoolismo sempre estiveram presentes na sua trajetória de vida, sendo vítima, juntamente com a mãe e as irmãs, da violência cometida pelo pai alcoolista e depois da violência dos seus três maridos, dos quais não se separava por medo. Não estudou por imposição paterna, baseada na alegação de que iriam na escola só para namorar, e, além disso, precisavam trabalhar. Trabalhou desde muito cedo, com 10 (dez) anos, em profissões tipicamente femininas e, mais tarde foi “catadora de lenha” para garantir a sobrevivência familiar.

A senhora Doralice sempre teve muitas dificuldades financeiras, chegou a pedir comida para ela e para os filhos para não morrerem de fome.

Ainda hoje, aos 89 (oitenta e nove) anos, trabalha como lavadeira para aumentar a renda familiar de, aproximadamente, R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais), e diz fazer isto por prazer. É beneficiária da LOAS (BPC/Lei nº 8742/93) e mora sozinha (mas tem a companhia de uma bisneta à noite) em um casebre muito simples na Vila Olavo Costa no município de Juiz de Fora, de chão batido, telha de amianto com muitas goteiras que a obriga a cobrir os móveis ganhados de um dos filhos.

Dona Doralice tem uma excelente relação familiar e com a vizinhança, das quais recebe muito carinho e atenção, relata haver entre os filhos e os netos algumas disputas saudáveis para saber quem vai fazer ou ter a companhia da mãe e avó. Participa das atividades desenvolvidas pelo Projeto de Extensão “Nucleação do PIE nos bairros

do município de Juiz de Fora”<sup>34</sup> no bairro Dom Bosco, e considera a velhice uma etapa natural da vida. Sua família hoje é composta por 03 (três) filhos, 02 (duas) noras e 01 (um) genro, 10 netos aproximadamente, bisnetos e tataranetos, cujos números exatos não soube informar.

A entrevista foi realizada no seu casebre que tem as paredes cheias de gaiolas com diferentes pássaros que participaram de toda nossa conversa, atribuindo-lhe melodia. No início, dona Doralice, não se mostrou muito à vontade e nem tranqüila, começamos de uma forma meio retraída (esta foi a segunda entrevista realizada) e custamos um pouco a nos soltar, por isso, fomos e voltamos em um mesmo assunto várias vezes, visto que a cada nova narração realizada por ela um detalhe anteriormente omitido era apresentado e enriquecido. E assim, fomos tecendo nosso diálogo de uma forma bastante prazerosa.

A entrevista foi marcada por mim mesma durante uma das reuniões do “Projeto Nucleação” pelo qual sou a técnica responsável, e a escolha por dona Doralice foi feita considerando o seu perfil (idade, sexo e situação econômica) e capacidade narrativa. Teve duração de 59 (cinquenta e nove) minutos.

### **Maria da Glória Amorim**

Ce vê, eu, na minha idade hoje, quando eu era moça, nosso Deus, menina, os homens ficavam tudo ... sabe? Até hoje, até hoje!!! (fragmento da narrativa)

Nasceu na zona rural do município de Juiz de Fora - MG, no dia 02 de março de 1942. Sua mãe faleceu de hemorragia pós-parto, quando ela estava com 05 (cinco) anos de idade, relata este episódio com detalhes, como se estivesse acontecendo naquele instante; após sua morte, mesmo sendo um último desejo seu que seus filhos não fossem separados uns dos outros, seu pai deu a ela e a irmã para parentes que viviam na zona urbana do município, ficando com ele apenas os filhos do sexo masculino. Fatos que lhe marcaram por toda a sua vida.

A partir daí passou a viver sem lugar fixo, num processo migratório entre a zona rural e a urbana de Juiz de Fora, bem como entre diferentes casas de parentes,

---

<sup>34</sup> Tal projeto é desenvolvido pelo Programa de Extensão “Pólo Interdisciplinar na Área do Envelhecimento” coordenado pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

principalmente depois do segundo casamento do pai, visto que não se dava bem com a sua madrasta. Entre estas idas e vindas, morou um tempo um pouco maior na casa da avó paterna com quem se dava muito bem, fala dela com carinho.

A senhora Glória tem baixa escolaridade, estudou até o segundo ano primário, pois teve que deixar de estudar para cuidar desta avó e dos afazeres domésticos, além disso, sua vida errante não permitiu o término dos estudos. Começou a trabalhar com 12 anos de idade, para ajudar na manutenção da casa dos tios onde morava na época. Trabalhou um longo período sem contribuir com a Previdência Social e, assim não pode se aposentar, sendo hoje beneficiária da Assistência Social, recebendo o “Benefício de Prestação Continuada” (LOAS, Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993).

Casou-se, teve 04 filhos e se separou quando dois destes filhos (gêmeos) ainda eram recém-nascidos, após um casamento não muito feliz. O processo de separação foi bastante traumático, sofreu muito, tanto que desenvolveu uma depressão que a levou a ficar internada durante alguns meses em um Hospital psiquiátrico e, ainda hoje, não fala sobre isto com desenvoltura e naturalidade.

Dona Glória conta cheia de orgulho sobre as conquistas de seus filhos e dos 02 netos e se dá muito bem com todos eles. Não quis se casar novamente, embora tenha um namorado, 23 anos mais novo do que ela, com quem mantém uma relação estável há 18 anos, mas diz não querer compromisso sério. Mora sozinha em um pequeno apartamento na área central da cidade e para espantar a solidão ouve e participa de um programa de rádio noturno enviando pequenos poemas de amor que, segundo ela, são copiados pelos ouvintes e “servem de inspiração aos apaixonados”. Durante a entrevista ela recita alguns deles com bastante descontração. Há um tempo, fez um curso junto ao “Corpo de Bombeiros” do município para se formar “Bombeirinha” e sua narrativa é permeada de histórias de “heroísmo”, contadas cheias de ação e num ritmo como se estivessem acontecendo naquele exato momento, são prestações de socorro a motoqueiros acidentados, senhoras adoentadas, jovens atropelados, crianças, etc, moradores da cidade.

Dona Glória narra sua trajetória utilizando-se de vários recursos de linguagem – mudanças de entonação, gestos, suspiros, silêncios, pausas, acelerações -, fazendo, em alguns momentos, parecer que estávamos falando de um personagem de romance ou tele-novelas. Não se sentiu constrangida em momento algum e chegou a declarar estar

se sentindo muito importante naquele momento, comparando-se a uma autoridade política - “Eu tô igual o presidente!” – principalmente pelo quanto que, segundo ela estava falando.

Aos 65 anos, ela é uma mulher muito vaidosa, tem uma sexualidade aflorada e lembra-se de ter sido uma jovem também muito bonita e cobiçada pelos rapazes daquela época; hoje se envaidece de ainda receber elogios dos homens de diferentes faixas etárias. Disse que só irá se sentir velha quando “[...] tiver dentro do caixão [...]” , associando esta etapa da vida com morte e inutilidade.

A entrevista foi realizada na sede do “Pró-Idoso” onde dona Glória participa de algumas atividades, ela foi indicada pela assistente social do Programa, após estudo do perfil previamente indicado, e nossa conversa durou 80 (oitenta) minutos.

### **Maria Cleusa Leal Neto**

Quem me dera se eu tivesse a sua idade, com o juízo agora que eu tô, com a cabeça mais firme. Ah, meu Deus! Não ia ouvir meu pai não, não ia mesmo! (fragmento da narrativa)

Nasceu em 1942, na cidade de Juiz de Fora – MG, sua mãe faleceu quando ela tinha 04 (quatro) anos, no parto de uma menina, deixando 04 (quatro) filhos ainda muito pequenos, o mais velho com 07 (sete) anos. O pai casou-se novamente após alguns anos e ela com seus irmãos mantiveram uma boa relação afetiva com a madrasta e foram, então, educados também por ela. Neste segundo casamento o pai teve mais 10 filhos, ela conta com orgulho em relatos cheios de emoção sobre a vida cotidiana em família, e a respeito dos preciosos ensinamentos que recebeu da madrasta

Às vezes, por punição a algum “mau comportamento” ela ia morar com tios ou tias durante um período de tempo. Dona Cleusa relata alguns desses períodos e faz comparações entre a educação rígida que o pai lhes prestava e a educação ainda mais severa despendida por estes parentes. Fala sobre o seu pai, com grande carinho e respeito, especialmente, sobre o fato de ele ter criado seus filhos durante alguns anos sem a figura feminina; o que, para ela, justifica muito do comportamento rígido e até mesmo severo e machista do pai, destacando que este era super protetor e por vezes errava por excesso de zelo.

Ainda quanto a sua educação, dona Cleusa também relatou que ela e a irmã sofreram grande repressão sexual e esta repressão lhe trouxe grande dificuldade de lidar com sua sexualidade e desejo durante todas as etapas de sua vida, inclusive hoje.

Aos 04 (quatro) anos, após a morte da mãe, já assumia alguns dos serviços domésticos, sendo responsável pela arrumação e limpeza da casa; aos 08 (oito) anos trabalhava fora de casa como babá. Estudou até completar o 2º grau (não informou com quantos anos terminou, mas disse ter sido antes do casamento), mais tarde, já casada, fez curso de língua estrangeira, e sonhava em ser “artista de circo”, profissão, na época, permeada de preconceitos e, portanto, impossível para ela, “menina moça”.

Casou-se, aos 15 anos, obrigada pelo pai que tinha medo de que as filhas ficassem solteiras. Foi morar no Rio de Janeiro – RJ e, inicialmente trabalhou junto com o marido como decoradora; ele era “artista plástico” e desenvolveu trabalhos para algumas empresas de grande prestígio no Brasil, mas não parava em nenhum emprego e, além disso, como era dependente químico, gastava todo o dinheiro que recebia com seu vício e mulheres. Assim, para sustentar os filhos e pagar o aluguel, ela trabalhava no comércio ou em casas de família, mas o ciúme doentio do marido não a permitia permanecer por muito tempo nestes empregos. O que levou a sua família, durante muito tempo, a depender de programas/projetos assistenciais para sobreviver; fala desta época com muito humor, inclusive dizendo que deveria se chamar “Maria Cleusa Sopa”, referindo-se a grande quantidade deste tipo de alimentação que recebia destes Programas.

O relacionamento entre ela e o marido é marcado por atos de violências (física e psicológica) praticadas por ele. Dona Cleusa saiu de casa algumas vezes e, em uma delas, voltou para a casa do pai em Juiz de Fora, mas ao descobrir que estava grávida, o seu pai a obrigou a voltar para junto do marido, devido aos tabus e preconceitos que cultivava em relação ao fato de uma mulher, naquela época, ter filhos sozinha. O marido faleceu de overdose, deixando-a com 04 (quatro) filhos ainda muito pequenos (03 biológicos e um adotivo, filho de uma irmã que também morreu no parto), prefere, ainda hoje, não falar sobre este fato com eles.

Dona Cleusa não se casou novamente e não teve nenhum outro relacionamento afetivo deste tipo, disse ter tomado “trauma de homens”, além disso, afirma que não necessita de homem para lhe sustentar, pois tem condição de fazer isto sozinha.



Mora sozinha em um pequeno apartamento no bairro Costa Carvalho, onde mantém um ateliê de trabalhos manuais que desenvolve por prazer e para aumentar a renda familiar de um salário mínimo (R\$ 380,00 – trezentos e oitenta reais) que recebe da pensão do ex-marido. Tem uma boa relação com os filhos, netos e também com seus irmãos que moram em Juiz de Fora, com os quais tem contatos frequentes. Disse preferir morar sozinha, pois é muito desorganizada e gosta da liberdade que esta situação lhe traz. Participa de um grupo de teatro no “Pró-Idoso”<sup>35</sup> e relatou adorar representar, realiza-se nesta função.

Hoje, aos 65 (sessenta e cinco) anos, sente a alegria de estar livre das repressões do pai e do marido, e esta liberdade é o que lhe faz mais feliz nos dias atuais. Dona Cleusa atribui esta liberdade também ao próprio processo de envelhecimento que, segundo ela, é o grande responsável por atualmente conseguir elaborar melhor os acontecimentos de sua vida e por ter mais poder de escolha.

Realizamos a entrevista na sede do Programa “Pró-Idoso/AMAC” e dona Cleusa também foi indicada pela assistente social da instituição, a partir do perfil informado previamente. Esta foi a única entrevista que teve que ser re-gravada devido a problemas técnicos, mas como a trajetória de vida da senhora Cleusa é riquíssima e conseguimos manter um bom diálogo em ambas as entrevistas, não houve problemas em utilizar tal narrativa neste estudo. Dona Cleusa demonstrou durante todos dois encontros grande prazer em narrar sua trajetória de vida, e esta construção se deu quase sem a minha intervenção, pausas ou silêncios. Envolveu-se com suas lembranças e se deixou emocionar por estas, deu grandes gargalhadas, parecia estar mesmo se divertindo.

Os trechos utilizados neste relatório são os da segunda entrevista, realizada alguns dias após a primeira, que teve duração de 90 (noventa) minutos. Entretanto, na análise e interpretação da trajetória de vida de dona Maria Cleusa, também foram utilizadas as anotações feitas no “Diário de Campo”, relativas à primeira entrevista.

---

<sup>35</sup> O “Centro de Convivência – Pró-Idoso” está vinculado à Associação de Apoio Comunitário – AMAC e foi criado no ano de 1988. Falaremos um pouco mais sobre esta Instituição e Programa no capítulo II.

## **Aracy Soares Monteiro Vianna**

Então, agora vou fazer 80 anos e então eu vou fazer uma festança lá em Cabo Frio com a Orquestra Tabajara, no "Costa Azul" que é um clube muito bom lá e o bufê vai ser da Gringa, uma "gringa" que é muito conhecida lá também e eu vou cantar. (fragmento da narrativa)

Nasceu em Juiz de Fora no ano de 1927, no dia 03 (três) de novembro. É filha de uma família de classe média, teve uma infância tranqüila, cheia de brincadeiras, fala de seus pais e de uma avó com muito carinho. Relata que a mãe era uma exímia costureira. Dona Aracy em nenhuma das etapas de sua vida trabalhou fora, e considera ser o papel de dona de casa o principal a ser exercido por qualquer mulher. Estudou até se formar em técnica em contabilidade com 16 (dezesesseis) anos, aproximadamente, e teve uma educação familiar voltada para o casamento, inclusive narra que seu pai dizia que para a mulher o importante era aprender os serviços domésticos. Casou-se, aos 17 (dezesete) anos, teve 04 (quatro) filhos, sendo que em sua última gestação, sua filha mais velha também estava grávida e tiveram os filhos praticamente juntas o que, segundo ela, não lhe permitiu sentir o prazer de ser avó pela primeira vez. Uma de suas filhas faleceu e deixou 04 (quatro) filhos, sendo estes criados por ela; a menina, hoje já adulta e ainda solteira, mora com ela em uma bela casa no bairro Bom Pastor, juntamente com sua filha, bisneta de dona Aracy, por quem tem grande xodó. Dona Aracy é viúva e recebe uma pensão do marido que era sócio de uma construtora que lhes deu todo o conforto que têm. Sua renda mensal de, aproximadamente, R\$ 2000,00 (dois mil reais) é o resultado da soma desta pensão e de aluguéis de imóveis não apenas em Juiz de Fora. Ela ajudou e ainda ajuda financeiramente toda a família e conta cheia de orgulho sobre a formação profissional que estes têm. E, também salientou que, tem preocupação com os familiares que ainda não alcançaram seus sonhos e desejos na área profissional.

Dona Aracy demonstrou empolgação em contar sobre sua vida e desempenhou tal função de maneira bastante objetiva, tentando manter uma coerência lógica entre suas lembranças, parecia preocupada em responder aos objetivos da entrevista expostos por mim no início da nossa conversa; mas em alguns momentos se deixou levar por suas memórias e projetos atuais de vida. Um destes momentos de grande envolvimento emotivo com o que me contava, foi o relato detalhado sobre os preparativos para uma

grande festa para celebrar seus 80 (oitenta) anos. Tal celebração se realizaria na cidade de Angra dos Reis – RJ em uma das pousadas para turistas que pertence a sua filha, esta estava sendo preparada com grande glamour e seria embalada pela “Orquestra Tabajara”.

Ela não participa de nenhum Programa ou Projeto específico para esta etapa de sua vida, mas mantém uma vida social bastante intensa e, inclusive, tem um grupo de amigas com quem viaja e se diverte praticamente toda semana, jogando baralho e fazendo pequenas reuniões festivas em suas casas. É, portanto, uma mulher bastante ativa e, ainda hoje, dirige seu automóvel para onde quer que vá.

Para falar especificamente sobre esta etapa de sua vida – a velhice-, utilizou-se de um discurso bastante pragmático, mas em momento algum negou seu processo de envelhecimento, classificando-o como natural.

Realizamos a entrevista na sua casa, após um contato realizado por mim através da sua neta, e esta teve duração de 50 (cinquenta) minutos.

## **E agora os homens ...**

### **João Cordeiro dos Reis**

É, pra dizer a verdade, a gente... passei bem graças a Deus porque toda a vida trabalhando, né? Muito trabalho mesmo! Nem vi passar meu tempo de... Chegou a idade e eu nem vi porque tive quase manhã e noite no trabalho, não vê o tempo passar. (fragmento da narrativa)

Nasceu no dia 18 de agosto de 1916, na zona rural do município de Rio Pomba (cidade da zona da mata mineira, próxima à Juiz de Fora). É filho de João Cordeiro Lúcio e Francisca Severina dos Reis, teve 11 (onze) irmãos e desde criança desenvolveu trabalhos na roça. Conta que as brincadeiras de infância eram limpar o feijão colhido pela família. Estudou muito pouco, até o 3º ano primário, em uma “escola rural”, por ter que trabalhar. Migrou-se, aos 20 (vinte) anos, para a zona urbana deste município, ingressando nos trabalhos no comércio de Rio Pomba e, mais tarde – com 34(trinta e quatro) anos –, foi para a cidade de Volta Redonda no estado do Rio de Janeiro, onde trabalhou como motorista, profissão que exerceu até se aposentar há 20 (vinte) anos. Marca a sua vida pelo ritmo e cadência do trabalho, como é comum entre os

entrevistados, e, no seu caso específico, até esse processo migratório, dizendo que saiu do “campo para o comércio”, ou seja, do trabalho tipicamente agrário para o ligado ao centro urbano.

Casou-se já bem tarde, com aproximadamente 55 (cinquenta e cinco) anos, com a senhora Hilda de Oliveira, de 52 (cinquenta e dois) anos, sendo para ambos o primeiro casamento; conheceram-se no espaço de trabalho do senhor João, ele motorista de um ônibus e ela passageira, e não tiveram filhos. Mantém um relacionamento bastante carinhoso com a mulher que necessita de cuidados especiais por questões de saúde e por estar quase cega, fala dela com ternura.

Atualmente recebe um salário mínimo de aposentadoria (R\$ 380,00 – trezentos e oitenta reais), mora com a esposa, também aposentada (mesmo valor do benefício), em uma “Casa Lar”<sup>36</sup> no “Abrigo Santa Helena”. Veio para o abrigo para ter quem cuidasse deles, pois estavam muito sozinhos. Quem paga a instituição é uma sobrinha do casal que os visita com uma certa frequência, e o dinheiro da aposentadoria dos dois é utilizado para as despesas com alguns remédios e médicos para além dos que são oferecidos pelo Abrigo, especialmente para a mulher, bem como alguma alimentação complementar também não oferecida.

O senhor João tem 91 (noventa e um) anos de vida e é um homem bastante ativo, agitado, inteligente e bem informado; em vários momentos incorpora aos seus relatos fatos políticos, econômicos e sociais da realidade contemporânea e histórica do município, da região, do estado, do país e até internacionais. Demonstra ter autonomia sobre sua vida e sempre faz pequenos passeios ao centro da cidade, inclusive no dia anterior ao da entrevista, não consegui realizá-la, pois havia saído. Disse necessitar destes passeios, como forma de extravasar, pois o costume do trabalho e do ritmo que este impõe o impede de ficar parado em casa.

Ele considera a velhice como o fim da vida, etapa onde já não se tem mais ilusões, sonhos e/ou esperanças, disse estar só esperando a “morte chegar”, ou “Deus me chamar”.

A entrevista foi realizada na sua “Casa Lar”, ele também foi indicado pela assistente social da Instituição. No início não me pareceu muito à vontade, incomodou-se um pouco com o gravador e, por ser muito agitado, com o fato de ficar parado. Mas após alguns minutos, estava mais descontraído e a entrevista fluiu melhor, embora, eu

---

<sup>36</sup> Modalidade de atendimento não asilar prevista na Política Nacional do Idoso (Lei nº 8842 de 04 de janeiro de 1994 e regulamentada pelo Decreto nº 1948 de 03 de julho de 1996)

tenha feito muitas interferências para tentar que ele não me respondesse de maneira tão sucinta, deixando de se preocupar em responder apenas aos objetivos da entrevista expostos a ele no início; e também, para cortar os vários momentos de silêncio que foi correspondido por mim em algumas vezes por reconhecer que estes trazem consigo importante significado. O senhor João demonstrou maior empolgação ao falar sobre a dinâmica do trabalho formal que exercia e nos momentos em que teceu algumas comparações sobre o que denomina como sendo o “seu tempo” em relação ao tempo presente, considerando hoje os homens pouco confiáveis, e o mundo contemporâneo muito violento, não sendo possível assim, manter alguma relação externa aos muros do Abrigo.

O tom de sua narrativa é, sem dúvida, o de alguém que aconselha que se reconhece enquanto detentor de um saber trazido pela experiência, características de um “narrador” benjaminiano. Nosso diálogo durou 64 (sessenta e quatro) minutos.

### **Emiliano Moreira Neto**

É porque a pessoa tendo serviço tem o dinheiro, e aí o que dizer, ela pode ter as coisas. Mas se ficar a toa... não tem dinheiro, não tem nada. [...] Agora, pode, tem que aproveitar o que ganhou... tem o direito.... [...] É, vamos aproveitar enquanto está vivo, né? (fragmento da narrativa)

Nasceu no dia 14 de fevereiro de 1942, em Torreões, distrito do município de Juiz de Fora, mas viveu toda a sua infância e boa parte da juventude no município de Simão Pereira – MG, até aos 20 anos na zona rural deste município. É filho do senhor Joaquim e da senhora Emiliana, teve 09 irmãos, dos quais 05 estão vivos, mas não mantém contatos freqüentes com todos os irmãos.

Na infância aprendeu a ler, a escrever e a realizar algumas operações matemáticas com o pai que tinha o “quarto ano primário” e que devido à distância de onde moravam de uma escola, era professor não só dos filhos, como também de mais 11 (onze) pessoas, à “luz de querosene”.

Quando a família mudou para a zona urbana do município de Simão Pereira, o senhor Emiliano ingressou no Mobral<sup>37</sup> por exigência de qualificação para o mercado de trabalho e, ali “tirou o diploma de quarto ano”, após apenas mais dois anos de estudo, com 28 anos, em 1970, tempo que exemplifica, segundo ele, a qualidade dos estudos com o pai.

Durante toda a infância, mais precisamente, a partir dos 07 anos de idade, auxiliou os pais nos “serviços de roça”. Na juventude aproveitou bastante dos “bailes na roça” para namorar e “fazer farras”, práticas abandonadas quando se mudou para Juiz de Fora e ingressou no mercado formal de trabalho. Trabalhou como metalúrgico – construindo estruturas metálicas – durante 25 (vinte cinco) anos, aposentou-se com 55 (cinquenta e cinco) anos, sempre trabalhando em uma mesma firma.

Casou-se mais tarde, com 34 (trinta e quatro) anos, em 1976, com uma mulher de 40 (quarenta) anos, segundo ele mais por medo de ficar sozinho, pois nunca havia pretendido se casar; não teve filhos.

Desde 1979 vive em sua casa própria, construída por ele com a ajuda da mão-de-obra também de um tio, com grande sacrifício, em um terreno único no qual também estão as casas de uma irmã e outros parentes. Sobrevive com o dinheiro da sua aposentadoria, R\$ 870,00 (oitocentos e setenta reais), única renda do casal, e diz não guardar nenhum dinheiro, pois não tem para quem deixar herança. Fala com convicção que dinheiro é para gastar e não para poupar, e que só irá poupar quando não puder mais sair de casa.

O senhor Emiliano, atualmente com 65 (sessenta e cinco) anos de idade, é muito simpático, tem um sorriso fácil, é inteligente e bastante prático. Tem uma facilidade enorme com números e constrói seu discurso todo marcado pelas datas exatas em que os fatos aconteceram em sua vida. Fez questão de dizer que está em uma fase da vida muito boa, pois hoje não tem mais que se preocupar com horários e compromissos e que, por isso, pode passar a maior parte do seu dia “curtindo” suas horas de folga conquistadas após anos de muito trabalho. Relatou adorar jogar sinuca com os colegas no “Pró-Idoso/AMAC”, onde participa apenas desta atividade. No entanto, não considera estes outros homens, com quem convive quase que diariamente, como amigos, pois, segundo ele, hoje não se pode mais ter amigos porque ninguém mais é

---

<sup>37</sup> Movimento Brasileiro de Alfabetização - surgiu como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas com Lourenço Filho. Foi criado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967

confiável. Outra característica bem típica da construção do seu relato é que este é marcado pelo ritmo e costumes atuais de sua vida, é um homem do agora, do tempo presente, disse não ter mais preocupação com o amanhã e relaciona isto à fase da vida pela qual está passando.

Realizamos a entrevista no “Pró-Idoso” e, como os demais entrevistados participantes deste Programa, ele também foi selecionado pela assistente social da instituição, respeitando o perfil previamente indicado. O senhor Emiliano demonstrou entusiasmo em me contar sobre sua vida, e se empolgou especialmente ao narrar sobre o seu trabalho; quase não faz comentários sobre a família que constituiu e traça algumas comparações entre o tempo presente e o passado, e também, como outros entrevistados, considera os homens de hoje pouco confiáveis. Esta entrevista teve duração de 73 (setenta e três) minutos.

### **Ernani Ferreira**

[...] a maior alegria minha foi ter formado todos os filhos. Os quatro estão formados que já não dependem de mim para nada. (fragmento da narrativa)

Nasceu em 1930, na cidade de Guiricema no estado de Minas Gerais, é filho de Dimas e Judith. Viveu sua “meninice” (como denomina a infância) com seus 11 (onze) irmãos – 06 (seis) mulheres e 05 (cinco) homens, dos quais 01(um) faleceu ainda criança, vítima de uma infecção. Esta fase foi marcada pela convivência com a avó materna, a senhora Maria Cecília, “professora rural” com quem aprendeu suas “primeiras letras”, as “histórias da vida” e também a tomar café, bebida pela qual se diz viciado. Nesta pequena cidade estudou até o 4º (quarto) ano primário, depois continuou seus estudos informalmente com uma professora particular, dona Isabel, durante 02 (dois) anos, visto que os pais notavam seu grande interesse pelos estudos, mas não tinham dinheiro para mantê-lo em uma escola fora de Guiricema. Após este período a mãe solicitou a uma tia, a senhora Eulália, que o aceitasse em sua casa na cidade de Visconde de Rio Branco-MG em troca de alguns gêneros alimentícios. A partir da resposta positiva da tia, pode cursar o ginásio, em um internato, depois ter sido classificado no exame de admissão. Cursou, ainda nesta cidade, o primeiro ano científico, mas como avaliou o estudo como muito fraco, solicitou aos pais que o

deixasse ir morar em Ouro Preto, cidade mineira, onde então poderia terminar o científico e cursar uma faculdade. E, com alguns sacrifícios dos pais ele conseguiu se formar em “Farmácia e Bioquímica”, no ano de 1953 e, segundo suas próprias palavras, “[...] a sorte começou!” Formado, foi contratado para ir trabalhar no Rio de Janeiro e dali foi para o estado da Amazônia, em 1955, o que causou grande reboliço em família; narra este fato com grande poesia, aliás, esta é uma característica de todo o seu relato.

Senhor Ernani teve riquíssimas experiências proporcionadas principalmente pelo trabalho em diferentes regiões do Brasil: nos arredores de Manaus, na Amazônia, na tribo dos índios Tapaxós, na dos Xingu, em Belém, em Vitória no Espírito Santo, Boa Vista, Acre, Rondônia, no interior de Minas Gerais, entre outras. Casou-se quando estava na Amazônia com uma namorada que havia deixado em Minas, com quem viveu durante muitos anos, até a sua morte. Teve 04 (quatro) filhos, 02 (duas) mulheres e 02 (dois) homens, com os quais mantém uma excelente relação. Logo após o nascimento da sua segunda filha, senhor Ernani se viu obrigado a voltar para o Rio de Janeiro, devido aos vários meses de salário atrasado. Veio sem nenhuma expectativa de um novo emprego, então passou por algumas dificuldades, precisou da ajuda de muitas pessoas, inclusive da empregada doméstica da família que continuou trabalhando mesmo sem receber e também do sogro que abrigou sua esposa e filhas, e da própria esposa que teve que desenvolver trabalhos de costura para auxiliar no orçamento familiar.

Conforme seu relato, por determinação da sua primeira esposa, que previa morrer antes dele, deveria arrumar outra mulher para não ficar sozinho. Como após a sua morte, ele realmente sentiu-se muito só, a família se empenhou na procura de uma nova esposa para ele. Assim, casou-se novamente com a senhora Heloisa, uma ‘juizdeforana’ e, então, mudou-se do Rio de Janeiro onde morava em um amplo apartamento de sua propriedade na Barra da Tijuca, para um também bom apartamento no bairro São Mateus em Juiz de Fora, onde vive desde o casamento, há um ano e oito meses, com a atual esposa.

Senhor Ernani tem 02 aposentadorias, uma renda mensal de, aproximadamente, R\$ 4300, 00 (quatro mil e trezentos reais), é um homem cheio de histórias; muito culto; viajou e conheceu vários lugares dentro e fora do país; gosta de ler e lamenta que a visão já não esteja tão boa, o que lhe impede de realizar com a mesma desenvoltura esta atividade; fala e entende algumas línguas estrangeiras e está aprendendo espanhol no “Núcleo de Extensão sobre Gerações/Pólo Interdisciplinar na Área do Envelhecimento - PIE”. Através deste Programa fez novas amizades e mantém esse círculo com encontros



freqüentes; participa de movimentos da Igreja Católica, religião que pratica assiduamente; de concursos culturais; enfim, é bastante ativo. Não fala sobre a velhice especificamente, apenas em alguns momentos comenta sobre os limites físicos trazidos pela idade, como a pequena perda da visão que o atrapalha a ler, hábito cultivado desde criança; mas pela forma como constrói sua narrativa é possível afirmar que a considera como uma etapa natural da vida e resultado da forma como viveu cada uma das suas etapas, se classifica como um homem feliz.

Ainda hoje, aos 77 (setenta e sete) anos, o senhor Ernani, conserva o hábito de registrar os acontecimentos do seu dia-a-dia em diários iniciados por uma necessidade de não se esquecer dos compromissos e atividades realizadas no trabalho e que lhe acompanha até hoje. Têm todos estes diários guardados desde o ano de 1976 quando escreveu o primeiro, até o do presente ano; fez questão de mostrá-los.

Senhor Ernani relata com entusiasmo todas as passagens de sua vida e têm histórias maravilhosas, é o típico “narrador” no sentido benjaminiano, seu relato é cheio de ritmo, poesia, emoção, conselhos; demonstra grande prazer nesta atividade e, por isso, é muito envolvente. Ele termina nossa conversa, obedecendo à característica poética presente durante toda a entrevista dizendo que toda pessoa tem a sua história, e que a dele foi feita só de felicidade, a única tristeza foi a perda da mulher, mas que todo mundo tem suas perdas, e que são necessárias e não são impossíveis.

Realizamos a entrevista na sua casa e esta teve duração de 120 (cento e vinte) minutos. O senhor Ernani foi selecionado, por mim mesma, através das fichas individuais de identificação dos participantes do Programa “Núcleo de Extensão sobre Gerações/Pólo Interdisciplinar na Área do Envelhecimento”.

### **Ernesto Kuhlmann de Mello**

[...] geralmente o homem... tem... dentro de si aquilo que ele foi a vida toda. Se ele foi egoísta, ele continua egoísta se ele não se corrigir. Se ele foi viciado, ele continua viciado se ele não se corrigir. (fragmento da narrativa)

Nasceu no dia 04 de julho de 1923 na cidade de Tremembé na Serra da Cantareira no estado de São Paulo, é filho de José da Silva Mello e Josefina Kuhlmann de Mello, teve 09 irmãos – 08 (oito) homens e 01(uma) mulher, e destes apenas 04 (quatro) estão vivos e não mantêm contatos. Saiu de casa aos 20 (vinte) anos, após a

morte do pai, indo morar em um apartamento alugado para fugir das brigas constantes entre os irmãos em casa.

Começou a trabalhar aos 13 (treze) anos, e só parou após 32 (trinta e dois) anos e meio de trabalho, quando se aposentou. Trabalhou em 02 (dois) empregos concomitantemente durante alguns anos, e em várias firmas, teve também diferentes profissões e as últimas exercidas foram as de bancário e comissário, característica que classifica como sendo própria do paulista: “[...] Porque eu sou paulista, paulista trabalha [...]”. Disse também que se submeteu a esta dura rotina para garantir uma boa aposentadoria, que hoje é de aproximadamente, R\$ 1800,00 (mil e oitocentos reais), e que estes foram os anos mais felizes da sua vida.

Senhor Ernesto estudou apenas até terminar o primeiro grau por falta de tempo para se dedicar aos estudos, pois necessitava trabalhar. Teve sua vida marcada pelo trabalho, trabalhou tanto que, segundo ele, não teve tempo para namorar, só pensou nisto quando sua mãe lhe disse que não seria eterna e que ele, portanto, deveria se casar. Assim, casou-se aos 53 (cinquenta e três) anos, com uma mulher de 33(trinta e três) anos e veio morar em Juiz de Fora. Ela faleceu, 25 (vinte e cinco) anos após o casamento, em um trágico acidente doméstico; desobedecendo, conforme senhor Ernesto, a ordem natural das coisas. Não teve filhos e não se casou novamente. Vive hoje em um Abrigo particular para idosos, situado no bairro Bom Pastor (bairro nobre da cidade) de onde não sai para nada. Disse ter ido morar no Abrigo por sua própria escolha, devido a um problema de saúde que lhe impossibilitou continuar morando sozinho na sua casa própria no bairro Ladeira. Embora confesse que preferia não estar ali, salientando, especialmente, a perda de sua autonomia e até de identidade.

Senhor Ernesto tem uma noção sobre o tempo bastante interessante, relacionado às etapas da vida, diz que toda infância é enorme, pois nela o tempo demora a passar. Diz também que o passar do tempo desgasta o organismo e é isto que determina a velhice.

Ele tem os olhos muito expressivos e pareciam me ler e me estudar durante o tempo todo da entrevista, e, no fim deste exercício de rememoração, fez algumas censuras ao seu próprio relato, tomando por base sua crença religiosa (o Espiritismo).

Aliás, seu relato se faz não apenas pelas construções em torno do trabalho, mas especialmente, pelas explicações sobre a doutrina espírita, religião sobre a qual está escrevendo um livro há 20 (vinte) anos e diz não ter certeza de terminá-lo antes de sua

“desencarnação”. Assim pode-se afirmar que a sua trajetória é marcada pela religião/espiritualidade, chega mesmo, durante nossa conversa, a fazer uma explanação quase catequética sobre espiritualidade, fé, religiosidade e doutrina espírita. Quase não falou sobre si mesmo, mas os poucos relatos em torno de si mesmo, sobre sua trajetória, são riquíssimos e cheios de significados.

A entrevista foi feita no Abrigo onde ele vive, ele foi indicado pela assistente social da instituição e durou 84 (oitenta e quatro) minutos. No início não me pareceu muito à vontade, e, como estava com uma voz muito rouca e baixa, devido a um forte resfriado, precisei permanecer com o gravador muito próximo ao seu rosto, o que de certa forma o deixou constrangido. Mas com o desenrolar da conversa e nosso maior envolvimento, este obstáculo também foi superado e não influenciou negativamente nos resultados da entrevista.

### **João Ricardo dos Santos**

16 (dezesseis) de outubro de 42 (quarenta e dois) eu fui no Quartel Geral e recebi a minha Carteira de Identidade. Passei a ser um militar do Exército Brasileiro!!! (fragmento da narrativa)

Nasceu no dia 16 de janeiro de 1923 na área rural da cidade de Tabuleiro, mas com 05(cinco) anos foi morar na cidade de Rio Novo. Começou a trabalhar ainda menino, ajudando o pai na roça, estudou pouco, até terminar o primário. Aos 15 (quinze) anos, como o pai estava muito doente, ele, os 06 (seis) irmãos e o pai vieram morar com uma tia em Juiz de Fora. Trabalhou em vários empregos e, ainda na juventude foi aliciado para ir à Segunda Guerra Mundial como soldado combatente da linha de frente do Exército Brasileiro, voltou com 19 (dezenove) anos e se deslumbrou com o prestígio que conquistou por tal fato. Conta sobre isto com grande orgulho, sendo este, sem dúvida, o acontecimento que delimitou grande parte da sua trajetória de vida.

Casou-se com 27 (vinte sete) anos, no dia 23 de dezembro de 1950, para não ficar sozinho e ter quem cuidasse da sua casa, das suas roupas e alimentação. Após o falecimento da sua primeira esposa, com quem viveu 43 (quarenta e três) anos no Rio de Janeiro - RJ, ainda continuou morando nesta cidade com um cunhado por 02 (dois) anos, mas como estava se sentindo sozinho, veio para Juiz de Fora a convite de uma sobrinha que o trouxe para morar com ela (1995). Aqui se casou novamente com a

mulher que havia ido para o Rio contratada para cuidar da sua esposa, durante sua fase terminal, mas não chegou a exercer tal função. Não teve filhos biológicos com a primeira esposa, teve uma filha, já falecida, fora do matrimônio (a esposa não teve conhecimento sobre isto), tem um filho adotivo, com o qual não mantém hoje nenhum tipo de contato, mas a quem prestou grande auxílio, principalmente nos aspectos financeiros. Conta sobre este filho com um pouco de revolta. O senhor João não considera os 05 (cinco) filhos e 04 (quatro) netos da segunda esposa como seus, e, inclusive, não se dá muito bem com eles. Mas se reconhece como responsável pela família numerosa, cerca de 10 (dez) pessoas entre genros, agregados, filhos destes agregados e sogra, que hoje vivem com ele e com a esposa, em uma casa alugada, no bairro Progresso; visto que a sua aposentadoria de aproximadamente R\$ 5300,00 (cinco mil e trezentos reais) é a única renda fixa da família e a de maior valor.

O senhor João Ricardo, 84 (oitenta e quatro) anos de idade, não participa de nenhum programa ou projeto específico para a sua faixa etária, é muito vaidoso, inclusive tem as unhas das mãos arrumadas (cutículas e base), tem uma voz calma, uma excelente postura física cultivada com exercícios físicos praticados até bem pouco tempo, antes de descobrir um problema no coração que lhe obrigou a parar com tais exercícios. Sr. João associa a velhice à morte, diz estar esperando apenas “ela chegar”, e fala sobre isto com grande cunho religioso e espiritual.

Ele se mostrou muito empolgado com o propósito da entrevista e relatou todos os fatos da sua vida com muita emoção e organização cronológica, citando todas as datas com precisão. Especialmente quando falou sobre os acontecimentos relacionados à Guerra, mostrou-se emocionado e parecia estar vivendo tudo novamente; contou tais fatos como se tratasse de uma história de ficção. Cabe ressaltar que o senhor João Ricardo tem um ritmo de linguagem bastante acelerado o que, em alguns momentos, tornou muito difícil a transcrição literária da sua narrativa, mas com o auxílio das anotações feitas no “Diário de Campo” foi possível realizar as análises e interpretações da mesma e enriquecer esta dissertação com seus relatos.

A entrevista foi realizada na sua residência aonde cheguei a partir de um contato com a assistente social da Unidade Básica de Saúde do bairro Progresso que o selecionou baseando-se no perfil previamente determinado; e durou 87 (oitenta e sete) minutos.

A partir desta breve apresentação dos homens e mulheres entrevistados, podemos perceber alguns traços que marcam suas trajetórias e os aproximam, presentes na maioria das narrativas, dentre estes destacamos os seguintes:

- . O trabalho exercido desde a infância;
- . A vida marcada pelo ritmo deste trabalho;
- . A baixa escolaridade.

E ainda, alguns que aproximam estes velhos por sexo:

**Entre as mulheres**, a violência doméstica e a educação rígida recebida dos pais;

**Entre os homens**, o casamento tardio e o trabalho fora do âmbito doméstico.

Assim, dentre as categorias presentes nos discursos destes idosos, construídos a partir do trabalho de re-visitação de suas trajetórias, destacamos algumas que julgamos essenciais para entender o que os singularizam e o que os unem como sujeitos sociais que envelhecem e se organizam a partir de uma determinada estrutura social:

- . Família (a de origem e a que constituem);
- . Sexo/gênero (se homens ou se mulheres);
- . Trabalho;
- . Posição social/renda pessoal/classe.

Sendo estas as categorias que procuraremos a partir de um aprofundamento teórico, analisar e interpretar nos próximos capítulos desta dissertação, tomando por base as construções da memória dos velhos entrevistados, sem, no entanto, esgotá-las, visto que como salienta Yamamoto (1999) a realidade é muito mais complexa do que nos apresenta.

Antes, porém, para facilitar a identificação imediata destes sujeitos, meus interlocutores, apresentamos dois “quadros resumos” dos perfis, no quais destacamos os traços que julgamos mais necessários para (re)conhecê-los:

Nome	Data do nasc.	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Grupo familiar (vive com)	Rede de sociabilidade em que está inserido (programas/projetos)	Renda Pessoal*	Renda familiar
Rosilda Lracema R. de Jesus	1941	66	4º ano primário	Solteira	sozinha (domicílio coletivo)	Institucionalizada	R\$ 380,00 BPC	R\$ 380,00 BPC
Doralice da Silva	1918	89	analfabeta	Viúva	sozinha	Programa/Projeto	R\$ 380,00 BPC	R\$ 580,00 BPC+trab. Informal
Mª da Glória Amorim	1942	65	2º ano primário	Separada/ Viúva	sozinha	Programa/Projeto	R\$ 380,00 BPC	R\$ 580,00 BPC+ aluguel
Mª Cleusa Leal Neto	1942	65	2º grau completo	Viúva	sozinha	Programa/Projeto	R\$ 248,00 Pensão	R\$ 300,00 Pensão+trab. Informal
Aracy S. M. Vianna	1927	80	2º grau completo	Viúva	Neta e bisneta	Não inserida	R\$ 2000,00	R\$ 4500,00 Pensão+ aluguéis
João Cordeiro dos Reis	1916	91	3º ano primário	Casado	esposa (“Casa Lar”)	Institucionalizado “Casa Lar”	R\$ 380,00 aposentadoria	R\$ 760,00 Aposentadorias
Emiliano M. Neto	1942	65	4º ano primário	Casado	esposa	Programa/projeto	R\$ 870,00 aposentadoria	R\$ 870,00 Aposentadoria
Emani Ferreira	1930	77	Superior completo	Casado	esposa	Programa/projeto	R\$ 4300,00 aposentadoria	R\$ 6000,00 Aposentadorias
Ernesto K. de Mello	1923	84	1º grau completo	Viúvo	sozinho (domicílio coletivo)	institucionalizado	R\$ 1800,00 aposentadoria	R\$ 1800,00 Aposentadoria
João Ricardo dos Santos	1923	84	1º grau completo	Casado	Companheira, agregados, genros, noras, netos(as), bisnetos(as) e sogra (10 pessoas)	Não inserido	R\$ 5300,00 Apos.+ pensão	R\$ 5300,00 Apos.+ pensão

--	--	--	--	--	--	--	--	--

Quadro II – Perfil Familiar dos Idosos

Nome	COMPOSIÇÃO FAMILIAR Família de Origem	COMPOSIÇÃO FAMILIAR Família que Constituiu	RELAÇÃO FAMILIAR (Contatos/afetos e convivência)
Rosilda Iracema R. de Jesus	Pais adotivos	Não constituiu	Esporádicos com 02 primas
Doralice da Silva	Pais e 06 irmãos	03 casamentos e 23 filhos (03 vivos)	Freqüentes com filhos genros, noras, genro, netos, bisnetos e tataranetos
Mª da Glória Amorim	Pai, madrasta e 04 irmãos	01 casamento e 04 filhos	Freqüentes com filhos, noras e netos
Mª Cleusa Leal Neto	Pai, madrasta e 14 irmãos	01 casamento, 03 filhos genéticos e 01 adotivo	Freqüentes com filhos, noras e netos e com os irmãos
Aracy S. M. Vianna	Pais e irmãos (02 do 2º do casamento do pai, não declara do 1º)	01 casamento, 04 filhos (03 vivos)	Freqüentes com filhos, genros, noras, netos, bisnetos e irmãos
João Cordeiro dos Reis	Pais e 11 irmãos	01 casamento e não teve filhos	Não tem contato com os irmãos, apenas esporadicamente com uma sobrinha (responsável financeiramente pela sua manutenção no Abrigo)
Emiliano M. Neto	Pais e 10 irmãos (06 vivos)	01 casamento e não teve filhos	Freqüentes com alguns dos irmãos e sobrinho (moram em um mesmo quintal)
Emari Ferreira	Pais e 11 irmãos	02 casamentos e 04 filhos (do 1º)	Freqüentes com os filhos, genros, noras, netos, e outros membros de sua família de origem
Ernesto K. de Mello	Pais e 09 irmãos	01 casamento e não teve filhos	Não tem nenhum contato com os seus familiares
João Ricardo dos Santos	Pai e 06 irmãos (não faz declarações sobre o paradeiro da mãe)	02 casamentos (não teve filhos biológicos, teve 01 adotivo)	Não mantém contato com nenhum dos membros da sua família de origem e nem com o seu filho adotivo



*Por conseguinte, o que o trabalho nos ensina não é a importância abstrata do indivíduo, alardeada pelo capitalismo competitivo e liberal, mas a importância idêntica de todos os indivíduos. [...] A história oral como uma arte do indivíduo, portanto, leva ao reconhecimento não só da diferença, como também da igualdade.*

*(PORTELLI, 1997b, p.17-8)*

## **CAPÍTULO II**

### **ENTRELAÇANDO OS FIOS DO TECIDO SOCIAL**

A perspectiva adotada nesta dissertação é a de que, através dos relatos orais de vida dos velhos, é possível compreender o processo de envelhecimento na sociedade na qual estamos inseridos. Partimos do pressuposto que a “idade” é um elemento importante na leitura do mundo, bem como no esforço de entendimento sobre como a realidade “atravessa” os sujeitos sociais. Concebemos estes homens e mulheres como seres históricos, e que são a história, na medida em que a fazem e a refazem, a partir das circunstâncias que lhes são dadas, portanto, as suas histórias se inter-relacionam, ou melhor, são partes do “tecido social”.

Os relatos destes velhos entrevistados estão permeados pelas transformações na dinâmica contemporânea da família, do trabalho e dos direitos, que entremeiam e definem as relações sociais. O que pretendemos neste capítulo, entre outros objetivos, é entender, a partir dos relatos orais destes sujeitos e de outras fontes teóricas, como estas transformações interferem nos laços de solidariedade geracional e, em que medida, estas promovem modificações nas formas de apoio à população idosa e nas suas redes de sociabilidade.

Para o alcance destes objetivos, explicitamos, no primeiro subitem deste capítulo, a concepção sobre Política Social que adotamos nas análises realizadas. Além disso, ainda neste capítulo, produzimos um histórico das políticas de atendimento à velhice (internacional, nacional e municipal) que vêm se estruturando ao longo dos últimos anos (final do século XX e início do XXI) e apresentamos as “escolhas” de participação dos sujeitos entrevistados que, segundo nossas perspectivas, estão estreitamente relacionadas às suas trajetórias de vida.

Esclarecemos que, como já o fizemos na introdução deste estudo, não realizaremos uma análise profunda destas políticas e nem temos por pretensão construir um estudo teórico detalhado sobre a temática, mas sim, aproximarmo-nos das discussões em torno da possibilidade que as novas formas de sociabilidade – grupos, programas, projetos e universidades – para a “terceira idade” representam para a efetivação do estreitamento dos laços de pertencimento ao “tempo presente”. E ainda, compreender as representações e estereótipos relacionados à velhice criados e recriados também nestes (e por estes) espaços de sociabilidade.

## 2.1 – Política social: dimensões econômicas, políticas, culturais e sociais

*“Os tempos mudavam, no devagar depressa dos tempos”  
(Guimarães Rosa, 1995, p.411)*

Política Social é um tema bastante complexo e muito discutido nos dias atuais, desta forma, existem inúmeras perspectivas teóricas e, podemos afirmar ideológicas<sup>38</sup>, construídas sobre esta categoria. Neste subitem, partiremos da apreensão de parcela desta produção teórica, mais especificamente as análises produzidas pela tradição marxista, buscando compreender um pouco dos fundamentos e argumentos utilizados na definição do que seja Política Social na contemporaneidade, bem como de seus alicerces históricos.

Tomaremos como base para a construção desta reflexão em torno das Políticas Sociais (concepção e conceito), especialmente, as análises teórico-críticas realizadas por Evaldo Vieira<sup>39</sup>, e as construídas por Elaine Rossetti Behring e Ivanete Boschetti<sup>40</sup>. Tal escolha teórica se faz pela relevância dos aspectos trabalhados por estes autores, bem como pela clareza nas reflexões e exposição dos conteúdos.

Para Vieira (2003), “qualquer exame da política econômica e da política social deve fundamentar-se no desenvolvimento contraditório da história” (p. 136), visto que estas políticas estão vinculadas, tanto ao processo de acumulação do capital, quanto à necessidade de formulação de respostas às demandas sociais desta sociedade. Ou em outros termos, estas políticas estão vinculadas à necessidade de valorização e acumulação do capital, e à necessidade de manutenção da força de trabalho para o mesmo. Assim, ao estudarmos as Políticas Sociais, tomando por princípio a “dialética da totalidade” (KOSIK, 1976), não podemos interpretá-las como fatos em si, mas sim “[...] como fatos de um todo dialético [...] como partes estruturais do todo.” (idem, p. 36)

Behring e Boshetti (2007) observam que o período específico em que surgem as primeiras iniciativas de políticas sociais é algo que não se pode indicar com precisão, pois, “[...] como processo social, elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal.” (p. 47). Entretanto, este início, é comumente relacionado “[...] aos movimentos de massa social-democratas e ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental do final do século XIX” (PIERSON, 1991 apud

BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 47). E sua generalização se dá na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, quando eclodi o que chamamos de “questão social” que é resultante da luta de classes entre o Capital e o Trabalho. Como observa Vieira (2003)

a política social aparece no capitalismo construída a partir das mobilizações operárias sucedidas ao longo das primeiras revoluções industriais. A política social como estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, unicamente pôde existir com o surgimento dos movimentos populares do século XIX. (p. 140)

A Política Social, portanto, é resultante de lutas políticas, ou seja, de correlações de força entre as classes. E é a correlação de forças entre as classes que define e fixa a orientação tanto para a Política Econômica, quanto para a Política Social, nesta sociedade. Sendo assim, a política econômica e a política social, constituem uma unidade, possuindo um conteúdo classista, expressam mudanças nas relações entre estas classes. Com estas colocações desfazemos a impressão quase unânime de que, a política econômica e a política social, são de natureza distinta e diversa, ou ainda, de que tratam de coisas muito diferentes. Como observa Evaldo Vieira (2003), elas apenas se distinguem formalmente, visto que, “não se pode analisar a política social sem se remeter à questão do desenvolvimento econômico, ou seja, à transformação quantitativa e qualitativa das relações econômicas, decorrente do processo de acumulação particular de capital.” (p.142). O autor salienta ainda que, o mesmo também deve ser considerado na análise das políticas econômicas: “[...] não se pode examinar a política econômica sem se deter na política social.” (p.142). A política social, como observa Behring (2000), está no centro do embate econômico e político, e, como a economia política, movimenta-se historicamente, a partir de condições objetivas e subjetivas. Assim, seu significado “[...] não pode ser apanhado nem exclusivamente pela sua inserção objetiva no mundo do capital nem apenas pela luta de interesses dos sujeitos que se movem na definição de tal ou qual política, mas, historicamente, na relação desses processos na totalidade.” (p.36). O que podemos apreender destas colocações, como salienta esta autora, é que o estudo das políticas sociais exige que reconheçamos que estas possuem múltiplas causalidades e diversas manifestações e dimensões, sendo elas: histórica, econômica, política e cultural<sup>41</sup>. Estas dimensões estabelecem entre si uma relação dialética, portanto, estão profundamente imbricadas e articuladas, formando assim uma totalidade, não estanque ou isolada. Ainda segundo Behring e Boshetti (2007), uma

dimensão fundamental na análise das políticas sociais é a concepção de que a “produção” é o núcleo central da vida social e esta é indissociável do “processo de reprodução”, no qual estão inseridas as políticas sociais. Assim, “[...] não se pode explicar a gênese e desenvolvimento das políticas sociais sem compreender sua articulação com a política econômica e a luta de classes.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 44). Ou ainda, como afirma Vieira (2003), não há políticas sociais desvinculadas da luta de classes.

No âmbito político, devemos considerar que o planejamento e a implementação destas políticas estão intrinsecamente relacionados à perspectiva econômica e política do Estado que, por sua vez, estão relacionadas à sua organização política (cultural) e social. Assim, se “[...] o planejamento central (dos países chamados socialistas) substitui o planejamento de mercado (dos países capitalistas)” (VIEIRA, 2003, p.144) a prioridade às políticas econômicas é substituída pela concebida à política social. Ou seja, como afirma Vieira (2003), o planejamento representa, ou expressa, os objetivos da ação governamental, indicando, assim, a forma de sistematização da política econômica e social, não consistindo apenas em um problema ou questão técnica, pois carrega um forte conteúdo político. Intrinsecamente relacionada a este conteúdo político está a dimensão cultural das políticas sociais, visto que

[...] os sujeitos políticos são portadores de valores e do *ethos* de seu tempo. Se relacionarmos as políticas sociais às estratégias de hegemonia, isso significa sua configuração a partir de uma direção intelectual e moral, que está imbricada aos projetos societários com implicações para a concepção e a legitimidade de determinados padrões de proteção. Exemplo disso é o período em que estamos vivendo, de retomada dos valores liberais, de responsabilização individual pela condição de pobreza, o que justifica ideoculturalmente a focalização das políticas sociais. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 45)

Como advertem Behring e Boshetti (2007), a dimensão cultural não pode ser tomada como menos importante que a econômica e a política na busca pela compreensão da Política Social a partir de uma perspectiva de totalidade, especialmente ao considerarmos a importância dos meios midiáticos de massa no mundo contemporâneo

que auxiliam na propagação neoliberal da “cultura da crise” que dá novo formato às políticas de seguridade social (MOTA, 1995 in BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 45).

Estas referências analíticas que se embasam na compreensão das dimensões histórica, política, econômica e cultural das políticas sociais nos capacitam a identificar os limites e possibilidades de alcance de “bem estar social” produzido por estas Políticas no interior da complexa e contraditória sociedade capitalista. E, principalmente, permite-nos afirmar que, no âmago desta forma de produção e reprodução social, não há nenhuma possibilidade de efetivação do princípio da igualdade e superação da desigualdade que lhe é intrínseca. Portanto, não se trata apenas de fortalecer as lutas pela efetivação e manutenção das políticas sociais e dos direitos a elas relacionados, mas de estruturar formas concretas de superação e transformação das bases de sustentação desta sociedade. Ou seja,

[...] se a política social é uma conquista civilizatória e a luta em sua defesa permanece fundamental, podendo ganhar em países como o Brasil uma radicalidade interessante, ela não é a via de solução da desigualdade que é intrínseca a este mundo, baseado na exploração do capital sobre o trabalho, no fetichismo da mercadoria, na escassez e na miséria em meio à abundância. (BEHERING; BOSCHETTI, 2007, p.46)

## **2.2 – O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas**

*“A vida é assim: esquentada e esfria, aberta e afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.”*  
*Guimarães Rosa*

O resgate histórico sobre a constituição da Política Social, realizado no subitem anterior, tem importância fundamental na compreensão da forma como se inserem e se concretizam, na agenda política nacional, e também na internacional, as políticas de atenção à velhice.

Nos últimos anos (meados do século XX, início do XXI), vem ocorrendo mundialmente um aumento significativo da população idosa e, conseqüentemente, da variedade de iniciativas públicas e privadas voltadas para esta parcela da população. Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas – ONU, em 2050, 22,1% da

população mundial será constituída por idosos (1,97 bilhões de pessoas), fato que vem estimulando debates em torno das formas de gestão e vivência do processo de envelhecimento. No entanto, como observa Debert (1999)

a preocupação da sociedade com o processo de envelhecimento deve-se, sem dúvida, ao fato de os idosos corresponderem a uma parcela da população cada vez mais representativa do ponto de vista numérico. Contudo, explicar por razões de ordem demográfica a aparente quebra da ‘conspiração do silêncio’ em relação à velhice é perder a oportunidade de descrever os processos por meio dos quais o envelhecimento se transforma em um problema que ganha expressão e legitimidade, no campo das preocupações sociais do momento. (p.12)

As mudanças nas representações e nas formas de gerir a velhice não são apenas reflexos das mudanças na estrutura etária da população, ambas são também resultados de um movimento que Debert (1999) denomina como uma “reinvenção da velhice”. Reinvenção que implica redefinir as formas de periodização da vida, as categorias etárias que definem e orientam as relações e papéis sociais dos indivíduos e dos grupos, e, especialmente, as formas de gerir e vivenciar a velhice. Estas redefinições tornam “[...] mais evidentes os mecanismos e os agentes de construção social da velhice, [...] explicitando o papel desempenhado por cada um deles: o Estado, através de políticas sociais; o saber científico institucionalizado, a mídia e as pessoas idosas.” (LIMA, 1997, p.125).

Segundo Debert (1999), nestes últimos anos, por um lado, há “uma socialização progressiva da gestão da velhice” (p.13), tornando público o que durante muitos anos foi considerado como próprio da esfera privada e familiar; gestam-se orientações e intervenções, junto a esta parcela da população, geridas pelo aparelho de Estado e outras organizações privadas; e “um campo de saber específico – a gerontologia – é criado com profissionais e instituições encarregados da formação de especialistas no envelhecimento.” (idem, p.13). Por outro lado, a velhice tende a ser vivida e concebida como uma responsabilidade individual, constituindo um movimento que Debert (1999) denomina de “reprivatização da velhice” que, em última instância, retira as questões relacionadas ao processo de envelhecimento do leque de preocupações sociais públicas.

Debert (1999) salienta ainda que, é neste contexto contraditório que a denúncia de Simone de Beauvoir de “conspiração do silêncio”<sup>42</sup> em torno das formas de gerir e vivenciar a velhice no interior do modo de produção e reprodução capitalista, torna-se bastante contemporânea; visto que, “a visibilidade alcançada pela velhice é, antes, um

compromisso com um tipo determinado de envelhecimento positivo.” (DEBERT, 1999, p.23).

Assim, o objetivo deste subitem é aprofundar e acirrar o debate em torno das formas de gerir e vivenciar a velhice, pautando-nos na contradição apresentada anteriormente. Sobretudo, as implicações desta contradição no processo de formulação das políticas públicas de atenção à população idosa, ou à denominada “terceira idade”<sup>43</sup>. Dito de outra forma, este subitem tem por objetivo, demonstrar como esta “contradição” – publicização/reprivatização - se manifesta na construção, delimitação e concretização das políticas sociais específicas para a população idosa, na agenda política nacional e internacional.

Para iniciarmos a discussão nos deteremos na agenda política internacional<sup>44</sup>, a fim de compreendermos os seus ditames e delimitações para o planejamento das políticas de atenção à velhice no cenário brasileiro, bem como os limites e possibilidades da efetivação dessa agenda em território nacional.

### **2.2.1 – A agenda internacional:**

Mesmo que o envelhecimento populacional seja reconhecido na contemporaneidade como uma das principais conquistas sociais do século XX, não se pode deixar de salientar que este traz grandes desafios para as políticas públicas. Neste sentido, uma importante inquietação, na atualidade, está em assegurar um desenvolvimento socioeconômico que garanta condições mínimas de sobrevivência da população com dignidade, bem como a distribuição e partilha dos recursos entre as diferentes faixas etárias e o acesso aos direitos sociais (CAMARANO, 2004). Essa é uma preocupação já expressa pelo “Plano de Viena” resultante de uma das duas assembléias internacionais realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), uma realizada em Viena em 1982, e outra em Madri, em 2002, que influenciaram significativamente a agenda das políticas públicas de atenção à velhice desenvolvida mundialmente.

A “Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento”, ocorrida em Viena, é considerada o marco inicial para o estabelecimento de uma agenda internacional de políticas para a população idosa. Como observa Camarano (2004), a preocupação com esta parcela da população surge como resultado de tendências demográficas bem limitadas e em meio a uma situação de conflitos: vivia-se um momento marcado pelas



tensões da Guerra Fria; e no plano regional, os regimes de exceção. Assim, “os objetivos do plano eram garantir a segurança econômica e social dos indivíduos idosos bem como identificar as oportunidades para a sua integração ao processo de desenvolvimento dos países” (p. 254). A autora salienta ainda, a inexistência, entre as recomendações deste “Plano”<sup>45</sup>, de ações que expressassem preocupação com as implicações sociais do envelhecimento populacional. As recomendações do “Plano de Viena” eram dirigidas aos idosos dos “países desenvolvidos”, concebidos como indivíduos independentes financeiramente e com poder de consumo. Todavia, não podemos desconsiderar que este “Plano” tem como resultado a inserção das questões que envolvem o processo de envelhecimento individual e populacional na agenda das políticas públicas internacionais. Assim, a partir desta Assembléia a agenda política dos países subdesenvolvidos, dentre eles o Brasil (1988), passou a incorporar progressivamente a questão do envelhecimento. Contudo, esses países, mesmo que tenham realizado avanços significativos nesta área, não se preocuparam em prever, na sua maioria, a alocação de recursos necessários à implementação efetiva destas ações políticas.

Na década de 1990, as questões que envolvem o processo de envelhecimento entram de forma mais efetiva nas discussões e agendas políticas dos países subdesenvolvidos. Entretanto, como salienta Camarano (2004), “de maneira geral, o debate político e acadêmico vigente considera a população idosa como um segmento homogêneo, com necessidades e experiências comuns.” (p.256). Esta noção homogeneizante das pessoas idosas leva ao desenvolvimento de duas visões polarizadas a respeito da experiência do envelhecimento: uma que associa o envelhecimento a dependência e problemas sociais, e outra que considera que as pessoas idosas podem contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico e social dos países. A primeira visão resulta em intervenções políticas que têm por objetivo diminuir ou impedir a “crise do envelhecimento” que se constitui em uma ameaça ao futuro econômico e até democrático dos países, e a segunda, resulta em políticas que ressaltam as capacidades dos idosos, procurando aumentar suas oportunidades e possibilidades de contribuir com o desenvolvimento econômico e social da sociedade na qual estão inseridos.

Como destaca Camarano (2004), ao longo da década de 1990, “gradualmente, a visão do idoso como um subgrupo populacional vulnerável e dependente foi sendo substituída pela de um segmento populacional ativo e atuante que deve ser incorporado

na busca do bem estar de toda a sociedade” ( p.257-258). Em 1999 foi comemorado o “Ano Internacional do Idoso”, cujo slogan era “uma sociedade para todas as idades”, tendo por principais dimensões para o seu alcance: a situação dos idosos, o desenvolvimento individual continuado, as relações multigeracionais e a inter-relação entre envelhecimento e desenvolvimento social; e, por princípios básicos: independência, participação, cuidados, auto-realização e dignidade.

Em 2002, aconteceu, em Madri, a segunda “Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento” que se desenvolveu em um contexto social, econômico e político, bastante diferente do contexto da “Assembléia de Viena”, com destaque as mudanças nas relações estabelecidas entre o Estado e a Sociedade Civil, bem como a participação crescente de organizações não-governamentais, que passam a ter representação no conselho consultivo das ações econômicas e sociais da Organização das Nações Unidas - ONU.

As declarações políticas e o novo plano de ação aprovados nesta Assembléia (“Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento”) serviram de orientação e normatização às políticas e programas dirigidos à população idosa em todo o mundo, principalmente nos países subdesenvolvidos. O Plano de Ação fundamenta-se em três princípios básicos, segundo documento da ONU (2001 apud CAMARANO, 2004, p.259):

- a) Participação ativa dos idosos na sociedade, no desenvolvimento e na luta contra a pobreza;
- b) Fomento da saúde e bem-estar na velhice: promoção do envelhecimento saudável; e
- c) Criação de um entorno propício e favorável ao envelhecimento.

Este “Plano” prevê para a efetivação das políticas públicas uma ação de colaboração entre o Estado e a Sociedade Civil como uma forma de garantir o acesso a bens e serviços produzidos. “Destaca-se, também, a importância da cooperação internacional. Cabe aos governos explicitar as parcerias no processo de implementação do plano, estabelecendo as responsabilidades de cada parte e as do próprio governo” (CAMARANO, 2004, p.260). A responsabilidade pela concretização das ações propostas pelo “Plano” é de cada Estado que deverá se pautar nas necessidades e prioridades nacionais. Como qualquer política a efetivação do “Plano de Madri” dependia também da alocação de recursos, o que não foi previsto, embora se tenha

admitido a dificuldade dos países subdesenvolvidos em fazer valer seus princípios e recomendações.

A partir do reconhecimento do alto grau de generalizações do “Plano de Madri” e, principalmente, das diversidades sociais, econômicas e culturais, nas quais o “fenômeno” do envelhecimento populacional se processa, os órgãos regionais da ONU (cinco continentes) estabeleceram estratégias para colocá-lo em prática, respeitando as especificidades de cada uma destas regiões, bem como as demandas e necessidades dos idosos nelas alocados. Assim,

Cada um dos documentos regionais apresenta suas ênfases particulares. Por exemplo, o documento relativo à Europa enfoca a necessidade de assegurar a plena integração e participação dos idosos na sociedade. Para a América Latina, a principal preocupação é com a proteção dos direitos humanos e com a necessidade de provisão das necessidades básicas da população idosa: acesso a renda, cobertura integral dos serviços de saúde, educação e moradia em condições dignas. (CAMARANO, 2004, p. 262)

Os cinco textos regionais têm em comum a ênfase dada à família como fonte de apoio natural à pessoa idosa, sendo este o âmbito onde, segundo esses documentos, elas encontram segurança emocional e apoio<sup>46</sup>. Nestes documentos também estão expressas preocupações com a infra-estrutura urbana, bem como com a necessidade de criar mecanismos de apoio às pessoas responsáveis pelos “cuidados” para com os idosos – “os cuidadores”. A questão dos “cuidadores” está presente em todos os documentos regionais, mas é especialmente tratada nas orientações para as regiões da Ásia e do Pacífico, e também da África Subsariana, devido à crescente mortalidade feminina por AIDS que tem como uma de suas conseqüências o aumento do número de famílias formadas apenas por avós e netos. Tais preocupações e especificidades, ainda que apresentem muitos limites, reafirmam o reconhecimento por parte da ONU das dificuldades de por em prática as orientações do “Plano de Madri”, dado o seu caráter homogeneizante em relação às questões que envolvem o processo de envelhecimento.

Em 2007, como decorrência da “Segunda Assembléia Mundial” ocorreu, em Santiago no Chile, o Seminário Internacional “Camino a Madrid + 5”, realizado na Sede da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL / CELADE, nos dias 19 e 20 de abril. O evento tratou das experiências de iniciativas produtivas para as pessoas idosas visualizando a formulação e conhecimento das respostas de inclusão para esta

população no processo de desenvolvimento dos países da América Latina e Caribe. Tendo por intuito fortalecer o compromisso dos 26 (vinte e seis) países participantes com o desenvolvimento dos eixos prioritários do “Plano de Madri” (2002). Neste mesmo ano, em dezembro, na cidade de Brasília, no Brasil, foi realizado o “Fórum Regional das Instituições da Sociedade Civil sobre Envelhecimento na América Latina e no Caribe” através de uma parceria da SEDH, MRE e CEPAL com a participação restrita de representantes de instituições da sociedade civil organizada em defesa dos direitos dos idosos. Este Fórum resultou no documento “Declaração de Brasília”.

Vejamos agora como a questão do envelhecimento populacional foi sendo incorporada na agenda das políticas brasileiras, quer por iniciativa do poder público, quer pelas da sociedade civil.

### **2.2.2 – A agenda Nacional**

A incorporação da questão do envelhecimento na agenda das políticas brasileiras não é algo novo, como observa Camarano (2004): “[...] o Brasil é um dos pioneiros na América Latina na implementação de uma política de garantia de renda para a população trabalhadora que culminou com a universalização da seguridade social em 1988.” (p. 263) <sup>47</sup>.

O sistema de proteção social no Brasil tem como marco de origem o período colonial, quando foram criadas as primeiras instituições de caráter assistencial como a “Santa Casa de Misericórdia” da cidade de Santos, no interior do estado de São Paulo. Em 1888, foi regulamentado o direito à aposentadoria dos funcionários dos Correios que, após 30 anos de serviço e com idade igual ou superior a 60 anos, poderiam usufruir de tal benefício (Decreto Lei n° 9912-A, de 26/03/1888). Já as primeiras iniciativas estatais de políticas previdenciárias para trabalhadores do setor privado surgiram no início do século XX, com as Leis de criação do seguro de acidentes do trabalho, em 1919; e a primeira Caixa de Aposentadoria e Pensões (Lei Eloy Chaves) <sup>48</sup>, em 1923.

Como o objetivo da construção deste subitem é traçar um breve histórico da incorporação do envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas brasileiras que, como vimos no primeiro subitem deste capítulo, é o resultado da luta de classes que se expressa nas influências e pressões da sociedade civil, nas associações científicas, nos grupos políticos, etc., destacamos, a seguir, algumas iniciativas que

tiveram um importante impacto no desenvolvimento das políticas para a população idosa no Brasil.

O primeiro destaque a ser feito, refere-se à criação, em 1961, da “Sociedade Brasileira de Geriatria” - SBG, que em 1978, passou a acolher também não médicos, sendo assim denominada de “Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG”<sup>49</sup>. O segundo, diz respeito às iniciativas do Serviço Social do Comércio – SESC, em 1963, que revolucionaram o trabalho de assistência social ao idoso, com a criação do “Centro de Convivência”, visto que até então as instituições que prestavam serviço à população idosa brasileira eram apenas voltadas para o atendimento asilar.<sup>50</sup>

Ainda que a problematização em torno da questão do idoso tenha se iniciado nos anos 60 do século passado (criação da SBG, em 1961; e criação do Primeiro Centro de Convivência para idosos do SESC/SP, em 1963), essa década é marcada pela inexistência de políticas públicas específicas para a população idosa em geral; por intervenções parciais, descontinuas e compensatórias; pela ausência de equipamentos apropriados; pela não qualificação dos recursos humanos e precários recursos financeiros. As poucas iniciativas tinham por objetivo a manutenção biológica do idoso, o que está intimamente relacionado à ideologia de que a velhice é um problema médico-social que, segundo Neri (2005), faz-se presente em todo o percurso histórico das políticas para esta etapa da vida no Brasil<sup>51</sup>

há uma crença generalizada no poder da medicina para definir, compreender e controlar a questão da velhice nos âmbitos individual e social, oferecendo parâmetros para a designação do normal e do patológico e para a alocação de recursos. Ao mesmo tempo, credita-se a atitudes negativas, a preconceitos e estereótipos existentes na sociedade, os problemas sociais dos idosos. (Neri, 2005, p. 10)

Foi apenas na década de 70 (setenta), do século XX, que a problemática em torno do processo de envelhecimento é tomada como uma questão pública, inserindo-se no campo das preocupações sociais. A primeira iniciativa do governo federal data do ano de 1974, quando foi constituído o “Programa de Assistência ao Idoso – PAI”, executado pelo “Serviço Social do Instituto Nacional de Previdência Social – INPS”. O “PAI” resultou na formação de “Grupos de Convivência” direcionados a idosos segurados pela Previdência Social, desenvolvidos nos postos de atendimento desse Instituto. Os recursos para o desenvolvimento das ações eram repassados através de convênios firmados a partir de critérios estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, por

meio da Secretaria de Previdência Social, e direcionado, por portarias, às agências do INPS em todos os Estados. O Programa foi implantado por meio de instituições públicas, filantrópicas e privadas sem fins lucrativos; era repassado, a cada instituição conveniada, um per capita diferenciado de acordo com a modalidade de atendimento que desenvolvia, sendo estas: externa (Grupos de Convivência) ou interna (asilamento). Como destaca Silva (2005),

a inclusão dos idosos nas instituições dependia [...] de um laudo médico e de uma análise do Serviço Social, em que avaliava-se o estado físico e mental, a falta de recursos dos idoso ou de sua família e as circunstâncias de seu abandono por parte da família.(p.57).

Em 1976, o Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS realizou 03 (três) seminários regionais, – São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza -, e 01 (um) nacional, – no distrito federal -, com o objetivo de identificar as questões relacionadas ao envelhecimento da população brasileira, bem como conhecer o apoio assistencial existente para atender suas necessidades, propondo a superação do assistencialismo em direção à uma política de assistência e promoção social. Os relatórios destes Seminários serviram de base para a elaboração de um documento contendo as diretrizes básicas de uma política social do idoso.

Em 1977, o referido Ministério (MPAS), define a “Política para a terceira idade: diretrizes básicas”, incluindo os seguintes tópicos: implantação do sistema de mobilização comunitária; revisão de critérios para a concessão de subvenções a entidades que abrigam idosos; criação de serviços médicos especializados, incluindo atendimento domiciliar; programa de pré-aposentadoria; revisão do sistema previdenciário; formação de recursos humanos; sistematização e análise de informações sobre a situação do idoso no Brasil pelo Serviço de Processamento de dados da Previdência e Assistência Social (Dataprev) em parceria com a Fundação “Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística” (IBGE), dentre outros. [ver Brasil (2002)]. Entretanto, como observa Goldman (2000), “por sua generalidade, o conteúdo do documento se aproxima mais do modelo de cartas de intenções do que de um programa consistente e viável.” (p. 33). Ainda neste mesmo ano, 1977, a partir da reforma da Previdência e criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência – SINPAS, o PAI passa a ser gerido pela Fundação “Legião Brasileira de Assistência – LBA”, que

em 1979, torna-se responsável pelo atendimento ao idoso em todo o território nacional.<sup>52</sup> O PAI passa assim a atender aos idosos com renda de até dois salários mínimos, bem como os excluídos da Previdência Social.<sup>53</sup>

Tais avanços, na década de 1970, entretanto, não garantem uma política ampla de atendimento ao idoso no Brasil. Como pudemos perceber as políticas do governo federal para a população idosa, até então, consistiam no provimento de renda para a parcela da população trabalhadora que envelheceu e de políticas assistencialistas para os idosos necessitados e dependentes; predominando nestas políticas a visão de vulnerabilidade e dependência do segmento idoso.

Nos anos 80, do século XX, é que a questão do envelhecimento da população brasileira se torna mais visível. Por influência do debate internacional<sup>54</sup>, mudanças na visão anteriormente adotada na implementação das políticas para a população idosa foram paulatinamente tomando forma ao longo desta década. O Brasil passa a incorporar de maneira mais efetiva o tema do envelhecimento na sua agenda política. Tal incorporação é fortalecida pelo período de redemocratização do país, que favoreceu a eclosão de diversos movimentos sociais que reivindicavam tanto a manutenção, quanto a inclusão de novos direitos na Constituição democrática que se gestava. Dentre estes movimentos, destacamos o “Movimento dos aposentados” que contribui para a constituição de um novo ator político: o idoso. Esse movimento traz não apenas visibilidade pública para os cidadãos envelhecidos e legitimação de suas reivindicações, como também contribui efetivamente para a construção de uma nova imagem dos velhos (Simões, 2000; 2002).

Assim, podemos afirmar que o grande avanço em políticas de proteção social aos idosos brasileiros foi dado pela “Constituição de 1988”, sendo introduzidos em seu texto, pela primeira vez, direitos específicos para a população idosa, incorporando antigas reivindicações dos movimentos sociais e definindo as responsabilidades entre as gerações, que até então, não haviam sido explicitadas:

Os filhos têm o dever de ajudar a amparar os pais na velhice, carência e enfermidade

(Constituição Federal de 1988, artigo 229)

O artigo 230 da “Constituição Federal” é o que fundamenta os direitos dos idosos:

Art 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

(Constituição Federal de 1988, artigo 230)

Ao instituir esses direitos, a sociedade brasileira, ainda que tímida e fragilmente, reconhece a condição peculiar dos sujeitos que envelhecem e, principalmente, institui a questão da velhice como pauta definitiva das lutas legítimas pela plena cidadania.

Entretanto, até o final da década de 1980, os direitos sociais conquistados não se traduziram em políticas públicas. Assim, no ano de 1989, a Associação Nacional de Geriatria – ANG - promoveu em Brasília o Seminário Nacional “O idoso na Sociedade Atual”, que tinha por objetivo suprir a carência de discussões em torno da temática do idoso e apresentar uma proposta efetiva de política social nesta área (anterior a este Seminário Nacional, foram realizados 03 regionais, – Goiânia, São Luiz do Maranhão e Florianópolis -, com o mesmo objetivo). Tal “Seminário” resultou na elaboração do documento “Recomendações: Políticas Sociais para a Terceira Idade nos anos 90”. Este documento serviu como diretriz para discussões com as autoridades federais, estaduais e municipais sobre a temática do idoso; com os partidos políticos e a sociedade civil – organizações representativas dos idosos; e com as universidades, a respeito da necessidade de se elaborar uma política para o enfrentamento do crescente envelhecimento populacional. Tal política se materializa na década seguinte, no ano de 1990, o Ministério da Previdência e Assistência Social organiza um grupo de trabalho para a elaboração de um projeto da “Política Nacional do Idoso”.

Em dezembro de 1993 é promulgada a “Lei Orgânica da Assistência Social” – LOAS (Lei 8742 de 07 de dezembro de 1993), assegurando aos idosos a efetivação dos direitos previstos pela “Constituição Federal” (art 203) em seus artigos 02 e 20, nos quais fica garantido um benefício mensal, no valor de um salário mínimo, ao idoso que não tiver condições de prover sua subsistência ou tê-la provida por sua família (Benefício de Prestação Continuada – BPC).



Em janeiro de 1994, é promulgada a “Política Nacional do Idoso” (PNI/ Lei 8842 de 04 de janeiro de 1994), regulamentada pelo Decreto-Lei n° 1948, de 03 de julho de 1996. A “Política Nacional do Idoso- PNI” regulamenta os direitos sociais dos idosos, reconhecendo-os enquanto sujeitos portadores de direitos e garantindo sua participação social como instrumento de cidadania. Tal Política tem por objetivo:

Assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. (Lei 8842/94)

Esta Política está pautada em dois eixos: proteção social, que inclui as questões de saúde, moradia, transporte e renda mínima; e inclusão social, que trata da inserção ou reinserção social dos idosos por meio da participação em atividades educacionais, sócio-culturais, organizativas e desportivas.

A partir da Política Nacional do Idoso, reafirma-se a garantia legal de proteção concedida ao idoso, como pode ser visualizado na sua Seção I, artigo 3º, inciso I

A família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida (Lei n° 8842/94).

Estas conquistas, efetivadas na década de 1990, como resultados das lutas políticas dos anos 80 (1980) em torno da questão do envelhecimento, não só publicizou esta questão, como também contribui para que se operasse uma reformulação das representações sociais sobre a velhice, vinculadas aos estereótipos da inatividade, improdutividade, incapacidade, doença, alienação e morte. Como aponta Debert (1996), em geral a tendência tem sido a substituição dos estereótipos de abandono e solidão que caracterizam a velhice pela imagem dos idosos como “seres ativos e criativos”.

No interior do movimento de redefinição das representações sobre a velhice, surgem os Programas para a Terceira Idade, que se proliferam por todo o país, nos anos de 1990. Trata-se das Universidades para a Terceira Idade, Centro de Convivência para os idosos, Programas de Preparação para o Envelhecimento, entre outros que “criam” uma “Terceira Idade” entre nós. Estes programas baseiam-se no “Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento” (2002) que concebe o idoso “[...]como um todo integrado, necessitando de um atendimento médico especializado e que, ao mesmo

tempo, busca reencontrar seu lugar na sociedade, recuperando, assim, sua auto-estima.” (P.A.I.E. apud DEBERT, 1996, p. 41). Diversas pesquisas, dentre estas as realizadas por Lins de Barros (1998) e Debert (1999), têm indicado a importância desses espaços para a ruptura de estigmas ligados ao envelhecimento e para a criação de inúmeras possibilidades gratificantes de vivência do envelhecimento. O “relato oral” da senhora Maria Cleusa, uma de nossas narradoras, é bastante significativo a este respeito. No trecho que transcrevemos abaixo ficam claras as perspectivas construídas por estes programas em torno da velhice como uma possibilidade de realização de sonho e aprendizagem, calcada especialmente na idéia de envelhecimento sem velhice, que se propaga no ideal da eterna juventude, no voltar a ser criança, ou, mais precisamente, na “negação da velhice” como mais uma etapa do ciclo da vida:

Agora que me deram essa oportunidade. Agora que eu tô assim com essa idade é que eu tô aqui, eu tô voltando a ser criança novamente. Agora tudo que eu não queria fazer eu tô fazendo! Nossa, maravilha aqui! Adoro isso aqui [o Programa] se fechar isso aqui, Deus me livre! A maior tristeza da minha vida! Não pode não! Aqui, como muitas que vem aqui, é, elas passam o dia assim, contando para chegar no outro dia pra chegar aqui. (Maria Cleusa, 65 anos)

No entanto, o quadro que vem se delineando para este contingente de velhos brasileiros é de grande fragilidade no tocante às possibilidades concretas e objetivas para a realização das novas imagens do envelhecimento, relacionadas, no geral, à ampliação da autonomia e das possibilidades de realização dos projetos individuais.<sup>55</sup>

O que não se pode negar é que a visibilidade pública alcançada pelos idosos brasileiros, especialmente a partir da década de 1990, consubstanciada pela “Política Nacional do Idoso”, representa um ganho tanto para os idosos brasileiros, quanto para a sociedade em geral, visto ser este um dos documentos legais mais avançados do nosso país nesta área. Entretanto, a viabilização, a implementação e a efetividade das ações previstas na “Política Nacional do Idoso” ainda se fazem de forma muito precária e a partir de atividades isolada (em áreas específicas: saúde, educação, cultura e lazer, criação de conselhos, campanhas preventivas, etc.) que, por sua vez, atingem um número reduzido de idosos.

Somam-se a estas dificuldades na efetivação desta Política, outras que também impossibilitam sua execução, dentre as quais podemos destacar: escassez de recursos; desresponsabilização do Estado e transferência desta para a sociedade civil; insuficiência e falta de qualificação de recursos humanos; ausência de integração entre as entidades que atuam com os idosos. E ainda há o fato da “Política Nacional do Idoso”, mesmo 15 (quinze) anos após sua promulgação, ainda ser desconhecida pela maioria da população idosa e mesmo pelos profissionais e técnicos envolvidos nesta temática.

Além disso, tem que se considerar a conjuntura socioeconômica e política na qual a “Política Nacional do Idoso” é implementada. A década de 90 (noventa), do século passado, no Brasil, apresenta uma conjuntura completamente diversa da vivenciada nos anos 80 (oitenta), quando a “Política Nacional do Idoso” foi gestada. Neste novo cenário, a ação do Estado frente ao social se reestrutura, no lugar do Estado garantidor de direitos sociais e de proteção social, temos o apelo à refilantropização, flexibilização e reprivatização das políticas sociais, especialmente as de assistência social. Desta forma, os princípios da universalidade e equidade, são substituídos por ações e programas pontuais, seletivos, sem regras estáveis e sem reconhecimento de direitos. Ou seja, quando finalmente os direitos sociais dos idosos se materializam, há uma diminuição das chances de se atingirem as melhorias conquistadas legalmente, frente às dimensões da “crise” social. Assim, os vários eventos promovidos para se discutir o envelhecimento populacional que aconteceram nos anos noventa, dentre eles o “Ano Internacional do Idoso”, em 1999, afirmavam que havia pouco a se festejar, visto que apesar dos avanços legais não houve modificações expressivas na qualidade de vida dos idosos.

Como resultado da “Política Nacional do Idoso”, após um percurso de mais de 06 (seis) anos, em 1º de outubro de 2003, é instituído pela Lei Federal nº 10741 o “Estatuto do Idoso”, regulamentando o artigo 230 da “Constituição Federal”. O “Estatuto do Idoso” está estruturado em 118 (cento e dezoito) artigos que estabelecem os direitos das pessoas com idade igual ou acima de 60 (sessenta) anos, tendo por propósito garantir os direitos assegurados por políticas públicas e mecanismos processuais anteriores.

Em seu artigo 2º, o “Estatuto do Idoso”, re-assegura aos idosos o pleno gozo dos direitos fundamentais da pessoa humana, revelando a sua essência que esta vinculada à idéia de proteção integral

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo de proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (art. 2º, Lei nº 10741/2003)

E, em seu artigo 3º determina que

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (art. 3º, Lei 10741/2003)

Os novos mecanismos e dispositivos criados pelo “Estatuto do Idoso”, entre suas resoluções, determinam ser dever de todos, prevenir a ameaça ou violação dos direitos do idoso, bem como comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação que tenha testemunhado ou tomado conhecimento. O “Estatuto” coloca à disposição dos idosos instrumentos e mecanismos asseguradores de seus direitos, bem como prevê punição e sanções sempre que estes forem violados, o que pode ser tomado como um grande avanço em relação às ações anteriores.

Mesmo reconhecendo a importância dos aspectos legais acima ressaltados, ao analisarmos as políticas de atendimento expressas nestes documentos (Política Nacional e Estatuto do Idoso), concluímos, baseando-nos na análise de Neri (2005), realizadas especialmente sobre o “Estatuto do Idoso”, que estes documentos revelam a histórica associação da velhice a perdas físicas, intelectuais e sociais, ou seja, a já salientada “ideologia negativa da velhice” que a toma como uma questão médico-social. Neri (2005) adverte que esta ideologia exerceu forte influência na constituição da “Política Nacional do Idoso” e do “Estatuto do Idoso”. Em um artigo publicado na revista “A Terceira Idade” editada pelo SESC, esta autora destaca 11 (onze) princípios norteadores de tal ideologia, sendo estes: 1- as pessoas de mais de 60 (sessenta) anos formam um grupo homogêneo; 2- associação da velhice com dependência física; 3- associação incondicional entre velhice e doença (legitimação da medicina como produtora de saber sobre esta etapa da vida); 4- adoção de medidas individuais como garantia de uma velhice bem-sucedida; 5- a velhice boa ou ruim como responsabilidade pessoal; 6- associação de velhice com declínio intelectual, baixo desempenho no trabalho,

incapacidade para novas aprendizagens, com inflexibilidade e resistência às mudanças; 7 – associação da velhice com dependência econômica; 8- associação do crescimento do número de idosos à idéia de ônus social e familiar; 9- envelhecimento como risco econômico para as famílias e para a sociedade; 10- associação das práticas sociais que prejudicam, discriminam e rejeitam os idosos à falta de solidariedade e às atitudes negativas dos mais jovens <sup>56</sup>; 11- os asilos são um mal necessário para os que não têm família<sup>57</sup>(NERI,2005). Acrescentamos às análises construídas por Neri (2005) a seguinte afirmação: ao embasar o dispositivo legal nesta “ideologia”, seus formuladores negam as análises que concebem esta etapa da vida como uma ocasião de ganhos, um processo que pode ser positivo, dependendo da trajetória de vida destes sujeitos, que por sua vez, é perpassada pelas relações que estes estabelecem na esfera do vivido, que envolvem as questões de classe, gênero, etnia, espaço/território, entre outras. E ainda, ressaltamos que estas trajetórias são uma construção coletiva, permeada pela relação dialética entre o sujeito e a realidade social na qual este está inserido e é, ao mesmo tempo, produto e produtor. Tais análises desqualificam qualquer política baseada em suposições e generalizações indevidas que acabam por ampliar e intensificar os preconceitos em torno da velhice e a formulação de ações discriminatórias de atenção aos que se encontram nesta etapa da vida. Ou seja, embasar as formulações das políticas sociais (enquanto tradução e concretização de direitos) nesta perspectiva de análise mais crítica da realidade, implica reconhecer que a condição de classe cria déficits e privilégios que impedem que todos possam desfrutar igualmente dos bens e serviços produzidos na e pela sociedade capitalista.

Ressaltamos ainda que, se por um lado estes documentos legais – Política Nacional e Estatuto- são necessários, legítimos e pertinentes, pois explicitam para a sociedade os princípios éticos que devem pautar a atenção aos idosos, além de dispor sobre normas e direitos, por outro, eles não se efetivam de forma integral visto que, conforme já salientamos, estão na contramão das diretrizes adotadas pelo Estado brasileiro, especialmente a partir de década de 90, do século XX, quando se concretiza no Brasil a ideologia neoliberal. Soma-se às causas estruturais (refilantropização, flexibilização e reprivatização das políticas sociais) para a não efetivação destes dispositivos legais entre nós, além do fato dos próprios idosos não os conhecerem<sup>58</sup>, como já dissemos anteriormente, a não clareza por parte destes sujeitos sobre a força política do segmento populacional do qual fazem parte, o que está intimamente relacionado à descrença na política, bem como nas legislações, historicamente

enraizadas no país. As narrativas construídas no momento da nossa pesquisa de campo são exemplificadoras a este respeito. Quando perguntávamos sobre os seus conhecimentos a respeito da “Política Nacional do Idoso” e do “Estatuto do Idoso”, a maioria deles respondia não ter conhecimento sobre estas Leis, ou terem apenas ouvido falar superficialmente sobre as mesmas. Relato bastante emblemático, e que reflete bem a não efetividade destas políticas na vida cotidiana dos idosos entrevistados, é o da senhora Rosilda, que, ao ser questionada sobre seus conhecimentos a respeito do “Estatuto do Idoso”, nos diz já ter visto “alguma coisa” sobre esta legislação, embora não se lembre o quê precisamente. Dona Rosilda refere-se ao fato de ter visualizado alguns trechos retirados do “Estatuto” que estavam no mural da “Instituição de Longa Permanência” em que vive, ou seja, distante do movimento cotidiano da sua vida, estático em um mural. Vejamos tal trecho:

**A senhora conhece ou já ouviu falar sobre a Política Nacional do Idoso?** Não. [...] Eu sei que tem não sei o quê do idoso. Mas ainda não ouvi assim falar, diretamente. **Nem sobre o Estatuto do Idoso?** Não! [pausa, tentando se lembrar]. Sobre o Estatuto eu ... tava escrito ali [aponta para o mural institucional], eu li qualquer coisa... (Rosilda, 65 anos)

Outros depoimentos também são bastante significativos a este respeito, alguns dos entrevistados salientam uma descrença na efetividade das ações garantidas pelas Leis, e outros, ainda que já tenham ouvido falar sobre as mesmas, afirmam não entenderem tais legislações:

Então, é uma coisa assim, dentro do Estatuto tem muita coisa que é válido, outra que num ... não tão praticando, não tá em prática, né? (Maria Cleusa, 65 anos)

**Sobre a Política Nacional do Idoso, o senhor já ouviu falar?** [pausa/pensando] Se .... [silêncio] **Se o senhor já ouviu falar alguma vez ou alguma coisa sobre?** Eu, de vez em quando eu ponho na televisão, né? É, ouve. **E sobre o Estatuto do Idoso?** O Estatuto também eu ponho. **E o que o senhor já ouviu falar, senhor João?** Eis, o ruim é que eles fala muito e prometi muito e não “cumpre” [cumpri]. Não cumpre nada do que fala! (João Cordeiro, 91 anos)

[...] Olha, o Estatuto eu sei que tem muita coisa escrita... já li alguma coisa, mas com detalhe, eu não me lembro. eu sou e

não sou político. eu gosto de política, mas não sou aqueles apaixonados... (Ernani, 77 anos)

**Dona Doralice a senhora já ouviu falar sobre a Política Nacional do Idoso? Não. E sobre o Estatuto do Idoso?** Também assim, já ouvi falar, mas não sei de fato o significado, né? (Doralice, 89 anos)

Eu conheço, não, não, eu não conheço ele ainda, eu não peguei todo ainda, não sei, não li ainda. **O senhor já ouviu falar?** Já ouvi falar. **O que o senhor já ouviu falar?** Só do Estatuto do Idoso, isso aí tudo, mas não sei o que que tem. Não sei ao que ta relacionado, aí não sei! Eu nunca li, né? **O senhor não sabe do que se trata. Só ouviu falar. Só ouvi falar. Aonde? Televisão, rádio?** Na televisão fala aí. Só fala, só fala. Na hora diz que não pode. Chega lá no Correio, não é assim não! **Ah, não pode.** É ruim héim! (João Ricardo, 84 anos)

Eu vejo falar, mas entender mesmo dele, eu não entendo praticamente nada [risos]. **O que o senhor já ouviu falar?** Ah, vai ver, do direito que eles [idosos] têm, mas... não vale também não, entendeu? [...] se é bom, ou o que que é bom... é só! Eu não sei não, não vi falar nisso não. (Emiliano, 65 anos)

No entanto, não podemos deixar de salientar que, mesmo que não demonstrem conhecimentos aprofundados sobre estes documentos legais, os homens e mulheres entrevistados, de uma forma geral, têm consciência de que são portadores de direitos relacionados à geração a qual pertencem, ou seja, sabem e reconhecem direitos que lhes são garantidos por serem velhos. Desta forma, estes sujeitos trazem em seus relatos alguns exemplos desta consciência. Notável é que, na maioria das vezes, os direitos citados são aqueles divulgados especialmente pelos meios de comunicação de massa, relacionados à sua condição de consumidor, como por exemplo, os que dizem respeito à garantia da gratuidade nos transportes urbanos e interurbanos, bem como os relacionados à saúde, os quais, aliás, são considerados prioritários<sup>59</sup>. O longo trecho da narrativa da senhora Maria Cleusa é muito significativo a este respeito, nele esta senhora denuncia a não efetividade dos direitos garantidos, bem como a necessidade de força política e informação/educação para fazê-los cumprir.

Olha, sobre o Estatuto, tem muita coisa assim que tá em vigor, como a Lei que tá aqui, muita coisa tá em vigor assim

tudo direitinho, num.. mas tem remédio que muitas das minhas amigas vai apanhar não tem. Tem que esperar às vezes 15 ou 20 dias pra chegar. É umas coisas assim que, que não tá dentro do que eles... o que é de Lei, né? Uai, a Lei tal, Lei, o artigo, igual o artigo 15 (quinze) que tá aqui, que os velhos é... todos tem obrigação de olhar os velhos, idosos, internar, abrir vaga para internação. Não tem! Porque já morreu muito aqui na Regional Leste ali perto de casa, que eu já ouvi falar. [...] na UTI não tem vaga quando precisa. [...] Já presenciei de motorista, ela [idosa] fazer sinal e [o motorista] passar, não dá confiança. Minha filha, é como se tivesse um cachorro assim na rua. Isso eu não sei como é que eles vão fazer para educar o motorista. Se é uma coisa de Lei que está aqui, tá até aqui [mostra o Estatuto]. Se é uma coisa de Lei no Estatuto, então tem um ... vão seguir a Lei, uai! Se não é, tudo bem, né? Então pra que que põe na Lei? Agora a saúde também eu acho que é prioridade a saúde. Esse negócio de UTI não ter, até um Hospital mesmo pra cuidar dos idosos, coitadinhos! (Maria Cleusa, 65 anos)

E ainda, é relevante ressaltarmos que alguns dos entrevistados expõem em suas narrativas um conhecimento sócio-político que se materializa em análises críticas riquíssimas sobre as desigualdades sociais, culturais e econômicas – de classe -, evidenciando assim, ao contrário do que muitas vezes é relacionado aos velhos, uma “não alienação” reveladora de uma “consciência” sobre o seu pertencimento à história e ao tempo contemporâneo. Análises deste tipo são especialmente encontradas nos relatos dos homens entrevistados, o que, sem dúvida, está relacionado à trajetória de vida destes, e ao lugar que ocupam, enquanto indivíduos do sexo masculino, pertencentes a uma determinada geração. Ao nos contar suas histórias de vida e trajetórias os narradores salientam os inúmeros desafios que ainda precisam ser enfrentados pela sociedade civil em geral, e pelos próprios idosos, para o alcance de uma velhice que possa ser vivida com dignidade. Fato que não pode ser desconsiderado na análise do papel e força política exercida por cada um destes sujeitos na luta pela efetivação e ampliação de direitos. O trecho destacado da narrativa do senhor João Ricardo é muito significativo a este respeito, nele este senhor expõe a responsabilidade do governo na distribuição de bens e serviços que garantiriam uma situação melhor de vida para os indivíduos em todas as etapas de suas vidas, a partir da constatação das desigualdades crescentes não apenas no Brasil, mas no mundo. Vejamos tal trecho:



[...] Nosso Brasil, minha filha, é carente de tudo, educação, de saúde, de fome...diz que o Brasil é lindo, né? Nada [indignado]! Mostrou ... porque eu vejo muita televisão, mostrou na China naquelas montanhas, porque lá tem muita motanha, né? Os 'favelado' lá, se tem favela não pode ser primeiro mundo, pode? Pode ser primeiro mundo tendo favela? Primeiro mundo não pode ter favelado, todo mundo tem que viver decentemente, ter seu passeio, ter seu carro se quiser. [...] **O que o senhor acha que o governo, qual é a responsabilidade do governo com as pessoas que estão envelhecendo, são mais idosas?** Minha filha isso é mundial! Isso é em todo o planeta. Em todo o planeta há bom governo e mau governo. Porque a distribuição das coisas para os idosos ou para a pessoa é muito raro. O nosso Brasil... vai no nordeste pro cê ver qual a miséria que vai ver lá. Vai no Rio de Janeiro naquelas favelas, o sujeito quer morar no Rio, mas Deus sabe como eles vivem lá. [...] E outras capitais aí, Amazona, Pará... Pessoal que depende, como sofre aquele pessoal! [...] o povo tá carente de tudo! Matar a fome! O bom é isso, matar a fome do povo! (João Ricardo, 84 anos)

Diante do exposto, duas observações merecem destaque para encerrar estas breves considerações sobre a forma de tratamento despendida pelo Estado Brasileiro aos idosos deste país. Em primeiro lugar, retomando as considerações de Simone de Beauvoir (1990), mesmo correndo o risco de sermos redundantes, afirmamos que para responder qualificadamente às demandas desta parcela da população, é preciso que o homem sempre seja tratado como homem, ou seja, não é possível responder à velhice, desconsiderando as demandas das diferentes etapas da vida – infância, adolescência, juventude, idade adulta. É necessário, portanto, promover melhorias significativas na vida do ser humano nas diferentes etapas do ciclo de sua vida. E, em segundo lugar, intrinsecamente relacionado à anterior, falar em velhice requer necessariamente o reconhecimento de que há diferentes formas de envelhecer e que estas são determinadas pelas “condições reais” de vida dos indivíduos, ou seja, o lugar que ocupam na estrutura social. Isto significa que não podemos desconsiderar os fundamentos materiais da existência dos homens, ou em outros termos, as desigualdades inerentes ao sistema capitalista. Além destas desigualdades, não podemos também desconsiderar as diferenças de gênero, etnia, idade, entre outras, que não são propriamente determinadas pelo sistema produtivo, mas que também nos obrigam a falar em “velhices” (BEAUVOIR, 1990).

E, por fim, salientamos que no Brasil, como observa Haddad (1993) os direitos humanos estão longe de ser praticados. Se a vida não é valorizada, é impossível que haja empenho político e social na sua prorrogação, e na qualidade de vida da população que chega à velhice, especialmente a da classe trabalhadora.

### **2.2.3 - A política de atenção ao idoso no município de Juiz de Fora**

*“Conhecer não é demonstrar nem explicar, é ascender à visão”  
Antonie de Saint-Exupéry*

A cidade de Juiz de Fora se destaca no contexto do envelhecimento por possuir 10,6% da população composta por idosos, percentual superior ao do estado de Minas Gerais (9,1%) e ao nacional de 8,6% (Censo 2000/IBGE 2001); e em relação à expectativa de vida, estimada em 78,2 anos em 2002, enquanto a média nacional no mesmo período foi de 68,9 (IBGE, 2002). Tais dados indicam a necessidade do município se preparar para enfrentar os grandes desafios decorrentes deste processo, atendendo qualificadamente as demandas desta parcela expressiva de sua população.

O Decreto n° 1948 de 03 de julho de 1996, que regulamenta a “Política Nacional do Idoso” (Lei n° 8842/94), prevê como ação municipal<sup>60</sup> junto ao público idoso o desenvolvimento de duas modalidades específicas de atendimento: a ‘asilar’ e a ‘não asilar’. Definindo em seu artigo 3°

Entende-se por modalidade asilar o atendimento, em regime de internato, ao idoso sem vínculo familiar ou sem condições de prover à própria subsistência de modo a satisfazer as suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social.

Parágrafo único: A assistência na modalidade asilar ocorre no caso da inexistência do grupo familiar, abandono, carência de recursos financeiros próprios ou da própria família.

E, em seu artigo 4°

Entende-se por modalidade não-asilar de atendimento:

**I** – Centro de convivência, local destinado à permanência diurna do idoso, onde são desenvolvidas atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania;

**II** – Centro de cuidados diurnos: Hospital-Dia e Centro-Dia. Local destinado à permanência diurna do idoso dependente ou que possua deficiência temporária e necessite de assistência médica ou de assistência multiprofissional;

**III** – Casa-lar, residência, em sistema participativo, cedida por instituições públicas ou privadas, destinada a idosos detentores de renda insuficiente para a sua manutenção e sem família;

**IV** – Oficina Abrigada de Trabalho, local destinado ao desenvolvimento, pelo idoso, de atividades produtivas, proporcionando-lhe oportunidade de elevar sua renda, sendo regida por normas próprias;

**V** – Atendimento domiciliar é o serviço prestado ao idoso que vive só e seja dependente, a fim de suprir suas necessidades da vida diária. Esse serviço é prestado em seu próprio lar, por profissionais da área de saúde ou por pessoas da própria comunidade;

**VI** – outras formas de atendimento: iniciativas surgidas na própria comunidade, que visem a promoção e a integração da pessoa idosa na família e na sociedade.

Em Juiz de Fora existem 16 (dezesesseis) “Instituições de Longa Permanência” (Abrigos – modalidade asilar), sendo 10 (dez) particulares e 06 (seis) filantrópicas. E, dentre estas, 03 (três) recebem financiamento do setor público (gênero alimentício e em espécie), e para 02 (duas) são cedidos recursos técnicos (nas áreas de educação pedagógica e física) para o desenvolvimento de suas atividades, não sendo estes financiamentos e cessões, entretanto, as fontes principais de recursos para o funcionamento das mesmas<sup>61</sup>.

Além das atividades prestadas na “modalidade asilar”, existem em Juiz de Fora instituições, na esfera Federal e Municipal, que prestam atendimento específicos à população idosa na modalidade “não asilar”. Na esfera federal, destacam-se as ações desenvolvidas pela Universidade Federal de Juiz de Fora e pelo Serviço Social do Comércio - SESC. A atuação da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – junto à população idosa teve início em 1991, acompanhando a tendência nacional de abertura das instituições de ensino superior para a promoção de projetos de extensão visando o público idoso – as chamadas “Universidades Abertas à Terceira Idade”. A UFJF inserida neste contexto, implementou neste ano (1991), o Curso de Extensão “Universidade com a Terceira Idade”, promovido e coordenado pela Faculdade de Serviço Social. Tal “Curso” apresentava como proposta a preparação para a “terceira idade” e a atualização de conhecimentos, numa ação multidisciplinar fundamentada na perspectiva da educação permanente, entendida como um processo educativo global, que propicia a atualização cultural dos sujeitos envolvidos, a valorização de suas memórias e experiências, além de atender às necessidades dos mesmos de acompanharem as rápidas transformações do mundo contemporâneo.

Em decorrência das demandas dos seus próprios alunos e do interesse demonstrado por docentes da UFJF em desenvolverem atividades de extensão junto ao público idoso, a partir de 1995, a proposta inicial de trabalho foi ampliada e diversificada, passando a se configurar como um programa, denominado “UFJF/Terceira Idade”. O Programa passa a ser reconhecido pela comunidade universitária, local e regional, como uma referência na área do envelhecimento, gerando demandas crescentes à sua coordenação, como promoção de cursos, seminários, palestras, oficinas e treinamentos, desenvolvimento de pesquisas, produção e divulgação de conhecimentos nesta área.

Em 2003, inicia-se um processo de reestruturação de tal Programa, tendo por objetivo reunir de forma orgânica os projetos de ensino, pesquisa e extensão na área do envelhecimento, desenvolvidos nesta Instituição de Ensino Superior, tendo em vista contribuir para o aprofundamento da reflexão sobre esta temática em nossa comunidade acadêmica. Neste ano, funda-se o “Pólo Interdisciplinar na Área do Envelhecimento” (PIE), permitindo a ampliação da experiência interdisciplinar da extensão junto à população idosa do município e região, a expansão das atividades de ensino e pesquisa nesta área, bem como a consolidação da participação da UFJF no debate nacional sobre a questão do envelhecimento.

Nestes 17 (dezesete) anos, os projetos desenvolvidos pelo Programa pautaram-se pela garantia do preceito de indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa, o que possibilitou, entre outras iniciativas, a discussão sobre a temática do envelhecimento nos departamentos da UFJF; o treinamento acadêmico de discentes de cursos de graduação da UFJF (extensão e estágio curricular); a ampliação do campo de exercício profissional para os discentes da UFJF; a introdução da temática do envelhecimento em disciplinas de cursos de graduação da UFJF; o desenvolvimento de projetos de pesquisa de docentes e discentes; a produção de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertação de mestrado e teses de doutorado, publicações em congressos, seminários, fóruns, revistas, etc.

Atualmente são desenvolvidos no Programa 12 (doze) projetos de extensão voltados para a população idosa<sup>62</sup>, sendo estes: Coordenação Geral do PIE (FSS); Enriquecimento Cultural e Processo de Envelhecimento (FSS); Envelhecimento e Memória (FSS); Cursos Livres para a Terceira Idade (FSS); Nucleação do PIE nos bairros do município de Juiz de Fora (FSS); Encontro Local de Estudantes da Terceira

Idade (FSS); Incentivo à Participação Sócio-cultural (FSS); Escola de Postura (FEF/FAEFID); Ginástica para a Terceira Idade (FEF/FAEFID); Língua Estrangeira (FLET); Oficina de Artes Visuais (ART/IAD); Oficina do Corpo – Ritmo e Movimento (FEF/FAEFID).

A partir do ano de 2006, o “Pólo Interdisciplinar na Área do Envelhecimento” foi integrado à estrutura organizacional da “Casa de Cultura” que pertence a Universidade Federal de Juiz de Fora sendo gerida pela Faculdade de Serviço Social. A “Casa” esta aberta à comunidade do município e região e seu centro conceitual está referenciado em um dos elementos que compõe o fundamento da Universidade, que é a extensão, em articulação com o ensino e a pesquisa.

A Casa de Cultura<sup>63</sup> se organiza em três dimensões dialeticamente articuladas:

- **Geracional**, que trabalha com crianças, jovens, adultos e idosos. Esta dimensão se realizará em torno do Núcleo de Extensão sobre Gerações (NEG);
- **Trabalho e Cultura**, que diz respeito às formas e situações culturais e artísticas que a produção social realiza na cotidianidade. Será concretizada através do Núcleo de Extensão sobre o Trabalho e Cultura (NEC);
- **Território e Cidade**, que mobiliza os diferentes campos que interferem nas duas outras dimensões. Esta dimensão será concretizada no Núcleo de Extensão sobre Território e Cidade (NET).

Outra instituição também nacional, que desenvolve atividades junto ao público idoso do município, compreende o Serviço Social do Comércio – SESC -, entidade criada e mantida pelo empresariado comercial brasileiro e que presta atendimento na área de assistência social, socialização e lazer. O SESC desenvolve atividades recreativas e esportivas para a população idosa, moldadas na perspectiva de um “Centro de Convivência”.<sup>64</sup>

Na esfera municipal, destacam-se o Instituto de Saúde da Terceira Idade/ Departamento de Saúde da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora; o Centro de Convivência do Idoso/Pró-idoso-“Dona Itália Franco”, vinculado à Associação Municipal de Apoio Comunitário - AMAC; O Conselho Municipal do Idoso; e, mais recentemente o “Centro de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa” - CEDDI/ AMAC.

O Centro de Convivência do Idoso/Pró-Idoso /AMAC, foi inaugurado no ano de 1988, e tem por objetivo prestar atendimento na área de assistência social, com vistas a promover a auto-estima, socialização, promoção, independência, autonomia e

fortalecimento da cidadania.<sup>65</sup> Baseado nas resoluções da Lei 8.842, que define a “Política Nacional do Idoso”, o Pró-Idoso visa garantir a integração e o convívio do idoso na sociedade e introduzir a questão do envelhecimento no cotidiano da família e da comunidade. Além do Centro de Convivência "Dona Itália Franco", o Programa “Pró-Idoso” conta com seis núcleos nos bairros Bandeirantes, Benfica, Ipiranga, Milho Branco, Nossa Senhora Aparecida e São Benedito.

Além do CCI/Pró-Idoso, são desenvolvidos pela AMAC os seguintes projetos para atendimento deste público alvo: **Projeto Internet Sênior Parceria com Prodemge; o projeto Carinhoso**, que tem por objetivo capacitar agentes comunitários de saúde para um melhor atendimento aos idosos. O trabalho é realizado em parceria com a Diretoria de Saúde, durante as visitas domiciliares do programa “Médico de Família” e o treinamento é feito por técnicos do Pró-Idoso; o projeto **Encontro de Gerações** que consiste em um bate-papo entre idosos e jovens das mais diferentes idades, para a troca de vivências sobre namoro, mudanças de costumes, história da cidade e do Brasil.

No que concerne ao “Centro de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDDI”, este foi criado em 2006, reunindo 36 parceiros entre instituições públicas e privadas. O CEDDI<sup>66</sup> tem por finalidade prestar serviço de utilidade pública, acolhendo denúncias, esclarecendo os direitos sociais desta população, mediando conflitos e contribuindo para a prevenção e a erradicação de maus-tratos e violência, conforme determinado pelo “Estatuto do Idoso” em seus artigos 46 e 47 (define as linhas de ação e enfrentamento à violência); e por objetivos: receber anonimamente ou não, denúncias de quaisquer formas de discriminação, desrespeito ou maus-tratos ao idoso; convocar e atender as partes envolvidas na denúncia, buscando a sensibilização, conscientização e responsabilização, através de mediação; encaminhar a denúncia às instituições competentes quando necessário; promover ações de caráter educativo e preventivo, a fim de combater o abuso, os maus-tratos e a violência.

Outro espaço público voltado para a questão do envelhecimento populacional, em Juiz de Fora, é o “Conselho Municipal do Idoso - CMI”, criado pela Lei Municipal nº 8524 de 25 de agosto de 1994, reformulado e reestruturado pela Lei nº 9.374 de 04 de novembro de 1998. Segundo análise realizada pelas professoras da Faculdade de Serviço Social/UFJF, Cristina Simões Bezerra e Verônica Ramalho Borba, a partir da pesquisa “A Política Nacional do Idoso e as instituições de atendimento em Juiz de Fora” no ano de 1999, desde a criação do CMI (e, podemos afirmar até a sua reativação

em 2002), a atuação deste Conselho foi tímida, residual, periférica às grandes questões que o envelhecimento populacional suscita no município, bem como na defesa dos direitos deste seguimento da população e na luta pela aplicação da “Política Nacional do Idoso” e do “Estatuto do Idoso”.<sup>67</sup>

Para finalizar esta apresentação das ações municipais de atenção à população idosa retomamos uma das conclusões da pesquisa supracitada, considerando ser esta, mesmo após 09 anos de sua realização, ainda muito pertinente. Segundo Bezerra e Borba (1999), a atenção ao idoso em Juiz de Fora, apesar da vigência da “Política Nacional do Idoso” e do crescimento da população idosa do município, continua sendo implementada prioritariamente pelo setor privado, fato que, como vimos não se modifica até o presente ano (2008), indicando a não ampliação significativa da intervenção do poder público no atendimento a esta parcela da população.

Dois avanços em relação à atuação junto a este público específico no município consistem na retomada do “Fórum Municipal das Instituições de Longa Permanência”, realizado pelo programa “Política Municipal de Abrigo para idosos” em parceria com o “Conselho Municipal do Idoso”, que se constitui em um importante espaço de orientação e assessoria a estas instituições no município; e na realização por parte deste Conselho de duas “Conferências Municipais do Direito da Pessoa Idosa”, em consonância com as Estaduais e a Nacional; sendo a 1ª realizada nos dias 06 e 07 de março de 2006, com o objetivo de definir as estratégias para a implementação da Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa no município, tendo como tema central: “Construindo a Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa”; e a 2ª, realizada nos dias 06 e 07 de maio de 2008, tendo por objetivo a reestruturação e construção da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – RENADI e como tema central: “Avaliação da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa/RENADI - avanços e desafios”. Entretanto, tais eventos tiveram baixíssima participação da população municipal de maneira geral e do público idoso em especial, e ainda, salientamos que as deliberações destas Conferências ainda estão caminhando a passos muito lentos em direção a efetivação da “Política Municipal de Atenção ao Idoso”, conforme prescrito pela Política Nacional.

Para finalizarmos esta apresentação das políticas de atenção à velhice desenvolvidas no município de Juiz de Fora, resta-nos esclarecer que não tínhamos por pretensão realizá-la em profundidade, e nem mesmo produzir uma análise crítica sobre as mesmas, nosso intuito foi apenas suscitar um debate em torno dos esforços para a sua

efetivação. Portanto, pautando-nos neste objetivo, ao mesmo tempo em que não podemos deixar de salientar os parques, mas, sem dúvida, importantes avanços nos últimos anos no município, também não podemos deixar de levantar alguns questionamentos necessários para a avaliação destes mesmos avanços em relação às políticas de atendimento ao idoso no âmbito municipal. Primeiramente, questionamos qual a real possibilidade de que estas políticas se efetivem enquanto responsabilidade pública, obedecendo aos preceitos legais da descentralização e participação popular, em um município onde grande parte das ações de atendimento a esta parcela da população (bem como as de atenção às demais etapas da vida) são desenvolvidas por instituições privadas, filantrópicas ou por uma entidade civil, de caráter público, como é o caso da Associação de Apoio Comunitário – AMAC<sup>68</sup>? Salientamos que tal característica não é exclusiva do município de Juiz de Fora e, nem muito menos, das políticas de atenção a esta etapa da vida. Sabe-se que no Brasil, a filantropia marca e, de certa forma, define o caráter das políticas sociais públicas, especialmente, as de assistência. Aliás, a não eliminação do setor privado e filantrópico das ações de assistência social, reforçam e alimentam a “cultura política” <sup>69</sup> brasileira que as vinculam a um poder tutelador e paternalista, estabelecendo uma relação de favor e clientela em torno do que deveria ser reconhecido como direito. Iris Maria de Oliveira (2005), em análise sobre a efetivação da assistência social como direito, a partir da implantação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei 8742/93), realizada para a construção de sua tese de doutorado, na cidade de Natal – RN, salienta que a existência deste tipo de relação “[...] é algo que conforma a cultura política brasileira, se faz presente na política social como um todo e é inerente à história política, econômica e social do país.” (p. 29).

Um segundo questionamento de cunho mais prático, consiste em: qual a real possibilidade de respostas as demandas e necessidades da população de idosos do município que as desvinculem da visão estereotipada sobre esta etapa da vida? Esta visão ora os classificam como indivíduos sem valor e que já não contribuem com o presente, sem família, abandonados e que, portanto, demandam políticas institucionais de abrigo e proteção, ora como seres ativos e independentes, prontos para desfrutar da “delícia do envelhecer” em grupos de convivência ou educativos, onde se aprende a “arte de envelhecer” com qualidade de vida e leveza. Ou, em outras palavras, na formulação das políticas de atendimento à velhice há o reconhecimento do envelhecimento como um processo multifacetado e heterogêneo? Este reconhecimento impulsiona o empenho na efetivação de diferentes formas de atendimento, não só a este



público específico, que promovam relações intergeracionais e o estreitamento dos laços de pertencimento à cidade, e que, principalmente, oportunizem a efetiva participação destes homens e mulheres que envelhecem como sujeitos do “tempo presente” e construtores do futuro.

Não temos por objetivo responder a tais questões neste estudo, mas de uma coisa estamos certos, cabe ao Estado, nas suas três esferas de governo, romper com “silêncio” em torno das questões que envolvem o processo de envelhecimento, e promover efetivamente a publicização da velhice, respeitando as múltiplas e complexas formas de envelhecer.

### **2.3 - Sociabilidades possíveis: trajetórias e escolhas**

*“A liberdade significa a possibilidade de escolhermos nossas próprias diferenças, mas essa escolha só se torna viável em um estado igualitário”.*

*(Portelli, 1997, p.19)*

Ao nos atentarmos para os estudos sobre velhice e envelhecimento percebemos que, prioritariamente, estes se gestam em torno das questões relativas ao trabalho, a saúde e ao corpo do sujeito que envelhece; as esferas da família e das redes de sociabilidade só passam a fazer parte dos estudos sobre a velhice a partir dos anos 1970, no Brasil. Este fato é coincidente (e, podemos dizer conseqüente) com o movimento das pessoas idosas para fora dos espaços privados dos domicílios, especialmente as mulheres (ALVES, 2007).

É com o intuito de realizar algumas reflexões despretensiosas das formas de inserção e participação social dos idosos na sociedade contemporânea, ou seja, sobre as “redes de sociabilidade” que os alinhavam ao tempo presente, que construímos este subitem.<sup>70</sup> Afirmamos que a velhice não pode ser compreendida como um processo descolado do modo de produção e reprodução capitalista, e, portanto, das formas e

estilos de vida nesta sociedade específica que influenciam diretamente o processo de envelhecimento, bem como os modos de gerir e vivenciar esta etapa da vida. É a partir deste pressuposto que erguemos as reflexões acerca do envelhecimento e as formas de sociabilidade possíveis apresentadas, na atualidade, aos sujeitos que envelhecem.

### **2.3.1 – Novas redes de sociabilidade e relações sociais: possibilidades e limites para a promoção do estreitamento dos laços de pertencimento**

Os idosos na contemporaneidade, conforme apontam os dados coletados pela pesquisa da “Fundação Perseu Abramo”, realizada em abril de 2006,<sup>71</sup> salientam o desejo de ter melhores condições de saúde e financeiras para se inserirem no maior número de atividades possíveis fora do âmbito restrito de seus domicílios. Como observa Alves (2007) em análise destes dados

Essa valorização dos passeios e de viagens pode ser interpretada como um efeito da ênfase contemporânea numa velhice voltada para o prazer pessoal. O consumo de bens que se referem à ‘qualidade de vida’ e ao ‘bem-estar’ tem nas viagens e nos passeios ao ar livre uma de suas expressões mais acabadas. Isso não atinge exclusivamente os idosos, mas é um fenômeno mais amplo da sociedade contemporânea e diz respeito à valorização do corpo e da concepção da natureza. (p.131 – grifo da autora)

Como observa Motta (2004), “um fenômeno próprio da sociedade atual é o encontro de pessoas idosas em grupos organizados, de variadas propostas, desenvolvendo uma sociabilidade marcadamente intrageracional” (p 108). Sabe-se que o que não se caracteriza como um fenômeno recente é a procura de atividades e encontros geracionais ou extra-familiares após a aposentadoria e/ou dos “filhos criados”. Sendo os espaços públicos da cidade tais como, praças, ruas e parques, os tradicionalmente ocupados pelos homens, e os relacionados a “trabalhos” ou atividades de cunho religioso e/ou filantrópico, compatíveis com a função de “cuidar”, historicamente atribuída ao sexo feminino, os mais ocupados pelas mulheres. O que é verdadeiramente novo e crescente, como destaca a autora, é o desenvolvimento de atividades em grupos geracionais sistemáticos, organizados e institucionalizados. Neste contexto se desenvolve uma nova espécie de associação entre os sujeitos sociais que não mais se determina apenas pela classe, reciprocidade ou interesses comuns, mas é “fabricada” pela necessidade de consumo de serviços e equipamentos para grupos de

idosos, entre os quais se destacam os **centros de convivência, clubes, universidades, escolas e cursos**, para a chamada “terceira idade”.

As pessoas que participam de tais grupos de convivência e programas se reúnem por “escolhas” ou por algum tipo de afinidade e, ao longo do tempo, vão construindo e ampliando relações de **amizade** e companheirismo. Conforme destaca Alves (2007), a questão da amizade é um aspecto fundamental para a construção do conhecimento em torno do processo de envelhecimento na sociedade contemporânea e sobre as relações estabelecidas entre as gerações.

A existência de uma esfera de amizade ativa entre os idosos é um indicador relevante das práticas de sociabilidade vigentes entre os idosos no meio urbano. Estudar a amizade entre os idosos é também colocar em perspectiva o aspecto das afinidades e das escolhas que podem ser feitas nessa fase da vida, e não somente na juventude. (ALVES, 2007, p. 130)

Aqui não podemos desconsiderar que a manutenção de uma rede de amizade entre os mais velhos é dificultada pela diminuição natural que esta sofre com a morte de seus membros, mais comum nesta etapa da vida. O relato do senhor João Cordeiro é ilustrativo a este respeito

**E o senhor, tem amigos hoje senhor João?** É pra falar a verdade, meus amigos que eu tinha mesmo, já faleceu (pausa). **E hoje?** Hoje até tenho os colega que conversa e tudo, mas, a gente sempre tem aquele pensamento que não são amigo. **Por que?** [pausa] Num, não sei porque. Parece que tá um ... o mundo parece que é ... o povo tá muito mudado! (João Cordeiro, 91 anos - Institucionalizado)

Frente a isto, um ponto importante a ser observado é o fato dos participantes dos chamados “**grupos para a terceira idade**”<sup>72</sup> tecerem em suas falas comentários que revelam estes ambientes como propícios para o desenvolvimento e ampliação das “amizades”, ainda que estas relações afetivas não ultrapassem o espaço e o tempo determinado dos encontros de tais grupos.<sup>73</sup> Tal possibilidade e resistência podem ser exemplificadas por alguns trechos do relato oral do senhor Emiliano, considerando, entretanto, a “desconfiança constante” quanto a tudo, e a todos, que lhe é característica, e que, sem dúvida, está relacionada à sua trajetória de vida. O Senhor Emiliano, afirma em vários momentos da sua construção narrativa que não confia em ninguém e

demonstra, a partir de fatos por ele vivenciados, ou sobre os quais apenas tenha ouvido falar, ter motivos para tal desconfiança<sup>74</sup>. Ainda assim, o trecho que transcrevemos abaixo é bastante significativo a respeito das afirmações apresentadas anteriormente

**Aqui [no Programa] o senhor tem amigos?** Tenho! Não, vou te falar ... igual eu te falei, eu não acredito em ninguém. O cara pra mim falar que ele é meu amigo, se eu falar que eu sou seu amigo, eu sou. Agora, mas eu, o outro falar comigo que ele é meu amigo, eu não acredito. Não acredito, não. [...] é, que aqui a gente faz amizade, né? Ah, porque a pessoa tem que ser isso, né? Ah, fazer amizade, levar a vida tranquilo... (Emiliano, 65 anos, participante do Centro de Convivência para Idosos/AMAC -PJF)

Atentos ao fato de que em grande parte as experiências gratificantes são restritas ao espaço/tempo dos encontros, o que não podemos negar é que os grupos e programas para a “terceira idade” propiciam para os que deles participam o preenchimento do tempo ocioso com atividades prazerosas de lazer, companheirismo e informação. Aliás, são estas as principais justificativas utilizadas pelos idosos para o ingresso nestes espaços de sociabilidade, além, é claro, da possibilidade de fuga do sentimento de solidão bastante comum entre os idosos:

**Por que a senhora veio para cá?** É porque eu tava me sentindo muito sozinha! E não tinha assim, eu fazia só tricô, o resto eu ... entrei para ter uma atividade, né? (Maria da Glória, 65 anos - Participante do Centro de Convivência para Idosos/ AMAC -PJF)

Então agora, falei assim, não tenho nada que fazer, então vou preencher o meu tempo como? Assistindo a aula. (Ernani, 77 anos, Participante do Pólo Interdisciplinar na Área do Envelhecimento/FSS-UFJF)

Assim, ainda que reconheçamos o caráter excessivamente mercantilista de tais grupos e sua potencialidade segregadora, não podemos desconsiderar que a participação nestes espaços possibilita a circulação da população mais velha, a maioria sem lugar nesta sociedade, fortalecendo o “pertencimento” ao tempo presente. Portanto, é perfeitamente compreensível que entre os que se inserem nestes grupos e programas o

discurso se pautar na sensação de felicidade e plenitude trazidas por tal inserção, na medida em que possibilita a construção de novas e positivas identidades coletivas e redes de sociabilidade; o que acaba por construir um reconhecimento para esta parcela específica da população idosa.<sup>75</sup> Alguns relatos são bastante ricos a este respeito, transcrevemos a seguir os mais significativos:

Nossa maravilha aqui [Programa]! Adoro isso aqui! Se fechar isso aqui, Deus me livre, a maior tristeza da minha vida, não pode não! Aqui, como muitas que vem aqui, é elas passam o dia assim, contando para chegar no outro dia pra chegar aqui. (Maria Cleusa, 65 anos – Participante do Centro de Convivência para Idoso/AMAC - PJF)

**O senhor gosta daqui [do Programa no qual está inserido], seu Emiliano?** Gosto. Isso aqui é uma estação boa, né? Eu venho pra cá de manhã, fico até onze horas, meio dia... **Chega aqui que horas?** Oito horas. **Fica aqui jogando sinuca?** É. Gosto de sinuca. Já teve até campeonato aí ó! Eu fui campeão, duas vezes. Sinuca. **É, seu Emiliano?!** Campeão duas vezes, vice-campeão numa e terceiro lugar no outro.[orgulhoso]. (Emiliano, 65 anos, participante do Centro de Convivência para Idosos/AMAC -PJF).

**A senhora gosta das reuniões?** Eu gosto! **O que mais gosta? De lá?** É. De ficar conversando com aquelas donas lá! [...] Eu gosto! Gosto! E a senhora sabe que eu distraio!! Distraio muito! [risos]. (Doralice, 89 anos – Participante do Projeto “Nucleação do PIE nos bairros de Juiz de Fora”/PIE – FSS/UFJF)

[...] o que resultou da minha permanência no Pólo, é que eu fiz amizade com todos os colegas do grupo, né? Que são pessoas espetaculares, né? Eu sou o mais velho deles, mas nem essa diferença de idade me tolheu, brinco, conto piada, e... entro no ritmo de um colegial... **Aham, vira meio que um colégio, né, seu Ernani?** É... tem o Cota, tem a Iolanda, tem a Nazilde, tem a Zezé, tem a Graça e a Maria do Carmo, então são colegas espetaculares, muito boas e que a gente... a Nazilde é viúva, a outra é viúva, e a gente vai... Vai passeando, e vai vivendo. (Ernani, 77 anos, Participante do “Pólo Interdisciplinar na Área do Envelhecimento”/FSS-UFJF)

Salientamos, entretanto, pautando-nos nas considerações de Motta (2004), que

[...] o fato de que esses grupos ou programas sejam bem aceitos, ou diretamente procurados pelos idosos, demonstra a existência de uma carência, ou até de uma busca, por parte de um segmento etário/existencial que perdeu seu lugar social e ensaia construir algum outro, seja com uma realização adicional ao seu itinerário de vida, ou a efetivação de um projeto ainda sem chance de se realizar, ou ainda, e simplesmente procurando companhia e ‘preencher o tempo’, esse largo tempo ampliado pela aposentadoria ou pela solidão das donas-de-casa. (p. 117 – grifo da autora)

Fato que impõe uma enorme responsabilidade destes grupos, ou programas, em desenvolver, ou melhor, viabilizar o desenvolvimento de uma consciência crítica e de identidade geracional que torne real a “integração social” mais ampla (MOTTA, 1997) destes idosos na contemporaneidade. Ou seja, não se pode como o faz a maioria dos grupos, programas e universidades para este público específico, apenas atraí-los para as gratificantes e prazerosas atividades ali desenvolvidas, é preciso ultrapassar este objetivo e possibilitar a efetiva participação destes idosos como sujeitos na construção do tempo presente e das possibilidades futuras. Neste aspecto, a promoção de atividades que propiciem os contatos geracionais (passagem dos encontros intrageracionais para os intergeracionais) é de grande valia tanto para a definição de um lugar social para os mais velhos, quanto para o fortalecimento da convivência e solidariedade entre as gerações. O que pressupõe a luta por políticas para todas as idades, que reconheçam os limites e as potencialidades dos que pertencem a cada uma das faixas etárias.

### **2.3.1.1 – “Grupos para a Terceira Idade”: expectativas e desafios**

Conhecendo as características destes grupos, programas e projetos organizados para atender à população idosa, apresentadas nos subitens anteriores, buscamos compreender as expectativas e emoções nas quais se pautam a inserção dos idosos nestes espaços de sociabilidade, bem como, as razões para o não ingresso nos mesmos.

De maneira geral, os que **estão inseridos** nas atividades desenvolvidas nestes espaços, em consonância com dados de outras pesquisas realizadas por diferentes autores nesta área<sup>76</sup>, destacam em seus relatos as expectativas por maior sociabilidade, alcançada a partir da diversão, distração e passeios; por ocupação do tempo livre; por aprender alguma coisa; por fazer novas amizades; por manter-se jovem; etc. No caso específico das Universidades, além das expectativas anteriores, soma-se a busca por

atualização e ampliação do conhecimento, com a intenção clara de se manterem integrados na rápida dinâmica sócio-cultural da contemporaneidade. O trecho do relato do senhor Ernani, participante do curso de língua estrangeira desenvolvido no Programa de Extensão “Pólo Interdisciplinar na Área do Envelhecimento/ FSS-UFJF” que, como vimos, é moldado pela lógica das “Universidades para a Terceira Idade”, ilustra a afirmação anterior:

**E por que o senhor procurou ali o programa, o “Pólo do Envelhecimento”?** O “Pólo do Envelhecimento”, pelo seguinte... como é que foi o negócio do Pólo do Envelhecimento? Ah, a Didi, essa cunhada aqui, falou assim “ô Ernani, tem um negócio aqui da Universidade que talvez você possa fazer. Você já tem conhecimento de espanhol, e lá tem curso de espanhol ou inglês.” Eu falei “inglês, eu não...” porque inglês eu li muito durante o tempo que eu trabalhava em Botânica [...] E, ... porque que eu procurei o espanhol? Porque eu leio bem e entendo tudo que... de espanhol e tal. Inclusive nas viagens que fiz eu não falo inglês, eu entendo alguma coisa de inglês, leio em inglês bem, mas não falo. E falava o espanhol que eu aprendi no dia-a-dia com o Lopez, [...] Então, com todos eles falando espanhol, a gente falava... e muita coisa lida em espanhol, os artigos em espanhol, tudo que eu podia ler em espanhol eu lia, e isso me facilitou muito. (Ernani, 77 anos, Participante do “Pólo Interdisciplinar na Área do Envelhecimento”/FSS-UFJF)

Ressaltamos que por seu caráter mais formal e, principalmente, pelas exigências relacionadas ao perfil dos “alunos” definido pelas próprias atividades por elas oferecidas, as “Universidades para a Terceira Idade” atendem, na sua maioria, idosos com poder aquisitivo e escolaridade mais elevados e que têm uma expectativa melhor definida quanto ao que se pode e se deve alcançar no grupo.

Estas “novas formas” de sociabilidade, sem dúvida, representam um ganho expressivo, mesmo que parcial, na concretização de reformulações nas maneiras de vivenciar e gerir o envelhecimento, tornando público o que durante muito tempo foi uma questão privada. No entanto, não podemos desconsiderar que em grande parte os que vivenciam as experiências gratificantes e prazerosas das atividades desenvolvidas para este segmento da população são os denominados “jovens- idosos” e na sua maioria mulheres.<sup>77</sup>

Há, portanto, algumas considerações que ainda precisam ser tecidas sobre estes espaços de sociabilidade dos idosos. Primeiramente, destacamos que a sociabilidade tem um forte conteúdo geracional/idade e de gênero, como observa Motta (2004),

As pessoas se aproximam ou se agrupam sobretudo de acordo com a sua situação de classe, porém motivadas sobretudo pelos seus interesses e experiências em determinadas idades ou momentos geracionais, e conforme sua socialização e trajetória de gênero. (p.126)

E que, sendo assim, não podemos desconsiderar que frente à longevidade da população, ao tratar-se do segmento idoso é preciso reconhecer os recortes geracionais que ele agrupa, vale retomarmos: jovens-idosos (65 a 75 anos), idosos-idosos (acima de 75 anos) e idosos-mais-idosos (acima de 85 anos), fato que nos impossibilita homogeneizá-lo em uma única categoria – velho – que por sua vez teria interesse, desejo e necessidade comuns.

Afirmamos que a inserção e a “escolha” ou não, pela participação nestes “grupos de Terceira Idade” estão estreitamente relacionadas à trajetória de vida destes homens e mulheres, como pudemos constatar no relato do senhor Ernani transcrito um pouco antes. Tal afirmação também pode ser reconhecida nas falas de outros narradores, o senhor Emiliano, por exemplo, diz que sua esposa não tem afinidade com as atividades desenvolvidas no Programa do qual ele participa e gosta muito, preferindo realizar outras. E, entre os que **não participam**, há em seus relatos explicações para a não participação também relacionadas às suas experiências anteriores: dona Rosilda, por exemplo, diz que as atividades são boas, mas não agradam a todos, inclusive a ela que tem como característica a timidez; e o senhor João Cordeiro, relata nunca ter gostado e/ou podido participar muito de festas, atividade típica de alguns programas e projetos.

É, igual tem aquele, como é que chama? Aquele “Forró do Pró-Idoso” aqueles que podem e gostam... Tem que gostar, claro! Eu já não sou muito de dançar não. Igual ontem, teve uma festinha aqui, eu falei assim: “- com esse negócio de diabetes, eu não tô comendo doce, eu não danço, eu não canto [riso]... Ah, eu fico até sem graça! O que que eu vou fazer lá?” Fiquei lá na costura [...] Mas quem gosta, uai, é bom! Quem gosta deve aproveitar! (Rosilda, 65 anos – Institucionalizada)



De vez em quando tem festa, eis tão arrumando uma festinha aí. Mas não, eu nunca tive... no meu tempo todo eu num, as minhas festas era trabalho. [...], carnaval, aí que eu trabalhava mais ainda pra poder ganhar os trocadinhos, né? Porque se não trabalhasse não ganhava. (João Cordeiro, 91 anos - Institucionalizado)

**E a sua mulher, não vem não, seu Emiliano?** Não, não vem não. Ela não gosta. Ela só gosta da caminhada dela. Ela vem até ali embaixo, lá no Poço Rico [bairro da cidade de Juiz de Fora], ali e volta, e vai embora. Ela não gosta mesmo! Aqui, ela vem pra entrar, ela não vem não. (Emiliano, 65 anos, participante do Centro de Convivência para Idosos/AMAC - PJF).

Retomamos que, no caso das novas formas de sociabilidade apresentadas hoje aos cidadãos idosos (grupos, programas, projetos e universidades), são os velhos de menos idade que mais as vivenciam, provavelmente por estarem mais afinados ao tempo em que se gestam esses “grupos para a terceira idade”. Soma-se a este, o fato destes “jovens-idosos” contarem com uma renda certa e terem afinidade com a idéia de utilização do tempo livre para o lazer e para as novas aprendizagens; e também, por serem, na maior parte das vezes, os que estão mais saudáveis, mais aptos a iniciar algo novo, a fazer passeios e a ampliar sua rede de amizades, etc. E, no que diz respeito especificamente às mulheres, maioria entre os que participam dos grupos para a “terceira idade”, são as que pertencem a este recorte geracional que vivenciaram as transformações iniciais ocasionadas pelo movimento de participação mais regular no mercado de trabalho e as mudanças no interior da estrutura familiar. Estes fatos contribuem para uma inserção mais ampla destas mulheres nos espaços extra-familiares, que acabam por se estenderem até os dias atuais (MOTTA, 2004).

Os mais idosos (aqui, especificamente, considerando os maiores de 80 anos), que construíram suas trajetórias em épocas históricas distintas das dos “jovens-idosos”, são, na sua maioria, mais resistentes a estas formas de sociabilidade representada pelos grupos, programas e projetos específicos para a “Terceira Idade”. A esta resistência, pautada nos valores e costumes sobre os quais os mais velhos constroem suas leituras e inserções no tempo presente, aliam-se as limitações de saúde comuns entre os homens e mulheres de idade mais avançada e, como salienta Motta (2004), os cuidados às vezes exagerados exercidos pelo grupo familiar. Entre os mais idosos, os que mantêm uma

sociabilidade extra-familiar, a realizam em instituições ou grupos de cunho mais tradicionais como os religiosos e os comunitários, mantendo as velhas amizades da mocidade e com os vizinhos. Neste sentido, vale recuperarmos o trecho do depoimento da senhora Aracy no qual valoriza o fato de ser moradora há muitos anos e, de certa forma, ter “ajudado a construir” um dos bairros mais tradicionais da cidade, ao se referir a uma festa da qual participaria em comemoração à fundação do clube esportivo do bairro:

Eu não posso mais ler nada, por causa da minha vista né? Então o que eu faço é ver televisão é ouvir música, sair muito, né? Amanhã, na festa do “Clube Bom Pastor”... porque meu marido foi fundador. [...] Então foi tudo resolvido aqui nessa nossa casa aqui. E amanhã fazem, acho que cinqüenta e quatro anos, o Clube. Então acho que eu vou lá ‘dá’ uma ... uma olhada no baile lá. [...] Quarenta e tantos anos, quase cinqüenta nessa casa. **Nessa mesma casa? É. Então conhece todo mundo?** Ah, todo mundo. Conheço esse bairro todo. [...] A minha vizinha aqui sempre foi ela, a viúva do Dr. Olavo Cruz. [...] A de lá também, a Senra. E acaba ficando todo mundo amiga também, né? (Aracy, 80 anos - Não Participante)

É interessante salientarmos ainda que, dona Aracy mantém com um grupo antigo de amigas o hábito de se encontrar regularmente para jogar baralho, viajar, almoçar e realizar juntas outras atividades deste cunho. Fato que, sem dúvida, contribui muito para mantê-la afastada dos estereótipos negativos relacionados à alienação, não autonomia, desintegração social e não vivacidade, atribuídos especialmente a este grupo geracional (idosos-idosos).

Eu tenho umas amigas. Eu fui almoçar com a minha irmã, domingo retrasado, porque a minha irmã tava fazendo 83 (oitenta e três anos), aí nós fomos seis amigas pra lá. [...] **a senhora sempre sai com elas?** A gente joga cartas! **Com dia marcado e...** Não! Uma lá resolve, vamos fazer um Buraco essa... é Canastra Paraguaia que a gente joga. Muito interessante! É de seis pessoas ou quatro. Então é numa casa, vem ‘praqui’, eu vou pra casa delas... (Aracy, 80 anos - Não Participante)

Não desconsideramos aqui a trajetória de vida da senhora Aracy que é responsável pelo lugar que ela ocupa hoje na sociedade e, mais especificamente, pelas relações que

estabelece nesta fase de sua vida. Dona Aracy é filha de uma família de classe média, casou-se, nunca passou por grandes dificuldades financeiras, têm filhos e netos, mora hoje em uma bela casa no bairro Bom Pastor (bairro onde a maioria dos moradores possui boas condições financeiras), não tem nenhum problema sério de saúde, e, desta forma, para ela os estereótipos negativos relacionados à velhice, especialmente aos mais idosos, são mais facilmente afastados.

O elegante e autônomo senhor João Ricardo é outro exemplo dentre os que não estão inseridos em atividades específicas para a “Terceira Idade” e que se mantêm animados e integrados à dinâmica contemporânea. Mesmo não estabelecendo relações amplas para além do âmbito familiar, este simpático senhor demonstra em seu relato oral ter aguçado o sentimento de pertencimento ao tempo presente, construindo análises críticas à condição socioeconômica do país e demonstrando conhecimento sobre fatos e acontecimentos políticos atuais. Certamente este perfil tem intrínseca relação com a sua trajetória de vida fortemente marcada por sua filiação ao Exército Brasileiro durante a “Segunda Grande Guerra”. Atentemos-nos à riqueza do trecho abaixo retirado de seu relato e que é ilustrativo destas afirmações anteriores:

[...] Porque a distribuição das coisas para os idosos ou para a pessoa é muito raro. O nosso Brasil... vai no nordeste pro céu ver qual a miséria que vai ver lá. Vai no Rio de Janeiro naquelas favelas, o sujeito quer morar no Rio, mas Deus sabe como eles vivem lá. [...]E outras capitais aí, Amazona, Pará... Pessoal que depende, como sofre aquele pessoal! [...] O Brasil tem um bom sistema [...] é um país pretensioso em tudo! Falta bom administrador. Bom administrador! Fazer o que tem que ser feito pra mudar. Não é minha filha? Entra governo, sai governo, continua a mesma coisa. Eles quer tratar deles... (João Ricardo, 84 anos – Não Participante)

Com estas colocações buscamos demonstrar que a inserção social, bem como o sentimento de pertencimento à dinâmica social mais ampla, não está necessariamente relacionada ao fato dos idosos se integrarem ou não aos grupos, programas, projetos ou universidades para a “terceira idade”, mas sim, às trajetórias de participação destes sujeitos que, por sua vez, relacionam-se às de classe que são permeadas pelas de gênero e geração às quais pertencem.

A partir da afirmação anterior é também possível construir as bases para se desfazer a relação de reciprocidade irrestrita entre “feminização do envelhecimento”

(BERQUÓ, 1996)<sup>78</sup> e maior participação feminina nos grupos para a “terceira idade”, visto que esta reciprocidade desconsidera a variedade de significados que a velhice assume para os sujeitos pertencentes a classes, sexos e gerações diferentes, bem como as diversas possibilidades de ressignificação da velhice trazidas pela participação nos espaços coletivos de sociabilidade. Se por um lado, os homens são a parcela menos significativa nos grupos para a “terceira idade”, são eles os que mais se integram às associações de cunho mais político, como, por exemplo, as associações de aposentados.<sup>79</sup>

Ressaltamos que, se nos grupos para a “terceira idade”, a reação aos preconceitos e estereótipos relacionados à velhice (ou a negação do processo de envelhecimento) se dá pela demonstração da satisfação individual dos desejos e sonhos que o envelhecimento pode proporcionar, nas associações, o não se comportar como velho está relacionado ao fato de ser capaz de reconhecer que a juventude acabou, de acompanhar a evolução do mundo e dos acontecimentos. Nas associações a experiência vivida pelos idosos militantes é, “[...] sobretudo, a de aposentado e de ex-trabalhador, não a de idoso.” (DEBERT, 1999, p.175). Contudo, tanto os grupos para a “terceira idade”, quanto as associações, criam espaços coletivos para a redefinição de formas de sociabilidade para esta parcela específica da população. Como observa Debert (1999, p. 190), “em ambos os casos estamos diante de formas diferentes de luta contra os preconceitos e os estereótipos a ela [*à velhice*] associados e da criação – com os programas e associações – de espaços coletivos para vivenciar experiências inéditas na história.” (acréscimo nosso). Não desconsideramos, entretanto, que o espaço que estes grupos e associações conquistam hoje na sociedade está intimamente relacionado à idéia de que a velhice pode ser “reinventada”, transformada em um momento propício tanto para a luta política quanto para a realização pessoal, ou seja, na idéia de que a partir da adoção de estilos de vida e de formas de consumo adequadas, é possível excluir a velhice das preocupações dos indivíduos e da sociedade.<sup>80</sup>

Ainda quanto à participação nos grupos, programas, projetos e universidades para a “terceira idade”, outro fator também impulsionador de tal inserção, em conjunto com os relacionados ao gênero e à idade, é o estado civil dos sujeitos que deles participam, sendo estes, em sua maioria, viúvos, ou melhor, viúvas. A viuvez aparece nos relatos como um fator impulsionador e facilitador do crescimento da sociabilidade, quando então as mulheres narram estar vivendo melhor. As mais jovens passaram, após a morte dos maridos (ou separação), a ter uma experiência riquíssima de liberdade e

autonomia; não tendo mais a família como locus central de suas relações, entram no “cenário público das sociabilidades geracionais” (MOTTA, 2004, p. 138). Os relatos das senhoras Maria Cleusa e Maria da Glória são bastante significativos a este respeito. Elas, após uma longa e dolorosa trajetória de casadas, vivenciam a possibilidade de uma liberdade de movimentos nunca antes permitidos<sup>81</sup>.

Fiquei viúva, fiquei feliz sozinha. Faço o que quero, eu acordo a hora que quero. Não tem amolação de homem na minha vida!  
(Maria Cleusa, 65 anos - Participante do Centro de Convivência para Idosos/AMAC-PJF)

Então eu fiquei 27 (vinte e sete) anos separada. Agora têm 06 (seis) meses que eu estou viúva. [...] Tô livre! [enfática].  
(Maria da Glória, 65 anos - Participante do Centro de Convivência para Idosos/AMAC-PJF)

Já as que se tornam viúvas mais velhas, têm uma experiência um pouco diversificada, visto que mantêm a família como locus central de suas relações e, como observa Motta (2004), reforçam a construção de um núcleo familiar idealizado e satisfatório, onde mães e filhos, bem como indivíduos de outras gerações, relacionam-se de forma harmônica, e, principalmente, onde se tem estas senhoras como centro das relações estabelecidas entre seus membros. Em contrapartida, este “aninhamento” (MOTTA, 2004) das mais velhas, pode significar um protecionismo imobilizador por parte dos filhos que se estendem em cuidados exagerados e, por vezes, cerceadores, não permitindo a estas senhoras o acesso a uma liberdade que também não pôde ser conquistada no “seu tempo”. As palavras de dona Doralice são muito significativas a este respeito:

Não gosto eis [filhos e netos] ficam me “encomendendo” tanto que a gente até tá com medo de sair sozinha, né? Com Deus! Aí, “não, na Semente eu vou!” [“Grupo Espírita Semente”, local onde são realizadas as atividades do projeto do qual participa]. **A senhora tem medo de sair sozinha?** Não, eis é que não gosta. [...] Mas ó, eu “ciso” eis [engana]. Eu ciso...essa semana passada mesmo. Terça - feira : “- a senhora vai sair?” Eu falei: “-não.” “-O almoço tá pronto.”[reproduzindo o diálogo entre ela e a nora]. Ah, aquilo eu almocei ... fiquei um cadinho. Falei assim: “- ah eu vou lá em cima no Dom Bosco”. “ - mas a senhora vai sozinha?” [ ar repreensiva]. “ - Sozinha e Deus. Cê vai vê, vou e vorto”. Aí fui, fui embora! [silêncio]. (Doralice, 89 anos)

O que se pode apreender destas falas é que, mesmo sendo contemporâneas e compartilhando características homogeneizadoras – ser mulher e viúva -, essas senhoras pertencentes a idades diferentes, reagem de forma igualmente diferenciada à passagem por um mesmo fato social. Tal afirmação deixa claro, além das mudanças dos modos tradicionais de viver a viuvez e a velhice, as variações de ordem subjetiva, pessoal que, evidentemente, são também determinadas pelas diferenciações de classe. Não se pode negar, entretanto, que de uma forma geral a sociedade moderna contemporânea aliviou o peso de se “ser mulher e viúva”, dando-lhes oportunidade de se sentirem mais leves e livres para vivenciarem os “novos modos” e “espaços” de se ser velhas. E, mesmo reagindo de forma bastante diversificada a este fato, as “jovens-idosas” e as pertencentes à geração mais velha, ambas se fincam ao presente refazendo e definindo suas vidas cotidianas, desmentindo o estereótipo de que os velhos vivem do passado.

Para finalizarmos este subitem, podemos afirmar, a partir das análises anteriores, como o fez Alves (2007), que

Graças às transformações sociais das últimas décadas, que se refletiram sobremaneira nas relações familiares, à diversidade de valores existentes em relação à velhice e à heterogeneidade das formas de envelhecer vigentes, é multifacetado e complexo o panorama das relações sociais e familiares envolvendo pessoas idosas, hoje, no Brasil. (ALVES, 2007, p.138)

Exigindo, portanto, formas, também multifacetadas e heterogêneas, de respostas as demandas e necessidades dos homens e das mulheres que envelhecem nesta sociedade que criem, construam e reconstruam a história do envelhecimento que é determinada pelas condições de vida destes sujeitos, fruto do lugar que ocupam e das relações que estabelecem na dinâmica da produção e reprodução socioeconômica.

### **2.3.2 – “Instituições de Longa Permanência”: escolhas e preconceitos**

Historicamente, os cuidados com as gerações mais velhas são atribuídos aos seus descendentes, estabelecendo assim, uma norma social que é reforçada e legitimada pelas leis.<sup>82</sup> No Brasil, a “Constituição Federal” de 1988 estabelece como preferencial o atendimento aos idosos em seus domicílios em detrimento do atendimento prestado em instituições domiciliares, preceito reforçado na “Política Nacional do Idoso” (Lei 8842

de 1994) e também no “Estatuto do Idoso” (Lei 10741 de 2003). Não desconsiderando tal recomendação e admitindo ser o ambiente familiar o mais adequado para o bem-estar físico e psicológico dos idosos, reconhecemos, entretanto, a necessidade de se constituir políticas públicas que possibilitem a determinados idosos o atendimento em abrigos e/ou “Instituições de Longa Permanência”<sup>83</sup>.

Como salienta Camarano (2007), em geral, o público-alvo dessa modalidade de atendimento é constituído por aqueles idosos em idade mais avançada (“idosos-idosos” e “idosos-mais-idosos”), com comprometimento físico e/ou mental, com carência de renda, sem família ou que tenha sofrido maus-tratos por membros deste grupo.

Em consonância com este perfil o “Estatuto do Idoso” em seu artigo 37 prescreve:

A assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos próprios ou da família. (Lei 10741 de 01 de outubro de 2003).

Esta modalidade de atendimento - abrigo - é a mais antiga e geral prestada ao idoso fora do seu convívio familiar. No entanto, como declara Camarano (2007), “[...] no Brasil, recorrer a ‘Instituições de Longa Permanência’ é uma atitude polêmica, carregada de preconceitos.” (p. 172 – grifo da autora). E a desvalorização e o preconceito são ainda mais acirrados quando a institucionalização é realizada pelos familiares. Em parte este preconceito, em torno da institucionalização, pode estar relacionado à constatação de que os velhos historicamente atendidos por esta modalidade eram, na sua maioria, os que não tinham condições de prover sua sobrevivência ou tê-la provida por seus familiares, o que consagrou a institucionalização como sinônima de pobreza e exclusão social. Além disso, contribui para tal preconceito, o fato de, especialmente, os primeiros abrigos terem se calcado em práticas assistencialistas e filantrópicas, predominantemente vinculados à caridade cristã. Para respaldar as colocações anteriores podemos nos debruçar sobre as palavras de dona Rosilda que, em um dos trechos do seu riquíssimo relato sobre esta modalidade de atendimento, deixa bastante evidente os seus próprios preconceitos e o trabalho de convencimento (e auto-convencimento) do qual foi alvo no período prévio à sua institucionalização.

**Era aqui que a senhora queria ficar? É.** [...] Inclusive, quando a Ângela [uma prima] queria me trazer pra qui, eu não queria vim ... que falava: "- ih, asilo!"[ar de desprezo] Quer dizer, porque eu cresci falando que "asilo, Deus me livre! A pessoa fica jogada lá, um desmazelo!" Então eu falei: "- O que que eu vou fazer lá no asilo? Eu não fui criada assim, eu fui criada ...é... normal, posso dizer, né? Agora bate em um asilo! Deus me livre! Não ..." Quando eu bati aqui, Nossa Senhora! Nem pensar, [pausa] nem pensar ... é minha casa [o asilo]! Tô no lar! Tô tranqüila, tranqüila ... graças a Deus! Dei sorte! Já pensou, eu sozinha se eu não gostasse do asilo, como que ia sê a minha vida? Aí eu bati aqui, dei sorte! Não quero falar que todos os asilos são igual aqui, mas aqui é ótimo! Aqui é excelente! Aqui, aqui é maravilhoso! (Rosilda, 66 anos – Institucionalizada).

Este trecho do relato de dona Rosilda é revelador de outras e importantes percepções sobre as "Instituições de Longa Permanência" construídas em nossa sociedade, como, por exemplo, o consenso em torno da afirmação de que morar em uma instituição fora do contexto familiar pode gerar sentimentos de abandono e desamparo<sup>84</sup>. No entanto, seu relato também revela que para aqueles "[...] que perderam (ou nunca tiveram) familiares próximos, não têm renda, nem autonomia física e mental para administrar sua vida, o pertencimento a uma instituição pode representar uma alternativa de amparo, proteção e segurança." (CAMARANO, 2007, p. 175). Além disso, como adverte Debert (1999), viver com os filhos não é garantia de respeito e cuidados adequados aos mais velhos, e, nem mesmo, de ausência de maus-tratos. Não nos atentarmos para esta ambigüidade de percepções e reações em torno das "Instituições de Longa Permanência" significa o não reconhecimento da complexidade e heterogeneidade da vida socioeconômica e cultural nesta sociedade que transforma o envelhecimento em um fenômeno multifacetado, também com múltiplas e diferentes necessidades.

Partindo destas considerações, são exemplificadoras as declarações tecidas em torno das razões para a institucionalização construídas pelos narradores que nelas residem:

Bom eu vim pra cá porque com esse problema da minha mulher... pediu, pra quem me ajuda? Eu cheguei na minha idade, pra ter mais ou menos uma proteção, quem olha por



ela e olha pra mim. (João Cordeiro, 91 anos - Institucionalizado).

É, lá, porque eu não tenho onde morar, aqui eu tenho muitos... tem gente doente aí, enchendo meu sapato! [riso] [...] mas eu não ligo não! [...] **E o senhor gosta de estar aqui então.** Não! [enfático] **Não?** Preferia estar com saúde andando por aí. **Se o senhor tivesse saúde o senhor estava por aí?** É. Outro, porque dizem que cada coisa que a gente faz são dez anos de vida que a gente perde, e depois dessa operação eu fiquei diferente. Não tenho aquela saúde que eu tinha. [...] Morava sozinho, morava sozinho até o coração... (Ernesto Kuhlman, 84 anos - Institucionalizado)

**Com quantos anos a senhora veio pra cá?** Com 62 (Sessenta e dois anos). **E veio por que?** Porque adoeci ... uns fala que é depressão, cada um é uma coisa ... eu parei! Eu larguei aquilo pra lá! Eu já não era mesmo de comunicar, depois, aí é que eu não comuniquei mesmo. Sozinha, eu não ia na casa dos outros, aí porque eu sou assim, os outros também não vinham na minha, né? Eu fui ficando sozinha ...sozinha... (Rosilda, 66 anos - Institucionalizada)

Constata-se ainda, em consonância com os dados da pesquisa realizada pela “Fundação Perseu Abramo”(2006), que os idosos institucionalizados declaram ter buscado as instituições, ou terem sido trazidos por familiares, vizinhos ou amigos, devido à ausência de “cuidadores” e à necessidade de atenções e zelos especiais ocasionados pelo próprio processo de envelhecimento, além da fuga da sensação de dependência. Assim, afirmamos que a institucionalização não pode ser responsável pelos sentimentos de isolamento, limitação ou restrição de autonomia e desintegração social, pois, na maioria das vezes ela é, antes de tudo, uma opção para aqueles que já se encontram nesta situação de abandono não só familiar, mas especialmente público.

Olha, quando eu morava sozinha, eu achava bom morar sozinha. Mas eu ainda era mais nova, né? Eu achava bom. Mas nem me passava pela cabeça uma instituição assim. Mas agora que eu experimentei, pra mim...acho que só se não existisse, porque se existisse era esse aqui mesmo! [...] Morar sozinha ... desisti! Falei “- agora vem a idade (envelhecimento), só vai piorando! Só vai piorando” Então não

adianta mais... [pausa] e eu gostei daqui. Aí foi onde eu me animei (a vender a casa). E, não me arrependo, não. Nem um pouco! (Rosilda, 66 anos – Institucionalizada)

Reconhecemos que se tal situação não fosse real, ou seja, se existissem “cuidados” e companhia (e, em certos casos condições financeiras), a maioria dos idosos institucionalizados preferiria residir fora da instituição, fato exemplificado pelo relato do senhor Ernesto, transcrito anteriormente, no qual declara não gostar de viver na instituição, ao mesmo tempo em que tem consciência de que necessita dos cuidados que esta modalidade de atendimento lhe proporciona.

Debert (1999) salienta que uma das maiores dificuldades encontrada pelos residentes destas instituições consiste no relacionamento que têm que estabelecer entre si, a afirmação irritada do senhor Ernesto - “tem gente doente aí, enchendo meu sapato!” - é ilustrativa a este respeito. Ainda quanto a esta constatação, são também esclarecedoras, as declarações de Camarano (2007)

O ingresso numa instituição representa muito mais do que uma simples mudança de ambiente físico. Significa uma ruptura com uma comunidade e a adoção de uma outra. Geralmente, essa ruptura se dá nos vínculos afetivos (familiares), e os novos vínculos são com pessoas, em princípio, desconhecidas, sem nenhum laço afetivo. Além disso, o idoso vê-se obrigado a se adaptar e a aceitar normas e regulamentos, como horários, dieta alimentar e rotinas preestabelecidas. (p. 183)

Essas mudanças, com certeza, representam uma quebra e/ou perda dos laços históricos, familiares e das referências pessoais construídas durante as longas trajetórias de vida destes homens e mulheres hoje velhos e institucionalizados. Vale à pena retomarmos, novamente do relato do senhor Ernesto, um trecho riquíssimo no qual o “desfazer dos laços” e as dificuldades de adaptação às “novas regras” são evidenciadas:

Não é por eu ser... ah... ser... egoísta. É porque eu tenho o meu... as ... minhas preferências, ao passo que... em conjunto, quando vários, não precisa ser aqui, com amigos, tudo... precisa acompanhar. Pra ver como é que é... quando eu já sei, ah, eu já sei como é que é... fulano... **O senhor já sabe.** Já tenho, já tenho a minha personalidade, e... assim a gente vai... imaginando. (Ernesto Kuhlman, 84 anos – Institucionalizado)

Cabe-nos aqui ressaltar que, entre os homens e as mulheres, há, como observa Debert (1999), uma diferença acentuada em relação às percepções e expectativas em torno da institucionalização. Para as mulheres a instituição é um local definitivo e, desta forma, esforçam-se em demonstrar que já se adaptaram e/ou se “acostumaram” a ela, mesmo que tenham críticas às práticas desenvolvidas no interior de seus muros. Já os homens, mais críticos em relação à instituição, procuram demonstrar não estar adaptados e que nunca se adaptarão, ou então, esclarecem que só estão naquela instituição por motivos bastante objetivos, tais como: uma amizade, um cuidado específico, ausência de saúde, ou por não terem outro lugar para ir (DEBERT, 1999). Vejamos dois exemplos:

Eu fiquei sozinha “memo”, de tudo! Foi quando eu adoeci. [...] Aí vim pra cá, aqui tá ótimo! [...] Eu acostumei. **E agora, a senhora gosta?** Gosto, eu gosto muito daqui! Eu acho ótimo! (Rosilda, 66 anos – Institucionalizada)

[...] **E o senhor gosta de estar aqui então.** Não![enfático] **Não?** Preferia estar com saúde andando por aí. (Ernesto Kuhlman, 84 anos – Institucionalizado)

São também bastante utilizados pelos idosos para justificar tanto a institucionalização, quanto a permanência na instituição, os conflitos familiares e a dificuldade de se adaptarem às mudanças no interior do núcleo familiar, quase sempre avaliadas por estes como negativas. Um relato rico a este respeito é traçado pelo senhor João Cordeiro quando conversávamos sobre sua vida cotidiana, perguntado sobre a possibilidade de ir morar com algum parente, ele salienta que não gostaria, alegando um “descontrole” no interior dos núcleos familiares nos dias atuais. Apreciemos tal relato:

[...] **o senhor morar com alguém da família do senhor, o senhor gostaria, senhor João?** [pausa] Quando era meu tempo, gostaria. Mas hoje a ... a morada de família hoje eis sempre são tudo descontrolado, né? É difícil ter família bem controlada, né? (João Cordeiro, 91 anos – Institucionalizado)

Novamente voltamos nossas reflexões em torno da institucionalização para o “papel da família”, bem como as expectativas em torno deste núcleo no que diz respeito aos

“cuidados com os mais velhos”. É quase um consenso entre os autores que estudam sobre o processo de envelhecimento que permanecer no ambiente familiar é a melhor opção para os idosos fragilizados ou não. No entanto, como questiona Camarano (2007), “[...] a família pode assumir essa responsabilidade, dadas as suas novas configurações e o novo papel social da mulher?” (p.188). Segundo tal autora, para que a família exerça o papel de “cuidadora” é preciso que se organize uma rede de atenção à velhice que a auxilie na boa efetivação deste, como, por exemplo: centros-dia, atendimento domiciliar multidisciplinar especializado, centros de convivência, entre outros serviços e equipamentos.<sup>85</sup> Entretanto, sabe-se que cada uma destas modalidades, serviços e equipamentos, irá atender a um determinado perfil de idosos e que, nesta sociedade, sempre existirão aqueles totalmente dependentes, sem família, com carência de renda, entre outras necessidades que os tornam dependentes de cuidados não familiares, ou seja, das “Instituições de Longa Permanência”. Tal constatação nos leva a afirmar que o que é urgente é uma mudança de percepção em torno destas instituições que ajudem a eliminar os preconceitos historicamente enraizados e a reconhecê-las como importantes para o atendimento a determinadas situações.

Contudo, não podemos desconsiderar que a mudança de postura diante das “Instituições de Longa Permanência” perpassa também a necessidade de mudanças internas que pressupõem oferecer aos que residem nelas um espaço propício para o exercício de suas autonomias, bem como o respeito a suas intimidades e heterogeneidades. E, especialmente, possibilitar e promover uma vida pública ativa e cheia de sentido às pessoas de idade mais avançada (DEBERT, 1999).

Finalizando estas reflexões em torno das modalidades de atendimento aos idosos na sociedade contemporânea e das formas de “sociabilidades possíveis” (MOTTA, 2004) oferecidas aos sujeitos que envelhecem, afirmamos que a participação não pode ser um privilégio de poucos, mas um direito público garantido pelo Estado aos homens e às mulheres que envelhecem. E, ainda, propomos uma discussão em torno do respeito às diferenças humanas a fim de se pensar em alternativas para a superação das desigualdades entre as formas de envelhecer. Afirmamos que esta nova postura só se concretizará quando construirmos e efetivarmos políticas para todas as idades que promovam o estreitamento dos laços e solidifique a solidariedade entre as gerações e

que não as segreguem. E que, no limite, produzam um “novo projeto estrutural” (COUTINHO, 2001) que conduzirá o longo processo de universalização efetiva da cidadania.

## **2.4 – Gerir e vivenciar a velhice: entre o preconceito e o estereótipo**

*“[...] a fim de sermos totalmente diferentes, precisamos ser verdadeiramente iguais e não conseguiremos ser verdadeiramente iguais se não formos totalmente diferentes.”*

*(Portelli, 1997, p.19)*

Com o intuito de aproximarmos a questão da Política Social como instigadora da construção da cidadania ao que se refere especificamente às políticas de atenção aos idosos, faz-se de suma importância retomarmos, numa perspectiva conclusiva, o significado e quais as influências que estas sofrem, bem como as que exercem, sobre as “novas formas” de gerir, e também na maneira subjetiva de vivenciar, o período da vida denominado velhice<sup>86</sup>.

Assim, após este longo percurso em torno da Política Social de atenção à população idosa, especialmente a brasileira, é possível afirmar que vivenciamos, na contemporaneidade, um conjunto de processos que apontam para uma mudança significativa no universo social do idoso, ampliando sua rede de sociabilidade e participação, bem como produzindo uma possibilidade de ruptura dos papéis tradicionais atribuídos à velhice e dos estereótipos negativos relacionados a esta etapa da vida. No entanto, se por um lado, este movimento promove o aumento da visibilidade pública dos idosos que passam a ser sujeitos de direitos, consumidores que possuem preferências e necessidades específicas (DELGADO, 2007), fatos que vêm sendo identificados pela mídia, e mesmo pelos próprios idosos, como promotores da ampliação da autonomia individual e do alcance da cidadania. Por outro, este mesmo movimento aponta (ou reflete) um enfraquecimento dos sistemas públicos de proteção social que culmina no questionamento dos direitos relacionados ao trabalho – a aposentadoria, por exemplo – contribuindo para o processo de “reprivatização da velhice” (DEBERT, 1996)<sup>87</sup>. Delgado (2007) ressalta que

Pode-se dizer, então que o contexto contemporâneo tem produzido mecanismos que visam interpelar a subjetividade do idoso, sobretudo no sentido de sua constituição como indivíduo autônomo, quer através da linguagem do direito, do consumo, da possibilidade de controle do corpo e da manutenção das redes de sociabilidade, bem como através da idéia de que a responsabilidade pelo envelhecimento é exclusivamente individual. (p. 158)

Portanto, as representações sociais da velhice, predominantes hoje em nossa sociedade – terceira idade/velhice bem sucedida e a associada a doenças, morte, incapacidade, etc. - apesar de antagônicas, negam a velhice enquanto etapa natural do ciclo vital e como resultado das condições concretas de existência dos indivíduos no decorrer da vida.

Afirmamos que a solução apresentada pelos especialistas em velhice e pelas instituições sociais para o *problema social dos idosos* contém uma série de contradições. Apesar da imagem gratificante do envelhecimento associada à terceira idade, ela não oferece os instrumentos necessários para lidar com os problemas referentes à perda de habilidades cognitivas e de controle físicos e emocionais que estigmatizam o velho e que são, na nossa sociedade, fatores fundamentais para que o indivíduo seja reconhecido como um ser autônomo, como cidadãos. Assim, se de um lado os idosos assimilam o discurso hegemônico e a possibilidade de novas formas de vivenciar e representar a velhice, por outro, vivenciam a velhice dentro de um contexto específico, muitas vezes incompatível com o ideal de velhice preconizado pela sociedade capitalista.

A busca de soluções para a “*tragédia da velhice*”, enquanto um fato isolado em si mesmo, é uma forma de escamotear um problema mais amplo que se refere à tragédia da vida no interior do modo de produção capitalista. A resolução dos *problemas* dos idosos é colocada em suas próprias mãos, abstraindo-se o fato de que esses são criados pelas condições reais de existência social dos homens, sendo, pois, fruto das contradições desta sociedade.

Assim sendo, o trabalho educativo, apontado como meio de garantir a integração do idoso na teia de relações sociais, acaba por desconsiderar estas enquanto uma construção historicamente determinada, marcadas pelas condições de exploração e dominação às quais os indivíduos estão submetidos neste sistema. Da mesma forma, a generalização do tempo de pós-aposentadoria como um momento que pode e deve ser preenchido com ocupações produtivas que possibilitem a descoberta de novos papéis e

de novos significados para a vida, não leva em conta as desigualdades sociais existentes. É necessário considerar que, se para alguns a ocupação do tempo de aposentadoria com atividades produtivas torna-se um momento gratificante, para muitos é uma necessidade de sobrevivência diante das condições de exploração e marginalização às quais sempre estiveram submetidos.

A questão que hoje se coloca é que o discurso do envelhecimento bem sucedido e inovador não pode excluir a realidade da velhice abandonada e dependente, transformando-a em consequência do descuido pessoal. Isto significa que a criação da nova imagem do envelhecimento não deve levar à responsabilização dos indivíduos pelas perdas materiais, de habilidades e controles físico-emocionais presentes no processo de envelhecimento, o que levaria à emergência de novos estereótipos e novas formas de exclusão da velhice.

A partir destas considerações, podemos dizer que a sociedade capitalista produz novas representações sobre a velhice, dotando-a de uma perspectiva positiva, mas não propõe uma mudança nas estruturas dessa sociedade que, continuamente, repõe não só as representações, mas também as condições concretas, objetivas de vida dos velhos marcada pelas perdas físicas, intelectuais, materiais, etc. Estas novas representações acenam para uma suposta garantia de respeito aos idosos, esquecendo que estes foram submetidos a desrespeitos e explorações durante toda a sua trajetória de vida, criando um *velho fictício*.

Salienta-se, para finalizar, que é importante reter os traços materiais e culturais marcantes da sociedade capitalista, especificamente os da sociedade brasileira, pois é nesta sociedade que os homens, sujeitos desta proposta de estudo, viveram suas experiências passadas e vivem hoje sua velhice. É também, pois, neste solo histórico que – de acordo com a compreensão aqui adotada sobre o processo de envelhecimento – suas representações e vivências concretas desta etapa específica da vida estão sendo construídas e reconstruídas, visto que, conforme já salientamos no capítulo anterior desta dissertação, “[...] não é num instante que nos tornamos velhos” (BEAUVOIR, 1990, p. 11) desde nossa infância “[...] somos habitados pela nossa futura velhice” (ibidem).

## 2.5 – Resgatando e Sintetizando

Para finalizarmos este capítulo no qual apresentamos e tecemos de maneira bastante simples algumas análises sobre as políticas de atenção à velhice e as novas formas de gerir e vivenciar esta etapa da vida, afirmamos que estas estabelecem entre si uma relação dialética, ou seja, ao mesmo tempo em que a partir das políticas se gestam novas representações e imagens da velhice, estas novas representações vivenciadas no cotidiano pelos sujeitos que envelhecem trazem para a cena pública a necessidade de reformulação daquelas.

Conforme pudemos perceber a formulação das políticas que têm como público alvo as pessoas idosas baseia-se, fundamentalmente, em duas concepções homogeneizadoras sobre a velhice: uma que a vê como “um problema” e os sujeitos pertencentes a este contingente populacional como indivíduos abandonados, não autônomos, portadores de necessidades físicas e/ou transtornos emocionais, carentes financeira e psicologicamente, portanto, incapazes de gerir suas próprias vidas. São com base nesta concepção que se gestam as primeiras políticas de abrigo; e ela também explica, em grande parte, o caráter majoritariamente filantrópico e beneficente das instituições que realizam esta modalidade de atendimento. Outra concepção sobre a velhice, inserida mais recentemente nos debates sobre esta etapa da vida, é a que, pautada no ideal da “velhice bem sucedida”, concebe esta etapa como um período promissor para a realização dos sonhos e projetos de liberdade e autonomia, permitidos a estes “sujeitos” pelo tempo livre da aposentadoria. E é nesta concepção que se fundamenta os novos espaços ou redes de sociabilidade representadas pelos grupos, projetos, programas e universidades para a denominada “terceira idade”, “melhor idade”, “feliz idade”, “maior idade”, etc. Estas concepções homogeneizadoras sobre a velhice nos instigam a formular perguntas simples, mas bastante intrigantes: por qual política, ou melhor, onde estão inseridos aqueles que não se enquadram nem em um perfil, nem em outro? Quem são os velhos que não se encontram institucionalizados e nem participam dos “grupos para a terceira idade”? Qual a real possibilidade de participação e pertencimento ao tempo presente, tanto dos que estão inseridos nos “grupos”, quanto dos sujeitos velhos que não são atendidos por estas modalidades?

Ao considerarmos tais questionamentos, também estamos afirmando que mesmo entre os que supostamente possuem o “perfil adequado”, ou “traçado” para se inserirem nestas modalidades de atendimento há, como pudemos constatar neste capítulo,



diversidades construídas ao longo de suas vidas que precisam ser consideradas e, especialmente, respeitadas para que estes “grupos” e/ou “instituições” não se tornem guetos ou espaços de segregação. Tal afirmação nos impulsiona a lembrar que o motivo maior alegado tanto para a institucionalização, quanto para a inserção nestes “grupos”, é a busca pela sociabilidade, aqui compreendida como a possibilidade de construção de novos contatos individuais e coletivos que os afastem da solidão. A nosso ver, a “sociabilidade” envolve também, ou impreterivelmente, o reconhecimento de si mesmo como pertencente ao tempo presente, ou seja, à dinâmica da vida contemporânea. Portanto, para se pensar as formas de gestão e vivência do envelhecimento na atualidade, é necessário conceber este processo como um fenômeno complexo e heterogêneo, marcado pela diferenciação de classe, inserção na vida pública, gênero, organização familiar, geração, etnia, etc. Assim, afirmamos que não se pode falar em envelhecimento no singular, mas em diversas formas de envelhecer. O que hoje legalmente é definido como idoso, na verdade engloba uma série de diferenças socioeconômicas e culturais. Diferenças que, sem dúvida, influenciam na forma subjetiva de vivenciar a velhice, ou seja, na imagem que os idosos constroem sobre si mesmos e, de uma forma mais coletiva, sobre o processo de envelhecimento.

Para concluirmos, enfatizamos, novamente, a necessidade de se construir e fortalecer políticas que promovam contatos intergeracionais, a fim de aproximar e fortalecer os laços que unem os homens como sujeitos coletivos, independente da fase cronológica da vida a qual estes pertencem. Além disso, salientamos que a dimensão de troca e transmissão das experiências dos mais velhos para as gerações mais novas, tem um valor muito importante do ponto de vista da concretização da cidadania e emancipação destes sujeitos, bem como para a construção dos imaginários sociais e memórias coletivas das gerações mais jovens. E, ainda, afirmamos que, é a partir da criação de espaços públicos de troca e compartilhamento das experiências geracionais, que se irá concretizar, individual e coletivamente, uma apreensão mais respeitosa do indivíduo que envelhece, realmente longe dos estereótipos e preconceitos. Visão que pressupõe um respeito à condição humana de finitude que, como salienta Delgado (2007), a imagem do velho nos lembra que também é nossa. Ou seja, o velho percebido como igual, como alguém que compartilha conosco as angústias e ansiedades do mundo contemporâneo e que tem muito a contribuir justamente pelos seus muitos anos de vida e, portanto, de experiência.

Por fim, para além dessas considerações anteriores, não as contradizendo, nem mesmo complementando-as, mas a elas intrinsecamente relacionada, não podemos desconsiderar a questão da **classe social**, visto ser ela que define as relações e as formas de pertencimento nesta sociedade. Portanto, é esta sociedade que isola, exclui e nega o pertencimento de todos os homens na sua dinâmica socioeconômica e cultural que propõe como solução para os “problemas” que são determinados como próprios da velhice, a “participação” em grupos, programas, projetos ou universidades para a “Terceira Idade”. Esta “solução” não reconhece as desigualdades de pertencimento dos sujeitos a esta sociedade e, desta forma negam também a velhice como um processo, homogeneizando os que a atingem como “velhos”, e, de forma simplificada, ainda os classificam como “aptos” ou “não-aptos” a seguir os preceitos do “bom envelhecer”. Estas respostas imediatistas e desvinculadas da realidade desconsideram a complexidade das relações construídas na sociedade capitalista entre as classes e no interior destas, que também são permeadas pelas de gênero, geração, espaço, lugar, entre outras, construídas e reconstruídas historicamente.

Assim, como já o fizemos em outro momento no decorrer da construção deste capítulo, salientamos que as propostas para melhorias na qualidade de vida dos velhos, requerem, necessariamente, mudanças profundas nas condições de vida e pertencimento dos sujeitos nas diferentes etapas de suas vidas, ou seja, é preciso “mudar a vida” para que os homens e mulheres envelheçam com dignidade (BEAUVOIR, 1990).

*Mire, veja: o mais importante e bonito  
no mundo, é isto: que as pessoas não  
estão sempre iguais, ainda não foram  
terminadas ...*

*Guimarães Rosa*

## **CAPÍTULO III**

### **DESVENDANDO A TRAMA: OS MATIZES DA MEMÓRIA**

Nosso esforço neste capítulo estará em compreender como esses homens e mulheres que envelhecem estabelecem suas relações dentro da dinâmica mais ampla da sociedade capitalista, quais as influências que exercem e sofrem como sujeitos do processo histórico e como tecem os fios de suas memórias e lembranças subjetivas que os unem às memórias do grupo e às da geração aos quais pertencem. Trabalharemos, a partir das memórias destes velhos – memória individual e memória coletiva -, a “história” como construção dos “sujeitos sociais”, o cotidiano como espaço onde se produz a história e a memória/lembrança como possibilidade de junção entre o coletivo e o subjetivo, não apenas como releitura do passado, mas como fonte de compreensão do tempo presente e possibilidade de projetar o futuro, portanto, como uma força de transformação das relações sociais que estabelecemos no cotidiano.

Para o alcance de tais objetivos teceremos nossas discussões em torno das seguintes categorias: o passar do tempo (processo histórico); a família, o trabalho e a violência, que foram trazidas ao debate através das construções rememorativas dos sujeitos entrevistados, portanto marcadas pelo processo seletivo e crítico da memória. Não temos por pretensão esgotar as possibilidades de discussões e análises que as falas dos homens e mulheres entrevistados nos trazem sobre estas categorias, mas apenas salientá-las como matizes importantes na construção de suas trajetórias de vida e, assim, procurar entender suas inserções na sociedade contemporânea.

#### **3.1 – Homens e mulheres que envelhecem: mãos que tecem a história**

*“Somos mortais imortais porque criamos juntos obras que nos sobrevivem”. (Albert Einstein)*

Tomaremos como ponto de partida para este subitem as reflexões de Marx sobre a história<sup>88</sup> e que são um dos pilares, ou cerne, que sustentam a sua teoria, qual seja: a de que os homens fazem a história, mas em condições e circunstâncias previamente dadas.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com quem se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. (KARL MARX, 1969, p. 17)

Destacamos que estas condições são o somatório, não inerte, das forças produtivas, estrutura social e formas de pensamento que conduzem a produção e reprodução da sociedade. Assim, afirmamos como Heller (1970) que “a história, [...], é a substância da sociedade” (p.12); e que a sociedade é um “complexo determinado, com um método de produção determinado, apresentando ainda classes, camadas, formas mentais e alternativas igualmente determinadas” (idem). E ainda, como Hobsbawm (1998), asseguramos que, a sociedade é um sistema de relações entre grupos humanos, e que o “modo de produção” é o que alinha e orienta essas relações, ou seja, determina as forças presentes nestas relações. Não se deve perder de vista, entretanto, que estas determinações também são criações do homem, “sujeito-social”, que, por ausência da consciência de sua capacidade criadora sente-se aprisionado nas estruturas de sua própria criação.

Pode-se, desta forma, afirmar que, tanto a existência social do homem e suas condições objetivas de vida determinam a sua visão de mundo, quanto esta visão de mundo, tem influência sobre aquela<sup>89</sup>. Assim, as circunstâncias sobre as quais os homens produzem a história não podem ser separadas da sua própria essência humana, que como salienta Marx “[...] não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado. É em sua realidade, o conjunto das relações sociais”. (apud IAMAMOTO, 2001, p. 46). Os homens aspiram certos fins e estes são determinados pelas circunstâncias que modificam os esforços e aspirações que influenciam nos resultados alcançados, sendo estas circunstâncias também resultantes das “[...] relações e situações sócio-humanas mediatizadas pelas coisas” (HELLER, 1970, p.1). Portanto, a essência humana é fruto do processo histórico, constrói-se e se modifica ao longo do tempo, determinada a partir da colisão dos valores, da moral<sup>90</sup> e dos costumes, herdados do passado, moldados pelas e nas diferentes ‘esferas sociais’ das quais os homens participam: família, trabalho, religião, estrutura política e econômica, ciência, arte, gênero, etnia, etc.

Neste ponto é importante retomarmos o sujeito do meu objeto de estudo, ou seja, os homens e mulheres que envelhecem compreendidos a partir da recuperação da totalidade da vida do indivíduo, entendida como uma construção sócio-histórica-espacial e também cultural. Homens e mulheres que têm as relações sociais como

elemento fundamental da construção de sua essência, e que são hoje, sem dúvida o resultado, não definitivo, das experiências sociais vividas ao longo do tempo, somadas às adquiridas no presente na sociedade na qual estão inseridos e da qual também são sujeitos. Ou, em outras palavras, homens e mulheres percebidos como indivíduos sociais que interagem entre si, com as diferentes gerações e universos sócio-culturais, e que, a partir destas interações, comungam valores, normas, comportamentos, padrões sociais ao longo de toda a sua trajetória e no tempo/espço no qual estão inseridos hoje.

Estes homens e mulheres, ao longo de suas narrativas vão demonstrando as suas peculiaridades ao lidarem com a **passagem do tempo**, do mesmo modo que vão dando significados, não só subjetivos, mas fundamentalmente, coletivos, a esta passagem. E, desta forma, revelam a pluralidade de experiências do envelhecer na sociedade moderna que é marcada pelas desigualdades, pela produção de heterogeneidades e, ao mesmo tempo, de processos homogeneizadores (LINS DE BARROS, 1995) <sup>91</sup>. Portanto, afirmamos que as “*velhices*” são expressões das diferentes formas destes homens e mulheres se relacionarem com o universo mais amplo no qual estiveram e estão inseridos e vivenciam suas experiências, que não se constituem em escolhas particulares, individuais, mas coletivas, fruto de um projeto maior de sociedade que orienta e moldura suas trajetórias; ou seja, constroem-se numa relação dialética entre o universal e o particular. Assim, ao mesmo tempo em que encontramos, nos relatos dos velhos entrevistados, visões de mundo distintas, estas coexistem com valores sociais, culturais e morais bastante homogêneos, que permeiam os relatos dos diferentes entrevistados e que revelam o pertencimento a uma geração. Neste sentido, mesmo no que diz respeito especificamente à visão que têm sobre sua própria velhice (emblemática da visão que têm sobre a passagem do tempo), cada um destes sujeitos, compreendem e atribuem significados diversos ao que é “ser velho”, mas, não obstante, a maioria destes, aproxima-se muito ao fenômeno da “negação da velhice”, presente na sociedade contemporânea<sup>92</sup>.

Alguns dos entrevistados se utilizam de expressões “naturalizantes” para expressar a **passagem do tempo** e a relação entre esta e o processo de envelhecimento, tais como: “É a vida!” (João cordeiro); “É natural!” (Ernani); “é o curso da vida” (Aracy); entre outros. Entretanto, ao analisarmos a totalidade dos relatos de vida construídos pelos entrevistados, não podemos afirmar que estes reconhecem suas identidades como uma construção social, um processo histórico feito de continuidade e rupturas, portanto, fruto da relação dialética entre a subjetividade e a coletividade. Estes

homens e mulheres, quase sempre, apresentam a velhice como uma etapa deslocada das outras etapas da sua vida<sup>93</sup> e, a partir das representações sobre a velhice presentes na sociedade contemporânea, classificam esta etapa da vida ora como uma época de felicidade, liberdade, realizações, ora como uma etapa que traz aspectos apenas negativos, nem sempre associando estes sentimentos às suas experiências no passado<sup>94</sup>.

Não se pode, no entanto, com esta afirmação não reconhecer que entre a maioria dos entrevistados a velhice como melhor etapa da vida não é irreal, ou apenas construção midiática, ou ainda, que estas construções são apenas simples formas de desvinculação desta às outras etapas, principalmente ao considerarmos suas trajetórias de vida marcadas pela violência, opressão e miséria. Portanto, esta é realmente uma fase boa de suas vidas, visto que somente nela puderam, muitas vezes, desfrutar dos benefícios de uma renda melhor, de uma liberdade trazida pela viuvez, como no caso da senhora Doralice, da senhora Maria Cleusa e da dona Maria da Glória que sofreram com a **violência** doméstica e **repressões** paternas e conjugais, ou, como no caso do senhor Emiliano, para quem o “não trabalho” representado pela velhice significa o fim de um longo processo de exploração, guardando assim um forte sentido de classe.

Mas vivi minha vida. Hoje, graças a Deus, hoje tô feliz! Fiquei viúva, fiquei feliz sozinha. Faço o que quero, eu acordo a hora que quero. Não tem amolação de homem na minha vida! [...] Ah, sofri muito, apanhei muito de marido. (Maria Cleusa, 65 anos)

**E se a senhora pudesse voltar alguma fase da vida, a senhoras voltaria?** Não, não! Não dá não. Passar o que eu passei [pausadamente]? Nossa senhora [ênfase]! **A senhora, então, não queria não?** Não. **Hoje a senhora é mais feliz?** Graças a Deus! Não me falta nada, graças a Deus! [...] a vida tá muito boa, tá sendo muito boa, graças a Deus! Está melhorando mais ainda. **Hoje a senhora é mais feliz, dona Doralice?** Ah, sou! Sou mesmo, graças a Deus! A senhora falou tudo. Tá tudo melhor, melhorou bastante mesmo! (Doralice, 89 anos)

A minha vida começou a ficar boa, depois da minha separação! Com todos os problemas. Porque aí eu senti dona de mim! Até aí eu era escrava dos, dos, quem me criou. Eu só fazia o que os outros, né? (Maria da Glória, 65 anos)

A vida era dura! Hoje, graças a Deus, é bom. Tá bem melhor, né? **Hoje tá melhor, seu... (Emiliano)?** Eu acho que é porque agora já não preocupo com mais nada... [risos] só eu e a mulher mesmo... (Emiliano, 65 anos)

Ao narrarem suas memórias, estes velhos revelam seus “sentimentos no mundo” e em “relação ao mundo”, e tecem mecanismos de interseção entre as diferenças percebidas e sofridas por eles, não só nas suas relações subjetivas, mas também na temporal, através da comparação entre a atualidade – o presente - do qual muitas vezes não se sentem parte nem, muito menos, construtores - e o passado – o “*seu tempo*” – ao qual em muitos momentos referem-se quase como sendo mítico. Salienta-se, entretanto que este “**seu tempo**” não é preciso, apenas demarca as transformações e rupturas trazidas pela contemporaneidade. Tomemos como exemplo a fala do senhor João Cordeiro, na qual, demarca o “seu tempo” como sendo o “tempo do trabalho”:

**As outras [namoradas], elas também o senhor conheceu no trabalho?** Ah, no trabalho foi. Elas também, essas todas sempre no trabalho, né? Porque nos meus tempos passado era “deferente” de hoje, né? Não tinha muito tempo, não. Assim ir em baile, nunca freqüentei baile. É, eu não tinha tempo pra isso. **O tempo era pro trabalho?** É. (João Cordeiro, 91 anos)

As concepções de alguns destes entrevistados, ainda sobre este aspecto, são extremamente significativas, na medida em que atribuem ao passado características positivas, e ao presente, aspectos negativos relacionados a mudanças e perdas de autoridade, de valores, de moral, etc. tanto na esfera privada, quanto na pública<sup>95</sup>.

[...] a maior parte num sabe dar educação ao filho que vem, né, hoje. Eles vão crescendo ainda não conhece a mãe como mãe, o pai como pai, tudo trata “ocê”, “até logo”, “tchau”. Antigamente não tinha isso! Não tinha [silêncio] **Antigamente era como?** Antigamente era, era o modo da religião, era respeito, respeitava muito a mãe, o pai. Antigamente o que o pai e a mãe falava era certo? Ah era respeitado, né? Tinha respeito, né? (João Cordeiro, 91 anos)



**O senhor acha que então hoje falta educação?** É, eu acho que é. É o jeito de criar, né? Porque hoje, porque antigamente, os filhos respeitavam os pais pra caramba. Hoje ninguém respeita. Eu fico bobo, uai! As minhas irmãs, nós saía, elas não saía sozinha de noite pra rua. Se fosse no baile, ou o pai ou a mãe tinham que estar junto. [...] **E hoje não...** Hoje não, hoje sai sozinha, igual vê minha sobrinha lá sai lá onze horas da noite vai pro baile, vem pra cidade chega lá duas, três horas da madrugada, ou então fica pra casa do namorado, chega no outro dia de tarde... É muito diferente. (Emiliano, 65 anos)

Podemos afirmar que esta evocação ao passado não significa, para este universo específico da minha pesquisa, um não entendimento do tempo presente, mas a busca pela compreensão do que é hoje a própria sociedade contemporânea, a partir da noção de continuidade temporal<sup>96</sup>, portanto, uma forma e/ou possibilidade importantíssima de se reconhecerem como “sujeitos sociais”. Como observa Lins de Barros (1995), “a perspectiva negativa do presente relaciona-se com o próprio contexto atual” (p.104). Hobsbawm (1998) salienta que se faz necessário defender “[...] a capacidade do homem de compreender como o mundo veio a ser o que é hoje, e como a humanidade pode avançar para um futuro melhor” (p.184). Acreditamos que é através desta compreensão que o homem irá se reconhecer enquanto criador de sua história e da história do mundo.

Quando falamos sobre construir a história não podemos desconectar este processo do espaço/território a partir do qual os homens e as mulheres a constroem. Assim, no nosso caso específico, por se tratar das lembranças relatadas por estes sujeitos, ressaltamos o espaço no qual estão inseridos no presente, ou seja, o lugar tomado como ponto de partida para a execução do trabalho de rememoração: o espaço urbano contemporâneo, com suas complexidades e heterogeneidades expressas nas diferentes concepções e percepções da cidade<sup>97</sup>. Assim, afirmamos como Lins de Barros (1995, p. 96), que “a memória depende do lugar que o indivíduo ocupa” e a cidade é, em linhas gerais, o lugar da lembrança destes homens e mulheres velhos. Desta forma, estes elegem alguns espaços públicos como “lugares da memória”, nem sempre porque se constituem efetivamente como reduto do passado, como patrimônio histórico, mas porque, como constatou Lins de Barros em sua pesquisa com velhos moradores da cidade do Rio de Janeiro (1995), “[...] indivíduos e grupos os vivenciam enquanto

símbolos da experiência de vida de uma geração ou de grupos sociais.” (p. 102) Desta forma, é possível resgatar os “velhos” Parque e Rua Halfeld onde os flertes eram vivenciados por homens e mulheres no passado, a “Avenida Sete” onde viveram suas infâncias, e parte da juventude, dona Cleusa e dona Aracy, e por onde passou muitas vezes dona Glória, hoje mulheres tão diferentes; as fábricas da época áurea da “Manchester Mineira”, onde grande parte deles trabalhou; os cinemas, os teatros, as igrejas, o comércio, os logradouros... Relembrados como importantes elos nas percepções de suas trajetórias no mundo.

Nossa! E naquela época as moças iam na Rua Halfeld passear que era o, a... a alegria o passeio da gente era na Rua Halfeld, sabe? Então a gente subia no passeio 'dum' lado e descia do outro, no mesmo passeio. E os homens todos na rua. A gente flertando para os rapazes, mas até nove e meia da noite, só. Olha que coisa, né? **Depois era hora de...** De sete às nove e meia, no máximo dez horas, tinha que ir pra casa. Tudo tão diferente né? (Aracy, 80 anos)

Eu me lembro que tinha o “Cinema Popular” e eu já mocinha, já, passando assim pra mocinha, e eu gostava de ir na matinê, a gente morava ali na Rua Benjamim .... Constant [rua central do município] . [...] Saia, minha filha, meu passeio era o museu. Museu, Parque Halfeld, nessa época você podia fazer (Maria da Glória, 65 anos)

**Sua mãe trabalhava?** Trabalhava fora, na, na ... Aqui, acho que aqui no, na “Mascaranhas” [Mascarenhas], ali perto naquela esquina ali. Chegou a trabalhar nesse prédio aqui também, não sei de que. Ah, negócio de têxtil, é negócio têxtil. [...] Sei que ela trabalhou muito aqui. Depois, acho que quebrou, fechou ou acabou, ficou todo mundo desempregado naquela época. Ela desempregou também, mas ela trabalhava muito, tadinha! (Maria Cleusa, 65 anos)

[...] Dezesseis (16) de janeiro de 1937, com 17(dezessete), meu pai, mesmo doente, me levou lá na Prefeitura, no Parque Halfeld. O prédio é aquele ainda, ali no Parque Halfeld, na Prefeitura. Então me tirou a Carteira Profissional. Dia 18(dezoito) de janeiro, eu levantei 6 (seis) 'hora' da manhã, 6 (seis) e meia eu já tava na porta da “Industrial Mineira”, da fábrica. (João Ricardo, 84 anos)

E a estas memórias individuais (embora alguns destes costumes, tradições e locais sejam lembrados por mais de um dos entrevistados) se unem os acontecimentos e lugares de cunho mais coletivos, de que são exemplo o “Getulismo”, a 2ª Grande Guerra, as primeiras eleições presidenciais, os fatos políticos contemporâneos, entre outros e, especificamente em Juiz de Fora, as experiências têxteis.

[...] A sociedade também está presente nos relatos individuais, quando se junta as nossas lembranças, e, portanto, às lembranças de nosso grupo social. As correntes de pensamento trazem rumores de outra época: a revolução de 30, o período getulista, uma notícia célebre de assassinato, a vida de artistas, a construção ou derrubada de marcos ou lugares de memória da cidade, as releituras possíveis da história oficial, as festas como o carnaval. (LINS DE BARRROS, 1995, p.101)

Estes fatos históricos de cunho coletivo são relacionados também a sentimentos mais afetivos, marcados pela experiência vivida, que demarcam mudanças nas próprias histórias individuais e são permeados pelas visões de mundo dos sujeitos que os narram. Neste sentido, os relatos dos senhores João Ricardo (a Segunda Grande Guerra), João Cordeiro (eleições), Emiliano (Carteira de Trabalho), Ernani (renúncia de Jânio Quadros), dona Glória (doença do Tancredo), Ernesto Kuhlman (Getúlio Vargas), entre outros, são bastante significativos<sup>98</sup>. Vejamos alguns trechos destas narrativas:

Aí, ele [filho de quem falava anteriormente] sofreu 02 (dois) acidentes de moto! Aos 17 (dezessete) anos, perfurou o pulmão, quebrou o braço aqui [no anti-braço]. Na época em que o “Tancredo” [refere-se ao ex-presidente Tancredo Neves] estava operando, ele também estava! Tem 06 (seis) parafusos! (Maria da Glória, 65 anos)

O meu filho, por exemplo, Tarcísio, esse é um fato político, quando a Terezinha estava pra ganhar o Tarcísio, não sei se no sexto mês de gravidez, o Jânio Quadros foi afastado... não, pediu, saiu da presidência da República, e nós ficamos, agosto, setembro, outubro, novembro dezembro e janeiro sem receber. (Ernani, 77 anos)

E política eu... sempre fui favorável a Getúlio Vargas. Quando foi do meu tempo eu notei a diferença que fez nesse todo tempo que eu trabalhei, e... o benefício que ele proporcionou à classe trabalhista. (Ernesto Kuhlman, 84 anos)

Todas essas colocações anteriores, emaranhadas pelas vozes dos velhos narradores, contam não só a história do “tempo passado”, mas, essencialmente, nos ajudam a compreender o tempo presente destes, com sua complexidade característica, conforme já salientamos. Compartilhamos do entendimento de que nada do que foi vivido/ ‘experienciado’ pelos homens pode ser perdido para a história, mas que essas experiências só podem ser levemente tocadas por nós no presente, visto que é impossível conhecer o passado da forma como ele realmente foi, mas que reconhecê-lo no presente significa compreender “a história como objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” (BENJAMIM, 1994, p. 229).

Assim, ao revisitarem o passado, estes homens e mulheres narradores, procuram estabelecer os elos que ligam cada um dos muitos fatos vividos entre si, não como acontecimentos isolados, mas como um todo integrado<sup>99</sup>, não como um tempo linear, mas complexo, “multifurcado”, heterogêneo, que representa o seu próprio “fazer-se na história”, e, desta forma, estes narradores se reconhecem como detentores de saberes e experiências que lhes são únicas, muitas vezes as relacionando ao tempo vivido, ao próprio processo de envelhecimento e assim as repassam, como é próprio aos narradores benjaminiano, como conselhos<sup>100</sup>.

Tão boba que eu era! Mas eu era muito boba! Agora fiquei mais espertinha! (risos) Depois de velha fiquei mais espertinha! (risos) **E por que a senhora acha que ficou mais esperta, dona Cleusa?** Ah, porque a vida ensina a gente! A vida ensina, cê vai levando tanta bordoadá, tanta coisa [eufórica e rápida] que a vida ensina, boba! É uma coisa ... é, acho que todos nós que vamos vivendo, aprendendo, vivendo, aprendendo ... E tô aprendendo até hoje! [...] Mas cê ainda é muito novinha ainda [referindo-se à pesquisadora], falta muito pela frente! Tem muito pela frente ainda. Ah, minha nossa senhora! Quem me dera se eu tivesse a sua idade, com o juízo agora que eu tô, com a cabeça mais firme. Ah, meu Deus! Não ia ouvir meu pai não, não ia mesmo! (Maria Cleusa, 65 anos)

Chega num ponto... como fala... a sabedoria que você alcançou, você vai tirar as suas conclusões... (Ernesto Kuhlman, 84 anos)

A experiência é compreendida, embora não em todo tempo na construção das narrativas, como o bem mais precioso adquirido por estes “sujeitos” ao longo de suas vidas, assim, como representação viva da história. Nestes momentos reconhecem-se como construtores experientes da história, não de forma autônoma, mas através da interação entre o individual – o eu – e o coletivo – a sociedade, em um diálogo constante. A partir desta interação estes homens e mulheres constroem suas identidades, não como algo unívoco, definitivo, mas como dialético, que se produz e reproduz ao longo do tempo e do espaço, portanto, uma identidade histórica.<sup>101</sup> Desta forma, estes sujeitos preenchem os espaços entre o mundo privado e o mundo público e costuram “[...] o sujeito à estrutura” (Hall, 2005, p.12), a partir do “alinhar” que entrelaça o subjetivo e o lugar que ocupam no mundo social, econômico e cultural.

E este lugar pode se relacionar até mesmo ao lugar definido pelo “ser homem” ou “ser mulher”. Lugar este que estrutura concepções de mundo diferentes e, portanto, diálogos e “costuras” também distintas nas construções de suas identidades. Assim, essa identidade sexual<sup>102</sup> também é formada ao longo do tempo (da história), a partir do significado atribuído (coletivamente) ao “ser homem” e ao “ser mulher”.

### **3.1.1 – “Ser homem” ou “ser mulher”: percepções sobre o passar do tempo e o fazer-se na história**

Pesquisas anteriores<sup>103</sup> revelam que os homens, especialmente os desta geração, têm suas vidas e projetos voltados para o âmbito público e estabelecem suas relações fora do ambiente doméstico, quase sempre ditando seu ritmo de vida pela cadência e hábitos do trabalho. Já as mulheres, constroem suas identidades voltadas para o âmbito doméstico, familiar, e suas vidas estão ritmadas pelas relações que estabelecem com este grupo privado<sup>104</sup>. E, assim sendo, para alguns autores as mulheres são, ora vitimadas duas vezes pelo processo de envelhecimento – por ser mulher e ser velha, ora, para outros, privilegiadas, por não experimentarem na velhice uma ruptura em relação ao trabalho tão violenta quanto à dos homens na aposentadoria. Para outros autores ainda, que enfatizam os fatores psicológicos na velhice, a tendência é, como salienta Debert (1999), “[...] considerar que a androgenia caracterizaria as etapas mais

avancadas da vida” (p.142). Ou, em outras palavras, papéis sociais, atitudes e valores considerados tipicamente femininos ou masculinos desapareceriam com a velhice, ou seja, as diferenças de **gênero (identidade sexual)** também seriam desfeitas em prol de uma visão homogeneizante desta etapa da vida. Entretanto, como afirma Motta (1999), é inegável que as

trajetórias sociais de gênero são determinantes na situação real e nos sentimentos dessas pessoas como idosas – ultrapassando, não raro, a diversidade de situação de classe – quando homens e mulheres se colocam diferencialmente quanto a possibilidades e sentimentos de bem-estar, liberdade e auto-realização na velhice.(p. 202).

Sabe-se que, assim como não podemos desconsiderar a forma distinta como estes homens e mulheres constroem suas histórias e se relacionam com o mundo, o espaço e o lugar no qual estão inseridos, e nem tão pouco, considerar a velhice como um processo homogêneo para ambos os sexos, também não podemos perceber a relação de gênero como um dado da natureza, a-histórico, imutável e, portanto, desconsiderar outros fatores que produzem distâncias e oposições entre o masculino e o feminino, bem como entre os sujeitos do mesmo sexo, tais como: classe social, etnia, cultura, escolaridade, inserção social, etc.

Outra categoria social que se une à de identidade sexual, aqui brevemente explorada, é a categoria **geração**<sup>105</sup> a qual também não pretendemos estudar em profundidade, mas que, semelhante a anterior, não podemos ignorá-la na compreensão das identidades destes homens e mulheres velhos. Ao falarmos sobre geração estamos necessariamente nos referindo à dimensão temporal através da qual esta “[...] faz e refaz seus sentidos” (MOTTA, 1999, p. 202). Não retomaremos aqui as discussões já realizadas sobre os sentimentos destes velhos no mundo, ou seja, as considerações sobre o fato destes terem construídos suas experiências em outro tempo – o “seu tempo”, o que queremos aqui é unir as categorias **gênero** e **geração** no que diz respeito ao fazer-se homem ou mulher em um determinado tempo. Com isso, pretendemos reforçar o caráter social e, portanto, histórico deste fazer-se e, a partir daí, compreender os valores, a moral e os costumes que fizeram destes velhos e velhas o que são hoje.

Assim, para as mulheres dessa geração mais intensamente do que para as da atual, o “ser mulher” prescrevia uma maior repressão sexual e social, traduzida em uma educação voltada para o ambiente doméstico, repressão de desejos e inexistência de

autonomia sobre o seu corpo, - até mesmo no que diz respeito à sua capacidade reprodutiva -, dificuldade de acesso e desvalorização no mercado de trabalho, desigualdade de informação e baixa escolaridade. Sobre este aspecto são interessantes as colocações de dona Maria Cleusa sobre seu total despreparo e desconhecimento sexual na sua noite de núpcias e que hoje se expressa na forma como esta lida com a sua sexualidade:

Minha lua-de-mel, é? [muitos risos] Nossa, eu fiquei uma semana, minha filha! [fala baixinho] Meu marido pelejando, “mas a gente tem que [gagueja], a gente tem que transar!” Eu, “que transar o quê? Transar coisa nenhuma! Ai não, não quero engravidar! Não quero ter neném!” Sabe o que que as meninas falavam comigo na rua? Na Avenida Sete [rua onde morava quando moça] tinha umas meninas muito boba também! Que tinha que pegar a agulha, enfiar no seio pra tirar o leite. Aquilo, “não vai me enfiar a agulha! Que não sei o quê?” Pra tirar o leite pro neném! [ar de deboche e em meio a muitos risos]. E tudo eu ia na onda, menina! [risos] Menina, mas era muita ignorância antigamente, nossa senhora! E hoje em dia sabe tudo! [ênfase] Né? Hoje em dia sabem tudo! Eu só sei que eu fiquei uma semana sem ter nada com o meu marido. Com muito custo, debaixo das coberta ... Nunca troquei de roupa perto dele. De jeito nenhum! [...] Eu conto isso os outros acham que é mentira, mas é verdade. Mas sabe o quê que é, menina? É a criação da gente! [...] Eu fiquei com trauma, ué!!! Eu trauma... eu sou traumatizada com sexo, essas coisas. (Maria Cleusa, 65 anos)

Como destaca Motta (1999), essas mulheres viveram “[...] a expectativa obrigatória de um ‘feminilidade’ que significa obediência e conformismo” (p. 210). E são estas características/qualidades que se encontram em declínio, que nortearam a vida dessas mulheres que hoje são velhas. As narrativas das mulheres durante o processo de entrevista são riquíssimas a este respeito, mas aqui destacarei as da senhora Aracy e da senhora Maria da Glória, por terem sido criadas por famílias de renda bastante divergente, mas que, ainda assim, ambas foram moldadas dentro deste padrão do “ser mulher” da geração a qual pertencem. Padrão que atribui ao homem o direito sobre a mulher que, por sua vez, tem por obrigação obedecer ao marido e assim “cumprir seu papel” de esposa e mãe:

**E a senhora chegou a trabalhar fora?** Não. Nunca. Sempre fui doméstica. **Sempre tomando conta desse serviço enorme...** É, que tem gente que não dá valor, mas é o essencial numa família é o exemplo é a tua presença, não? Eu chego, meus filhos chegam: "Mãe!" É saber que a mãe tá aqui dentro. Então eu não precisei trabalhar fora e naquela minha época nem usava. **Era muito difícil isso né?** Não usava não! Era mesmo tinha que ser doméstica. (Aracy, 80 anos)

Casei, vive 17 (dezessete) anos, não fui feliz no casamento. Mas sempre cumprindo a minha obrigação! Tive 04 (quatro) filhos, os dois últimos um casal, gêmeos, tão aí vivos, maravilhosos! [...] aí eu falei, meu filho, até aqui mamãe respeitou seu pai, obedeceu... às vezes eu tenho uma pessoa na minha vida, assim, não mora comigo, eu moro sozinha! (Maria da Glória, 65 anos)

Da mesma forma, os homens dessa geração foram criados, e se criaram, dentro de um padrão de "masculinidade" referenciado na intensa e variada parceria sexual, na dominação dos filhos e da mulher, na obrigação de ser provedor da família, no recebimento dos serviços domésticos das mulheres, etc.(MOTTA, 1999). Padrão que vigorou – e que em parte ainda vigora – entre os homens desta geração. Neste sentido são ilustrativas a narrativa do senhor João Cordeiro e senhor Emiliano, das quais destacamos alguns trechos:

**O senhor me falou dos namoros do senhor, não tinha muito namoro não, seu Emiliano?** Não. Tinha não. Só ficava só, assim, um pouquinho... não tem nada negócio de ficar compromisso, nunca tinha compromisso. Menina nenhuma. Você só via no baile, arrumava menina só no baile, dançar, só dançava aquela noite com ela, saía, e não voltava também na casa dela mais não, só ali no baile. Não tinha negócio de casar, passear, ficar junto não. **Isso o senhor não queria também não.** Não, eu não queria, porque eu não tinha intenção de casar como eu te falei no começo aqui... eu não tinha intenção. [...] É o ditado, que a gente nasce, cresce, fica bobo e casa. **[risos]** Fica bobo e casa. Que é, se o cara for vivo mesmo, não casa não, uai. **[riso]**. (Emiliano, 65 anos)



**Aqui ela [sobrinha] paga o abrigo e os salários ficam pra comprar as coisas pra casa, os remédios...** eu tenho o dinheiro, eu tenho do meu salário, não é?[enfático] Comprar as coisas, às vezes precisa pagar um, sair num carro, comprar um remédio, né? E outras coisas que a gente, que é, que é alimentação da gente que eles não dão que a gente tem o dinheiro pra comprar. Eu quero comer um queijo, eu quero comer, eu quero um... quero comprar um doce, aí eu tenho dinheiro pra comprar. (João Cordeiro, 91 anos)

Muitos outros trechos dos relatos recolhidos em entrevista são ilustrativos das afinidades e contradições, ou distanciamentos, entre estes homens e estas mulheres no que diz respeito às relações estabelecidas no mundo e com o mundo, tanto o contemporâneo, quanto o revisitado em suas lembranças. A partir desta pequena reflexão é possível nos aproximarmos da leitura diferenciada construída pelo olhar masculino e pelo feminino a respeito do fazer-se na história e do passar do tempo. O que pretendíamos aqui era apenas ressaltar a importância do entrelace das diversas experiências destes sujeitos construídas ao longo de suas trajetórias e que definem suas identidades, portanto “[...] desestabilizar qualquer noção de identidade como coerente, unitária e fixa” (DEBERT, 1999, p. 143). E, principalmente, demonstrar como estes velhos construíram suas vidas de maneira distinta, mas, ao mesmo tempo, marcadas pelas características da geração, gênero (identidade sexual), espaço, condições socioeconômica aos quais pertencem, ou seja, a partir das possibilidades, ou como denomina Marx, das circunstâncias que lhes foram dadas<sup>106</sup>.

Assim, para compreendermos melhor como estes homens e mulheres foram se construindo ao longo da história e, conseqüentemente, construindo a história e sendo construídos por esta, faz-se necessário mergulharmos nas relações simples e complexas que estabeleceram ao longo de suas vidas, ou seja, a história cotidiana de suas vidas, o chão onde cravaram seus pés e se ergueram enquanto sujeitos. E é, portanto, um pouco destas relações, primárias e secundárias, expostas por estes velhos aqui entrevistados, que iremos apresentar no próximo item deste capítulo.

### **3.2 – Cotidiano: espaço onde se produz, vivencia-se e se reproduz a história**

*“A vida cotidiana é a vida de todo homem.”  
(HELLER, Agnes, 1970, p.17)*

Não pretendemos aqui esgotar a temática relacionada à vida cotidiana, visto ser esta, densa e complexa, o que apresentamos neste item é apenas uma discussão simples em torno da cotidianidade, tomando por base as reflexões realizadas por Agnes Heller (1970), José Paulo Netto e Maria do Carmo Brant de Carvalho (1989), e Henri Lefebvre (1984), a fim de clarear nossas análises e interpretações sobre as categorias relevantes na construção das identidades dos velhos, apresentadas por eles durante o processo de entrevista, por reconhecermos ser este o espaço primordial desta construção.

Como salientamos no item anterior, o homem na sua dimensão prático e social, produz-se a si mesmo, organiza suas relações com os outros homens e com a natureza a partir das circunstâncias que lhe são apresentadas, ou ainda conforme “[...] o nível de desenvolvimento dos meios pelos quais se mantém e reproduz enquanto homem” (NETTO, 1999, p. 74). E este fazer-se do homem se dá no espaço-tempo da cotidianidade, enquanto lugar de “constituição, produção e reprodução do ser social” (idem, p.65). Assim sendo, como observa Heller (1970),

a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social. [...] Toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade (p.20).

Ou ainda, como destaca Netto (1989), “o cotidiano não se desloca do histórico – antes é um dos seus níveis constitutivos: o nível em que a reprodução social se realiza na reprodução dos indivíduos enquanto tais” (p. 65).

Sendo a vida cotidiana o conjunto das atividades que garantem a reprodução do homem e do social, é nela que os homens aprendem e, ou, apreendem as relações sociais. Heller (1970) destaca que “o homem nasce já inserido em sua cotidianidade. O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão” (p. 18). A vida cotidiana, portanto, é a vida de todos os dias, que sofre modificações ao longo da história, mas que ao mesmo tempo produz regras de comportamento, valores, morais e ética, numa “sucessão linear de gestos, atos e atividades repetitivas no dia-a-dia” (CARVALHO, 1989, p.24) que são a essência da rotina. Ou, nas palavras de Lefebvre (1984): “o cotidiano, em sua trivialidade, se compõe de repetições: gestos no trabalho e fora do trabalho, movimentos mecânicos

[...], horas, dias, semanas, meses, anos; repetições lineares e cíclicas, tempo da natureza e tempo da racionalidade, etc.” (p.29). E são essas práticas rotineiras que “garantem” o aprendizado e a manutenção e, ou, continuidade das estruturas sociais, embora elas também contenham a possibilidade de superação e transformação destas.

Esse aprendizado, ou assimilação da vida cotidiana em nossa sociedade inicia-se sempre em grupos, “[...] em nossos dias, de modo geral, na família, na escola, em pequenas comunidades [...]” (HELLER, 1970, p. 19). O homem assim assimila nos grupos, a partir da mediação que estes fazem com a sociedade, seus costumes, normas e ética, os elementos da cotidianidade. E estes “valores” só têm significado para os homens, quando estes, fora dos pequenos grupos comunitários, conseguem se mover baseado neles, no ambiente social mais amplo e, além disso, mover esse mesmo ambiente, ou seja, transformá-lo, modificá-lo, numa relação estritamente dialética.

Assim, compreender a cotidianidade de uma época, como salienta Heller (1970), significa compreender a essência humana, o homem na sua individualidade construída na relação indissolúvel com o mundo, com a totalidade histórica da humanidade: “o que assimila a cotidianidade de sua época assimila também, com isso, o passado da humanidade, embora tal assimilação possa não ser consciente, mas apenas ‘em si’” (p.20)

Reconhecer a cotidianidade como um dos níveis constitutivos da realidade, portanto, de um processo maior da produção do “ser social”, faz-se de suma importância para ultrapassar a imediatividade e a superficialidade que são, juntamente com a heterogeneidade, segundo a teoria Lukacsiana, componentes estruturais da vida cotidiana que muitas vezes, fazem opacas as reais e efetivas “[...] passagens e conversões [...] que tornam tenso o tecido social” (NETTO, 1989, p. 89).

Desta forma, buscaremos, a partir da compreensão dos eixos estruturais das narrativas dos idosos, entender os elos construídos a partir dos grupos sociais dos quais fizeram e ainda fazem parte (ou são sujeitos) que os ligam à estrutura mais ampla da sociedade e que, sem dúvida, são responsáveis pela forma como estes vivenciam seu processo de envelhecimento na cotidianidade contemporânea. Assim, tomaremos como pontos referenciais para nossas discussões, dois grandes grupos em torno dos quais estruturam suas relações sociais: família e trabalho.

### **3.2.1 - Os fios da trama: a família como ambiente de socialização dos sujeitos**

*“Há um menino, há um moleque, morando sempre no meu coração.*

*Toda vez que o adulto balança ele vem para me dar a mão.”*  
*Milton Nascimento e Fernando Brant*

A família é uma instituição fundamental no processo de socialização dos sujeitos e uma das bases a partir da qual se solidifica a organização social. Portanto, ainda que a estrutura familiar tenha sofrido modificações ao longo dos séculos, e que outras referências e códigos de valores venham sendo apresentados aos indivíduos, a “família” ainda é o lugar revelador tanto das trajetórias individuais, quanto das mudanças na organização social mais ampla.

Estudar a família a partir de sua história analisando em épocas diferentes sua cotidianidade, o padrão de comportamento, regras e valores estabelecidos entre seus membros, sua configuração, estruturação e funcionamento é de grande valia para entender a sua “forma” atual. Pois, como já dissemos, para compreender o presente é necessário que conheçamos o passado numa perspectiva de rupturas e continuidades que vão tecendo a história. Além de traçar a evolução histórica do contexto familiar, é igualmente importante entender cada contexto histórico e espacial e, a partir destes, estabelecer os elos que ligam o micro ao macro, ou melhor, o particular ao coletivo, o individual à totalidade, e assim compreender que as

mudanças familiares têm, [...], sentidos diversos para os diferentes segmentos sociais, e seu impacto incide de formas distintas sobre eles, porque o acesso a recursos é desigual numa sociedade de classes. (SARTI, 2005, p.25-26)

Pautando-nos nestas considerações iniciais e, especialmente, no reconhecimento da importância da estrutura familiar para o grupo entrevistado, é que este subitem se estrutura, tendo por intuito nos aproximarmos da experiência familiar realizada e vivenciada por estes velhos ao longo de suas vidas. Tal aproximação, a partir dos relatos orais dos velhos entrevistados, faz-se de suma importância, pois compreendemos que estas experiências e vivências tanto em suas famílias de origem (consangüíneas), quanto nas famílias que constituíram (afetivas), são fundamentais para conhecermos suas inserções no presente.

Cabe-nos salientar que os homens e mulheres entrevistados reconstroem suas histórias de vida relembrando sua trajetória familiar a partir dos olhares do presente, e a

família que trazem ao “agora” é a “[...] definida pelos sentimentos e emoções” (Lins de Barro, 1987, p.92). Estes velhos, ainda segundo Lins de Barros,

reconstroem suas vidas relembando a trajetória familiar e estabelecendo, na lembrança, o espaço familiar, a representação da família e suas relações internas. A própria representação da família e do parentesco sofre assim a marca do tempo. (1987, p. 77)

Os sujeitos aqui entrevistados pautam suas lembranças na concepção familiar moldada pela moral cristã, ou seja, na “família tradicional”, constituída por pai (provedor), mãe (garantidora dos laços afetivos) e filhos (ligados à idéia de continuidade familiar)<sup>106</sup>, ainda que seus grupos familiares não tenham esta composição “hierárquica cristã”. Portanto, ao reconstruírem suas histórias, trajetórias, estes sujeitos reconstroem a história do modelo familiar no qual estas se fundam, se constroem e se transformam. A idéia da família como símbolo da união e do amor, representada por um grupo de pessoas unidas pelo parentesco e pela afinidade, entrelaçadas não apenas pelos laços de sangue, mas também por *laços morais*, é a que alicerça as narrativas dos homens e mulheres entrevistados. Estes laços morais não só asseguram “[...] os papéis específicos de gênero e os papéis familiares, como também a percepção de que é apenas no interior de uma família plenamente constituída que cada indivíduo tem concretizada sua identidade social” (LINS DE BARROS, 1987, p.42).

Desta forma, podemos afirmar que a organização familiar se faz baseada em modelos coletivos e não, como muitas vezes propagado e defendido, pelo reflexo das “leis da natureza”. Os abalos internos e as interferências externas sofridas por esta instituição ao longo do processo histórico,

[...] evidenciam que os acontecimentos a ela ligados vão além de respostas biológicas universais às necessidades humanas, mas configuram diferentes respostas sociais e culturais, disponíveis a homens e mulheres em contextos históricos específicos. (SARTI, 2005, p.21)

A família é uma instituição hierárquica que tem seus membros organizados a partir dos princípios de geração e gênero. Assim, é neste espaço que a feminilidade e a masculinidade são postas em cena. Como já analisamos no item anterior: o homem precisa se firmar como provedor e a mulher como responsável pela educação dos filhos e organização do lar, ser submissa, dócil e amável. Mesmo nas famílias mais pobres

onde esta diferenciação de gênero, no que diz respeito especificamente aos papéis exercidos dentro e fora da família, é minimizada pelas situações de vulnerabilidade – ocasionadas especialmente pela instabilidade estrutural do mercado de trabalho – esta hierarquia não é desfeita, apenas são relativizados os papéis exercidos pelos homens e pelas mulheres na rede familiar, ou seja, ocorrem modificações no “jogo das relações de autoridade” (SARTI, 2005, p.29).

Mas, se por um lado, é na família que se estabelecem inicialmente estas distinções relacionadas ao gênero, e, desta forma, garante-se, a partir de uma educação diferenciada, a manutenção e continuidade destas; é também na família que um conjunto de valores inicialmente aplicados indistintamente aos meninos e meninas se funda: honestidade, obediência, trabalho, respeito, etc.

É interessante perceber como os velhos entrevistados constataam esse papel “educador” do núcleo familiar, e compreendem a construção da sua personalidade/identidade, ao longo de suas trajetórias, fundada neste conjunto de valores. Este grupo resgata a partir da releitura do passado familiar, os valores do “homem de bem” transmitidos a ele desde a infância. São vários os depoimentos ressaltado a transmissão desses “valores” de pais para filhos, enfatizamos um trecho do relato do senhor Emiliano:

**Por que o senhor não... nunca passou ninguém pra trás?** É o que eu te falei, é o sistema que a gente foi criado, né? Meu pai educou a gente o que é certo, o que é da gente é da gente, o que não é, é dos outros, é dos outros, entendeu? Que aí eu... nunca, eu não tenho coragem, sabe? Que se eu pegar um troço hoje e saber que não é meu, eu ficar com ele, eu vou arrepende depois. Assim, essa pessoa vai descobrir, o que que é que eu roubei... ah, não faço não. De jeito nenhum. (Emiliano, 65 anos).

Merece destaque a este respeito o “valor da palavra” para este homem de bem, que é sacramentado e garantido por um “fio de cabelo”. Valor transmitido através de histórias sobre um tempo cheio de ritos e ensinamentos aceitos como verdadeiros, mesmo que não tenham sido protagonizados ou vivenciados por eles, demonstrando, assim, a hierarquia e o poder patriarcal na construção de suas identidades:

Antigamente era uma coisa mais, o povo era assim, mais seguro, né? Os homens tinha palavra, né? [silêncio] E dava mais respeito [pausa]. **O senhor acha que a palavra era mais...** [interrompendo] Ah, era mais severa. **Mais severa,** ah, era. **Valia mais senhor João?** Ah, valia. [silêncio] Hoje cê vê (pausa) esses que têm grande estudo hoje até a, uma assinatura “deis” hoje é falsa, costuma ser falsa. [pausa] E antigamente aí, aí já era “deferente”, né? Meu pai falava, tirava um fio de cabelo assim, mandava pra um, lá pra uns amigo dele, assim mandava: “manda aí uma quantidade de dinheiro” que o cabelo dava respeito. Hoje até própria assinatura desse povo não tem respeito [silêncio]. (João Cordeiro, 91 anos)

Hoje em dia tem palavra não, uai. **Hoje?** Ah, não tem mesmo não. **Por quê?** Ah, não tem não. Hoje o negócio, é muito bobo! **E antigamente?** Antigamente o pessoal acho que era mais honesto, né? Eu tenho impressão que era. O pessoal confiava um no outro. Hoje ninguém confia em ninguém não, uai. **Por que era mais honesto?** Ah, não sei, eu acho que era, né? Porque morar na roça, a vidinha do pessoal, que na cidade é um pouco grande, né? Tinha muita gente que morava na roça, né? Então quer dizer, lá era, um era compadre do outro, já era conhecido ali, então, o que um falasse com o outro, podia acreditar que cumpria a palavra dele, entendeu? (Emiliano, 65 anos)

A resposta do senhor Ernani à indagação sobre sua felicidade exemplifica a importância destes valores nas trajetórias de vida desta geração enquanto construtores da identidade destes velhos:

**Seu Ernani, o que é ser feliz?** Ih, ser feliz... eu acho que eu sou uma pessoa muito feliz. **É, seu Ernani?** Porque, eu tive uns pais espetaculares, me ensinaram tudo de bom, inclusive honestidade. Eu fico fulo da vida quando alguém é desonesto comigo porque eu não sou desonesto que isso é uma coisa... que ... e faço questão de morrer praticando a honestidade. (Ernani, 77 anos)

A responsabilidade dos pais no processo de educação dos filhos é, aliás, um tema frequente entre os entrevistados e nos remete à questão da autoridade e do poder disciplinador exercido por estes, garantido, às vezes, através do **uso da violência**. O

longo trecho relatado pelo senhor Emiliano, que transcrevemos a seguir, exemplifica a autoridade dos pais sobre os filhos e demarca a percepção sobre a perda desta autoridade nos dias atuais que passa a ser exercida por outras instituições socializadoras:

**É a criação, seu Emiliano?** É, só pode ser, né? Não é, igual hoje, é o neguinho pra rua de qualquer jeito ah, falasse, se a gente chegasse em casa, lá na roça, se a gente pegasse um troço diferente, o pai da gente queria saber onde é que tirou aquilo. Pensava que a gente tinha roubado, entendeu? Tinha que saber quem deu aquilo, como é que foi, tinha que explicar a ele, se não o “couro comia”. Meu pai não era fácil não! Mas hoje eu dou graças a Deus dele a coça que ele me deu foi pro bem. Entendeu? Não é igual hoje, criança não respeita pai mais, não respeita nada... **E por que o senhor acha que está assim, seu Emiliano?** Ah, é a criação, né? você vê que a educação vem de casa, né? Então não adianta, é igual eles fala que é na escola, que isso, que aquilo. Mas lá na escola pro aluno obedecer a professora, eles tem que ter educação em casa. Entendeu? Tem que sair de dentro de casa. A mãe, o pai, tem que estar... você vai respeitar, não pode responder isso... aluno faz mal criação com professora, faz tudo, quer dizer, mas, por que? Sai, já sai de dentro de casa. É o ditado, a roupa suja lava em casa, não é? **É verdade.** Então, aluno já não respeita em casa ele vai respeitar lá fora? Não respeita. **(Emiliano, 65 anos)**

Para os homens e mulheres entrevistados, a família é um espaço de referência onde por excelência acontecem a socialização, o aprendizado e o afeto. O relato de dona Maria da Glória demonstra de forma bastante ilustrativa, como o não cumprimento desta expectativa por parte da instituição familiar pode “acarretar traumas” que acompanharão o sujeito durante toda a sua trajetória:

[...] hoje, menina eu sou revoltada com a família, olha bem! **Por quê?** Porque com a família que eu sofri! Com a família que eu sofri! [ênfase] Tanto é que quando eu vou nos psicólogos, só dá família!!! Depois que eu parei de acompanhar família, de acompanhar meu coração ... minha cabeça, a minha vida melhorou! (Maria da Glória, 65 anos)

O trecho transcrito acima reafirma que o autoconhecimento e a formação de cada indivíduo são realizados baseando-se nas relações estruturadas a partir do grupo



familiar, e, portanto, pautadas nos valores morais, no modelo socialmente aceito e nos costumes que o fundamentam.

Voltando às discussões em torno do processo de construção da masculinidade e feminilidade dentro da família, é importante destacarmos que a questão do casamento é bastante relevante no que diz respeito à delimitação do que é “ser homem” e o que é “ser mulher” para esta geração. Os homens são moralmente educados para, a partir de certa idade, constituir sua própria família: mulher e filhos; e, desta forma, garantir o não questionamento da sua virilidade e masculinidade; e, além disso, assegurar os “cuidados” necessários ao seu bem-estar. Os relatos da maioria dos homens entrevistados são bastante significativos a este respeito, visto que reafirmam a concepção exposta acima, na medida em que foi por medo de ficarem sozinhos durante a velhice e, ou, por necessidade de cuidados que já não mais dispunham no interior de seu grupo familiar, é que estes homens “contraíram matrimônio”, alguns em idade já bem avançada. São exemplos, o senhor Emiliano, que afirmou só ter pensado em se casar após não ter se sentido muito bem de saúde; e o senhor Ernesto Kuhlmann, que foi aconselhado pela mãe a se casar, pois ela “não duraria para sempre”:

**O senhor casou, seu Ernesto?** Casei... bem... bem tarde.  
**Tarde?** Tinha quaren... tinha cinqüenta e quatro anos.  
**[...]Porque casou tão tarde, seu Ernesto?** Por causa do trabalho, não tinha tempo de namorar... **Não dava tempo de namorar [...].** Encontrei ela pelo destino, né? Porque eu não procurava... não procurava [...] Chegou um tempo em que eu precisava me casar, porque minha mãe me disse, “meu filho, eu não vou viver a vida toda, você precisa se casar pra você poder tocar a sua vida.” (Ernesto Kuhlman, 84 anos)

[...]Aí é que eu pensei, falei “pô essa vida de ficar sozinho não dá não. Tenho que arrumar um jeito de casar porque viver sozinho a gente morre aqui e ninguém sabe.” Minha mãe e meu pai estavam em Simão Pereira.. eles nem estavam sabendo o que tava passando comigo aqui... eu fiquei triste de ficar sozinho, rapaz! Dava vontade de chorar! [risos]  
(Emiliano, 65 anos)

Já as mulheres, têm seu processo educativo voltado para o desenvolvimento dos atrativos necessários para se tornarem “desejáveis” como esposas. Contudo, mais especificamente para as mulheres desta geração, ainda que possuíssem os atrativos

necessários e a atenção de candidatos, eram as famílias que tinham o poder de decisão e “arranjavam” os casamentos que, na maioria das vezes, eram realizados quando estas ainda eram muito novas. O depoimento das senhoras Aracy, Maria da Glória e Maria Cleusa são valiosos a este respeito. Com destaque para o da senhora Maria Cleusa que relatou também ter se casado por imposição do pai que não queria “filha solteira” dentro de casa:

Mas, eu casei assim, praticamente obrigada. Eu não gostava muito do meu marido, não! **E casou por quê?** Casei porque meu pai falou assim, “-tem que casar porque moça que não tem mãe, assim, solteira, não vai ficar, não! E eu não vou ficar pra semente!” Aquelas coisa. [...] “é com ele que ocê vai casar. Ah, é com ele...” “Mas ô pai, eu não tô afim, eu não gosto dele!” “Não, mas é com ele que ocê vai casar, é com ele.” Então casei, né? (Maria Cleusa, 65 anos)

Aí comecei sabe, a namorar esse meu ex-marido, mas sem gostar.[fala baixinho] Pra fazer gosto pro meu pai e para os meus irmãos. [pausa] Tudo bem! Aí meu pai quando viu ficou feliz. [...] casei, vive 17 (dezessete) anos só casada! Olha bem pra você ver! Casei, vive 17 (dezessete) anos, não fui feliz no casamento. (Maria da Glória, 65 anos)

[...] eu conheci meu marido com 15 anos. Então eu tive uma juventude ‘meia’ curta porque com 16 eu fiquei noiva e com 17 eu casei. E com 18 eu já tive a primeira filha. [...] É, só tive dois namorados antes do meu marido né? [...]Eu namorei só onze meses. (Aracy, 80 anos)

O fato de terem seus casamentos arranjados pode justificar as lembranças sobre os “amores” e as “paixões” antigas abandonadas na juventude e trazidas à tona no ato de rememorar realizado durante as entrevistas, de que são exemplos os seguintes trechos:

**A senhora falou dos namoros, a senhora só teve dois namorados além do marido?**Só. Eu tive um assim, muito garota e tive um com uns treze anos mais ou menos... Que é engraçado, meu filho ainda falou: mamãe procura o Rubens Batalha. [...] E então ele mudou pro Rio, estudar lá e pronto, nunca mais vi. Outro dia meu filho: Mamãe, telefone, vê se a senhora acha o Rubens Batalha pra ele ‘vim’ na sua festa”. Falei:“ah, eu gostaria até.” [risos] (Aracy, 80 anos)

Aí eu arrumei um namorado, mas não podia nem me dar a mão, não! [...] Ele era até dono da “Companhia Mineira de Eletricidade”, o pai dele. [...] Eu gostei muito dele. [...] Ah, minha filha, na hora que meu pai me olhou assim, nossa, ele ficou uma feral! Pôs o rapaz pra correr, eu morri de vergonha. Eu chorei tanto! [...] Aí depois nós brigamos mesmo, eu deixei pra lá. Mas hoje eu era pra tá bem aí, né? Casada, né? Ah, sei lá! [...] O que eu tive eu não pude ficar (risos)! Porque meu pai não deixou, então...então agora, eu fico sozinha! Até hoje eu tô sozinha! (Maria Cleusa, 65 anos)

[...] Eu namorei um “soldadinho-de-verde”, naquela época eles falavam “periquito”. Então a gente namorou, conheci ele no... no Museu! [...] Não, eu não terminei com ele, não. A minha irmã é que não queria! Não queria que eu namorasse, todo namorado que eu arrumava, menina, ela ficava no pé! Eles queriam tudo do gosto deles! Eu tinha que namorar quem eles queriam. [...] Aí, ele casou, diz que tem quatro filhos também, eu também tenho quatro. [...] eu quero ir em Além Paraíba, mas eu quero ver o ‘Salvador’! Eles chamam ele ‘Salvador’, daí o apelido dele ...só para eu ver como ele está! [risos] Mas eu não consegui ainda não! (Maria da Glória, 65 anos)

Ainda sobre este aspecto, não podemos deixar de salientar as concepções dos próprios homens em relação ao ideal de “boa moça” e as expectativas que estes tinham com o casamento. O senhor João Ricardo, por exemplo, fala sobre os valores da sua primeira esposa utilizando-se de características relacionadas a este ideal. Vejamos:

[...] É, modestamente bem vividos, porque eu, a minha casa, a minha esposa, ela sabia fazer uma comida e cuidar da casa, né? Até aonde ela tinha que saber, cuidar da casa e comida e cuidar dos filhos, né? Das roupas, da casa, alimentação. Essencial pra uma dona de casa [fala pausadamente] tem que fazer isso. Senão não é dona-de-casa. Pra deixar pro marido? Ou ter que comer fora? Não! Casei por isso, minha filha! Casa é pra ter um lar! Não tem lar, não tem casa. Tem que ter cuidado com a casa? Tem que ter cuidado, limpinha pra receber os amigos, né? Roupas passadinha, roupas passadinha. [silêncio] (João Ricardo, 84 anos)

Além deste, outro elemento relacionado à identidade sexual é o que diz respeito à educação formal das mulheres, ou seja, aquela adquirida na instituição escolar. O

acesso a esta forma de educação tem características bastante específicas para as mulheres, especialmente as desta geração. Algumas das mulheres entrevistadas relatam terem sido proibidas de frequentar a escola pelo fato de ser o ambiente escolar considerado pelos familiares como perversivo para elas. Ou, no caso específico de dona Aracy, justificado também por sua condição de classe que facilitava o acesso à escola, o pai ainda que tenha deixado livre a escolha de prosseguir com os estudos ou não, disse-lhe que mulheres não precisavam estudar, precisavam era se preparar para o casamento.

[...] Então eu não precisei trabalhar fora e naquela minha época nem usava. **Era muito difícil isso né?** Não usava não! Era mesmo tinha que ser doméstica. Meu pai que fala assim: “se você quiser estudar, estuda se não quiser não tem problema. Porque a mulher tem que saber é fazer as coisas de casa.” (Aracy, 80 anos)

**E, a senhora estudou, dona Doralice? Foi a Escola?** Não, nunca estudei não. Porque a mãe, o pai falava que a gente ia estudar ia aprender coisa para escrever carta pra namorado. Então fosse trabalhar. Não deixava a gente desempregada de jeito nenhum! [...] Nem “primeira comunhão” [sacramento da Igreja Católica] ele deixava a gente fazer, a gente ia na igreja ele ia atrás. Ele era um velho muito enjoado. (Doralice, 89 anos)

Cabe-nos aqui salientar o aspecto natural atribuído a tal ato dos pais, justificado muitas vezes por elas, assim como outros atos repressivos, como próprios de pais preocupados com a “boa educação” de suas filhas. Dona Cleusa, além deste argumento, justifica o caráter repressivo de seu pai pelo fato de ele ter ficado viúvo na ocasião em que seus filhos ainda eram pequenos, e ter demorado algum tempo para se casar novamente. Assim, a ausência da figura materna fez com que o pai, segundo ela, assumisse tal postura a fim de evitar que as filhas se perdessem do “ideal de conduta feminina” prescrito às “moças de família”.

E até hoje eu sou assim! Ah, não pude passar um esmalte vermelho, um batom vermelho. Tem que usar assim, bem clarinho. Quer dizer que até hoje, cê pode ver que ... cê pode vir aqui quinhentas vezes aqui, que eu tô sempre com um esmalte bem clarinho, batom, panhei trauma de ... uma vez eu passei batom levei um tapa na boca! Porque meu pai achava

que quem passasse batom vermelho, quem usasse esmalte vermelho, era tudo prostituta, ou ... Era tudo assim, era umas coisas estranha, eu não sei por quê!? Ele tinha um medo assim, da gente ficar grávida, se perder, que era muito filho, ele ficava naquela preocupação de pai, mas muito rígido. A gente não podia nem chegar na janela! (Maria Cleusa, 65 anos)

Embora o ‘respeito e a obediência’ à autoridade patriarcal não sejam uma característica exclusiva das filhas mulheres, o que estes depoimentos expressam é a necessidade de manutenção de uma ordem que prescrevia a submissão das mulheres aos homens. O acontecimento destes valores era garantido pela divulgação ideológica do que era “ser mulher” nesta época pelas diversas instâncias internas ou externas ao grupo familiar, das quais a Igreja é a principal representante. O trecho que transcrevemos a seguir do relato do senhor Emiliano é muito expressivo a este respeito. Nele, através de uma comparação entre a educação recebida dos pais pela sobrinha e a recebida por suas irmãs, o senhor Emiliano revela as diferenças no processo educativo dos homens e das mulheres, além de traçar uma comparação entre este processo no passado e no presente:

[...] As minhas irmãs nós saía, elas não saía sozinha. De noite pra rua. Se fosse no baile, ou o pai ou a mãe tinham que estar junto. Hoje eu vejo aí a minha sobrinha aí sai nove horas, dez horas, onze horas da noite, hora que a gente já devia estar chegando em casa, está saindo pra rua! Sozinha! Quer dizer! **E os homens? Os irmãos? Podiam sair sozinhos?** É, os homens saíam. **Os homens saíam.** Só as meninas não. As minhas irmãs só saíam de casa com o pai junto. Se elas iam no baile o pai tinha que ir. O mais, se não fosse elas não iam! (Emiliano, 65 anos)

Se compararmos a educação recebida pelas mulheres entrevistadas e a que dedicaram à suas proles, veremos que estas desvincularam de suas filhas (e filhos) esta rígida diferença sexual e tentaram se afastar ao máximo da educação que receberam. Atitude que pode ser identificada com o momento histórico em que constituíram suas famílias, no qual “[...] negar a partilha de um conjunto de atitudes, práticas e normas, era o mesmo que se declarar ‘moderno’” (BIASOLI-ALVES, 2000, p. 236). No entanto, seus relatos são construídos a partir de uma sobreposição de valores, na medida em que não abandonam os “valores tradicionais” na incorporação dos “valores modernos”.

Neste sentido, recuperamos o depoimento de dona Maria Cleusa sobre a forma como educou seus filhos, principalmente, sobre o questionamento feito a respeito do seu próprio modo de educar como forma de garantir serem eles “bons filhos” perante a sociedade:

[...] Então, eu vim nessa vida acostuada assim, eu só não acostumei meus ... dei muita liberdade pros meus filhos e minhas filhas. Dei muita liberdade. Elas num não caíram assim, na... graças a Deus, nenhum deles, nas coisa ruim, porque Deus olhou muito e ... porque senão, minha filha! Eu dei muita liberdade , eu achava assim, coitados eu fui tão presa, pra que que eu vou ficar prendendo filho. A gente tem filho é pro mundo mesmo, né? Só não quiseram estudar. Também, como estudar? Foi o mesmo caso meu. (Maria Cleusa, 65 anos)

O relato de vida desta senhora é rico de exemplos neste sentido, mesmo se identificando como uma “mãe liberal” e, portanto, “moderna” (como visto anteriormente), quando fala sobre o casamento de um dos seus filhos homens, faz julgamentos sobre o comportamento de sua nora e os papéis exercidos pelo casal em relação à neta e aos afazeres domésticos totalmente vinculados ao “antigo” modelo sexual em que se baseia a “família tradicional”, por ela mesma condenado em outros momentos da entrevista<sup>107</sup>. Dona Maria Cleusa chega a atribuir a doença do filho ao fato deste ter que cuidar da sua neta e da casa:

[...]Tinha que levantar cedinho pra dar banho no neném. Que a mulher dele é meio “paradona” pra dar banho no neném, lavar a roupa do neném. Chegar no dia seguinte assim, ter que passar a roupa da criança. Porque ela [nora] trabalhava fora também, mas ela não ligava muito não, sabe?! Ela é toda assim, [...] eu não sei, mulher igual aquela, meu filho é um anjo! Eu não tô elogiando muito, porque ele também tem o gênio dele, mas pelo que ele faz, de trabalhar fora, ainda chegar em casa... [...] E ela não tá nem aí. [...]Então, eu acho que ele adoeceu mais de tanto estafado que ele ficou. E aí entrou em parafuso! Em vez dela ver que ele tá doente, tudo. Não! [...] Ela ficou de férias agora, ele disse que não tava ... ele ligou pra mim e disse “mãe eu não to agüentando, a Alessandra não quer fazer nada, mãe!” Eu disse: “Agora você é que é culpado! Toma o remédio e vai dormir e larga pra lá,

uai!"Uai, é o único jeito. Se ele continuar assim, não vai agüentar não! (Maria Cleusa, 65 anos)

Esta sobreposição de valores demonstra que o que ocorre é, muitas vezes, apenas a flexibilização das normas de comportamento sexual, e não a sua extinção, visto que valores herdados, tais como, o de um "bom casamento", ainda são transmitidos aos filhos desta geração; e a estes se somam novos: a escolarização, a profissionalização, a independência, entre outros.

A preocupação das famílias na atualidade se volta para o "vir-a-ser" dos filhos, o futuro, pois são estes os valores que na modernidade levam a uma avaliação positiva dos papéis e responsabilidades familiares.

Eu tenho um filho engenheiro, que é sócio da minha filha que é... Ela é, fez pedagogia, mas nunca exerceu não. Então eles têm a pousada né? Eu tenho um filho médico. [...] um filho dele já é médico [...] e o outro tá no quarto ano de res... de médico também. Pro cê vê se eu posso reclamar!? [...] Ninguém depende de mim não! Graças a Deus! **Então a senhora tá tranqüila?** Cada um tem sua vida. [...] Ajuda financeira? Nada! Eles não me pedem nada! São muito independentes já. Meu filho é mais... tem muito mais dinheiro que eu. (Aracy, 80 anos)

[...] E isso é que me alegra. e agora fiquei viúvo... as poucas coisas que eu consegui... a maior alegria minha foi ter formado todos os filhos. Os quatro estão formados que já não dependem de mim para nada! (Ernani, 77 anos)

A outra (filha) não, trabalha aqui na AMAC . Graças a Deus é de juízo, não me dá trabalho! [...] Essa, porque ela é muito inteligente, essa que trabalha aqui. [...] E ela agora tá fazendo cursinho pra poder fazer é... assistente social. Ela quer fazer. Então, ela só trancou a matrícula porque chega muito tarde e o trabalho dela também, [...] não é mole não! (Maria Cleusa, 65 anos)

[...] Ele [filho] poderia estar bem, né? Poderia estar bem. Jogou fora o que Deus deu a ele, né? Podia estudar, ele era novo, ele era cabo da Marinha. Tava mais ou menos, não pagava passagem, tinha comida ... se ele pensasse assim: "vou estudar!" [...] trabalhava embarcado, viajava pela América Latina... se ele pensasse bem, ele estudava mais um pouco,

ele aqui já recebia de 12 (doze) a 15 (quinze) mil reais, de dólar. Ele recebia em dólar! (João Ricardo, 84 anos)

Mesmo que se admita que o passar dos anos trouxe, em grande medida, o afastamento dos valores e padrões de comportamento das famílias de origem destes entrevistados, há, como vimos, muitas continuidades a serem consideradas. E esta pode ser exemplificada pelas várias vezes em que, nos relatos, estes velhos estabelecem uma comparação entre os valores, normas e padrões rígidos de comportamento do “seu tempo” e os que são moldados hoje por seus filhos e netos. Mesmo entre os que não têm filhos, esta comparação se dá utilizando como parâmetro os filhos dos seus irmãos (sobrinhos), como no caso do senhor Emiliano, ou outros jovens com quem estabelecem alguma afinidade, como no caso do senhor João Cordeiro e outros. É importante destacarmos que nem sempre atribuem avaliações mais positivas ao tradicional nas suas comparações com o que consideram o “moderno”.

**Então o senhor já foi logo pedindo-a em casamento?** Não aí um dia que teve uma forgazinha aí a gente “laço” logo! [risos] Não é como hoje, hoje os namoro é tudo deferente hoje, né. [pausa] Hoje... só que os namoro, é uns namoro, o jeito que a gente tá vendo tudo aí é uns namoro tudo muito sem amor. São... a maior parte deles, não é, muitos casamentos casam sem responsabilidade, né? (João Cordeiro, 91 anos)

I h, antigamente era muito rígida as coisas! Muito ... cê tinha que fazer o que o pai queria, não o que você, né? Escolhia profissão, vão supor de... Antigamente, já ouvi muito caso assim, na pessoa que quer ser médico, “- não você vai ser é militar”; então isso, e isso, antigamente, eu não sei se agora existe. Acredito que não, né? Cada um faz o que quer, estuda o quer. Isso é, escolha aí, é diferente. Igual, antigamente era muito difícil! (Maria Cleusa, 65 anos)

[...] Eu estava falando, se fosse minha filha, eu não deixava não. Aí eles falam “ah, mas é porque não é sua filha que você fala. Que você não tem filho”. Falei: “não, mas se eu tivesse filho também, eu ia trazer desde pequeno, ia acostumar.” Tem que ser isso, é isso. Podia estar errado de prender porque hoje não existe mais isso, né? Mas já tem... sei lá, liberdade hoje é... mais do que antigamente, né? [...] Vê que



hoje é... é.. tudo é, passou de maior, é... ninguém manda em ninguém. É tudo livre. [...] Enquanto estivesse solteiro dentro de casa, minha filha... era ali, ó. Tinha o pai que mandava. Não tinha negócio de estar livre igual hoje não. (Emiliano, 65 anos)

[...] Eu falo com a Franciele [bisneta que dorme com ela] você tem boa vida minha filha; no meu tempo não tinha nada disso não... a gente apanhava bem mesmo. Eu apanhava com fio de luz ainda! (Doralice, 89 anos)

As posturas muitas vezes contraditórias em torno das quais estruturam os relatos destes velhos, que transitam entre o tradicional e o contínuo, em contraposição ao novo e ao moderno, reforçam o caráter histórico da estrutura familiar que é, portanto, marcada pelas continuidades e rupturas que moldam os valores e padrões de comportamento de seus membros. Estes, por sua vez, como já dissemos, são construídos a partir da coletividade, ou seja, para além do âmbito restrito e privado da “casa”, estabelecendo uma relação dialética entre o “privado” e o “público”, o “tradicional” e o “moderno”, que concretiza mudanças profundas na instituição familiar. Por sua vez estas mudanças forçam um processo de reorganização da estrutura social na qual a família se funda. Portanto, estas mudanças e o caráter dialético que elas contêm, não podem ser ignoradas nos estudos sobre envelhecimento e velhice, pois obrigam uma reformulação das posturas diante deste processo e delimitam os novos papéis que estes homens e estas mulheres velhas assumem dentro e fora do contexto familiar contemporâneo.

Desta forma, ressalta-se que as reais relações e atuais situações de família dos idosos que durante longos anos foram estruturadas em torno das “[...] fragilidades, perdas progressivas e dependência [...]” (Motta, 2007, p. 01) que acabaram alimentando os estereótipos negativos em torno do processo de envelhecimento, nas pesquisas mais recentes vêm sendo questionadas, na medida em que estas demonstram uma realidade heterogênea na qual, além das referidas situações e relações, encontram-se alternativas mais otimistas.

No que diz respeito especificamente à questão da dependência, como apontado por Camarano (1999), os idosos têm assumido na contemporaneidade o papel de chefia familiar, sendo a sua renda, muitas vezes, a única fixa entre os familiares e a que garante melhor situação econômica ao grupo<sup>108</sup>:

[...] as famílias brasileiras que contêm idosos estão em melhores condições econômicas do que as demais. São relativamente menos pobres, se medidas pela proporção de famílias cujo rendimento médio mensal *per capita* é menor do que um salário mínimo. As que não contêm idosos apresentam uma proporção de famílias pobres quase duas vezes mais elevada que as que contêm (27,8% e 15,0%). (CAMARANO, 2004 : 59)

Além disso, diante das sombrias perspectivas da recessão e do desemprego, a situação de muitos aposentados é mais favorável que a de alguns jovens. Assim, tem-se hoje, no Brasil, um sistema complexo de amparo recíproco, onde os idosos não são somente aqueles que são ajudados, mas também aqueles que ajudam. Os exemplos seguintes são apenas alguns dos trechos mais significativos que ilustram este “novo” sistema de amparo, mas podemos encontrar nas narrativas várias menções a este respeito:

[...] É, seu eu não tivesse esses aluguéis eu tava frita! Não dava não. E tudo sou eu que pago né? Ninguém paga nada, ninguém apaga uma luz, nada! Só a vovozinha aqui é que segura tudo. (Aracy, 80 anos)

**É o que o senhor ganha. E com que o senhor gasta mais aqui na casa?**Ah, é de tudo aqui ...aqui são 10 pessoas na minha casa [fala quase que sussurrando, parecia querer evitar que alguém o ouvisse]. São 10 pessoas! **10 pessoas que moram aqui? E aí o senhor gasta com todo mundo que mora aqui?**Ajudo muito as pessoas. Pessoas que têm necessidade. Uma conta de luz, um remédio uma conta d' água... Ajudo. Um telefone... Pessoa que precisa que eu vejo que não tem condição de me pagar eu perdôo. Não quero receber. Meu dinheiro é isso... (João Ricardo, 84 anos)

[...] E tenho um netinho pequeno que eu agora, com esse meu salarinho ainda tenho que ajudar ainda! **A senhora ajuda eles ainda?** Ajudo! Eu dou, eu dava uma mesada pros meus netos, cada um R\$30,00 (trinta) reais. Agora eu não posso dá 30 (trinta), mas eu dou 20 (vinte). Mesadinha pros netos! Eu tô ajudando, minha filha! Tô ajudando. Deixo, às vezes, de comprar um leite, comprar umas coisas, pra ajudar essa minha filha [pausa]. [...] Não é fácil não! Foi o que eu falei, eu tenho que ajudar eles. (Maria da Glória, 65 anos)

[...] Meu dinheiro? Eu compro assim, umas coisinhas que eu gosto. Uma fruta, uma 'carneira' [carne], isso não pode faltar, né? Eu compro uma roupa prá mim... Agora tem uma neta que fica comigo aqui, eu compro uma roupinha pra ela, um sapato, uma calçado. Assim que eu vou gastando ele [o dinheiro]. (Doralice, 89 anos)

Portanto o papel de provedor é assumido hoje por uma ponderável parcela da população idosa brasileira, tanto por homens quanto por mulheres, o que os distanciam bastante do estereótipo da dependência e fragilidade financeiras aos qual sempre estiveram vinculados.<sup>109</sup> Este novo papel assumido pode contribuir para uma possível ascendência no grupo familiar que sempre esteve ligada à figura do provedor; ainda que na maioria das vezes essa se faça não pelo reconhecimento positivo do homem e mulher que envelhece, mas pelo lado “[...] negativo da pressão da crise econômica – do desemprego estrutural ou da precariedade dos empregos e pelo descarte progressivo das atribuições sociais do Estado” (MOTTA, 2007, p. 03).

Outra questão também desmistificada por pesquisas científicas, a partir da década de 60 do século XX, é a do estigma do abandono familiar. Debert (in NERI, 1999) demonstra, a partir de seus estudos da realidade contemporânea dos velhos brasileiros, que nem morar só é sinal de abandono familiar, nem morar com a família é garantia de afeto e carinho<sup>110</sup>. A opção por morar sozinhos é, nos dias atuais, uma forma de garantir sua liberdade e autonomia e evitar conflitos geracionais com filhos e netos (LINS DE BARROS, 1987), como se pode perceber nos seguintes relatos:

**E se um filho chamasse a senhora para ir morar com ele?**  
Não vou! [ênfase] **Por que?** Não dá certo! Porque não é fácil não, minha filha! Às vezes quando eu vou, é a passeio! Ó, tem aquele ditado, eu vou falar é do ditado antigo: “o que o ouvido não escuta, o coração não sente!” Ditado, é. E o que, tem outra palavra, e “o que os olhos não vê, a boca não fala!” [riso] Então, se você vê, você vai ... se você ouvir, você vai ficar triste. Às vezes eu vou lá assim, a gente escuta certas coisas, mas eu num, prefiro deixar. (Maria da Glória, 65 anos)

**E se não tivesse ele [filho que mora mais próximo]?** Aí os fio (filhos) tinha que ficar sozinho para mim tratar de mim, né? É, mas esse tinha, tem um que quis me levar lá pra casa

dele. Eu não to gostando, não! [brava] **Por que a senhora não está gostando?** Porque ele fica numa cama ... ele põe uma cama bonita dessa bacana e eles ficam naquela cama pequenininha, apertada. (Doralice, 84 anos)

**E a senhora gosta de morar sozinha, dona Cleusa?** Eu adoro! Ah, porque eu faço o que eu quero. Levanto a hora que eu quero, faço comida a hora que eu quero. [...] Então, minha vida é assim! E eu fico na rua até a hora que eu quiser também. Não me cobram (filhos) nada, nada! Então eu tenho uma vida maravilhosa! Quem quer mais do que isso? Não tenho marido pra mim lavar cueca, não tenho marido pra mim passar goma em camisa ... eu já não fazia nada disso! (risinhos tímidos) Tem que tá feliz! (Maria Cleusa, 65 anos)

É preciso considerar que a tendência contemporânea de viverem sós (homens e mulheres) nesta etapa da vida, pode também significar um novo tipo de arranjo familiar, no qual a troca e assistência, como nas famílias extensas tradicionais, acontecem de maneira intensa. As relações estabelecidas entre a senhora Doralice e seus filhos, netos, bisnetos, tataranetos, genros e noras, são exemplares neste sentido. Ela, em vários momentos durante a entrevista, conta-nos sobre a grande preocupação de seus familiares com o seu bem-estar e segurança. O filho que mora no mesmo bairro que ela, em uma residência próxima à sua, vai todos os dias na sua casa para conferir se as portas e janelas estão bem fechadas antes da hora de dormir; os netos se revezam para lhe fazer companhia durante a noite e a nora leva o almoço quase todos os dias para evitar que ela tenha que mexer com o fogão e, assim, prevenir possíveis acidentes domésticos. Além disso, são estes familiares que realizam as faxinas necessárias na sua pequena casa, fazendo com que ela se sinta “uma madame”. Dona Doralice chega a dizer que, às vezes, sente-se incomodada com o excesso de cuidados e cria estratégias para se ver livre destes, mas reconhece que estes cuidados demonstram o carinho que sua família tem para com ela<sup>111</sup>.

[...] Agora tem uma neta aí que ela falou, “- pois é, a senhora ficou lá comigo agora a ...a Rosângela, a Solange quer que a senhora fica lá com ela também!” Eu falei: “- Uai, então agora eu vou ficar pro cêis fica tirando prova de mim” [risos]! Pode deixar que qualquer dia eu vou na sua casa” [como se falasse com a tal neta]. Cêis vão me buscar que eu vou. Sozinha eu não vou mais não”. Não gosto, eis ficam me “encomendando” tanto que a gente até tá com medo de sair sozinha, né? Com

Deus! [...]. **A senhora tem medo de sair sozinha?** Não, eis é que não gosta (filhos e netos). Eles não gostam! Mas ó, eu “ciso” [engano] eis [risos]! Eu “ciso”... (Doralice, 89 anos)

Não podemos deixar de ressaltar, no entanto, que entre os que afirmam preferir morar sozinhos para manter sua autonomia, a dona Maria da Glória e a dona Doralice revelam, durante nossas conversas, certa tristeza por nunca terem sido convidadas por seus filhos, ou melhor, “filhas” para irem viver com elas (pois ambas atribuem às filhas/mulheres esta responsabilidade). Estas falas nos demonstram também uma divisão de funções e deveres para com os pais baseada nas relações sexuais que tomam como feminino os cuidados com os mais velhos. Dona Doralice chega a dizer que uma das filhas teria que ter ficado solteira para ‘cuidar’ dela caso necessitasse:

Também nunca ninguém me chamou pra morar com eles!! [tom ressentido] Nem minha filha, que tá com esse meu gênro fora. [...] “meu filhos, eu vim morar aqui eu não venho, e vocês nunca me convidou. Cês me chamaram pra morar na minha casa. Mas pra morar na casa de vocês, não!” Nem as nora. (Maria da Glória, 65 anos)

**E a senhora mora sozinha por quê?** Porque as meninas tudo tinha arranjado marido, né? Elas ficavam comigo, uma, outra, quando não era uma era a outra, era o menino. Agora ninguém mais, porque todas elas arranjou namorado! **Aí a senhora não quis ir morar com eles não, dona Doralice?** Não, não. **Por que não?** Nenhuma menina, não me convidaram também! Eu não ia também, não. (Doralice, 84 anos)

Situação semelhante à encontrada por Peixoto (2004) em pesquisa realizada no ano 2000 no Rio de Janeiro com aposentados que retornaram ao trabalho<sup>112</sup>, foi observada neste grupo. As mulheres entrevistadas, com exceção da Senhora Rosilda, que hoje vive no asilo, e dona Glória, que por opção e questões de ordem psicológica, “prefere” viver em um apartamento alugado a ter que morar na casa própria em que morava com o ex-marido, todas têm casa própria. E, entre os homens, a situação também não é diferente, excetuando os asilados e o senhor João Ricardo, que ao se mudar para Juiz de Fora, após a morte da ex-mulher, vendeu sua casa própria na sua cidade de origem, todos vivem em imóveis próprios. Tal aquisição talvez tenha sido “facilitada”, como observa Peixoto (2004), pelo fato desta geração ter vivido “[...]”

períodos econômicos mais favoráveis à aquisição de um patrimônio, graças aos programas governamentais de financiamento da casa própria” (p.66).

Relacionada a esta questão da casa própria, esta a da localização destes idosos no espaço urbano, e o status atribuído a certos locais neste perímetro. Neste sentido, as considerações do senhor João Ricardo que nos diz preferir morar em uma casa alugada a ter que viver em um lugar na cidade não muito privilegiado, são muito significativas. Bem como, as da senhora Maria da Glória, que justifica o fato de pagar aluguel mesmo sendo proprietária de um imóvel, tanto para contornar seus “problemas psicológicos” relacionados a este imóvel (como já dito anteriormente), quanto, ou acima de tudo, para garantir uma boa localização na cidade:

[...] Quem mora em beira de rio é sapo né? No alto de morro é cabrito, né? [risos]. **Cabrito e sapo ‘seu’ João? Aí o senhor prefere alugar uma casa.** Uma casa em lugar bom né? Nem elevação, no plano...que tenha bom comércio. (João Ricardo, 84 anos)

[...] sempre eu tenho uma intenção pra Deus, faço: “Senhor, quero vestir mal, quero comer mal, mas eu quero morar bem, dormir bem, porque tenho medo!” E Deus me deu a minha primeira moradia foi na Marechal, entendeu? Depois morei na Mister Moor [rua central da cidade]. Mister Moor fui para a Rio Branco [Avenida principal do município], tô até hoje. Então eu agradeço muito a Deus por causa disso. (Maria da Glória, 65 anos)

Esta preocupação com o espaço urbano está intimamente relacionada, nestes casos específicos, tanto ao status que determinados bairros e lugares na cidade têm em relação a outros, quanto também, como não podemos deixar de considerar, a uma necessidade real dos homens e das mulheres que envelhecem terem facilitados o acesso a bens e serviços urbanos, pois sabemos que esta distribuição é desigual neste espaço e obedece a critérios divergentes<sup>113</sup> e, muitas vezes, arbitrários. Dona Maria da Glória, como vimos, chega a dizer que prefere não se alimentar bem e nem vestir-se bem, a ter que se mudar do centro da cidade.

Ainda sobre este aspecto, a moradia, há três casos bastante relevantes que merecem destaque: o da senhora Cleusa, que sonha em adquirir “casas próprias” para os dois filhos homens casados que ainda não as têm e moram em casas alugadas. Ato que pretende consumir a partir da venda do sobrado onde mora (recebido de herança do pai

e familiares) que está muito bem localizado e avaliado, e assim comprar apartamentos menores que beneficiariam toda a sua família; e o do senhor João Cordeiro que diz ser o sonho da casa própria o único não realizado e que ainda gostaria de realizar:

**E o que o senhor ainda tinha vontade de ter que o senhor ainda não tem, de fazer que ainda não fez, ou de conseguir que o senhor ainda não conseguiu?** [silêncio] Pelejei muito pra, tinha vontade... de possuir era uma casa pra mim morar! (João Cordeiro, 91 anos)

**Qual é o sonho da senhora, dona Cleusa?** O meu sonho é dar uma casa pro meus filhos! Ah, meu sonho!!! Porque eu já tenho a minha com as meninas (filhas), né? Que a gente já dividimos assim, tudo certinho pra não ter confusão depois. Dividimos assim, modo de dizer. Mas tem os dois casados que precisam muito de uma casa, Nossa Mãe! Aí eu tinha vontade de vender essa (casa dela e das filhas) e já dar uma entrada em cada uma pra poder comprar pra mim e pras meninas e se virar com os dois. Eu morro de pena! (Maria Cleusa, 65 anos)

E, ainda, o do senhor Emiliano que construiu literalmente a sua casa com a ajuda de um tio nos fins de semana, pois estes eram os únicos períodos que tinha de folga do trabalho árduo que exercia em um fábrica da cidade. A “construção” da casa própria também justificou a continuidade dos trabalhos fora do âmbito doméstico exercido por sua mulher após o casamento. Este é um depoimento riquíssimo, pois demonstra a ‘solidariedade’ familiar e a rede de ajuda mútua constituída principalmente entre os membros das famílias mais pobres<sup>114</sup>, ainda mais se considerarmos que além da sua casa, o senhor Emiliano ainda ajudou a construir a do próprio tio que havia lhe auxiliado e a de um de seus irmãos:

**Casa própria?** É, a gente fizemos só nas horas vagas lá. **O senhor mesmo que fez?** Não, meu tio. Ele que trabalhava sábado e domingo. Sábado, domingo e feriado. Foi feito só nesse, porquê a gente não tinha condições de pagar, né? Aí que foi feito, depois que eu tava morando dentro da minha casa que eu fui pagar mão-de-obra pro meu tio. [...] **E por que ele fez isso pro senhor?** É, porque ... sei lá. É, ele é irmão do meu pai, né? Então a gente se dava muito bem. E a gente vai, pegou bem, ele trabalhava, né? Tinha o emprego dele... falou: “não, dinheiro não precisa não. Você vai... depois

que você estiver dentro da sua casa você me fala.” [...] Aí ele depois fui ajudar a fazer a dele, né? Que ele... ele a casa que eu morava ele desmanchou, aí foi... fez uma casa grande pra ele. [...] E aí ficamos trabalhando e assim foi... foi uns três ano direto. Eu fiz a minha casa foi um ano. Depois foi na casa do meu tio, mais um ano. Depois foi a casa do meu irmão que foi morar nos fundos da minha casa no mesmo lote, mas só foi de sábado e domingo. [...] Porque não podia parar, a gente trabalhava... Não tinha dinheiro também pra comprar as coisas... tinha então tinha que trabalhar pra receber pra poder comprar material... (Emiliano, 65 anos)

A partir destas histórias é possível perceber o valor dado a esta propriedade, valor ligado também ao simbolismo que este bem imóvel carrega e que pode ser observado a partir da percepção que estes velhos têm desta aquisição. A “casa” é para esta geração um importante medidor do status e do prestígio individual, alcançados ao longo de suas vidas, baseado no “estatuto do proprietário” (PEIXOTO, 2004).

A questão da propriedade, aliás, está também intimamente ligada à leitura que estes velhos fazem sobre as relações familiares e os vínculos e obrigações que elas selam. O relato de dona Rosilda é bastante significativo sobre este aspecto na medida em que toma como demonstração do afeto e do carinho que os pais adotivos tinham por ela o fato destes terem lhe deixado de herança a casa de propriedade do casal. Tal herança, segundo sua perspectiva, comprova a relação de paternidade estabelecida entre o casal e ela, ao mesmo tempo em que legitima sua condição de “filha”.

[...] Eles [pais adotivos] me criaram. [...] Deram, carinho, muita atenção... amor, né?! Nunca me exigiram nada, nunca me cobraram nada. Cê vê que a casa que eles moravam, eles passaram o usufruto em vida! Eu não nasci no nome deles, né? Ele [pai] é Castro e eu sou Rosilda de Jesus, que dizer, “de Jesus” já foi o nome que a minha mãe [biológica] que pôs ... não sei que nome era o dela lá, né [desprezo]? Eles [pais adotivos] passaram pra mim. Quer dizer, no entanto, tinha uma porção de sobrinho, uma porção de parente, irmão ... podiam ter deixado pra eles, né? Quer dizer que eles provaram, né? Sempre falaram que a casa ia ser minha e deixaram pra mim. (Rosilda, 66 anos)



A partir deste relato, retomamos o eixo moral em torno do qual a família se funda, e salientamos, como Sarti (2005), que é esta dimensão moral do parentesco que “[...] indiferencia os filhos de sangue e os de criação” (p.33). Portanto, a pertinência a um grupo familiar, não pode ser vinculada simplesmente a fatores de ordem genealógicos, mas delimitada pela rede de obrigações recíprocas estabelecidas entre seus membros. Assim, se por um lado, cabem aos pais (biológicos ou adotivos) os cuidados necessários à boa educação dos filhos, cabe a estes retribuírem como sinal de gratidão e reconhecimento a educação recebida.

[...] Deixar... parei de dar dinheiro em casa mesmo depois que eu casei. Que aí eu já estava desapegando de lá, né? Porque antes não. Eu morava aqui, mas... minha roupa era a minha mãe que lavava lá... que eu levava lá pra ela lavar... ficava lá final de semana lá, comia, bebia, dormia lá... então eu recebia sempre dava um dinheirinho em casa, né? Porque era obrigação da gente! Ajudar o pai da gente, né? (Emiliano, 65 anos)

[...] Aí eu vou ficar em casa ... desde o tempo que minha mãe adoeceu. **A sua mãe morreu de quê?** minha mãe teve derrame. Desde o tempo que ela adoeceu, ela ficou 02 (dois) anos em casa, eu fiquei só ali com ela, não trabalhei fora, não. Não fui para a fábrica mais não. Em lugar nenhum mais! (Rosilda, 66 anos)

Ainda quanto ao eixo moral em torno do qual a família se funda, destacamos novamente um dos trechos do relato da senhora Rosilda, visto que nele ela produz uma valiosa definição de família quando justifica a ausência ou pouca frequência das visitas que recebe, tomando por base o fato de “não ter família” e critica, com forte apelo moral, as famílias que abandonam seus pais nos abrigos ou instituições de longa permanência:

Acha que só porque ficou velho agora larga pra lá?! Não, eu, por exemplo, não queixo, porque eu não tenho família, eu tenho primas, assim mesmo, de criação. Ouça o que eu tô te falando: de criação [pronuncia destacada das sílabas]! [...] O que elas [primas] tão fazendo pra mim, tá bom! Enquanto elas fizé tudo bem! Mas, tem gente que tem filhos...né? Que põe aí, e ó ... quer dizer... outras são donas que têm marido... Eu acho que poderia ser muito diferente! [...] Família é aquele que dá assistência! Aquele que vem... traz as coisa... então

ajuda! Não custa nada ajudar!! Então, porque tá aqui não pode nem, ao menos, ver! [pausa] Não pode visitar...né. Só quando morre, que vai aquela correria. Não, ué! Devia dá assistência sim, eu acho. Então não é família!! Então não é família!! Ninguém não liga, põe aí e some! [pausa]... Acabou! Quer dizer, eles [funcionários da Instituição] aqui que olhem. Se eles não tivessem olhando, a pessoa “morre à míngua”, né? Agora, eu não, eu não tenho. [...]Tem essas primas porque elas querem! Porque nem minhas primas elas são, não são minhas parentas de sangue, é consideração. Então aí, eu não queixo... eu não tenho mesmo! Não tenho pai, não tenho mãe, não tenho marido. (Rosilda, 66 anos)

Desta forma, podemos afirmar que, principalmente entre aqueles que têm condições socioeconômicas piores, “[...] a extensão da família corresponde à de rede de obrigações: são da família aqueles com quem se pode contar, quer dizer, aqueles em quem se pode confiar” (SARTI, 2005, p.33). E estas redes, mais comuns entre as famílias mais pobres, concretizam-se, principalmente, nos momentos de maiores dificuldades, conflitos e rupturas por que passam seus membros, como podemos notar nos depoimentos abaixo:

[...] Quando foi em 1936 ‘cabou’ a lavoura, a colheita, meu pai ficou doente, então foi lá na minha, em Rio Novo, lá na roça, a minha tia, irmã do meu pai, que era mais velha do que ele 15 (quinze) anos. Chamava Mariana Rosa de Jesus. Então ela nos trouxe aqui pra Juiz de Fora pra Rua Governador Valadares, Manoel Honório, 936. (João Ricardo, 84 anos)

**E quando ele morreu como a senhora fez?** Aí meus parentes foi tudo lá me ajudar. As minhas irmãs, meus cunhados, foi todo mundo lá. Nossa a casa encheu! Todo mundo me ajudava, aí me ajudaram a vim embora. Aí eu vim embora, aí eu vim embora pra cá. Aí que eu, me deram, aí eu comprei essa casa [um sobrado onde moram ela e as filhas]. (Maria Cleusa, 65 anos)

[...] a gente ficou assim em volta, vê a mãe sangrando [ar bastante dramático] porque ela morreu de parto na roça, né? Nessa época não tinha... Então, eu e a minha irmã, nós somos quatro do primeiro casamento do meu pai, então, eu e a minha irmã, minha irmã saiu com outro e eu com outro. **Deu**

**para um desconhecido ou para parentes?** Não, tudo de família. (Maria da Glória, 65 anos)

No caso específico do senhor Ernani, foi graças a esta rede familiar e o sacrifício dos pais, que ele pode estudar e “mudar sua sorte”, como diz no trecho que se segue:

É que eu tinha uma tia que morava em São José do Barroso. E de São José do Barroso, eles foram para Visconde do Rio Branco, onde tinha ginásio. Aí minha mãe, botou a cabeça a matutar: “ah, eu vou falar com a Eunília”, que era o nome dela “pra ... que se o Ernani pode ir pra casa dela, eu dou uma ajuda de carne, arroz, alguma coisa assim dessa ordem; e ele pode fazer o ginásio.” Assim ela... fui lá pra Visconde do Rio Branco... [...] e, assim, eu terminei o ginásio lá. Comecei o científico em Visconde do Rio Branco mesmo. [...] “vamos pra Ouro Preto, não sei o que!” e eu falei com o meu pai. [...] Aí, deu-se um jeito e eu fui pra Ouro Preto também com os meus colegas. E lá eu fiz o científico, terminei o científico... fiz o exame de admissão... O vestibular hoje, né? [...] Admissão ao curso de Farmácia, né? E comecei a Farmácia em mil novecentos e cinquenta. Em cinquenta e três eu terminei o curso de farmácia e... a sorte começou a mudar [riso] (Ernani, 77 anos)

Entretanto, o significado real que é atribuído à família vai muito além destes fundamentos morais, ou redes de obrigação, pois, como já dissemos, é entorno dela (da família) que os indivíduos se organizam e ordenam suas percepções do mundo social, dentro e fora do grupo familiar. Como afirma Lins de Barros (1987): “(...) a família é um valor e, como tal, uma referência social fundamental para a constituição da identidade social de cada indivíduo” (p. 108).

Desta forma, tivemos por pretensão neste subitem recuperar alguns dos eixos em torno dos quais estes sujeitos “contam suas famílias” e que nos revelam os valores morais que servem de base para a construção das suas identidades e dos significados que dão hoje à suas vidas no presente, ou seja, à velhice. Após este pequeno percurso em torno das histórias contadas por estes velhos sobre suas famílias, podemos afirmar que a concepção sobre esta instituição se molda a partir de uma vivência familiar que entrelaça o modelo mais “tradicional” de família ao modelo mais “moderno” que propõe novos arranjos e organizações.

Outro eixo também fundamental na construção das identidades destes sujeitos sociais, e que em seus relatos aparecem entrelaçado ao familiar, é o “trabalho” e o valor que este assume para esta geração. Assim, é sobre ele que iremos nos debruçar agora.

### 3.2.2 – Trabalho e identidade social

*“Trabalho que, sendo o selo distintivo da humanidade dos indivíduos sociais na construção de respostas às necessidades humanas, é portador de projetos a realizar, transformando simultaneamente o sujeito e a humanidade”*

*(Marilda Vilela Iamamoto, 2001)*

O trabalho, como define Marx, é um dos componentes distintivos do homem como ser prático e social e, portanto, histórico: produto e criador da vida em sociedade. Entretanto, como destaca Iamamoto (2001), a partir de um resgate da compreensão sobre este presente na obra de Marx, o trabalho

[...] nas condições em que se realiza na sociedade do capital [...], é subvertido no seu significado mais fundamental. A auto-objetivação do sujeito metamorfoseia-se na sua própria negação, na perda de controle da sua atividade e de seu tempo de vida, subordinada a fins que lhe são estranhos. (p.17)

Portanto, a atividade humana se apresenta na sociedade capitalista, como algo exterior ao trabalhador que já não tem mais o domínio nem sobre o processo de produção, nem sobre o produto de seu trabalho, ou seja, o trabalhador se torna nesta sociedade “[...] incapaz de se apropriar tanto do sentido de seu trabalho, como dos valores e produtos gerados por sua atividade, em uma só palavra, das objetivações por ele criadas” (DELGADO, 2002, p.127). O trabalho, ou melhor, o emprego apresenta-se como um importante instrumento de satisfação das necessidades materiais do trabalhador e de sua família, mas também representa o lugar destes “[...] na hierarquia de uma sociedade feita de classes e grupos de status” (CALDAS, 1997, p.125), assim sendo, é na classe que a história se realiza. Nesta sociedade, portanto, o trabalho é o definidor do lugar que o sujeito ocupa na organização sociopolítica-cultural – como trabalhador ou proprietário dos meios de produção – e as relações estabelecidas a partir dele – capital versus trabalho - é que definem as bases para a exclusão e a dominação de classes.

Recuperar o significado do trabalho para estes homens e mulheres que envelhecem é de suma importância para entendermos a relação intrínseca que a inserção destes no mercado produtivo, assim como na família, tem, com a construção de suas identidades e com a forma de vivenciarem e perceberem a velhice.

Para que este processo se efetive, faz-se necessário, primeiramente, compreender que essa forma de representar a vida a partir do trabalho é também fruto de um aprendizado geracional, possuindo alguns marcos e processos bem definidos que estão relacionados à constituição do mundo do trabalho na sociedade capitalista, portanto, não só a brasileira (DELGADO, mimeo).

Ao trabalho, esta geração em especial, atribui além de um valor ligado a sobrevivência, um valor ligado a outros elementos como honestidade, solidariedade, fé, bom desempenho de papéis familiares e sociais, que se tornam assim componentes do perfil do “bom trabalhador” (DELGADO, 2002). Os velhos entrevistados, muitas vezes, recorrem a estes elementos nos processos de rememoração, construídos nas entrevistas, para apresentar sua identidade e de seus familiares como trabalhadores, ou seja, “homens de bem”. São comuns expressões do tipo “minha mãe era trabalhadeira”; “eu adoro trabalhar!”, “[...] não gostava de trabalhar, não”; entre outras, para indicar o valor que tinha (e/ou tem) o indivíduo de quem se fala, tanto no interior do grupo familiar, quanto na vida fora deste universo específico. O depoimento do senhor João Ricardo é permeado de exemplos da utilização da condição de trabalhador como diferenciação à do marginal, criminoso, desonesto, etc. No trecho que destacamos a seguir, ele se defende dos questionamentos feitos pelos vizinhos a respeito de sua honestidade, utilizando-se da identidade de trabalhador:

[...] Agora, eles tão falando coisas que eu não fiz! Eu não tenho, eu não cometi! Eu trabalhei! Trabalhei desde quando eu era criança. Trabalhei com meu pai, na roça, né? Até os 13 'ano', vim pra Juiz de Fora, não fiquei à toa não! (João Ricardo, 65 anos)

A “**socialização para o trabalho**” (COLBARI, 1995) para a maioria dos entrevistados tem início quando ainda eram crianças, legitimada pela necessidade de subsistência familiar<sup>115</sup>. Trabalhos estes quase sempre precários, mal remunerados ou exercidos em troca de favores, realizados para ajudar nas “tarefas familiares”. O trabalho desde a infância faz com que muitas vezes esses narradores não reconheçam

esta etapa de suas vidas, ou não se lembrem dela, com as marcas das brincadeiras, diversões e travessuras tidas como típicas da infância, mas como a etapa na qual aprenderam o trabalho como atividade e valor:

**Como é que foi a infância do senhor?** A minha infância, falar, dizer a verdade, eu não tive infância, né? É... fiz trabalhar, né? Desde sete anos na roça, trabalhava, né? A gente ia com o meu pai lá na roça, jogar, é... fazer plantação... ficava lá trabalhando direto. (Emiliano, 65 anos)

Hum, meu Deus de céu, o que que eu fazia quando eu era criança? [Pensativa]. Eu nem sei! Eu não me lembro mais o que que eu fazia. Sei que a gente catava lenha, ia no mato buscar lenha, até lenha verde pra poder fazer comida, porque não tinha lenha mesmo, não tinha dinheiro pra comprar, né? [...] Aí já fui crescendo, já fui caçando o rumo de trabaíá de verdade, né? [...] A gente ganhava roupa usada. Ganhava roupa...pra minha mãe e pro meus irmãos em casa. Era só o que eu ganhava! De vez em quando ela [patroa] dava um dinheirinho prá mim, pra minha mãe lá, mas era...um troquinho bem pequeno. (Doralice, 89 anos)

**Quando o senhor era criança ....** [silêncio] Ah é, minha infância quando eu era criança era mesmo é trabalho. [...] Ah, não tinha tempo de brincar. Não dava tempo de brincar. As brincadeiras era, lá na roça, colhe feijão [...] (João Cordeiro, 91 anos)

**E a senhora começou a trabalhar com quantos anos?** Comecei a trabalhar com 12 (doze) anos. Bom, aprender a fazer comida mesmo, com 07 (sete) anos de idade! Eu tinha que por até cadeira pra subir, pra aprender fazer. [...] Com 10 (dez) anos [ênfase] eu cozinhava pra ... quer ver? Dois, três, quatro, cinco, com a minha avó ... 08 (oito) pessoas! (Maria da Glória, 65 anos)

O trabalho infantil, aliás, é também uma marca de classe, clarificada ao considerarmos que os entrevistados que gozavam de melhores condições socioeconômicas e culturais durante esta etapa da vida, não relataram ter desenvolvido tais atividades na infância, e assim, reconhecem esta etapa como um tempo de brincadeiras, formação afetiva, estudo, ou seja, como um “tempo grande”, “que custa a

correr”, como nas palavras do senhor Ernesto Kuhlman. No entanto, cabe-nos salientar que mesmos entre estes que detinham melhores condições, pequenas tarefas, especialmente de cunho doméstico, já eram realizadas neste período da vida. Além disso, o intervalo de idades usado para classificar a infância entre os entrevistados não é rígido e termina muito antes do que hoje se prevê<sup>116</sup>. Por exemplo, quando perguntamos ao senhor João Cordeiro se ele exercia trabalhos desde pequeno, ele nos respondeu enfaticamente: “Não, depois que apanhei idade, cinco, seis anos, sete anos, oito anos, já tava lá... já tava fazendo qualquer coisinha” (91 anos). Percebe-se que o “fim da infância” quase sempre é demarcado pela entrada no mercado de trabalho e não a partir de um marco cronológico, sendo este um fato comum entre as classes, como pode ser percebido nos depoimentos abaixo:

**E quando jovem, seu Ernesto?** Quando jovem eu... trabalhei. Não fui muito de divertir-me não. Comecei a trabalhar com 13 (treze) anos. (Ernesto kuhlman, 84 anos)

**Veio com quantos anos?** Ah eu já trabalhava fora, né? Uns 10 (dez) anos eu já tinha. Oiá criança, né? Eu era babá. [...]

**A senhora trabalhou onde, dona Doralice?** Quando eu comecei a trabalha eu era babá, olhava criança. Aí fui ficando mais velha, né? Aí não tinha mais criança pra eu olhar, aí eu arranjei um emprego que eu passei a cozinheira... subia num caixote, pra subir pra ir na mesa pra cuidar do fogão. Eu não agüentava chegar, aí eu punha uma cadeira, um...botava um caixote. Subia ali e fazia as coisas... (Doralice, 89 anos)

[...] cada um já tava mais crescidinho, aí começamos já ajudar em casa. Com 08 (oito) anos já comecei arrumar meu primeiro emprego que era de babá. (Maria Cleusa, 65 anos)

Ainda quanto ao exercício do trabalho na infância, não podemos deixar de salientar a construção comparativa entre o trabalho infantil legitimado do “seu tempo” e o trabalho infantil proibido do “tempo de agora” tecida pelos narradores. Em alguns momentos a ilegalidade do trabalho, bem como toda a legislação garantidora dos direitos da infância e da adolescência, é apresentada como responsável pela perda da autoridade dos pais, já em outros momentos, a legislação é reconhecida como uma proteção às crianças e adolescentes que assim não terão que passar pela **violência** que estes velhos sofreram quando se encontravam nestas etapas de suas vidas. E ainda,

dentre os que tecem tal comparação, destacamos as considerações do senhor João Cordeiro que denuncia a não garantia deste direito a todas as crianças e adolescentes brasileiros no “tempo contemporâneo”; e as da senhora Doralice que salienta o fato de perder a companhia da neta por determinação legal:

**O senhor saiu da escola pra trabalhar, senhor João?** Não. Eu ... meu pai não deixava eu ir na escola. Ia, mas tinha que falhar para poder trabalhar. Ia às vezes dois, três dias. Aí já viu, né? Não entrava muito na idéia da gente. Porque tinha que ajuda ele ‘trabaiá’ na lavoura. Não era fácil não! Não! Hoje há muita facilidade, porque os pai hoje são obrigados a por os fio no estudo, né? São até murtado, né? Murta eis (eles). E fica até essa idade que eis fica hoje pra ... não pode ir pro trabaio porque tem que ir pro estudo. É só! [...] Até as crianças desse ‘tamaizinho’ assim (faz com as mãos até a altura do joelho) tão trabalhando. Aí mais longe, a Lei ainda não chega lá. Ah, tem a Lei mais, aliás, até hoje mesmo muitos ainda não respeitam a Lei, não. (João Cordeiro, 91 anos)

[...] **O filho da senhora?** É, o Luizinho. Ele não vai deixar eu ficar sozinha, só, mais não. Ficava só com as meninas (netas); igual essa que tem 09 (nove) anos, ela ficava comigo, mas a Assistente Social falou que ela é de menor, não pode ficar comigo [decepcionada]. Se precisar de noite, ela não pode sair de noite. Ela tem só 09 (nove) ano. (Doralice, 89 anos)

Outro aspecto fundamental na construção das identidades de alguns dos entrevistados é o trabalho exercido nos espaços rurais ou que, embora localizados na área urbana, possuíam características rurais (plantações, criações, casas com amplos quintais, onde não se tinham fácil acesso aos bens e serviços típicos aos centros urbanos), pertencentes aos municípios vizinhos à cidade de Juiz de Fora ou a ela própria. Nestes contextos a vida cotidiana de suas famílias era árdua, quase exclusivamente dedicada ao trabalho na lavoura. Para estes indivíduos, “vida e trabalho era uma coisa só” (MELLO, 1986 in GOMES, 2000, p.66).

Só eu e minha irmã e meu irmão que estudamos. Da parte da minha mãe, quase não estudaram, não teve tempo, trabalhando na roça, né, minha filha. Cada semana ficava um com a minha sogra, com a minha avó, pra fazer comida pra



levar na lavoura, ficava todo mundo na lavoura, não tinha ninguém em casa não, minha filha! Ficava todo mundo na lavoura, cada um trabalhando... (João Ricardo, 84 anos)

Os trechos das entrevistas dos senhores João Ricardo e João Cordeiro transcritos abaixo são bastante ilustrativos a respeito dos ritmos dos trabalhos relacionados à área rural, pois demonstram a especificidade do “tempo” nestes espaços e as “imposições” que ele acarreta:

Então com 6 (seis) ‘ano’ de idade eu levava almoço pro meu pai na roça. Na roça o almoço é cedo, ‘num’ passa de 10 ‘hora’.  
**É. Também acorda muito cedo, né ‘seu’ João?** Acorda cedo, de madrugada [já] tá na lavoura. Muita lavoura. Lavoura grande mesmo! Muito café, arroz, feijão, milho. Então minha filha eu, com 6 ‘ano’ eu levava almoço pro meu pai... Então meu pai cismou que eu tinha que ‘varrer’ o café. (João Ricardo, 84 anos)

**O dia todo no trabalho?** De manhã à noite, amanheceu o dia tava no trabalho, escurecia é que vinha embora pra casa. (João Cordeiro, 91 anos)

A respeito das especificidades do trabalho desenvolvido na “roça”, o depoimento do senhor João Ricardo traz outros conteúdos riquíssimos, especialmente quando narra a vinda de sua família para a cidade<sup>117</sup>. Neste trecho ele denuncia a “exclusão” e conseqüente marginalidade assumida por estes trabalhadores nos centros urbanos. O desemprego do seu pai na cidade, por exemplo, é ocasionado, segundo seu depoimento, não só por seu estado de saúde, mas, principalmente, por não ter as habilidades necessárias para o desenvolvimento dos “trabalhos urbanos”, visto que a vida toda exerceu atividades tipicamente rurais.

Eu trabalhei! Trabalhei desde quando eu era criança. Trabalhei com meu pai, na roça, né? Até os 13 ‘ano’, vim pra Juiz de Fora, não fiquei à toa não, meu pai ficou doente, veio pra qui doente. Lá eu trabalhei mais de 38 (trinta e oito) ano, minha filha, meu pai. Trinta e oito ano ... não tinha emprego pra ele aqui. Trabalhava na roça! Era lavrador, como é que podia trabalhar na cidade? É minha filha é duro! (João Ricardo, 84 anos)

No campo os valores se estruturavam pelo compadrio, pelas trocas de favores, pelo trabalho árduo de todos em um mesmo local, mas, ao mesmo tempo, representava a vantagem de que neste espaço estes trabalhadores, quase sempre, eram donos da terra e da sua força de trabalho. Esta organização do trabalho na zona rural é belamente apresentada pelo senhor Emiliano no trecho que se segue:

[...] Tinha muita gente que morava na roça, né? Então quer dizer, lá era, um era compadre do outro, já era conhecido ali. Então, o que um falasse com o outro, podia acreditar que cumpria a palavra dele, entendeu? Não tinha nada de escrito, era só na conversa. Porque naquele tempo não corria dinheiro, era mais trocar as coisas, um trocava pra cá, trocava dia, um trabalhava pro outro lá, depois o outro vinha trabalhava pra pagar, não tinha negócio de pagar em dinheiro não, entendeu? Então, o negócio era melhor. [...] Ó, o meu pai fazia compra no armazém ele não trazia dinheiro, ele trazia mercadoria da roça e levava. Levava açúcar que ele não plantava, arroz, né? [...] Até em ... antes do meu pai morrer, depois que eu já estava morando aqui em Juiz de Fora, minha ... um dia conversando nós falou assim “na nossa época tinha muita fartura”. Você chegava lá em casa, se você visse no terreiro assim era mais de 100 (cem) cabeças de galinha. Porco no chiqueiro, ‘cheguei’ muito porco lá, leitão, porca criadeira. Tinha muita fartura! Paiol lotado de milho, era tulha de feijão que eu fazia lá da laje de taquara, [...] ficava lá, você tinha mercadoria pro ano inteiro. (Emiliano, 65 anos)

Nas cidades há um afastamento maior das riquezas produzidas, os centros urbanos produzem em maior escala as desigualdades espaciais e a segregação. No entanto, ainda que reconheçamos a afirmação anterior como legítima, não podemos deixar de salientar a denúncia e consciência do senhor João Ricardo em relação à exploração sofrida por sua família nos trabalhos que desenvolvia no espaço rural do município onde vivia demonstrada pela desigualdade no usufruto das riquezas produzidas:

Nenhum deles ‘aprenderam’ a ler, todo mundo na lavoura, trabalhando... tinha que tocar a lavoura, né? Tocar a lavoura pra comer! Os fazendeiros eram muito ricos, a gente plantava, colhia e eles faziam o lucro. Entendeu? (João Ricardo, 84 anos)

A vinda para os centros urbanos (nem todos vieram diretamente do campo para Juiz de Fora, primeiro fizeram o processo migratório dentro dos seus municípios de origem) é incentivada pela necessidade do trabalho, pela busca por melhores condições de vida, mas raras vezes estes sonhos e projetos são realizados. Mesmo entre aqueles que são absorvidos pelo mercado de trabalho urbano, esta absorção se dá de maneira precária, através do desenvolvimento de trabalhos duros, definidos como “braçais”, que prescrevem baixa remuneração, maior carga horária, ilegalidade, entre outras características negativas.

O serviço que era ruim, né? **Por que?** Ah, porque só trabalhava em altura. Só lugar alto. Perigoso, naquela época que eu trabalhava não tinha negócio de segurança, não tinha nada... Que... você trabalhava lá, sem proteção nenhuma, não tinha cinto, não tinha coisa nenhuma. (Emiliano, 65 anos)

Trabalhei em fábrica, trabalhei em... em comércio, em... até lavador de garrafa eu fui ser. Na falta de emprego, que eu estava desempregado... eu fazia o mês. [...] peguei o emprego de lavador de garrafa, peguei uma inflamação na minha... no meu... nos meus dedos e que ficou assim, por causa da friagem, não podia mexer na friagem, eu sou alérgico ao frio e a... [silêncio] (Ernesto, 84 anos)

[...] Quando eu tinha ... com os 13 (treze) anos mesmo, é assim que nós viemo do Rio Novo, com os 13 (treze) 'ano' eu comecei a trabalhar numa fábrica de torrefação de café e moagem, no Ladeira [bairro de Juiz de Fora], ao lado da ponte do Ladeira. Então, porém, a sexta, a segunda e sexta-feira eu tinha que levar 10 (dez) quilos de café nas 'costa' lá em São Pedro [bairro de Juiz de Fora]. Nas 'costa'! Trabalhei 06 (seis) mês. Aí, ganhava pouco, não tinha salário ainda não! [...] Então a gente ganhava uns trocados que o dono da loja 'dá' a gente! Era uns trocados, não tinha salário [ar de indignação]! (João Ricardo, 84 anos)

Esta situação é agravada pela baixa escolaridade destes homens e mulheres que, como já salientamos, foi ocasionada exatamente pela necessidade de inserção no mercado de trabalho para garantir a sua própria sobrevivência e a do grupo familiar.

**O senhor saiu da escola pra trabalhar, senhor João?** Não. Eu ... meu pai não deixava eu ir na escola. Ia, mas tinha que falhar para poder trabalhar. Ia às vezes dois, três dias. Aí já viu, né? Não entrava muito na idéia da gente. Porque tinha que ajuda ele trabaiá na lavoura. Não era fácil não! Não! (João Cordeiro, 91 anos)

Naquela época meu pai não deixava a gente estudar, a gente tinha que trabalhar, né? (Doralice, 89 anos)

Alguns dos entrevistados, a partir de percepções críticas, demonstram que a baixa escolaridade foi ocasionada também pela dificuldade de acesso à escola, pelo não incentivo do governo (ausência de políticas), pela condição de pobreza familiar (muitas vezes se repetindo com seus filhos) que não os permitia a continuidade dos estudos, entre outras:

**A senhora disse que não pôde estudar mais, por quê?** Porque como é que a gente ia estudar, se não tinha nem dinheiro pra pagar colégio, essas coisas, né? Vontade a gente tinha, mas como? Como é que eu ia? E como é que eu ia dar educação pras minhas filhas? (Maria Cleusa, 65 anos)

[...] É... eu poderia estudar também, mas acontece que esses governos antigos, e ainda os modernos, dão muito poucas ocasiões pra gente entrar numa escola, poder entrar na escola, trabalhar e ganhar o suficiente pra sobreviver e... Ajudar a família. (Ernesto Kuhlman, 84 anos)

**Lá na roça não tinha escola.** Não. Na roça é só lavoura, não tem como. E também, em 1936, ih minha filha, quase que não tinha colégio, nem médico. Lá não tem colégio, nem médico. Olha, não tinha, minha filha, nem colégio, nem médico. Era ruim de ter colégio na época! (João Ricardo, 84 anos)

Salientamos, ainda quanto à baixa escolaridade, a postura do senhor Emiliano que retorna aos estudos na esperança de conseguir um emprego melhor fora da cidade de origem, e atribui o valor pequeno da aposentadoria que hoje recebe a não continuidade de seus estudos, expressando assim, uma concepção de qualificação estritamente relacionada ao trabalho – “qualificação para o trabalho”:

Aí que quando a gente mudamos pra Simão Pereira, aí teve aquele negócio de Mobral... Aí que eu entrei na escola, que eu queria trabalhar... lá em Três Rios [cidade do Estado do Rio de Janeiro] numa firma lá, a "Santa Matilde", não sei se você já ouviu falar, hoje já acabou. E exigia o diploma do quarto ano pra você entrar na firma. [...] Aí eu entrei na escola em Simão Pereira, que era negócio de Mobral que eles fizeram uma época, que a gente estudava de noite, eu estudei dois anos, eu já entrei no terceiro ano! [...] E eu devia ter continuado... eu penso, hoje eu penso, eu devia ter continuado. [...] Mas eu achei que... que ia demorar... Aí, daí, entendeu? Hoje, por exemplo, podia estar formado aí, já há vinte anos! Podia estar aposentado agora com um salário melhor... Mas eu não soube aproveitar **[riso]**. (Emiliano, 65 anos)

Neste ponto é interessante entrelaçarmos a vivência subjetiva destes trabalhadores ao processo coletivo de "socialização para o trabalho" intimamente relacionado a um **Projeto de Estado** que, no **Brasil**, associou e promoveu a *cidadanização* das classes populares basicamente a partir da sua inserção profissional, pois é através desta inserção que o trabalhador pôde garantir o gozo de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários – "*cidadania regulada*"<sup>118</sup>. Este projeto ideopolítico de Estado, assentado na "ética do trabalho" (COLBARI, 1995), que promove a aproximação do Estado à classe trabalhadora a partir da ação do governo na área social, é corporificado na figura política de Getúlio Vargas (LUCA, 2003). Assim, Getúlio representa para alguns dos entrevistados o exemplo de político bom e honesto, um "pai", principalmente para os mais velhos, ainda que tenham nula participação política e que as experiências enquanto trabalhadores, nesta época, não tenham sido protagonizadas por eles. Sentimentos detectados nas seguintes falas:

[...] Político forte que teve é o Getúlio Vargas! [pausa] Depois dele pra cá só "canalhada" "queis" "faiz"! [pausa] **O senhor acha que político bom foi Getúlio?** [silêncio] Agora, pra muitos, muitos são todos iguais, porque muitos ainda acham que foi ruim, né? **Tem gente que acha!** É tem gente que acha. **E por quê? Porque o senhor acha que ele foi bom, senhor João?** É porque, ele no tempo dele, o respeito, ele dava respeito, o respeito era outro! [silêncio] (João Cordeiro, 91 anos. 1930=14 anos; 1950=34 anos)

**Então o senhor acha que um grande político foi o Getúlio Vargas.** Foi o Getúlio. Pra mim foi o maior presidente que o Brasil já teve. [...] depois disso nós tivemos aí um monte de... políticos aí relapsos e incompetentes que só fizeram best... bobagem. (Ernesto Kuhlman, 84 anos. 1930 = 07 anos; 1950 = 27 anos)

No Brasil ainda que se tenha moldado um projeto de Estado que

[...] envolveu formas de sociabilidade mais marcadas pela racionalidade, não [se] eliminou elementos já presentes na realidade cultural brasileira, como o patrimonialismo, o poder local, a cultura patriarcal, e na cultura operária que já se forjava anteriormente a 1930, inclusive elementos de sua matriz agrária, como a própria valorização da família e do trabalho; na dinâmica urbana, estes elementos foram, é claro, ressignificados, mas imprimiram especificidades aos mecanismos disciplinares aí envolvidos. (DELGADO, 2002, p.132 – acréscimo nosso).

Como destaca Delgado (2002), o modelo de *cidadanização* brasileiro, une aos padrões de relacionalidade que preencheram de sentido a experiência do trabalhador nos centros urbanos, inclusive a projeção do seu futuro como aposentado, um “[...] caráter conciliatório, o qual lhe imprimiu uma série de contradições, dada a gama de significados diversos que envolveu” (DELGADO, 2002, p. 133). Ou ainda, à lógica relacional atribuída ao trabalho nos centros urbanos entre patrão e empregado, soma-se uma idéia de fidelidade e cumplicidade, próprias do “paternalismo”, que enraíza na cultura operária a idéia do trabalho como troca de favores e fidelidades, dando a este uma conotação de dever e cooperação.

[...] Eu não tive moleza não. Eu trabalhei, eu trabalhei. Eu fui justo no trabalho! Fui fiel ao patrão. Eu não fazia questão de hora não. (João Ricardo, 84 anos)

[...] Trabei 46 (quarenta e seis) anos...nunca assinaram a minha Carteira [CTPS]. Quando ela achou que ela tinha que assinar, ela adoeceu e morreu, não assinou. Tanto é que eu não tenho Carteira assinada não. [...] **Essa casa que a senhora mora aqui, é da senhora? É própria?** Ganhei quando trabalhava em São Mateus. Ela [patroa] não era rica, era também pobre, igual à gente, mas ela... **Ganhou da patroa?** Me deram prontinha ela (casa)[...]. (Doralice, 89 anos)

Eu, eu sou um camarada meio assim, meio, porque tem pra gente que trabáia tudo... pra mim não tem dia, não tem noite. Pra mim tanto faz viajar de noite, viajar de dia. (João Cordeiro, 91 anos)

Como podemos perceber, os sujeitos entrevistados têm suas trajetórias muito fortemente marcadas pelo trabalho, que recobre suas vidas desde a infância, até o momento da aposentadoria e para alguns até depois desta.

[...] Aí desde os oito anos que eu sei o que é trabalhar porque eu olhava criança desde de oito aninhos. Uma criança olhando outra criança! (risos) Pra poder ajudar meu pai, depois... eu toda vida foi assim. Ainda trabalho até hoje, cê acredita? Pra ajudar meus filhos. Ah já vou levar um filho no médico com o quê? Com os meus artesanatos. (Maria Cleusa, 65 anos)

**Aí porque a senhora, mesmo assim, continua trabalhando, porque a senhora lava essas roupas?** Ah, por causa do tanto que eu ganho, né? Porque eu ganho cento, uns ... como é que fala? Um 10 (dez) real de uma vovó [senhoras para quem lava roupas], daí ganho 05 (cinco) de outra vovó. Aí esse dinheiro me cobre ... então! (Doralice, 65 anos)

Tal situação com certeza tem íntima relação com a precariedade e marginalidade social e econômica das famílias em que estes homens e mulheres são concebidos e que se mantêm ao longo de suas trajetórias, e para muitos deles até os dias atuais. Dona Doralice é um exemplo desta precariedade, nasceu em uma família muito pobre, na qual o alimento era escasso e a moradia precária, sendo assim foi obrigada a trabalhar quando ainda era menina em troca de roupa e alimentação, viveu a experiência do trabalho explorado e a perpetuação da “luta pela sobrevivência” com seus filhos, e, ainda hoje, tem uma situação socioeconômica bastante frágil. O trecho cheio de emoção relatado por ela nos remete a uma realidade concreta, que ultrapassa a subjetividade teórica em torno desta “luta”:

[...]Porque eu ia pra poder pega o alimento pras crianças que não tinha. Aí eu ia na casa dos outros, ficava lá conversando, tá na hora da comida, né? [...] Fiz muito disso. De ir na hora do almoço? Eu já sabia, de tarde também eu sabia a hora que

os marido chegava em casa pra tomar ... não era pra tomar banho não, era lavar o pé. Naquele tempo lavava era o pé. Não era tomar banho, não. O banho era só dia de sábado. Aí eu ficava olhando assim [olha de lado], aí aquela pessoa ficava assim: "vem minha fia, vem comer!" Aí eu falava: "Não, eu não quero não senhora, tô satisfeita!" Minha barriga tava lá no fundo, doida pra dona dá um negócio pra mim encher ela. Aí eu falava: "- não, a senhora pode ir que eu não vou não. Então a senhora dá aos meninos só aí, porque eu não quero não. Muito obrigada!" Aí ela falava: "que a senhora não quer o quê! Cê tá doida pra gente dar um prato pro cê. Cê já buscou lenha hoje, tá cansada." Aí eu ficava olhando lá no pé dela. Ela dava comida às crianças, arrumava um prato e me dava. Era a felicidade! [riso] É, aproveitei muito! **A senhora fazia isso porque o dinheiro da lenha não dava para ...** [interrompendo] Ah, não dava! A gente ia no mato da prefeitura lá e buscava lenha de madrugada pra vender. Fazer feixinho e vender. A gente cozinhava com a casca da lenha e vendia o ... Ah, já passou, né? [...] Ah, não dava, né? Tinha que pedir. Só dava pra um e não dava pra dois, né? Aí, pedia pra ajudar. Ah, mas a vida é essa, né?! [silêncio]. Coitadinho! [emocionada e bastante pensativa] (Doralice, 89 anos)

Mas, as conversas em torno das trajetórias destes homens e mulheres aqui entrevistados também nos contam suas vitórias e conquistas sobre a marginalidade e a miséria em suas lutas diárias pela sobrevivência. Pois, mesmo que a maioria viva em condições sociais desfavoráveis a uma boa qualidade de vida, quando comparadas à situação que viveu no passado, estas os colocam em patamares melhores do que os que se encontravam suas famílias de origem.

A partir destas considerações é possível afirmar que essa "socialização para o trabalho" a qual se submeteram várias gerações de trabalhadores brasileiros, foi responsável pela forma como estes organizaram suas vidas familiares, bem como pela projeção que fizeram de sua aposentadoria e de sua velhice.

Trabalhava em dois empregos. [...] Pra eu ter uma boa aposentadoria, eu precisava trabalhar bastante pra angariar uma aposentadoria melhor. **Pra garantir o senhor trabalhou...** É. (Ernesto Kuhlman, 84 anos)



[...] Eu não fazia questão de hora não. Eu fazia questão de que quando eu aposentasse eu recebesse aquilo o que eu tinha pra receber. [...] Desde que vim pra cá, trabalhei bem, não fiz questão de hora, eu pensava no meu futuro, [...]. (João Ricardo, 84 anos)

[...] não posso reclamar não, né? A vida dura, mas... trabalhando... Uma vida dura, mas trabalhando. Trabalhando, nunca faltou serviço... que tendo serviço tem tudo, né? **Tendo serviço tem tudo, seu Emiliano?** É porque a pessoa tendo serviço tem o dinheiro, e aí o que dizer, ela pode ter as coisas. Mas se ficar à toa... não tem dinheiro, não tem nada. [...] Agora, pode, tem que aproveitar o que ganhou... tem o direito.... **Aproveitar do direito, seu Emiliano?** É, vamos aproveitar enquanto está vivo, né? (Emiliano, 65 anos)

As expectativas em torno do trabalho podem ser também ilustradas pelos trechos seguintes, nos quais estes homens e mulheres trabalhadoras expressam suas indignações e revoltas quanto ao fato de terem trabalhado uma vida inteira, pautando-se no “ideal do bom trabalhador” e, ainda assim, não terem “conseguido” acumular ao longo de suas trajetórias mudanças significativas de qualidade de vida, caracterizadas por estes em conquistas de bens materiais e melhores condições financeiras:

**E o que o senhor ainda tinha vontade de ter que o senhor ainda não tem, de fazer que ainda não fez, ou de conseguir que o senhor ainda não conseguiu?** [silêncio] Pelejei muito pra, tinha vontade... de possuir era uma casa pra mim morar! Não foi “farta” de trabalho, mas o trabalho, que era meu trabalho, porque eu trabalhava pros braço, passa fome! [silêncio] **Com o que, ou qual não passa fome, senhor João?** O estudo hoje, e fazer a esperteza que o povo faz hoje! Esses, principalmente os políticos. [silêncio] **Trabalhar com braço e com honestidade...** Ah!! Passa fome! Esse é todo, a maior parte do trabalhador brasileiro, a família toda passa fome. [silêncio]. (João Cordeiro, 91 anos)

[...] É essa [refere-se à irmã mais velha] que é melhor de vida hoje. Eu acho que eu trabalhei muito, e não fui pra frente! Ela que não trabalhou nada, foi!” [muitos risos]. Não sei por que, acho que quem trabalha muito não vai não! [risos] Ela teve mais sorte, tadinha! (Maria Cleusa, 65 anos)

As falas acima também estão intimamente relacionadas à concepção do trabalho como algo natural – “porque a natureza da gente desde o começo tá lidando, [...]” (João Cordeiro, 91 anos) – e ao fato das “conquistas” e “fracassos” ligadas às expectativas em relação ao trabalho serem atribuídas a projetos individuais e, portanto de responsabilidade exclusiva do próprio trabalhador<sup>119</sup>.

Mas mesmo que estas expectativas não tenham sido alcançadas, esta geração preserva a crença no trabalho como garantidor de uma vida digna na velhice, e assim considera ser este um valor a ser transmitido às gerações descendente. O senhor João Ricardo em um dos trechos do seu relato apresenta o estudo e o trabalho (salário: produto da venda da sua força de trabalho) como garantidores de uma velhice melhor, não se distanciando da idéia de responsabilidade individual sobre esta conquista:

[...] o caso é o seguinte, se ‘estar’ novo estudar, procurar uma profissão, para ter no futuro um salário digno. [...] E as pessoas que estão me antecedendo, passam ano, tá jovem, que ele estude, procure uma profissão boa que dê a ele um tanto pra sua velhice [...]. (João Ricardo, 84 anos)

Apenas para ressaltarmos ainda mais o valor do trabalho na trajetória de vida destes homens e mulheres entrevistados, vale dizer que alguns destes ao serem solicitados a fazerem uma avaliação sobre suas trajetórias de vida, avaliaram-na tomando como parâmetro as relações estabelecidas com e no trabalho (em alguns relatos há uma sobreposição do valor atribuído à família e ao trabalho nestas avaliações). Esta relação é instituída principalmente pelos homens, pois como já dissemos anteriormente, constroem suas vidas mais voltadas para o ambiente fora do domínio privado, familiar.

**E o senhor gostava do trabalho, seu Ernesto?** Adorava. Os tempos mais felizes da minha vida foi quando eu trabalhava. Quando trabalhava... (Ernesto Kuhlman, 84 anos)

**O senhor é feliz senhor João?** Sou feliz Graças a Deus! **E sempre foi feliz?** Graças a Deus fui porque no meu trabalho tive muita sorte, correu muito bem, com quem eu vou, com quem eu lidava. (João Cordeiro, 91 anos)

**O senhor é feliz?** Eu sou feliz. Muito feliz mesmo! Tudo, a minha vida de trabalho, toda correu dentro do planejado,

além do planejado me aconteceu tudo de bom... eu... as coisas aconteceram na hora certa, né? (Ernani, 77 anos)

Aliás, é em relação ao trabalho que estes homens e mulheres velhos mais se diferenciam (LINS DE BARROS, 1998), ou melhor, na percepção que têm em relação ao trabalho enquanto constructo da sua identidade. Se para os homens o trabalho é o aspecto crucial em torno do qual constroem suas narrativas, chegando mesmo, como o senhor Ernani, a contarem suas trajetórias de vida toda a partir do trabalho (infância, namoro, casamento, nascimento dos filhos, propriedades, etc). Para as mulheres não são as experiências no mundo do trabalho que estruturam as suas narrativas, ainda que tenham grande relevância sobre a forma como estas viveram cada uma das etapas de sua vida e as emoções a elas relacionadas, as mulheres se fixam mais na realidade familiar.

A importância dada à área profissional pelos homens pode ser exemplificada pelo trecho do depoimento do senhor Emiliano no qual atribui “status de família” aos colegas de profissão, aqui justificado pelo fato de que ele passava mais tempo junto destes colegas do que com os seus parentes:

**Como que era, a turma, o senhor ainda tem amigos da época do trabalho?** Tenho... ah, isso tenho. [...] Mas isso daí era bom, era uma família, né? Ficava a semana inteira, dormia às vezes em barraco mesmo na obra, aquela turma toda ali junta...vai falar mesmo agente vivia mais com os colegas de serviço do que mais do que em casa. Porque ficava a semana inteira com eles lá tudo junto. Só ia em casa final de semana! Isso às vezes passava quinze dias sem vir em casa! (Emiliano, 65 anos)

Cabe-nos resgatar uma marca peculiar do grupo entrevistado no qual as mulheres, na sua quase totalidade, com exceção da senhora Aracy (nunca trabalhou) e da senhora Rosilda (que trabalhou durante pouco tempo), trabalharam fora. Estas mulheres, embora exercendo atividades tipicamente femininas, tais como, babá e doméstica (algumas delas exerceram atividades nas fábricas têxteis da cidade, experiências que as trouxeram para ambientes menos domésticos e familiares), também marcam suas vidas pela cadência e pelo ritmo do trabalho fora do ambiente domiciliar. Trabalho árduo exercido para garantir sua sobrevivência e a de sua família (tanto a de origem, quanto a que constituíram), portanto, não diferente da motivação masculina.

Aí eu comecei a lavar minhas roupas [trabalhar como lavadeira], buscá lenha no mato e vender pros outros. Isso eu fazia. A gente saía daqui meia noite, daqui de dentro de casa. As donas [companheiras de trabalho] gritava assim: “- Ô fulana, tá na hora!” De madrugada. Aí já tava com as trouxinhas arrumadas, botava de baixo do braço, saía comendo o que dé pela rua , por aí a fora. Era muito cedo. Depois trazia um feixe de lenha. Vendia pra um, vendia pra outro. Isso foi criando os ‘fio’. Fui criando os fio. Tudo com as minha catação de lenha! Catava lenha, lavava [roupa]. (Doralice, 89 anos)

O dinheiro dele ia tudo pra essas coisas! Não tinha dinheiro pra dar dentro de casa, só pra droga. Aí ficava devendo o aluguel, em três meses os outros punham a gente pra fora. Eu com a menininha, minha menina pequena ainda. I h, era uma coisa! [...] tive que largá a menina com a avó dela pra poder trabalhar. Então, aí desde os oito anos que eu sei o que é trabalhar porque eu olhava criança desde de oito aninhos. (Maria Cleusa, 65 anos)

Ai já tava com 14 (quatorze) anos, comecei a arrumar serviço em fábrica. Então eu trabalhei em tudo quanto foi fábrica industrial. Eu sei mexer com tudo é máquina industrial! Trabalhei na “Máster” [fábrica de malhas], “Tipografia Confiança”, trabalhei na “Iquinete Têxtil”. Fomos trabalhando, minha filha! (Maria da Glória, 65 anos)

O que os difere, neste caso específico, além da forma de conceberem o trabalho enquanto constructo de suas identidades (e, portanto a importância que tomam em seus relatos o trabalho e a família), como já foi dito anteriormente, é o fato de que, ainda que ambos tenham saído para trabalhar no “mundo público”, as mulheres, por não se desvincularem dos cuidados com a casa e com os filhos e por, na maioria das vezes, reconhecerem estas como atividades tipicamente femininas, não perdem seus vínculos privados após a aposentadoria ou desvinculação informal do mercado de trabalho, ao contrário dos homens para quem “seu mundo” é o que se constitui fora do ambiente doméstico.

Além da diferenciação quanto à forma de se desvincularem do “trabalho” e vivenciarem o período do “não trabalho”, há uma diferenciação dentro do próprio

“mercado de trabalho”. As mulheres entrevistadas exerceram atividades precárias, nas quais não tinham acesso a direitos e salários justos, condição comum na nossa sociedade, o que pode ser comprovado pela condição trabalhista em que se encontram hoje: a maioria pensionista ou auxiliada por benefícios assistenciais (Benefício de Prestação Continuada/ LOAS). Dona Doralice e o senhor João Cordeiro, por exemplo, mesmo sendo contemporâneos (vivenciaram sua juventude e idade adulta em uma mesma época), viveram a experiência do trabalho, entre outras, de forma tão diferenciada. Ele mais politizado, com uma maior noção de direito (Getulismo), ainda que com acesso restrito a estes; ela super explorada, exercendo trabalhos precários e informais, portanto, sem acesso a direitos trabalhistas<sup>120</sup>; fatos que têm grande relevância na forma como eles vivem e dão significados às “suas velhices”.

**A senhora trabalhou com Carteira assinada?** Não. Nunca assinou Carteira [CTPS]. [...] Trabaei 46 (quarenta e seis) anos...nunca assinaram a minha carteira. Quando ela [patroa] achou que ela tinha que assinar, ela adoeceu e morreu, não assinou. Tanto é que eu não tenho “Carteira” assinada não. Só ...eu tenho só essa carteira aí (“Carteira de Trabalho”) porque eu trabalhava...assim mesmo só lavando roupa só. (Doralice, 89 anos)

**O senhor trabalhava pra empresa, senhor João?** Eu, sempre pra empresa. **Nunca trabalhou por conta do senhor não?** Não. [pausa] **Então sempre com a Carteira Assinada?** É, não, naquele tempo, deve ser do tempo do seu pai, né? Do Getúlio Vargas. Já tinha a Lei dele [Getúlio] já, mas o patrão não respeitava a Lei dele. E havia muito pouco serviço naquela época. Quando a gente, se fosse pedir eles [patrões] pra assinar a Carteira [CTPS] [...] Ou pedir um aumento, eis falavam: “Ó, tem quem trabáia por menos!” Aí a gente tinha que aguentá trabalhar, porque senão se achasse ruim e saísse, não tinha outro serviço pra trabalhar. Havia muito pouco serviço! Naquelas épocas lá. [pausa] Aí fiquei prejudicado em assinar a Carteira. (João Cordeiro, 91 anos)

E estas condições precárias de trabalho percebidas entre as mulheres não podem ser atribuídas, como em outras pesquisas (BERQUÓ, 1999), à baixa escolaridade destas, visto ser este um fato comum entre os entrevistados de ambos os sexos. Tanto os homens, quanto as mulheres, com exceção dos senhores Ernani (3° grau), Cleusa e Aracy (2° grau), não conseguiram atingir “alto grau” de estudos e a maioria teve seus estudos interrompidos na infância.

Retomando as discussões em torno da aposentadoria, ou seja, do período do “não-trabalho”, além das diferenças na forma de concebê-la entre os homens e as mulheres, que nos levam a afirmar que as mulheres se adaptam melhor a este período na medida em que sempre estiveram vinculadas ao ambiente doméstico e familiar; no interior do universo masculino se faz presente outra diferenciação vinculada à geração. Como observa Debert (1999), para os homens mais jovens a situação do não-trabalho é uma situação favorável, pois lhe propicia a oportunidade de poder ficar sem fazer nada, curtir a vida, etc.; já para os mais velhos, esta é uma situação quase que de “tortura”, de “morte social”. Entre os homens com quem dialogamos nesta pesquisa os depoimentos do senhor Emiliano e do senhor João Cordeiro são bastante significativos a este respeito:

**O que o senhor gosta de fazer, senhor João?** (pausa) O que eu gosto de fazer é (pausa), se eu pudesse fazer era trabalhar na minha profissão, motorista. **O senhor tinha vontade de voltar a trabalhar?** É. Eu ainda tenho, eu tenho disposição pra trabalhar assim, motorista. Só que tem que eu acho que hoje não adianta mais nada esforçar mais? Né? (João Cordeiro, 91 anos)

[...] A vida era dura! Hoje, graças a deus, é bom. Tá bem melhor, né? **Hoje tá melhor, seu...** Eu acho que é porque agora já não preocupo com mais nada... [risos] só eu e a mulher mesmo. [...] nunca faltou serviço pra mim. Nunca fui dizer que eu fiquei desempregado, um dia, por exemplo, que eu ficasse à toa por falta de serviço, nunca aconteceu. [...] Então, quer dizer, nunca me faltou nada, graças a Deus. Aí eu não posso reclamar... dizer que tá, a minha vida foi ruim, não, que eu tenho como aproveitar bem a minha vida até hoje. Posso reclamar não. **Está aproveitando ainda.** É, estou aproveitando aí, aproveitando o restinho aí agora até... entendeu? Não está ruim não, está boa. (Emiliano, 65 anos)

Relacionada à idéia de “morte social” (SALGADO,1992) representada pela aposentadoria principalmente para os mais velhos, está a concepção da velhice com fim da vida, última etapa da vida. A relação que alguns deles estabelecem com o dinheiro é bastante reveladora quanto a isto. A velhice é a etapa onde já não se faz mais planos, não se tem sonhos, pois não há tempo de realizá-los, portanto, não há necessidade de poupanças o que levam muitos deles a afirmarem que, a despeito do que tenham feito até então, gastam todo o dinheiro que recebem; o senhor Emiliano, inclusive, revela que

é reprimido pela mulher por agir assim. Outra justificativa utilizada por aqueles que não têm filhos para não poupar, é o fato de não terem para quem deixar esta poupança, o que revela a legitimidade da aquisição de bens materiais/ propriedades através do trabalho também como garantia de uma vida melhor para seus descendentes, ou seja, a relação entre trabalho e herança:

**Com o que o senhor gasta o dinheiro do senhor, seu Emiliano?** Ah, pra te dizer a verdade nem sei. Só sei que o dinheiro vai tudo embora. **Vai tudo embora?** A mulher fica brava comigo que eu gasto dinheiro demais. **O que o senhor gasta?** Sei lá, na rua, aí. Essas máquinas aí, você joga, você perde, ganha. [...] Ah, enquanto eu estiver andando não guardo dinheiro não, uai. Eu vou guardar dinheiro pra que? Eu vou morrer e não vou levar dinheiro! Só eu e a mulher. Vai deixar herança pra quem? **Então o senhor gasta tudo.** Gasto tudo [risos]. Não sobra nada! (Emiliano, 65 anos)

[...]Vendi um apartamento, tô usando, usando, usando o dinheiro. A hora que acabar eu vendo mais um, uai! Eu não fiz pra deixar pra ninguém! O que eu tinha que deixar, já deixei. Quando meu marido morreu né? Eles já levaram a parte deles. Agora não, quero viver meu momento. (Aracy, 80 anos)

Ah, tô no fim da vida, tô no fim da vida! Deixa pra lá! [Risos]. [...] O dinheiro é sujo. O dinheiro a gente tem que saber usar. Tem que saber usar pra servir. Eu sabia usar muito bem, eu era sozinho, né? Os 'filho tá' tudo criado. O que eu pude deixar pra ela [esposa], é só pra ela. (João Ricardo, 84 anos)

Para darmos continuidade a busca do nosso objetivo neste subitem, cabe-nos retomar o pressuposto que vimos desenvolvendo ao longo deste estudo, de que a velhice é uma construção social, portanto, marcada e definida pelas construções simbólicas e condições materiais da sociedade em que se insere. A partir desta consideração, podemos compreender o significado negativo que muitos destes idosos atribuem à velhice que está intimamente relacionado ao valor do trabalho nesta sociedade<sup>121</sup>. Numa sociedade em que o valor do ser humano é dado por sua força de trabalho e pela sua inserção no mercado de trabalho, os velhos são percebidos como indivíduos sem valor, já que não participam mais do processo produtivo. O longo processo de educação

para o trabalho, somado à ideologia e à apologia da produtividade, internalizado e reproduzido pelos homens leva-os a considerar a aposentadoria como a deterioração da pessoa humana.

Os relatos transcritos anteriormente que associam a concepção do que seja felicidade, ou ser feliz, ao processo de trabalho são ilustrativos a este respeito. Além destes, vale ressaltar o trecho do senhor João Cordeiro que em uma tentativa de se desvincular da desvalorização trazida pelo não trabalho, afirma que ainda tem força para o trabalho exercido durante longos anos como motorista e ao mesmo tempo, vincula-se aos estereótipos da desesperança e ausência de entusiasmo, associados à velhice:

**O que o senhor gosta de fazer, senhor João?** (pausa) O que eu gosto de fazer é (pausa), se eu pudesse fazer era trabalhar na minha profissão, motorista. **O senhor tinha vontade de voltar a trabalhar?** É. Eu ainda tenho, eu tenho disposição pra trabalhar assim, motorista. Só que tem que eu acho que hoje não adianta mais nada esforçar mais? Né? **O senhor acha que está no fim da vida senhor João?** A tô! (enfático) Tô no fim da vida, quem tá com 90 anos não tem mais vida (risos)! (João Cordeiro, 91 anos)

Assim, a esta desvalorização do homem que envelhece marcada pela saída do mercado de trabalho, alia-se uma série de categorias desabonadoras e mesmo estigmatizantes, tais como: inutilidade, inatividade, dependência material, física e emocional, abandono, miséria e morte. Intimamente relacionado a esta concepção negativa sobre a velhice está a percepção da juventude como sinônimo de força, competência, e produtividade que fundamenta na contemporaneidade o “fenômeno cultural da juvenização” (SALGADO, 1992). Assim, a juventude também é concebida como um valor que, ao contrário da velhice, está relacionado aos aspectos positivos representados pelo sentimento de utilidade, de realização, de saúde, felicidade e bom relacionamento sócio-afetivo.

**A senhora acha que ... o que é ser jovem, dona Cleusa?** Ser jovem é assim, cê tem atividade, cê não parar um minuto, cê num se entregar. Ah, eu acho! [...] **E o que é ser velho?** Ah, ser velho pra mim é se entregar! Não, num querer fazer nada (fazendo uma voz meio ranzinza). Eu acho, ih, isso pra mim é velhice! (Maria Cleusa, 65 anos)



**O que a senhora acha que é ser velho?** Ah... é a pessoa que larga tudo pra lá, só fica queixando, só fica clamando, só fica reclamando... Vamo ali? Não vamo. Eu não participo de coisas que tem aqui porque eu não quero. (Rosilda, 66 anos)

**'Seu' João o que é ser velho?** Velho? **É. O que é ser velho?** Eu não sou velho, sou idoso. Primeiro, sou idoso. Tenho idade avançada. Então não sou velho. Velho é aquele que perdeu o ideal. Eu não perdi meu ideal. Eu tenho um ideal formado. [...] Mas velho é aquele que perdeu o ideal, minha filha! Aquele que é jogado fora, aquele que... (João Ricardo, 84 anos)

A velhice não é percebida por estes velhos como uma construção sócio-histórico-cultural e espacial, portanto coletiva, mas como uma condição individual. Assim, é tomada como um “estado de espírito” (LINS DE BARROS, 1987), fazendo recair sobre os idosos a responsabilidade pelo seu próprio envelhecimento, ou melhor, pela busca de um envelhecimento *sem velhice*. As palavras do senhor João Ricardo sobre a velhice como resultado de um descuido e das senhoras Rosilda e Aracy sobre o “saber envelhecer” são bastante esclarecedoras a este respeito:

É obrigação do ser humano cuidar das suas 'coisa'. Obrigação, né? Ter cuidar da vida! Eu me cuido muito, minha filha, se não é assim num vi e virei véio! (João Ricardo, 84 anos).

[...] Alguns sabe envelhecer ... deve ser ótimo, né! Porque sabe envelhecer [...] Ah, saber envelhecer é igual eu tô falando... eu acho que é igual eu tô falando. Não encostar... não parar. Têm uns que gostam de fazer ginástica, têm uns que... eu gosto de fazer caminhada! [...] Cada um é uma coisa. Não aceita, não encosta, não entrega. Porque senão pára tudo, aí acabou! Aí é grave mesmo! [...] Ah, eu não sou assim não, hum...hum!! (Rosilda, 66 anos)

[...] Olha envelhecer é uma coisa natural da vida, entendeu? Então se a pessoa não souber na cabeça dela, saber envelhecer ela fica muito triste. 'Num' é? Porque tem gente que, que, 'num' sei, fica revoltada com a velhice, eu não! [...] Então eu acho que envelhecer a pessoa tem que entender que é a vida, é o curso da vida, né? (Aracy, 80 anos)

Nota-se que a velhice passa a ser encarada como uma questão de auto-convencimento, o que leva os próprios idosos a negarem sua velhice e a descreverem-na como algo externo a eles e que pode e deve ser evitado

[...] muitos indivíduos negam sua própria velhice. E quando definem a velhice, o fazem em tese, e não como se estivessem falando de si. Nestes casos a negação é a estratégia de resistência utilizada.(...)valorizam o auto-cuidado e investem prioritariamente nas formas de lazer e trabalho na velhice, e, com isto, mantêm uma elevada auto-estima. (CALDAS, 1997, p.135)

A velhice em nossa sociedade está muito mais relacionada a estereótipos, tais como, doença, fragilidade, feiúra, inabilidades, solidão, etc. do que à idade cronológica (LINS DE BARROS, 1998, p.139), mesmo sendo este um marco muito importante, como destaca Debert (1994) na definição de status, de papéis sócio-ocupacionais e de formulação de demandas sociais nas sociedades modernas contemporâneas. Assim, é comum entre os velhos o uso de expressões relacionadas a sentimento e emoções para caracterizar o não envelhecimento, tanto por homens, quanto por mulheres:

**É, o que é que é ser velho?** [risos] Ah, isso eu não sei te explicar, né? Eu não sei não, porque, a gente não sente que... você está sentindo que está velho, a gente não sente! Eu não me sinto. [...] Eu sei que eu tô velho por causa da idade, né? Mas eu me sentir velho, não sinto não. **Mas o que então seria ser velho?** [risos] Ah, isso eu não sei. [...] Ah, porque igual o meu irmão que já é velho, trabalha pra caramba. [...] tem um outro que também trabalha... eu não sei... qual que tão velho, que não... que é da minha idade, eu não acho não... Não dá pra explicar não. (Emiliano, 65 anos)

[...] Não sinto não. Sinto que eu tenho 80 anos não! Sinto absolutamente nada! (Aracy, 80 anos)

[...] Ah, sabe? Não é, não é pretensão, mas eu não me sinto assim com 65 (sessenta e cinco) anos, assim velha, já tá ficando assim ... como se diz, encostada. Eu não me sinto, não! **E como que a senhora sente?**Ah, não sei assim, explicar, mas ... sabe, eu me sinto como se tivesse menos (idade). [...] Ah, eu não sei assim, explicar [risos], mas ... velha eu não me sinto não!!!! [ênfase] **Velha não?** Não, igual eu vejo muitos, não! (Rosilda, 66 anos)

[...] Eu, eu não me sinto que eu tô na Terceira Idade. Eu ainda tô ainda jovem ainda, eu ainda vou trabalhar muito!  
[risos] (Maria Cleusa, 65 anos)

**O que é ser velha, dona Glória?** Eu acho que velha, nunca vai existir. Mas eu só vou me sentir velha, quando eu tiver dentro do caixão [morta], porque aí eu já não sirvo pra mais nada! [riso] (Maria da Glória, 65 anos)

Relacionado ao fato da velhice ser considerada um “estado de espírito”, vale ressaltar que este sentimento não se faz presente em todos os aspectos da vida destes homens e mulheres, ou melhor, em alguns momentos, ou para algumas atividades estes se “sentem” velhos, já em outros, este ‘sentimento’ não é percebido. Vejamos o trecho do relato do senhor Emiliano:

**Ah, então o senhor tem um carro também.** Tenho, um Gol GTS. Bom “pra caramba”! Aí eu tenho 06 (seis) anos que eu estou com ele. Parei de trocar, falei, porque eu queria, meu sonho era ter um gol... Aí, apanhei ele, agora ta ótimo. **Agora tá bom.** Agora tô com idéia de vender, né? Parar... a minha carteira vai vencer, tô com vontade de renovar mais carteira não. **Não. Por que ‘seu’ Emiliano?** Não, estou velho já. **Quantos anos o senhor tá?** Sessenta e cinco **Sessenta e cinco anos. E o senhor já está achando que o senhor está velho?** Ah, pra gente, pra dirigir, tá. Tá muito velho, a vista já não está muito boa, né?... Então tem que parar. Eu vendo o carro e... andar de ônibus. **(Emiliano, 65 anos)**

Como os entrevistados não se percebem como “velhos”, é comum vê-los atribuírem a velhice, enquanto valor negativo, ao “outro” , despertando por estes “velhos” sentimentos de pena, compaixão e caridade. Estes homens e mulheres também se utilizam dos sentimentos relacionados à liberdade e felicidade para se distanciarem da velhice, na medida em que estas sensações são divergentes dos estereótipos de dependência e tristeza associados à velhice.

Não pára não! Se parar minha filha, parece que quando a gente diz assim “- ah, não vou fazer nada, não, porque não tem nada para eu fazer! Ah, vou dormir! [voz mole e fraca]” Aquilo parece que o sangue, sei lá, vai atrofiando tudo. Presta atenção como tem muitas velhinhas que andam assim

[curvada] arrastando, tadinha! Eu sei que tem problemas, mas se procurar uma atividade parece que aquilo some. Some mesmo, uma coisa impressionante! (Cleusa, 65 anos)

[...] 'Cê' vê uma pessoa de 80 anos. Oitenta anos, tá velha, ficar sentada numa cadeira na varanda fazendo cara de bocó né? **[risos]** Ah eu não! Eu ajudo todo mundo, graça que eu posso. Graças a Deus! Tenho tido sim, tenho sido muito feliz mesmo, não posso reclamar. (Aracy, 80 anos)

Porque, igual uma colega minha lá, de quarto, ela já é velinha...então, ela fala assim: "- eu não tenho ninguém! eu não tenho ninguém! Não tenho pai, não tenho filho [risos]! Só tenho Deus! [risos eufóricos]" **Quantos anos ela tem?** Ah...diz a dona Sebastiana [outra colega com quem divide o seu quarto] que ela tem mais de 80 (oitenta) anos. [pausa] **Mais de 80? E ela também tá sozinha?** Ela é sozinha! (Rosilda, 66 anos)

A gente também tem que ... eu me defendo agora! Eu sei me defender. E se eu ver outra pessoa maltratando outra pessoa mais idosa do que eu ... cê precisa ver, que eu entro, chego! (Maria da Glória, 65 anos)

Outro elemento comum aos entrevistados é a relação que fazem entre saúde e velhice. Em suas falas, a saúde aparece ora para se aproximarem e se identificarem como velhos, ora para se afastarem desta "condição", e, especialmente, como um valor importante na leitura que fazem sobre o processo de envelhecimento e velhice:

[...]Eu, por exemplo, não como doce, é tudo com adoçante. Isso aí eu já não acho bom, né?! [risos] É que eu já tô velha, é velhice! Mas quem tem saúde, é a melhor coisa que tem! Não tem nada melhor, porque da saúde cê faz o que ocê quiser! Cê pode ter um sonho, mas se ocê não tem saúde, cê não consegue. (Rosilda, 66 anos)

A única questão agora é a vista. A vista é. Mas ainda quebra bem o galho. [...] Eu já fiz agora catarata, já fiz "*laser*", já deram uma injeção dentro do meu olho. Tem feito tudo. [...] Degeneração da "**macra**" é da idade sabe? **Desgaste...** É desgaste da idade! Então tem que conformar né? (Aracy, 80 anos)

[...] É, modestamente a única coisa que eu podia estar é com saúde, poder andar. Eu perdi minha saúde, minha filha! [...] Eu era saudável, assim, com 06 (seis) anos eu panhava arroz, com os pé sujo de lama, plantando arroz no brejo. Com 06 (seis) anos de idade! [...] [...] **Plantar arroz, esse trabalho na roça ajudou o senhor a ter saúde também, igual o senhor tem?** Em um ponto ajuda né? Porque a gente tomava sol e chuva. A roupa secava no corpo, né? Chegava em casa tomava banho, tomava um banho, jantava e dormia. A gente tinha saúde. (João Ricardo, 84 anos)

[...] É hoje em 'todos caso' eu vivo... Graças a Deus eu sou muito feliz por causa de ter saúde, né? Saúde é a coisa melhor que tem! Dinheiro é muito bom, mas... [silêncio] a saúde é melhor ainda! [...] Eu acho hoje pra mim tá, tenho muita sorte porque, por causa de ter saúde. Vivo bem por causa disso! [silêncio] (João Cordeiro, 91 anos)

A ausência da saúde como podemos perceber nestas construções, não é interligada por estes velhos à marginalização, exploração, desgaste físico e emocional relacionados à sua condição de classe trabalhadora na sociedade capitalista<sup>122</sup> (para alguns, como vimos, até pelo ao contrário) e aqui novamente a velhice é tomada como uma “opção individual”. Portanto, o ser saudável ou o estar doente, está relacionado a fatores externos associados a hábitos e costumes individuais. Entretanto, como destaca Peixoto (1997), “a influência das condições de vida a que o indivíduo foi submetido durante toda a vida determina uma perda da qualidade de vida que progressivamente, vai desgastando o organismo e levando a um envelhecimento precoce” (p. 134).

Ainda a respeito da concepção da velhice como um “estado de espírito”, uma questão de auto-convencimento, é interessante ressaltar a concepção menos fragmentada sobre velhice presente no relato da senhora Doralice, nele não se nota tão intensamente esta “inclusão” e “exclusão” à velhice. Podemos afirmar que este fato está intimamente relacionado à sua condição de classe, e, especialmente, à sua idéia da vida como um ciclo contínuo e progressivo onde se nasce, cresce e morre, portanto, a uma visão naturalista da vida. Dona Doralice, como membro da classe mais pobre, não é alvo da maioria das políticas para a velhice, não tem acesso, ou tem restrito acesso às concepções sobre esta etapa da vida veiculadas na mídia, pautada no ideal de “velhice bem sucedida” relacionada à Terceira Idade. Esta percepção diferenciada pode ser percebida até mesmo na definição que tece sobre o que é preciso para se viver bem a

velhice, ela diz que é preciso manter a rede de solidariedade e não estar em atividade como a maioria dos outros entrevistados. Embora se utilize do fato de ser lavadeira para se diferenciar das “vovós” para quem presta serviço (termo utilizado por ela), estar em atividade para ela é uma questão de sobrevivência e não de se manter jovem como prescreve a gerontologia<sup>123</sup> na sociedade contemporânea.

Destacamos que um dos eixos fundamentais, em torno do qual se estruturam as novas representações sobre a velhice, na sociedade contemporânea, refere-se ao enaltecimento da atividade como forma do indivíduo manter-se útil socialmente e distanciar-se das idéias de inatividade e inutilidade associadas à velhice. Observa-se que o relato da atividade como um meio para se alcançar uma *velhice bem sucedida* está presente nas construções narrativas de quase todos os entrevistados. Estas atividades podem ser entendidas, tanto como aquelas vinculadas ao mercado de trabalho, quanto àquelas ligadas ao lazer e à cultura:

[...] É só não parar, não pode é parar! Porque se parar, minha filha, aí acaba tudo! Eu acho que só não pode parar, mas de jeito nenhum! [...] Mas não pode parar, tanto o homem, tanto a mulher, não pode parar! Eu acho que se parar, minha filha, parece que atrofia mesmo! (Maria Cleusa, 65 anos)

[...] Eu ficar dentro de casa, ninguém acha eu dentro de casa. Dentro de casa eu não fico. Eu saio de lá de manhã, venho pra cá, fico na rua aqui, jogando sinuca, depois vou pra rua aí, depois vou pra casa, almoço, fico lá um pouquinho lá, vejo jornal, vídeo show ali, aí saio vou pra rua de novo, chego já de... sete horas... às vezes tem dia mais... oito... outros dias antes... então tem que levar a vida assim. Ó, divertindo. (Emiliano, 65 anos)

[...] Então, agora falei assim, não tenho nada que fazer, então vou preencher o meu tempo com [...] "ah vamos a um passeio em tal lugar..." "vamos, vamos" "como é que vai?" [...] Vai passeando, e vai vivendo. Eu gosto muito de passear. Se diz que é passear, vamos... (Ernani, 77 anos)

Entretanto, sabe-se, como já ressaltamos no capítulo anterior, que a exaltação da cultura, do lazer, da atividade produtiva, como forma de manutenção da autonomia e da dignidade no ‘final da vida’ é uma contradição, pois a sociedade capitalista submete os indivíduos a uma degradação em todas as etapas da vida, como destaca Bosi (1994)

A degradação senil começa prematuramente com a degradação da pessoa que trabalha. Esta sociedade pragmática não desvaloriza somente o operário, mas todo trabalhador: o médico, o professor, o esportista, o ator, o jornalista. (p. 80)

Sendo assim, reafirmamos que a “receita do envelhecimento bem sucedido” é preparada com o que foi negado a estes homens e a estas mulheres durante uma vida inteira

[...] o corpo desgastado pelo trabalho massacrante precisa ser recuperado; o humor incentivado; o lazer impossível transforma-se na mola mestra do combate à solidão. (HADDAD, 1986, p.118)

As considerações anteriores trazem elementos fundamentais para a compreensão e aproximação das experiências dos velhos trabalhadores trazidas em suas narrativas. Mesmo que mínimas e superficiais, visto que a realidade é muito mais complexa do que podemos apreender nas análises, elas nos revelam a forma concreta e os significados atribuídos por estes homens e mulheres à sua inserção no mundo do trabalho e as relações estabelecidas neste, como elementos importante na construção e percepção sobre seus processos de envelhecimento e velhice.

Concluindo, ressaltamos que as análises aqui apresentadas apontam para a realidade de uma geração que, a partir do processo de rememoração, nos conta sobre a experiência feminina e masculina tecida através da “[...] conjunção do valor atribuído à família e ao trabalho” (LINS DE BARROS, 1997, p.147). Ao rememorem as relações complexas e contraditórias estabelecidas no interior do âmbito familiar e do trabalho estes velhos trouxeram à tona denúncias de **violência** sofridas e ou vivenciadas por eles ao longo de suas trajetórias, que são, também, parte da construção de suas identidades como velhos. São sobre estas rememorações que iremos nos debruçar brevemente no próximo subitem.

### **3.3 - Violência: o desatar dos fios.**

A construção deste subitem se justifica pelo fato de que os velhos entrevistados trouxeram em seus relatos histórias de violência que permearam suas relações familiares e as estabelecidas no trabalho e que, sem dúvida, influenciam a maneira como estes vivenciam “suas velhices”. A ênfase dada a esta categoria tem por objetivo ressaltar a

intrínseca relação que estabelece com as mais gerais analisadas anteriormente – família e trabalho –, através do reconhecimento de que esta, assim como as demais, está fortemente delineada pelo processo de produção e reprodução da sociedade capitalista na qual estes velhos estão inseridos e, portanto, construíram suas trajetórias e vivenciam esta etapa da vida.

Apresentar um conceito de violência requer muita cautela, visto que esta é dinâmica e mutável, portanto heterogênea e de difícil delimitação. Partimos do pressuposto de que a violência é uma construção social que se realiza em meio a um conjunto de relações e interações entre os sujeitos (ABRAMOVAY, 2005). Assim, falar em violência remete-nos necessariamente a uma análise de contextos, relações, estruturas e modos de organização da sociedade.

Não pretendemos aqui realizarmos um debate aprofundado sobre violência, mas apenas, a partir das memórias dos velhos e velhas entrevistados, buscar entender a importâncias destas vivências de violência em suas trajetórias, inserções e leituras do tempo presente. A escolha desta postura se dá pelo reconhecimento da complexidade do tema que alcança uma visibilidade nos debates epistemológicos realizados na contemporaneidade que produzem conceituações diversas e, em alguns casos, divergentes.

Valemo-nos das argumentações de Fraga (2000) para reconhecermos os limites das construções, análises e interpretações realizadas neste subitem:

A complexidade do tema da violência nos leva a correr alguns riscos em afirmações feitas nos limites objetivos deste espaço, onde temos que nos preocuparmos, de um lado, com a clareza e, de outro, com a concisão. (p.46)

Mas, ainda que as análises aqui construídas não ultrapassem muito a superficialidade, devido à complexidade do tema, como já dissemos, não poderíamos nos refutar de realizá-las, principalmente ao considerarmos a relevância qualitativa e quantitativa da temática nos relatos dos velhos entrevistados.

As formas de violência trazidas à tona nos processos de rememoração destes sujeitos dizem respeito tanto às construídas nas e pelas relações macro e estruturais, quanto às estabelecidas entre homens e mulheres, pais e filhos, patrão e empregado, vizinhança, etc.; ambas estão intrinsecamente relacionadas e revelam as desigualdades, preconceitos, intolerâncias, complexidades e contradições da sociedade capitalista.



Algumas destas formas já foram sendo analisadas ao longo deste capítulo, aqui apenas ressaltaremos as que foram trazidas à tona de maneira muito transparente nas conversas estabelecidas com os velhos e as velhas entrevistadas.

Cabe-nos esclarecer que embora os homens entrevistados tragam em seus discursos denúncias de violências, são as mulheres que as constroem com maior intensidade. Todas as mulheres entrevistadas relatam sobre atos de violência sofridos ao longo de suas trajetórias, considerando que estes não se resumem a agressões físicas, embora seja esta uma forma de violência bastante relevante (e comum) entre elas. Basta salientarmos que 03 (três) das 05 (cinco) mulheres entrevistadas nos contam sobre episódios relacionados a este tipo de violência. Estas mulheres trazem através das suas lembranças/ rememorações, muitas vezes de forma naturalizada, denúncias de **violências físicas** sofridas não só por elas mesmas, mas também por suas mães, justificadas pelo simples fato de serem mulheres. Vale à pena retomarmos para entendermos estes depoimentos o significado atribuído ao “ser mulher” por esta geração, salientado anteriormente, que está relacionado à obediência e ao conformismo (Motta , 1999):

**E o seus pais, seu pai e sua mãe, dona Cleusa?** Ó, meu pai, ele brigava muito com a minha mãe. Uma vez ele bateu também nela. A gente era pequeninha, começamos a gritar. [...] e ela ficou, deixou a gente lá com ele, era tudo pequenininho. Tadinha! (Maria Cleusa, 65 anos)

[...] Nossa senhora, eu passei... eu apanhei muito, mas apanhei muito! Nossa senhora, Deus que me perdoe! Uma vez eu fiquei mais de mês dentro de casa com o olho roxo, [...]. Ah menina, ele me deu um supapo [ar de riso]. Ele fechou a mão me deu uma no olho aqui assim [supercílios] quebrou, meu olho ficou roxinho, roxão. (Maria Cleusa, 65 anos)

**E os namorados?** Ah, namorado era...tem que andar “muito firme” porque senão nós já sabia...comia o corrião mesmo!![bater de correia]. Apanhava! Meu pai batia na gente, batia na mãe...mãe apanhava muito, coitada! [...] Ficasse queta, senão o “coro comia” também! Batia na mãe, batia nas fias também! Ele [o pai] era mal toda a vida! Meu pai era... (Doralice, 89 anos)

[...]Já apanhei muito desses marido aí! [...] mas todos eles me batiam. [...] Todos eles, eles eram danados! Gostavam de

bater. Aí apanhei muito! Apanhei muito mesmo! **E nunca saiu de casa?** Não, nunca saí não. Sentia o coro, mas ficava quietinha ali. (Doralice, 89 anos)

[...] com 07 (sete) anos eu fui judiada, eles ... eu fazia xixi na cama e essa pessoa, esses parentes, [...] Ele [marido da prima com quem morava na época] me punha, eu andava com o colchão, amarrava o colchão nas minhas costas e me pôs na rua lá para eu parar de fazer. [...] Isso com 07 (sete) anos de idade! [...] Menina, eu me sentia assim, Cristo, sendo, sabe, chicoteada e andando! Eu me senti isso, na época. (Maria da Glória, 65 anos)

[...] Uma vez ele [marido] bateu no meu filho na rua, deu uma bambuzada aqui [mostra as pernas] assim, deu aquele vergão aqui no meu filho, nesse Gilson. E eu entrei no meio, aí eu peguei, aí ele acabou me batendo. Mas porque eu defendi, eu entrei pra defender o meu filho. (Maria da Glória, 65 anos)

Os atos de violência revelados no momento das entrevistas por estas mulheres, que como dissemos não se traduzem apenas em agressões físicas, mas também moral e psicológica, denunciam a visão machista<sup>124</sup> (SAFIOTTI, 1997) em torno da qual a sociedade é organizada que atribui à mulher um lugar de submissão em relação ao homem, reproduzindo conceitos, ou melhor, preconceitos sobre a condição feminina. As agressões incluem abuso de poder, abusos físicos, sexuais e psicológicos, negligência e abandono. O trecho do relato da senhora Maria da Glória que transcrevemos a seguir é muito significativo a este respeito. Como dito no capítulo I desta dissertação, quando da apresentação dos entrevistados, esta senhora perdeu sua mãe ainda muito menina, frente a este fato o pai a entregou, e a sua irmã, para parentes que teriam como função educá-las. Dona Maria da Glória denuncia que tal ato, segundo ela, contrário à vontade da mãe revelada no leito de morte, só se consolidou com as filhas mulheres e que esta **“doação/abandono”** do pai a fez sentir-se como “coisa”, “objeto”, “mercadoria”. Em suas palavras:

[...]Aí ela só pediu: “- Ah, José, não judia com os meus filhos, não quero que você separe o meus filhos!” Menina, parece que foi ela falar assim, dá para fulano, pra cicrano. Então, eu, mais a minha irmã, nós sentia assim, num comparando, um animal, desse ... uma cachorra! Se tem fêmea, fêmea ninguém

quer! É dar, dá pra lá, ou mata, faz qualquer coisa! Então, a gente se sentiu assim, dada! (Maria da Glória, 65 anos)

Os atos de violência não só atingem ao corpo destas mulheres, mas destroem projetos e produzem marcas que as acompanham pela vida inteira. A senhora Maria da Glória, como vimos anteriormente, neste mesmo capítulo, narra o trauma que tem em relação à sua família devido às repetitivas agressões sofridas por ela no interior do âmbito familiar. São estas marcas que a faz hoje necessitar de apoio psicológico para lidar com as lutas cotidianas e, com certeza, influenciam a forma como lida com o passar do tempo e o seu envelhecer. A velhice é reconhecida por ela, assim como pelas outras mulheres do nosso universo de pesquisa, como uma etapa de liberdade e de autonomia, na qual já não “deve obediência” a mais ninguém, especialmente às pessoas do sexo masculino – pais, irmãos e maridos.

Outra forma de violência, também denunciada nos relatos destas entrevistadas, é a estabelecida na **esfera do trabalho**. Algumas vezes a revelam de forma bem explícita, outras de forma mais velada, implícita. Quanto a esta forma de violência destacamos um dos vários trechos do relato de dona Doralice nos quais salienta atos de violências sofridas no interior de relações trabalhistas estabelecida por ela durante sua trajetória de vida. O trecho transcrito abaixo revela uma situação que pode ser classificada como uma “escravidão urbana moderna” principalmente, ao considerarmos, que esta não recebia salário pela função exercida como babá (seu trabalho era realizado em troca de roupas e comidas e, às vezes, a patroa pagava à sua mãe uns “trocadinhos”) e ainda, pelo fato relevante e emblemático de uma situação escravista que é aqui representado pela fuga<sup>125</sup>:

[...] **A patroa batia também?** Batia. Ih! Eu apanhei muito. [...] Eu apanhava com fio de luz ainda! Ela “drobava” o fio assim ó [faz com a mão, e bate uma na outra], punha de castigo, ficava de castigo sem comer o dia inteiro [conta sem revolta]. [...] **Passava o dia inteiro sem comer, então?** Eu ficava de castigo num punhado de milho atrás da porta, ajoelhada... [...] **Por que ficava de castigo?** Porque às vezes, de manhã, atrasava com as mamadeiras das crianças. Eu não dava na hora certa, porque a gente dava a mamadeira pra depois ir pra rua passear com os dois, tinha que olhar a menina e tinha que olhar o menino que era deficiente...eu que tinha que cuidá. **E a senhora morava lá, na casa da**

**patroa?** Eu morava lá, fiquei 6 (seis) anos lá [no trabalho]. Saí porque eu fugi! [risos], saí fugida. (Doralice, 89 anos)

A **violência na esfera do trabalho** é reveladora da desigualdade entre homens e mulheres no interior deste ambiente no qual, muitas vezes, nosso olhar moldado por uma cultura sexista não consegue visualizá-la. No entanto, não podemos desconsiderar a possibilidade de que também entre os homens, ou com os homens, tenha se consolidado atos desta natureza, visto que, apoiados na construção social do que é ser homem, dificilmente estes confessariam que sofreram este tipo de agressão. É possível, a partir dos relatos dos homens capturarmos, através de um olhar mais atento, denúncias de violência moral, abusos de poder, sobrecarga de trabalho, salários injustos, exploração, etc. que compõem, no mundo do trabalho, juntamente com as agressões físicas, formas bastante comuns de violência. Apresentamos algumas falas significativas a este respeito e dentre elas retomamos parte de um trecho já salientado anteriormente neste capítulo do relato do senhor João Cordeiro, mas que tem bastante relevância quanto ao aspecto aqui discutido:

[...] uma parte de ruim de você estar trabalhando é assim igual eu te falei, era assim, o serviço ruim que a gente fazia, serviço perigoso, tudo, tinha vez que dava vontade de deixar o serviço. (Emiliano, 65 anos)

[...] Já tinha a Lei dele [Getúlio] já, mas o patrão não respeitava a Lei dele. E havia muito pouco serviço naquela época. Quando a gente, se fosse pedir eles [patrões] pra assinar a Carteira [Carteira de Trabalho e Previdência Social] [...] Ou pedir um aumento, eis falavam: "Ó, tem quem trabáia por menos!" Aí a gente tinha que aguentá trabalhar, porque senão se achasse ruim e saísse, não tinha outro serviço pra trabalhar. (João Cordeiro, 91 anos)

Trabalho, só descanso no domingo! Só descansa no domingo! Só descansa no domingo! Não tem feriado nem nada não. (João Ricardo, 84 anos)

Vimos até aqui expondo formas de violência relacionadas à questão sexista, no entanto também apareceram de forma bastante relevante percepções sobre a **violência**

**urbana** que está intimamente relacionada à integração destes velhos na dinâmica e contexto da sociedade contemporânea. Como observa Lins de Barros (1995): “tematizando a violência urbana, as pessoas entrevistadas integram-se na ‘cultura do medo’ (SOARES, 1994)” (p.104) que é própria do tempo presente:

[...] hoje eu tenho mais receio, até de dia mesmo! Pelas traições que a gente “vévi”, ocê vê muitas coisas por aí hoje, que é da gente tremer de medo! [...] **O senhor tem medo das outras pessoas? Começou a ter medo das outras pessoas seu João, também?** Eu sou assim meio, não tenho muito receio assim, a gente tem é a cisma, né? Que cê tá andando na rua hoje, cê tá andando sem confiança. Eu, até um “esbarro” que uma pessoa dá, quando a pessoa dá um “esbarro”, às vezes ela tá já dando um “esbarro” pra fazer um assalto, vê se tem um dinheiro no “borso”, na carteira, um dinheirinho “quarquer”, é isso ele vem em cima e isso. Eu não tenho confiança já não. (João Cordeiro, 91 anos)

[...] Só, agora, até pouco tempo eu dançava, chegava em casa as madrugadas, hoje eu já não faço isso mais! Então a minha, os meus movimentos assim, é de dia. Então, aí, 02 (duas), 03 (três) horas igual, eu venho pra cá, se eu for pra outro lugar, no máximo até 11 (onze) horas. 11 (onze) horas eu vou embora. Tenho medo da noite [ênfase] depois de 11 (onze) horas! **Por que?** Ah, é muito perigoso, né? Acontece muita coisa, muita a gente vê aí mesmo. Ce não vê esses jovens se matando? Dando, qualquer coisa, dando tiro, matando. Meu Deus do céu! (Maria da Glória, 65 anos)

Alguns dos entrevistados (homens e mulheres) trazem em seus relatos denúncias de conflitos gerados na luta pela ocupação e inserção nos espaços sociais urbanos, dentre estes destacamos os que se constroem em torno da questão do transporte municipal; visto que, a gratuidade do transporte urbano (que os munícipes de Juiz de Fora têm acesso a partir dos 65 anos) trouxe para estes velhos a possibilidade de uma maior visibilidade, liberdade de movimentação e ocupação dos espaços públicos da cidade. As histórias contadas revelam o desrespeito à legislação (Estatuto do Idoso, Lei 10741, de 1º de outubro de 2003, artigo 39, §1º, §2º e §3º) e o despreparo dos envolvidos na concretização da mesma, e, especialmente, ilustram a relação turbulenta e muitas vezes **violenta** entre as **gerações** nos centros urbanos que repercutem nas práticas cotidianas destes velhos<sup>126</sup>. Destacamos um trecho do depoimento da senhora Maria

Cleusa, no qual ao denunciar os atos agressivos sofridos por outras “tantas velhinhas”, diz que irá se defender e não ouvirá em silêncio quando for ela a vítima, e também um trecho do relato da senhora Maria da Glória, no qual nos conta sobre uma discussão travada com um motorista após ter sido desrespeitada por este que arrancou com o ônibus sem que ela tivesse se acomodado no veículo<sup>127</sup>.

[...] Os próprios motoristas [ônibus urbanos]. Eu tive uma discussão com um motorista, cê vê que tá acontecendo coisas terríveis aí com idosos, morrendo debaixo de ônibus. Por quê? Eu de muleta, eu fui subir no ônibus, nesse lugar que eu tava morando. [...] Eu falei: “olha, eu não sei, eu tô subindo aqui, você nem olhou pra cá, você tá olhando pra lá. Você nem sabe, mal a gente pôs o pé aqui, você já tá arrancando o ônibus. Eu vou te falar, não é assim não! Isso é eu que sou mais nova, imagina uma pessoa mais idosa”. (Maria da Glória, 65 anos)

[...] tem motorista que devia ser mais educado! Sabe, tem dia que assim, eles não têm paciência. Não têm! Eu nunca entrei pela frente não. Agora que eu fiz sessenta e cinco é que eu vou entrar. Mas se... como é que fala? Mas se alguma coisa assim é, é ... eu não sei, pode ser até que na hora que eu ‘vire a casaca’ [mude de opinião], mas se falar alguma coisa assim que eu me ofender, aí eu tenho altura, eu tenho que responder. Não vou deixar passar não! Porque muitas sentam caladinhas e fica, já vi isso muitas vezes. Já presenciei de motorista, ela fazer sinal e (ele) passar, não dá confiança, minha filha. É como se tivesse um cachorro assim na rua. Isso eu não sei como é que eles vão fazer para educar o motorista. [...] Se é uma coisa de Lei no Estatuto, então tem um ... vão seguir a Lei uai! Se não é, tudo bem né? Então pra que que põe na Lei? (Maria Cleusa, 65 anos)

Embora nem toda forma de conflito possa ser considerada violência, este em especial é, na medida em que impede estes idosos de usufruir o direito de ir e vir e, principalmente, participar da dinâmica urbana da qual fazem parte. As falas revelam que a disposição legal não garante o respeito às suas condições específicas o que é traduzido nas formas de tratamento quase sempre agressivas atribuídas ao homem que envelhece.

Aliás, a leitura que fazem a respeito do espaço e da dinâmica urbanas, trazem à tona o sentimento de não pertencimento e de exclusão vivenciados por estes velhos, manifestadas pela linguagem da violência que, segundo eles, marca as relações nestes

espaços. Um dos nossos entrevistados, o senhor João Cordeiro que vive em uma Instituição de Longa Permanência do município, é um exemplo deste sentimento. Mesmo indo ao centro da cidade todos os dias, hábito que poderia revelar uma integração a este espaço, diz ter muito medo da violência urbana e dos perigos que a rua representa para o homem velho pela ausência de uma estrutura urbana adequada e, especialmente pela rapidez do tempo presente. Fato também relevante em seu relato é que em nenhum momento ele discorre sobre mudanças estruturais no espaço urbano, o que poderia revelar uma sensação de pertencimento a este espaço, e diz não travar qualquer diálogo com os outros transeuntes.

**Aí o senhor vai lá pro centro e fica fazendo o quê senhor João?** Não eu vou andando, vou e eu compro as coisas, passo pra qui, passo pra li, é isso aí. **Encontra com as pessoas...** Não. Hoje tá de um jeito que a gente não, não, não... o povo tá muito numa afobação que até pra gente andar na rua é ruim hoje. Troço perigoso! Até em cima do passeio é um perigo, né? Cê travessar a rua, para ... Todo mundo é estranho pra conversas (silêncio). (João Cordeiro, 91 anos)

Afirmamos que os espaços coletivos das cidades revelam uma possibilidade de contatos intergeracionais intensificados no tempo contemporâneo pelo aumento da longevidade populacional e maior circulação e visualização destes velhos. Mas, ao mesmo tempo, são nesses espaços que se intensificam as desigualdades e complexidades desta sociedade que produzem conflitos e discriminações não só geracionais, mas também econômicas, sociais, étnicas, sexuais, entre outras.

Assim, para finalizarmos esta pequena análise em torno da questão da violência e suas diferentes manifestações e formas, não podemos deixar de salientar a violência a qual estão expostos estes homens e mulheres nesta sociedade desigual e excludente, que nega à maioria dos indivíduos a possibilidade de envelhecer com dignidade, autonomia, boas condições de saúde e de vida e que, entretanto, apresenta estes pressupostos como “receita para um não envelhecimento”, tornando a “velhice” uma questão de autoconvencimento. Como destaca Motta (1998, p. 229)

A questão da velhice como autoconvencimento é crucial, porque contém uma carga pesada de negatividade política e existencial, na medida em que adjudica ao indivíduo toda a responsabilidade pelos problemas que possa estar enfrentando como idoso e que são, na

maioria, de caráter social e cultural, como limitações econômicas (baixa aposentadoria) e a exclusão dos espaços de participação.

Esta forma sutil de violência que atinge a identidade do “ser velho” leva os indivíduos à negação do próprio processo de envelhecimento, a uma não aceitação das transformações naturais por que passam seu organismo e, ao mesmo tempo, a uma naturalização dos estereótipos negativos relacionados à velhice que é atribuída ao outro. Consideramos este processo de “negação” e “re-privatização da velhice” (DEBERT, 1999), como forma de violência, pois nele está contido a negação do direito e da cidadania do ser que envelhece na sociedade contemporânea. Esta sociedade, ao mesmo tempo em que nega o “direito de envelhecer”, exime-se de pensar políticas, programas e projetos que respondam às reais necessidades desta significativa parcela da população. É preciso devolver a estes velhos o direito de envelhecer e de ser reconhecido social, cultural e politicamente por sua contribuição na construção do tecido histórico da sociedade. Este reconhecimento não será adquirido individualmente, mas a partir de uma compreensão política e social que respeite as especificidades trazidas pela velhice, ao mesmo tempo em que valorize as possibilidades e conhecimentos adquiridos por estes cidadãos com o passar dos anos, dentre elas suas sabedorias e experiências.

Finalizando este item construído para dar visibilidade a cotidianidade destes homens e mulheres que envelhecem, faz-se necessário recapitular que estes velhos contam suas memórias a partir do contexto sócio histórico e cultural no qual estão inseridos e estas são marcadas pelas condições de gênero, geração e classe aos quais pertencem. Portanto, estas memórias não podem ser tomadas apenas como construções subjetivas, mas coletivas, pois são permeadas pelas desigualdades, contradições e lutas presentes na sociedade capitalista. E é sobre a forma como estes sujeitos estruturam suas memórias a partir do emaranhando dos seus fios condutores que iremos discutir no próximo subitem deste capítulo.

### **3.4 – Memória: o presente como futuro do passado e passado do futuro**

*“As chaves do futuro e da utopia estão escondidas, quem sabe, na memória das lutas, nas histórias dos simples, nas lembranças dos velhos.” (Ecléa Bosi, 2003, p. 208)*



Neste subitem, através dos “caminhos da memória” percorridos pelos nossos narradores na reconstrução de suas trajetórias de vida, buscamos estabelecer uma relação entre memória e construção da identidade social definida no processo de envelhecimento; ou seja, trazer à tona a substância social da memória - as relações, os objetos e as emoções que a gestam e a sustentam. Nosso objetivo é compreender o caráter revolucionário da memória, expresso na sua potencialidade de transformação do tempo presente e projeções futuras. Para a sua concretização, tomamos como ponto de partida as colocações e reflexões estabelecidas no Capítulo I desta dissertação sobre o processo rememorativo, e, também, as análises já realizadas ao longo deste estudo<sup>128</sup>, cabendo-nos aqui apenas retomarmos que o fio condutor de nossas reflexões está na concepção da memória como um processo coletivo; fato que não anula a subjetividade do sujeito que a narra, mas que nos leva a afirmar que, mesmo nas nossas elaborações mais individuais, há um “lastro comunitário” (BOSI, 1994, p. 407) de que nos servimos para constituir nossos trabalhos de rememoração.

Abordar a memória como um processo está intimamente interligado à concepção da velhice como histórica e culturalmente definida, que transcende o estatuto biológico e se situa como uma construção social. Na atualidade, esta “construção” é atravessada pela ideologia da terceira idade que delimita uma nova dinamicidade para o envelhecimento e a velhice. Neste contexto de profundas alterações no processo de definição da identidade do “ser velho”, no qual há uma imposição incontestável do novo sobre o antigo, do presente sobre o passado, a memória e a lembrança perdem seu valor intrínseco como elos entre os sujeitos e o passado, visto que a sociedade contemporânea é marcada pela valorização da inovação e do conhecimento novo, que subestima e relega as tradições, as experiências e as sabedorias ancestrais. Nela, o valor está na inovação permanente e no projeto individual de vida, de realização profissional, econômica e social.

Salientamos que compartilhamos da concepção sobre memória que a toma como uma possibilidade de afirmação destes sujeitos no tempo presente, ou seja, como um nexos entre o sujeito e o seu mundo, entre o subjetivo e o social. Como destaca Ferreira (1998),

Discutir o papel da memória no processo de envelhecimento significa, [...], abordar o lócus privilegiado de construção da identidade do ser

velho e as estratégias de afirmação nos espaços sociais. Refletindo todo um universo de representação e significados, a memória, atualizada pela categoria lembrança, constitui, ela própria, uma representação que os sujeitos fazem de sua própria vida. (p. 208)

Desta forma, a ausência da memória, é um temor presente nas construções narrativas de quase todos os velhos entrevistados, pois representa a quebra deste nexo entre o indivíduo e o social, a perda de sua trajetória social, de sua história pessoal, e de suas referências de pertencimento ao mundo dos significados sociais (FERREIRA, 1998). Este temor é traduzido através da exaltação sobre uma memória perfeita; do silêncio angustiante após um pequeno esquecimento e do alívio trazido pela lembrança; e outros tantos sentimentos e emoções representados no franzir da testa, no cerrar das mãos, no sorriso tímido:

Da minha infância eu me lembro muitas coisas, mas me esqueço. Tenho uma memória perfeita, mas minha infância não é fácil, porque o tempo passa, muita coisa vem à mente da gente, vem aos conhecimentos e a gente acaba esquecendo. (Ernesto Kuhlmann, 84 anos – sobre o início de sua trajetória de vida)

Me transferiram pra ... pra... meu Deus, na Itália [tentando se lembrar] ! Ô meu Pai ... não deixa eu esquecer não! ... Onde fica a Sicília? A ilha da Sicília! Mas não é ela não, tem um nome... [silêncio]. Ali ficamos mais ou menos 01 (um) mês e meio. (João Ricardo, 84 anos – sobre os campos de batalha)

Então, o Dr. Pantalone Arcury foi lá em casa e tudo. Aí eu comecei com aquela ... descansar muito. Aí comecei: "ai, meu Deus, isso aí vai me faltar a memória!" Aí comecei a inventar uma porção de coisa, a costurar uns panos, e enchia e fazia almofada, ah, fazendo umas coisas, comecei ... (Maria Cleusa, 65 anos – sobre um período de sua vida que, por complicações na gravidez, teve que fazer repouso)

[...] inclusive tenho no México um grande amigo, o... perdi agora...como é o nome do Pancho? [riso] Porque Pancho é apelido. Ai, ai, ai!! Daqui a pouco eu lembro o nome... e é espanhol que eu aprendi, conheci o México através da amizade que eu fiz com ele [...] Como é que é o nome do Pancho [sussurrando]? E agora na memória ... mas ainda é... o... Lopez Antoniano, Pancho [declara com orgulho, aliviado]. (Ernani, 77 anos)

Por alguns, os déficits de memória (ou “problemas de cabeça” como comumente apresentados nas falas) são tomados como representações do processo de envelhecimento, como marco da velhice que muitas vezes querem negar, como o comprometimento da pessoa social e o ingresso desta no universo dos socialmente discriminados. Neste sentido, os trechos dos relatos da senhora Aracy e da dona Rosilda, são bastante significativos:

**Na juventude da senhora a senhora deve ter sido muito paquerada, porque a senhora...** Paquerada [pronuncia destacada das sílabas]? Mas era muito paquerada! Gostava era de paquerar, não gostava de namorar. A minha irmã, por exemplo, ela teve uns 14 (quatorze) namorados. Foi namoradeira, viu? Ela namorou cedo, casou cedo, com dezenove. Hoje ela tem oitenta e três. Eu era mais nova. Meu irmão morreu cedo, com trinta e [pausa] com trinta e nove anos, de leucemia ... Mas a minha irmã tá com mal de Alzheimer. Então é uma tristeza né? Então eu penso assim: deixa eu aproveitar enquanto minha cabeça tá boa né? (Aracy, 80 anos)

**O que a senhora pensa das pessoas que participam dessas ginásticas, atividades que são realizadas aqui, escola, dança?** Ah, para alguns isso tá certo, porque isso pode ser que vale a pena. Mas alguns são pessoas que a cabeça já não tá ajudando mais. A “idéia” já não tá mais ajudando, eles podem tá esforçando, mas a idéia não dá, né? Conforme eu to falando com você, a saúde é que é importante! Em tudo! Cabeça é tudo, né? (Rosilda, 66 anos)

A associação entre memória e representação sobre velhice, também está presente nas concepções que estes velhos entrevistados têm sobre o processo de rememorar, de reviver suas trajetórias. Para alguns este é um trabalho prazeroso, na medida em que, através da evocação do passado, é possível estabelecer sentido às suas vivências no presente. Já, para outros, este trabalho de rememoração representa uma perda do nexos com o presente, uma fuga da realidade, do momento atual, ou seja, indicação de um mau funcionamento mental. Mencionamos como exemplo deste primeiro grupo o relato da dona Aracy, pois nele ela revela que tem se pegado em momentos de recordação

freqüentes, com certeza, intensificados pelos preparativos de sua festa de 80 anos (realizada cerca de um mês após a entrevista), e que esta atividade lhe traz satisfação; já dona Glória diz não gostar de pensar muito no passado, pois este só lhe traz recordações ruins.

**Dona Aracy eu queria que a senhora me contasse assim, tudo que a senhora lembrar, desde a infância da senhora até hoje ...** Olha, 'cê' sabe que outro dia, há pouco tempo eu fiz uma retrospectiva na minha cabeça [...] Não queria voltar, não queria voltar. Daqui pra frente! Se Deus quiser! Eu já fiz tudo na vida. Já ajudei todo mundo. Agora é saber viver o meu momento. Por exemplo, agora com você, quer momento melhor do que esse? Não é? (Aracy, 80 anos)

[...] Eu não gosto de lembrar não, senão eu choro. Nossa Senhora, foi terrível! Apanhei, sofri, Jesus Cristo, nosso Deus! (Maria da Glória, 65 anos)

Portanto, a memória não é apenas um depositário passivo de acontecimentos e fatos, mas também um processo ativo de criação de significações, de seleção de pessoas, momentos e sentimentos (DELGADO, 1996) que representa o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar formas às suas vidas no contexto histórico em que está inserido no presente. Halbwachs (2006) nos adverte sobre o processo de “desfiguração” do passado ao ser trabalhado pelas idéias e ideais dos sujeitos no presente. A “pressão dos preconceitos” e as “preferências” da sociedade na qual os sujeitos estão inseridos os levam a modelar o passado de acordo com os valores e padrões “ideológicos” desta sociedade. Assim, é que “atos considerados legítimos e mesmo normais ou necessários no passado podem ser vistos agora como inaceitáveis e literalmente postos fora da tradição” (PORTELLI, 1997, p.34). Portanto, o esquecer (ou o silenciar, como prefere Michael Pollak) faz parte da memória reflexiva, funcionando como um mecanismo de defesa da consciência. Este esquecimento é moldado pelas normas atuais de nossa consciência política, social e religiosa que nos auxiliam no julgamento do nosso passado revisitado. Nos “relatos orais”, coletados durante a realização das entrevistas, são vários os exemplos encontrados a este respeito, mas um em especial nos chamou muita atenção, pois, o entrevistado, durante todo o “trabalho de rememoração”, utilizou de sua religião como fuga, mesmo que inconsciente, para não

falar sobre si mesmo e após ter feito algumas revelações sobre o que julgou serem “erros” cometidos na juventude, nos pediu que estas não fossem transcritas e não aparecessem nas análises:

Quando terminei a entrevista me pediu que não transcrevesse a parte que havia me contado sobre sua juventude, ou melhor, uma fase desta etapa, na qual, segundo seus julgamentos, afastou-se dos “caminhos corretos”. Perguntou se era importante para mim aquele trecho. Disse-lhe que tudo o que me contou era muito importante para o meu trabalho, mas que respeitaria a sua vontade e que ele tinha total autonomia sobre as suas histórias, bem como sobre o que gostaria ou não de revelar. E, após algum tempo, no final da entrevista, mudou de idéia quanto às restrições que havia feito, inclusive dizendo que estes erros poderiam servir de exemplo para os jovens de hoje. (anotações realizadas no Diário de Campo no dia 31 de agosto de 2007)

Cabe-nos esclarecer que, não estamos aqui simplesmente olhando para além do que os nossos entrevistados nos relatam, pois se assim o fizéssemos correríamos o sério risco de perdermos o significado destas narrativas. O que buscamos é, através do trabalho minucioso de “atenção” de “aproximações sucessivas” ao que nos foi relatado, aguçar nossos sentidos e, assim, perceber o que é secreto, silencioso, quase invisível. O que tentamos capturar nos trabalhos de rememoração dos homens e mulheres entrevistados, apresentados no decorrer deste estudo, é o tempo cheio de conteúdos que forma a substância da memória e que não pode ser medido pelo compasso abstrato dos ponteiros do relógio e nem vasculhados sintaticamente. Este “tempo vivido”, “tempo cheio” (contrário ao “tempo vazio” da produção capitalista) corre com “diferente exatidão” para grupos sociais diferentes: para os homens, para as mulheres, para as crianças, para os jovens, para os adultos, para os velhos, para os trabalhadores, para os desempregados, para os aposentados, para os solitários, para os pobres, para os ricos, etc. Se tomarmos como exemplo o simples ciclo dia e noite vivenciado por todos os homens, como destaca Bosi (1994), veremos que este tem, para cada um, sentido diferente:

A noite pode ser um florescimento do social, uma intensificação do amor e da amizade que se expandem e brilham sem as peias da rotina diária. A noite pode ser um lapso de abandono e de medo para a criança, para o solitário que vê as ruas se esvaziarem para o doente ou o asilado. A noite tem durações diferentes para o trabalhador braçal, para a dona de casa, para o escolar. As jornadas operárias em turnos alternados semanais afetam a coerência da vida da família, roubam o

passado e o futuro. Impedem os projetos e a sedimentação das lembranças, lançam o trabalhador num tempo mecânico, homogêneo, onde qualquer ponto pode ser o de origem, onde não há marcos de apoio. (p.417)

E são estes sentidos, diferentes deste ciclo tão simples aos olhos dos menos atentos aos seus pormenores, que fazem com que a dona Glória ligue o rádio todas as noites para lhe fazer companhia e espantar a solidão, que levava dona Maria Cleusa e sua irmã a burlar as imposições de seu pai e fugirem para os bailes na juventude, que obrigava o senhor João Cordeiro a trabalhar, durante longos anos, à noite para “ganhar a vida”, e não permite que a senhora Doralice durma sozinha:

Às vezes eu fico triste assim, porque à noite, a solidão vem! Mas como eu gosto muito de música, eu ligo o rádio, eu peço música na rádio Solar. [...] E só deu conversar ... eu falo poesia, poema, [...]. Eu ... eu tiro da minha cabeça. Eu acordo de madrugada eu fico no, na ... inventando sabe? Eu fico inventando, sabe? Escrevo. Aí eu mando pra eles [rádio], eles ficam assim copiando ... pra eu falar na rádio e passar pros apaixonados, pros namorados. (Maria da Glória, 65 anos)

**A senhora havia me falado dos bailes.** Ah, dos bailes quando eu fugia? **É.** Ah, coitadinho do meu pai! E não era só eu não, era eu e minha irmã. A gente pulava a janela e fugia. Chegava, quer ver menina, o galo tava cantando, era mais de 01 (uma) hora da manhã. E ele (pai) tava lá na sala cochilando, cochilando esperando nós lá ... (risos). [...] Quando ele viu a gente, nossa como ele falou! Ele não batia, mas falava o resto da noite inteirinha na beirada da cama! [...] “- vai pra cama! Eu já cansei de falar, não sei o quê... isso tá errado, eu já disse isso, isso não é coisa de menina moça!” [risos] (Maria Cleusa, 65 anos)

[...] Muito trabalho mesmo! Nem vi passar meu tempo de... Chegou a idade e eu nem vi porque tive quase manhã e noite no trabalho, não vê o tempo passar. (João Cordeiro, 91 anos)

Há pouco tempo eu passei mal aí e tava sozinha, nem a menina não tava aqui, ficou com a mãe dela. Não tinha vindo, não. Aí eu fiquei, eu vou na cozinha, eu vou pra qui, vou pra li, a dor não passava...aí eu olhei no vão da janela...aí falei: ah, não vou chegar lá fora não porque tá fora de hora! [...]Aí que

veio essa neta, bisneta, eu tava...num podia dormir sozinha.  
(Doralice, 89 anos)

Entretanto, com estas colocações, não queremos desconsiderar o “tecido histórico que sustenta os fatos” (BOSI, 2003, p. 15) que não pode ser desfeito numa exaltação sucessiva das particularidades e pontualidades, pois como sustenta Halbwachs, “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (idem, 1994, p. 413). Esta memória coletiva, visto que também é produzida, traz consigo as marcas do grupo que a constituiu, sendo assim, muitas vezes, absorvida como ideologia pelo indivíduo

Quando um acontecimento político mexe com a cabeça de um determina grupo social, a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá desse acontecimento. Portanto, uma das faces da memória pública tende a permear as consciências individuais.

É preciso sempre examinar matizando os laços que unem memória e ideologia; laços que antes da secularização moderna, amarravam a memória pública à memória individual. (BOSI, 2003, p. 22)

A este respeito, o relato do senhor João Ricardo, que é todo estruturado a partir dos acontecimentos relacionados à Segunda Guerra Mundial, “vivenciada” e “sofrida” por ele nos campos de batalha, é muito significativo, na medida em que, este é coberto pela ideologia nacionalista brasileira do período sociohistórico e político da época. E, é esta ideologia, que alimenta seus valores, seus sentimentos, suas imagens e suas idéias sobre a “Grande Guerra”, e, principalmente, sobre si mesmo. São raros os momentos em que o senhor João Ricardo deixa fluir seu “testemunho dos fatos” e se desprende da ideologia coletiva - construída no passado e, ainda hoje, muito evocada - sobre a Guerra e sobre os “soldados heróis” dessa batalha. O trecho seguinte é um destes momentos, pois nele, ao contrário de outros em sua narrativa, este senhor revela que não foi à Guerra imbuído apenas do “amor à pátria”, mas por uma imposição legal que se não cumprida poderia lhe trazer marcas discriminatórias relacionadas a estereótipos vexatórios:

**E por que o senhor foi ‘seu’ João?** Fui convocado, né, minha filha! **Foi convocado...** Tem que ir! Tem que ir minha filha! Senão você passa a traidor da pátria! É, traidor da pátria, minha filha! E lá também, se eu recusasse também a avançar, minha filha. É por isso que eu não recuei, eu avancei, não retrai. Se eu retraísse diria que era covarde! Aí ficava marcado, conforme eu sou com a minha idade, ficava

marcado até hoje. Covarde! Aí eu avancei, eu fiz isso, e aí o Exército não me demitiu. (João Ricardo, 84 anos)

Neste ponto de nossas reflexões, faz-se de suma importância retomar as colocações de Portelli (1997) a respeito da diversidade das memórias das pessoas, mesmo em relação a lembranças coletivamente compartilhadas. Como dissemos no primeiro capítulo, ainda que a memória tenha sempre um cunho coletivo, social, é o indivíduo que recorda, e, portanto, “escolhe” o que é mais significativo, o que deve ser retido e o que deve ser rechaçado, ainda que sobre os crivos do tempo presente e do grupo para quem este conta suas lembranças<sup>129</sup> e do qual faz parte. Desta forma, podemos compreender como um fato observado e vivenciado por um grupo de indivíduos é relembrado de forma tão diversificada por cada um de seus membros; e, também, como, mesmo um acontecimento histórico coletivo (a morte de um presidente, a Guerra, o trabalhismo, etc.) pode passar imperceptível aos olhos de muitos, ainda que contemporâneos. Exemplificador destas considerações, é a constatação de que nenhum outro entrevistado, além do senhor João Ricardo, tenha feito ao menos algumas breves considerações sobre a “Segunda Grande Guerra”. Desta forma, podemos afirmar que há fatos que mesmo tendo ressonância coletiva não imprimem em nós nenhum significado, assim como, há fatos que mesmo vivenciados e, ou, testemunhados por outros, só repercutem profundamente em nós (BOSI, 1998).

A partir destas considerações, é interessante apontar que a memória é também um objeto de luta pelo poder travada entre classes, grupos ou indivíduos que “decidem” o que deve ser lembrado ou esquecido e, desta forma, perpetuam o controle de uns sobre os outros. Assim, como observa Pollak (1989, p. 15) “[...] mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida.” Não queremos dizer com isso que não há uma “memória pública” da qual todos os indivíduos compartilham, apenas não podemos deixar de salientar que a respeito das representações coletivas, a classe mais influente deixa sempre suas marcas (BOSI, 2003).

Tomando a memória para além de uma construção social, como uma forma de conhecimento sobre o mundo que a constituiu, como requer Benjamin, é possível estabelecer uma análise crítica do passado que está contido no presente (portanto, coexiste a este), e decodificar as “construções sociais”, deixando aparentes as desigualdades, injustiças e contradições ocorridas ao longo da história. E é nesta “construção crítica” do passado, possibilitada pelo processo de rememoração, que está o



caráter revolucionário da memória, ou seja, a possibilidade de transformação do tempo presente<sup>130</sup> e de projeções para o tempo futuro.

Ao que diz respeito especificamente ao processo de envelhecimento e à velhice, este resgate do passado, a partir de uma visão crítica, permite-nos desfazer uma série de estereótipos negativos associados a esta etapa da vida ao longo da história e perpetuados culturalmente, bem com “devolver” ao velho a importante função social de “detentor e transmissor” da memória coletiva/pública. A memória é assim, uma forma de resistência à desvalorização e degradação social imposta aos velhos na sociedade capitalista contemporânea, pois ressuscita valores, crenças e éticas de um tempo presente também no “presente”.

O nosso grande desafio, portanto, é compreender a memória como algo que está acontecendo agora, construído por nós enquanto coetâneos e não apenas como uma fonte de preservação das informações, ou seja, reconhecê-la como um processo histórico. Ou, como Portelli (2000) “[...] como um fato da história; memória não apenas como um lugar onde você ‘recorda’ a história, mas memória ‘como’ história”(p.69).

#### **3.4.1 - Experiências múltiplas de tempo e de espaço**

*“Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”*

Como já apontamos anteriormente, todos os homens e todas as mulheres procurados para serem entrevistados não se negaram a narrar suas histórias e desempenharam essa função com prazer. Pareciam querer afirmar suas identidades como homens e mulheres que, no seio de uma família e no mundo público do trabalho, contribuíram para a construção do tempo presente. No entanto, nem todos se reconhecem como testemunhas das histórias de sabedorias e experiências. Fato que pode ser percebido na expressão utilizada por dona Doralice, por exemplo, como reação aos meus agradecimentos por ter narrado suas belas e ricas histórias: “Essas coisas bobas [risos]!”. E, ainda, na forma como a senhora Rosilda me diz não ter histórias para contar porque sua vida foi “normal”, ou seja, sem nenhum feito extraordinário.

**Dona Rosilda, muito obrigada... De nada! A senhora tinha que falar mais ainda... Nada eu falei de mais! [...] Não sabe falar... sabe sim, sabe contar a historia da senhora! Sei não. É isso que eu quero ouvir! Só a historia**

**da senhora!** Eu não tenho história, eu não tenho nada! **Como não tem nada dona Rosilda, a senhora me contou da infância da senhora, a senhora contou como a senhora trabalhou [...]. Então a senhora tem coisa pra contar, ué!** [risos] Não uai, não aconteceu coisa boa ... foi assim normal, correta. (Rosilda, 66 anos)

Mas também há aqueles que reconhecem seu valor como transmissores destas experiências e sabedorias (como dissemos no capítulo I), e declaram ter mesmo muita história para contar, como o senhor Ernani, dona Aracy, senhor Ernesto, e outros. E há ainda, aqueles que, como o senhor João Ricardo, sobrepõem esses sentimentos, mas mesmo assim se reconhecem como detentores de um saber que não se aprende nas Escolas, como podemos verificar nas anotações do diário de campo e no trecho da sua própria narrativa, apresentados abaixo:

Agradeço e termino a gravação, mas quando falo que ele tem uma bela história reage dizendo que não me serviria em nada aquelas histórias, pois é analfabeto [anotações realizadas no Diário de Campo, no dia 20/09/2008]

**Não tem problema nenhum ser analfabeto 'seu' João! O senhor tem uma história!** É, eu realmente tenho. Trabalhei a vida inteira, a vida inteirinha... tive a felicidade de participar ativamente do "Centro de Operação Militar", muito referenciado... eu fui conhecer outros países, visitei ... (João Ricardo, 84 anos)

Sabemos que o velho "ao lembrar o passado [...] não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está se entregando fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida" (BOSI, 1998, p. 60). Substância que se tece a partir dos laços de convivência familiar, escolar, profissional, cultural, etc., e que contém a memória de seus membros, e que é por eles constantemente refeita, acrescida, unificada, diferenciada, corrigida. Para expressar a possibilidade de conhecimento deste tempo de experiências e o quanto é difícil entendê-lo em "linhas retas", Montenegro (set.92/ago/93), utiliza-se de um trecho do livro "Grandes Sertões: Veredas" de Guimarães Rosa, o qual também transcrevemos abaixo:

*A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento uns com os outros, acho que não misturam. Contar seguido, alinhavado só sendo coisa de rasa importância.*

*(Guimarães Rosa, Grande Sertões: Veredas, 1995)*

O tempo da memória é o tempo apreendido das ações passadas e das realizadas no presente, portanto, diverso em cada pessoa, ainda que absorvido pelo “tempo social”.

O “tempo da memória” é representado nas expressões “meu tempo” e “tempo moderno”, que para dona Aracy, para o senhor Emiliano e para dona Glória se compilam no momento presente no “tempo de agora”:

Agora é saber viver o meu momento. Por exemplo, agora com você, quer momento melhor do que esse? [...] Agora não, quero viver meu momento! (Aracy, 80 anos)

**Como é que é hoje, assim, um dia do senhor?** Ah, a vida, a vida, é boa. Eu não preocupo com nada que, graças a Deus, só eu e a mulher. Não tem ninguém pra gente pensar, né? Não tem filho. Então é a vida, é pensar no dia de hoje e amanhã, é amanhã... Não vou pensar no que vai acontecer amanhã. A gente tem que viver o momento, né? Tá bom hoje? Tá. Amanhã se estiver ruim, vai estar ruim. Se estiver bom, o que que vai fazer? Tem que continuar.... amanhã tá bom, depois tá bom... (Emiliano, 65 anos)

**O que é sonho da senhora?** Meu sonhos? Ah, meu sonho é eu ... agora? Eu quero assim, viver o hoje [pausa]... o cada minuto que eu puder viver na vida, na minha vida, eu quero viver, sabe? (Glória, 65 anos)

A memória é, pois, um trabalho sobre o tempo, mas o tempo vivido, concebido e transformado pela cultura e pela própria experiência individual (BOSI, 2003). Neste sentido, é possível entender as declarações sobre o “tempo longo” da infância do senhor Ernesto Kuhlman, onde ainda se tinha muito tempo pela frente, o “tempo curto” da velhice do senhor João Cordeiro, revelado nas suas descrições sobre ser velho e ser jovem relacionada à rapidez do tempo presente que acelera o fim da vida, vejamos o seu próprio relato:

**O que é ser velho?** O que é ser velho? (pausa) a pessoa ser velho é que... a deferença é que, que ele tá ... vivo! Igual na sua idade, tá nova... cê tem aquelas ilusão toda, né? E velho

não tem mais! Ser velho é isso! **Não ter mais ilusão, senhor João?** Não tem, não! (silêncio) **O que é ser jovem senhor João?** Ser jovem é uma espécie igual a você assim, é jovem! Não é? (silêncio) Cê ter bons pensamentos vê as coisas, as coisas boa, né? E tem tempo, porque ocê tem tempo pra isso! Pra parar e ver coisa boa só, né? **E o quê que a gente tem que fazer pra viver uma velhice igual do senhor, boa?** (silêncio) Hoje tá muito difícil. [...] O povo hoje vão viver muito menos que o povo antigamente (silêncio) **Vai morrer mais cedo?** Mais cedo. E ocê vai ver hoje como morre, antigamente não existia esse negócio de tanta gente morrer de desastre, né? Porque até uns anos atrás não existia assim, não existia avião, automóvel, essas coisas. Hoje tudo é muito rápido! O povo hoje tem muita pressa. Muita... e a pressa deles e aí eis morre cedo. (João Cordeiro, 91 anos)

Neste trecho, fica clara a concepção da velhice como fim da vida, como etapa onde já não se tem mais tempo para as realizações e as ilusões da vida cotidiana, onde, como observa Beauvoir (1990), “[...] poucas coisas chamam nossa atenção; os momentos trazem poucas novidades; não nos demoramos neles” (p. 463). Esta concepção sobre o tempo, ou melhor, da posição que, como velhos, ocupam na suposta “linha da vida” que os aproximam da morte e retiram suas perspectivas de futuro, também é evidenciada por outros entrevistados.

Há inúmeras razões para as diferenças nas percepções sobre o passar do tempo matizada por suas memórias, e elas têm intrínseca relação com as projeções e perspectivas para o futuro: é como se na juventude o tempo passasse mais lentamente e “o caminho à frente” fosse longo, já na velhice, o tempo passaria mais rápido e o “caminho à frente” seria sempre curto. Como observa Simone de Beauvoir (1990):

A partir de um certo limiar, variável de acordo com os indivíduos, o homem idoso toma consciência de seu destino biológico: o número de anos que lhe restam para viver é limitado. [...] Esse prazo lhe parece tragicamente curto, porque o tempo não corre do mesmo modo nos diversos momentos de nossa existência: ele se precipita à medida que envelhecemos. (p. 460)

Sabe-se, no entanto, que o que muda não é a velocidade deste passar do tempo, mas a percepção que temos deste movimento não linear e não seguro e a nossa inserção sobre ele. Esta constatação é contrária à noção do tempo como uma flecha apontada para o futuro, a partir da qual cronologicamente se construiria a história. Assim, a fuga

do tempo presente depende, em grande parte, do seu conteúdo, dos espaços de inserção que disponibilizamos para enchê-lo ou esvaziá-lo de sentido, enfim, dos instrumentos e possibilidades de construir o presente e projetar o futuro a partir de uma relação dialética com as circunstâncias que nos são dadas.

Neste universo dos sentimentos e emoções vivenciadas e experienciadas ao longo da vida que constituem o tempo da memória, o tempo cronológico inexistente (MONTENEGRO, set.92/ago.93). Nele as lembranças se contrapõem e se relacionam através de uma lógica desconhecida por nós, construída pelos narradores como a produção de uma peça de arte.

As experiências, ensinamentos e mesmo os “objetos biográficos” (BOSI, 2003), desprezados no tempo e no espaço contemporâneo, são apresentados durante as nossas conversas a partir de lembranças de um tempo onde as experiências e objetos eram menos voláteis, onde o desperdício, representado por esta geração pelo descartável, não estavam tão fortemente enraizados. Reproduzimos aqui trechos das entrevistas da senhora Maria Cleusa - no qual nos conta sobre os ensinamentos de economia doméstica, relacionada ao não desperdício, aprendidos no núcleo familiar-, e da dona Maria da Glória, que a partir de uma comparação entre o “ser velho” e o seu aparelho de som, nos fala sobre a qualidade deste antigo “toca discos”:

**Então, o que é ser velha?** [silêncio] Ah, eu pra mim, acho que não tem nada velho, sabe porquê? Olha, têm coisas velhas lá em casa que eu guardo até hoje, tá sempre novo! Olha, o meu som, não é CD, ele é antigo, mas eu não troco ele por esse CD, porque o da minha filha tá lá, estragado. Tem LPs, eu ligo, ouço as minhas músicas, uma melhor do que a outra. Então, é coisas antigas e que eu gosto, que me renova. Sabe porquê? Por que hoje, ce vê, as coisas de hoje, tão pondo todo mundo louco[ênfase/indignação]! Até músicas [pronunciamento destacado das sílabas]! (Glória, 65 anos)

**E bater, ela [a madraستا] batia também?** Batia. Ah, qualquer coisa ela batia. Ela batia, mas cê sabe que eu aprendi muito?! Olha, eu sei economizar uma luz, um ferro-elétrico, uma sabão, minha filha. Ela passava (sabão) assim nas roupas “vai esfregar!” Eu lavava roupa de todo mundo! “vai esfregar assim a roupa e tem que ser com o que tiver aí, não vai passar mais não!” E guardou o sabão muito alto para eu não pegar [ar risonho]. Aí eu esfregava aquilo, aquelas

calças sujas de barro porque as crianças (irmãos) brincavam muito, né? (Maria Cleusa, 65 anos)

São estas histórias simples, cheias de vida e sabedoria que tentamos compreender e apreender a partir de suas memórias. Histórias reveladas através dos sorrisos, cujo som ainda ecoa em nossos ouvidos; das lágrimas, impedidas de rolar por meio de um desvio do olhar, uma raspada na garganta, um “golinho d’água”; do olhar penetrante no fundo da alma, que nos estudava enquanto tentávamos compreender os sentidos do que contavam; das fugas e escolhas sobre o que contar; dos segredos revelados e dos velados; dos tons altos e dos sussurros... É esta “história cheia” tecida nos seios de suas famílias e nas relações estabelecidas no mundo público do trabalho, permeadas por emoções, que faz o “tempo vivo da memória”.

Nele o cheiro doce do café preparado pela avó “de saudosa memória”, penetra de novo nas narinas do senhor Ernani e lhe transporta à sua “meninice”; nele a mãe “baixinha e trabalhadeira” da dona Doralice, percorre com ela os caminhos das lembranças; nele a “lâmpada de querosene” ainda ilumina a sala onde o pai do senhor Emiliano ensina as “primeiras letras” aos filhos; nele, a lata de azeite da senhora Aracy, que servia de poupança para guardar as moedinhas que socorriam a família no caso de algum aperto, aparece ainda reluzente, bem como os “coletes igual mesmo comprado” feitos por sua mãe; nele o “pai ótimo” da dona Maria Cleusa, ainda vigia os caminhos das filhas para que não se “percam no mundo”; nele, o Rio Amazônia, conhecido pelo senhor Ernani nas “excelentes aulas de geografia”, tem o mesmo mistério que tinha aos seus dezesseis anos. São tantas e tão belas histórias que não conseguiríamos aqui transcrevê-las com tamanha riqueza, até porque sabemos que a realidade é muito mais densa e complexa que qualquer teoria sobre ela.

Para finalizar, ressaltamos que se faz necessário viver intensamente o “tempo presente”, que contém o “tempo passado” e os projetos para o futuro, atentos às injustiças, desigualdades e contradições, bem como, às lutas e esperanças dos sujeitos que o constroem. Pois desta forma resgataremos os elos entre passado, presente e futuro unindo-os como parte de um “mesmo tecido social”.

### **3.5 – Sínteses e resgates:**

Ao terminarmos este capítulo pensamos ser necessário apresentar algumas considerações sobre as análises nele delimitadas. Esclarecemos que iremos construí-las

retomando e entrelaçando as indicações com este caráter que foram sendo traçadas ao longo deste percurso. Antes, porém, cabe-nos ressaltar que estas análises foram realizadas tendo por base as “memórias” destes homens e mulheres que, através de seleções, próprias ao processo de rememoração, conta-nos suas histórias e reconstruem suas trajetórias de vida. Não nos coube aqui, e nem tínhamos por objetivo, verificar a “veracidade” dos fatos narrados, mas sim, através deste trabalho da memória, reconhecer a percepção destes idosos sobre a velhice enquanto uma construção social; bem como, entender, a partir da análise de suas trajetórias, o lugar que estes ocupam hoje na sociedade na qual estão inseridos. Ou ainda, como já dissemos no início deste capítulo, compreender como esses homens e mulheres que envelhecem estabelecem suas relações dentro da dinâmica mais ampla da sociedade capitalista, quais as influências que exercem e sofrem como sujeitos do processo histórico e, como tecem os fios de suas memórias e lembranças subjetivas que os unem às memórias do grupo e as da geração aos quais pertencem.

O alcance dos objetivos a que nos propúnhamos implicou em um esforço de análise, interpretação e aproximação sucessiva à “realidade vivida” (ou melhor, narrada) e experienciada por estes homens e mulheres entrevistados que nos revelaram o emaranhado de possibilidades trazidas pelas narrativas para a construção do conhecimento em torno do processo de envelhecimento. Desta forma, categorias e conceitos que não haviam sido previamente considerados como definidores da heterogeneidade perseguida nesta dissertação foram sendo, aos poucos, revelados (de maneira implícita ou explícita) pelos narradores e, assim, incorporados neste trabalho reflexivo. Dentre estes, o mais relevante, sem dúvida, é a questão da violência, não só pela presença do tema em um número significativo de narrativas, mas, especialmente, pelas marcas morais, éticas e psicológicas deixadas nos narradores, que nos ajudam a entender a forma diferenciada de percepção e vivência concreta da velhice entre estes. Como vimos, é comum entre os entrevistados (especialmente as mulheres) a percepção da velhice como uma etapa de realizações de sonhos, autonomia e liberdade quando contrastada com uma trajetória de vida marcada pela exploração, pela exclusão, pela violência.

Afirmamos que as lembranças dos homens e mulheres entrevistados trazem à tona suas singularidades, e concomitantemente delimitam os laços que os unem enquanto sujeitos sociais, deixando visíveis os fios que mantêm tenso o tecido da história. Desta forma, ao mesmo tempo em que trabalhamos nestas análises com visões

de mundo e percepções bastante distintas, elas nos impelem a dar conta de conceitos coletivos que permeiam as diversas categorias sociais. Ao expressarem sobre o “seu tempo” os narradores revelam valores e comportamentos coletivos apreendidos por esta geração, em torno dos quais estabelecem as formas de se relacionarem com o mundo: o trabalho desde a infância, a vida marcada pelo ritmo deste trabalho, as obrigações familiares e o respeito à sua hierarquia, a autoridade paterna, o compromisso com o trabalho, o valor da palavra e da honestidade, etc. Esta característica fica bastante clara principalmente quando traçam comparações entre o que denominam “seu tempo” e o “tempo de agora”, tomando por parâmetro estas concepções coletivas. E é a perda destes “parâmetros” a grande responsável pelos valores negativos atribuídos ao presente pela maioria dos entrevistados. Estes percebem o “seu tempo” como sendo um tempo cheio de bons costumes, e o “tempo presente” como o tempo da desordem e da violência ocasionadas exatamente pela ausência destes bons costumes. Mas, não podemos deixar de salientar que esta percepção negativa sobre o “tempo presente”, está intimamente relacionada à posição que estes ocupam na contemporaneidade, às relações que estabelecem e, principalmente, sobre o que falam; visto que não atribuem sempre ao presente valores negativos e ao passado valores positivos. Além disso, esta avaliação não pode ser desvinculada das experiências que construíram e vivenciaram no passado. Assim é que, por exemplo, o senhor Emiliano, ora percebe o presente como uma etapa de liberdade, onde já não se têm mais as obrigações e o ritmo desgastante do trabalho; ora atribui ao presente valores negativos, especialmente quando traça comparações entre as relações estabelecidas pelos pais com seus filhos no passado e no presente, assim como, quando nos diz não poder mais confiar nas pessoas com quem convive na atualidade, devido às mudanças e perdas de valores nos dias atuais. Além disso, ressaltamos que esta visão positiva ou negativa do presente está intrinsecamente relacionada às condições materiais de sobrevivência destes sujeitos, portanto, às condições objetivas de vida. Assim, aqueles que foram expostos a piores condições de vida, a um processo aguçado de exploração e submissão familiar ou trabalhista, tendem a considerar o tempo presente como uma etapa melhor da vida (ou de vida) e reconhecem terem hoje condições de sobrevivência e qualidade de vida melhores. Estes sujeitos reconhecem que na velhice alcançaram direitos aos quais não tiveram acesso durante suas vidas inteiras, como, por exemplo, uma renda fixa. Desta forma, afirmamos que o que os aproximam ou os afastam é, sem dúvida, a identidade de classe.



Para resumir estas considerações salientamos que o que vimos mostrando até aqui é a impossibilidade de categorizar estes homens e mulheres entrevistados indistintamente como “velhos”, visto que esta etapa de suas vidas está interligada às relações que estes estabeleceram durante suas trajetórias, sobre as quais não têm plena autonomia, pois estas dependem do lugar que ocupam na hierarquia social; se são homens ou são mulheres; dos arranjos familiares; dos trabalhos exercidos; do espaço onde se encontram no território; do acesso ou não a bens e serviços produzidos nestes espaços; etc. que, ora os aproximam, ora os afastam, revelando suas subjetividades e coletividades. Portanto, as características deste universo pesquisado (mas que não são exclusivas deste) não podem ser diluídas em subjetividades e diferenças sucessivas, nem homogeneizadas indiscriminadamente. É preciso reter os traços que os aproximam e os que os afastam enquanto sujeitos sociais.

Voltando às análises realizadas no decorrer deste capítulo percebemos o quanto estas colocações anteriores são pertinentes. Apenas para ilustrá-la salientamos que mesmo quando classificamos estes sujeitos entrevistados em categorias homogeneizantes como, por exemplo, as relacionadas às suas identidades sexuais – se homens ou se mulheres – suas subjetividades, ou melhor, suas construções subjetividades, não se desfazem. Não podemos unir em uma mesma categoria - “mulheres velhas”-, as senhoras Aracy, Maria Cleusa, Maria da Glória, Rosilda e Doralice, ainda que apresentem características muito próximas; ao mesmo tempo em que não podemos desconsiderar o fato de que ser mulher e pertencer a uma determinada geração traz para esse grupo singularidades em relação a outros constituídos nesta sociedade. O mesmo acontece com os homens, ainda que na construção das narrativas eles se aproximem bastante, estas também trazem à tona as especificidades de cada um dos membros do universo masculino da pesquisa. Além disto, também demonstramos que entre estes sujeitos velhos, homens ou mulheres, há uma diferenciação trazida pela faixa etária a qual pertencem que, como vimos, definem experiências de vida e percepções sobre a velhice, também diferenciadas. E, cabe-nos retomar e salientar que estas subjetividades são definidas e emolduradas pelas condições de classe destes sujeitos sociais.

Ao narrarem suas trajetórias estes homens e mulheres revelam seus “sentimentos no mundo” e estabelecem suas relações com a história, entrelaçando os fios que os unem ao passado e ao presente e definem as formas de experimentarem e viverem concretamente o contemporâneo, ou seja, a velhice. A partir de suas memórias é

possível entender um pouco da lógica estabelecida por estes narradores aos acontecimentos vividos, organizados por uma hierarquia não cronológica, mas por importância sentimental, valorativa, trazendo para o debate as experiências construídas ao longo destas trajetórias de vida marcadas pelas contradições e complexidades, pelas continuidades e rupturas próprias do fazer-se na história. É a partir deste exercício de construção de suas identidades que estes homens e mulheres vão definindo, numa relação dialética com o “fazer-se coletivo” da história, seus lugares no presente e suas projeções para o futuro. As memórias destes velhos, portanto, expõem a heterogeneidade do processo de envelhecimento delimitada através das contradições entre universalidades e particularidades, e revelam as diversas inserções sociais que compõem suas experiências: ser mulher, ser homem, ser pai, ser mãe, ser marido, ser esposa, ser trabalhador, ser pobre, ser rico, etc.

Ao final destas considerações, reafirmamos que através de um trabalho cuidadoso em torno dos relatos orais destes homens e mulheres, e de aproximações sucessivas às suas trajetórias de vida reveladas no momento das entrevistas, foi possível entender a condição de sujeito destes homens e mulheres narradores que constroem suas percepções sobre si mesmo e sobre o mundo no solo da sociedade desigual capitalista. Nas análises aqui construídas buscamos nos confrontar com o “mundo do real vivido”, com suas múltiplas contradições. E são essas contradições que não nos permitem classificá-los a partir da visão estigmatizada em torno da velhice que, ora classifica-os sob o jargão “velhice-problema”, ora sob a leveza da “terceira idade”. Ao concebemos a velhice como um processo, estamos afirmando que não nos tornamos velhos, mas envelhecemos ao longo de nossas vidas (BEAUVOIR, 1990) e, essencialmente, estamos unindo este processo de envelhecimento às condições reais de vida dentro desta sociedade que desvaloriza e desgasta o homem durante sua vida inteira:

[...] exigir que os homens permaneçam homens em sua idade mais avançada implicaria uma transformação radical. Impossível obter esse resultado através de algumas reformas limitadas que deixariam o sistema intacto: é a exploração dos trabalhadores, é a atomização da sociedade, é a miséria de uma cultura reservada a um mandarinato que conduzem a essas velhices desumanizadas. Elas mostram que é preciso retomar tudo, desde o início. É por isso que a questão passa tão cuidadosamente em silêncio, é por isso que urge quebrar esse silêncio: peço aos meus leitores que me ajudem a fazê-lo”. (BEAUVOIR, 1990, p.14)

Para terminar, reafirmamos que respeitar as necessidades e especificidades dos homens que envelhecem não pode significar diluir as diferenças em uma categoria homogeneizadora: a velhice.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

*“Eu quase nada sei, mas desconfio de muita coisa.”*

*(Guimarães Rosa, 1995a, p.16)*

Ressaltamos, antes de darmos início a este esforço conclusivo, que os argumentos aqui sintetizados já foram apresentados no decorrer desta dissertação e que não se pretendem, portanto, inéditos. O que procuramos, ao recolocá-los, é apenas dar maior visibilidade e apontar a complexa rede de possibilidades, análises e interpretações que nos foram sendo reveladas ao longo deste estudo e que não nos permitem dá-lo por terminado.

Cabe-nos salientar, ao término desta etapa do longo percurso na busca de conhecimento sobre a heterogeneidade que envolve o processo de envelhecimento na sociedade capitalista, que o nosso desejo ao darmos início a este trabalho não era analisar e/ou avaliar simplesmente a questão do “ser velho”, mas do “homem que envelhece” nesta sociedade. Por isso a escolha da metodologia qualitativa pautada nos “relatos orais de vida” dos sujeitos, visto que, ao ouvir as histórias destes hoje velhos, somos convidados a percorrer, guiados pelos trabalhos de suas memórias, a trajetória de vida do João Ricardo, do João Cordeiro, do Ernani Ferreira, do Emiliano Moreira, do Ernesto Kuhlmann, da Aracy, da Rosilda, da Doralice, da Maria da Glória e da Maria Cleusa. Trajetórias iniciadas nas décadas de 10, 20, 30 e 40 do século passado e que são marcadas tanto pela infância interrompida pela necessidade do trabalho, pelo trabalho árduo, pelos baixos salários, pelo nulo ou restrito acesso a direitos, pela fome e pela miséria; quanto pela solidariedade, pelos sorrisos, pelos passeios e bailes dos “bons tempos” da cidade, pela alegria do primeiro amor, pelas amizades, pelos desejos e sonhos, etc, etc, etc... enfim, trajetórias construídas a partir das experiências de classe vivenciadas no passado e também as que se solidificam no presente; experiências que ora os aproximam, ora os afastam.

Pretendíamos com a construção deste estudo, contribuir para que as “vozes” dos idosos chegassem aos ouvidos da sociedade, e, especialmente, para a compreensão do tempo como um processo dialético, onde o passado se emaranha ao presente e, juntos, nutrem os projetos de futuro. Buscamos nestas belas memórias e lembranças o borbulhar cotidiano que aquece, constrói e reconstrói a História. A partir delas reconhecemos que a velhice abriga inúmeras contradições e heterogeneidades que são tecidas ao longo da vida dos homens e mulheres que envelhecem, portanto, não um fato isolado.

Afirmamos que através do “relato oral de vida” destes homens e mulheres pudemos conhecer um pouco da identidade do “Ser velho” na sociedade capitalista.

Entendemos que esta identidade é construída ao longo de suas vidas a partir das relações estabelecidas na classe a qual pertencem e que os unem como sujeitos sociais, portanto, edificada coletivamente, mas que também se referencia nas próprias representações que cada um destes sujeitos constrói [a partir de uma “autonomia relativa” (Martins, 1994)] sobre esta etapa específica, ou seja, subjetivamente. E que esta subjetividade ressaltada nos momentos das entrevistas, trazem, sem dúvida, as marcas da relação dialética que estabelece com a coletividade, ou seja, com a totalidade da qual também é parte. Assim sendo, concebemos a velhice, não como uma construção particular e homogênea, mas como uma questão pública e heterogênea. Tal concepção pôde ser comprovada pelas memórias e lembranças destes homens e mulheres entrevistados, trazidas à tona no momento da construção narrativa e que foram sendo analisadas ao longo deste estudo.

Ao desvelarmos, a partir dos “relatos orais de vida” dos sujeitos entrevistados – “os narradores” – em comunhão com outras fontes teóricas, a ação do tempo sobre eles, ou seja, suas experiências, pretendíamos contribuir para que valores, crenças e costumes, há muito rechaçados ou esquecidos, tomassem forma contemporânea, e assim, pudessem vir a fazer parte e/ou suscitar o debate sobre as relações geracionais, solidificando novas formas e espaços de pertencimento destes homens e mulheres ao tempo presente. Não tínhamos por objetivo neste estudo buscar uma lógica coerente das “escolhas” de inserção social destes sujeitos na velhice, ou seja, da escolha pela participação ou não em “grupos para a terceira idade”, dentre estes em quais: programas, projetos ou Universidades para a Terceira Idade; da necessidade de institucionalização ou não; da manutenção ou não do convívio familiar, entre outras; mas sim ressaltar, a partir das leituras que estes fazem sobre cada uma das etapas de suas vidas, a importância de suas experiências na construção destas “escolhas” que também não são individuais, mas coletivas. Ressaltamos que estes espaços de sociabilidade, ou em uma perspectiva mais ampla, a Política Social para a velhice, é também fruto da forma de produção e reprodução da sociedade na qual se gestam, ou seja, trazem as marcas ideológicas do poder hegemônico desta sociedade e a das representações construídas por esta mesma sociedade em torno do que é “ser velho”.

Como demonstramos ao longo desta dissertação, mais especificamente, no capítulo II, quando discutimos sobre as Políticas Sociais, as representações sociais da velhice predominantes hoje na sociedade, ora classificam esta etapa da vida como um “problema” e associam os sujeitos que a ela pertencem à doença, incapacidade, dependência e fragilidades físicas, emocionais e financeiras, bem como a outros

estereótipos negativos, ora os englobam indiscriminadamente na concepção desta como uma etapa de realizações de sonhos, de novas aprendizagens, de conquista de autonomia, liberdade e independência. E são em torno destas representações aparentemente antagônicas da velhice que se gestam todas as propostas de ações, projetos, programas e políticas para os homens que envelhecem na sociedade moderna contemporânea. Classificamos estas concepções como “aparentemente antagônicas”, pois, ambas negam a velhice como um processo, uma etapa natural da vida, resultado das condições reais – materiais e culturais - da sociedade complexa e desigual na qual estes homens e mulheres tecem suas histórias, não respeitando, portanto, a heterogeneidade deste processo. E, especialmente, estas representações, ao não reconhecerem a velhice como um processo, uma construção socioeconômica e cultural, responsabilizam o sujeito que envelhece por sua própria velhice, tornando-os muitas vezes, inimigos de si mesmos.

Assim, após este esforço de análise e interpretação das prazerosas conversas estabelecidas durante o processo de pesquisa de campo, podemos afirmar que as relações que os “narradores” estabeleceram ao longo de suas trajetórias de vida têm influência sobre a forma como hoje vivenciam a velhice, ou seja, se constituíram ou não família; se tiveram ou não filhos; se cultivaram relações para além do mundo restrito do trabalho; se construíram e fortaleceram círculos amplos de amizades; se estabeleceram relações familiares de vínculos mais fortes, mais densos; se vincularam-se a espaços mais amplos de participação – partidos políticos, grupos religiosos e/ou outros movimentos sociais ou culturais; etc. Entretanto, essas relações e vínculos, ou seja, o seu próprio viver, tem ligação irrestrita com a classe social da qual fazem parte que, por sua vez, é entrelaçada pelo gênero, geração, papéis sociais que ocuparam nos espaços de convivência no passado e na atualidade e, especialmente, com o valor, ou não-valor, atribuído hoje aos “mais velhos”. Ou seja, as relações econômicas e sociais, assim como, as morais e culturais, presentes na sociedade contemporânea, exercem influências sobre a forma de vivenciar e gerir o processo de envelhecimento que vão para além dos desejos, das vontades e dos projetos individuais de vida. Na realidade, estes desejos, essas vontades e esses projetos individuais de vida são moldados pelas relações mais amplas que fundamentam e alicerçam a História. Portanto, envelhecer não é uma opção, é fato, é natural, é resultado de um contínuo histórico, um processo; mas um “contínuo histórico” rico em contradições, em mutações, em desorganizações, que se faz a partir da relação dialética estabelecida entre os homens e as circunstâncias que lhes são dadas.

Afirmamos que o processo de envelhecimento na sociedade capitalista, capturado nesta dissertação através, principalmente, dos “relatos orais de vida” dos idosos entrevistados<sup>131</sup>, traz as marcas da desvalorização da infância, exemplificada pela necessidade de inserção precoce em atividades laborativas para ajudar no sustento familiar, assim como pela baixa escolaridade da maioria dos entrevistados; do trabalho desvinculado do processo de criação e emancipação humana; das relações trabalhistas, por sua vez, marcadas pelo não direito, pela violência, de que é exemplo o número significativo destes homens e mulheres que não exerceram empregos formais; das desvalorizações relacionadas ao gênero, à raça, à etnia, à condição socioeconômica; da visão da juventude enquanto uma etapa preferencial de vida, ao mesmo tempo em que não há uma valorização do jovem, do “ser jovem”; do desatar dos fios que unem os sujeitos em seres sociais; entre outras características que delimitam e/ou moldam este processo que é contínuo, e que não é de responsabilidade “exclusiva” do ser que envelhece.

Posto isto, salientamos que é o caráter complexo e diversificado da vida na sociedade moderna contemporânea que fica evidente neste trabalho incessante de busca pelo conhecimento sobre o processo de envelhecimento. A partir da captura do olhar dos sujeitos velhos a respeito da dinâmica cotidiana da vida nesta sociedade, asseguramos que, para se pensar em formas de atenção à velhice que atendam às suas reais necessidades, é imprescindível que se recupere a totalidade da vida dos indivíduos inseridos nesta sociedade complexa e contraditória. Assim, o maior desafio que o envelhecimento traz para a sociedade contemporânea está em rever e reinventar as “trajetórias pessoais de vida” que, como constatamos, são marcadas pela dinâmica socioeconômica e cultural e pelo lugar que ocupam cada um desses sujeitos na coletividade. O progressivo envelhecimento da população e o surgimento de novas necessidades decorrentes deste processo, relacionadas às condições históricas e estruturais em que este é construído, trazem à tona, ou melhor, ressaltam que o envelhecer não está relacionado apenas a questões biológicas, mas também econômicas, sociais e culturais, colocando em xeque a organização e reprodução da sociedade capitalista. Como observa Beauvoir (1990), é preciso recriar e refazer todas as formas de relações entre os homens, valorizando-os em cada uma das etapas de suas vidas, se quisermos que, na velhice, estes desfrutem de qualidade e condição de vida dignas.

Assim, consideramos que este estudo sobre a heterogeneidade do processo de envelhecimento é uma contribuição importante para a implantação de políticas,

programas e projetos nesta área que se comprometam em responder às reais necessidades deste público alvo, respeitando e compreendendo a velhice como um processo, marcado pelas contradições e desigualdades da sociedade capitalista. E no que diz respeito especificamente ao Serviço Social, a partir do exame crítico sobre o processo de envelhecimento, bem como das implicações deste fenômeno na dinâmica estrutural da vida cotidiana contemporânea, realizado nesta dissertação, pretendeu-se contribuir para o arsenal analítico e técnico-operativo profissional, que inclusive venha a subsidiar modificações nas políticas sociais (POTYARA, 2005).

Por fim, afirmamos que, quando nos debruçamos sobre as trajetórias de vida destes homens e mulheres que envelhecem, nos debruçamos sobre a própria história coletiva que os atravessa e é também construída por eles. Estamos, desta forma, somando ao coro aclamado por Beauvoir (1999), que visa romper com o silêncio em torno do processo de envelhecimento e, como fez tal autora, solicitamos aos leitores deste trabalho que também o façam. Acrescentamos que, para que verdadeiramente se rompa com este silêncio, faz-se necessário incluir os sujeitos que envelhecem não apenas como membros da sociedade presente, mas como portadores do direito de construí-la e reconstruí-la, visto que coetanos do “tempo de agora” que é resultado do passado e possui as perspectivas para o futuro.



*De tudo ficaram três coisas: a certeza de que está sempre começando, a certeza de que era preciso continuar e a certeza de que seria interrompido antes de terminar. Fazer da interrupção um caminho novo. Fazer da queda um passo de dança, do medo uma escola, do sonho uma ponte, da procura um encontro.*

*Fernando Sabino*

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABRAMOVAY, Miriam (org). **Cotidiano das escolas entre violências**. Brasília: UNESCO, Observatório da violência nas escolas, Ministério da Educação, 2005. p. 53-82. (Capítulo I)

ALVES, Andréa Moraes. Os idosos, as redes de relações sociais e as relações familiares. In: NERI, Anita Liberalesso (org). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e perspectivas na terceira idade**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, Edições SESC/SP, 2007. P.125-139.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 5ª edição, 1998.

ARIÈS, Philippe. **A história da família e da criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica do Serviço Social; v. 2).

BEHRING, Elaine R. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. Política Social – Módulo 03. **Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, 2000.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política**. Editora Brasiliense, 1994.

BERQUÓ, Elza. Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil. in: NERI, Anita Liberalesso; DEBERT, Guita Grin. **Velhice e sociedade**. Campinas : Papirus, 1999. p. 11-40

\_\_\_\_\_. Algumas considerações demográficas sobre o envelhecimento da população no Brasil. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL-ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: Uma agenda para o final do século**, 1, 1996, Brasília-DF. *Anais* Brasília-DF : MPAS/SAS, 1996. p. 16-34

BEZERRA, Cristina Simões, BORBA, Verônica Ramalho. **Projeto de Estágio Acadêmico do Pólo Interdisciplinar na Área do Envelhecimento da Universidade Federal de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, UFJF, 2000.

BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. In: Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, v 16, n3, Set-dez de 2000. p 233-239. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n3/4810.pdf>> Acesso em: 12/02/2008

BORBA, Verônica Ramalho e DEOTTI, Márcia de Oliveira. Envelhecimento Populacional e a Universidade de Juiz de Fora. **Revista Tempo e Presença**, ano 25, n.327, janeiro/fevereiro de 2003. P. 11-14

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003

\_\_\_\_\_. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. 3ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Estatuto do Idoso, Lei no 10741, de 1o outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 23 de setembro de 2003.

\_\_\_\_\_. Informe nacional brasileiro. Elaborado para a II Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento. Madri, Espanha, 2002.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Saúde do Idoso. Portaria n 1.395/ GM, de 09 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a saúde do idoso e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 10 de dezembro de 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Assistência Social. **Plano integrado de ação governamental para o desenvolvimento da política nacional do idoso**. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Política Nacional do Idoso, Lei n 8842, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 05 de dezembro de 1994.

\_\_\_\_\_. Lei Orgânica da Assistência Social, Lei n 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 08 de dezembro de 1993.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. Revista **Serviço Social & Sociedade**, n.78, São Paulo: Cortez, ano XXV, julho de 2004. p. 48-68

BRIOSHI, Lucila Reis e TRIGO, Maria Helena Bueno. Relatos de vida em ciências Sociais : considerações metodológicas. In **Revista Ciência e Cultura**, n. 39, julho de 1987. p 631-637.

BRUNO, M. R. P. Cidadania não tem idade. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n.75, ano XXIV. São Paulo: Cortez, 2003, p. 74-83.

CALDAS, Célia Pereira. Memória, trabalho e velhice; um estudo das memórias de velhos trabalhadores. in: VERAS, Renato P.(org). **Terceira idade**; desafios para o terceiro milênio. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, UnATI/UERJ, 1997. p.121-42

CAMARANO, Ana Amélia. Instituições de longa permanência e outras modalidades de arranjos domiciliares para idosos. In: NERI, Anita Liberalesso (org). **Idosos no Brasil**: vivências, desafios e perspectivas na terceira idade. São Paulo: Editora Perseu Abramo, Edições SESC/SP, 2007. p. 169- 190.

\_\_\_\_\_. (org.). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? IPEA, 2004.

\_\_\_\_\_. **Muito além dos anos 60**: os novos idosos brasileiros. IPEA, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil** : o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **O conhecimento da vida cotidiana: base necessária a prática social**. In: \_\_\_\_\_; NETTO, José Paulo. Cotidiano: conhecimento e crítica. 6ed. São Paulo: Cortez, 1989 .p 13-62

CASSAB, Maria Aparecida Tardin; CASSAB, Clarice. Jovens e oportunidades: a desnaturalização da cidade desigual. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n 83. São Paulo : Cortez; set. 2005. p 49-62

CHAUÍ, Marilena. O mito fundador. In: **Brasil – mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo : ed. Fundação Persen Abramo, 2000. p. 57-87

\_\_\_\_\_. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1996 (6 reimpressão).

\_\_\_\_\_. Raízes teleológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. in: DAGNINO, Evelina (org). **Anos 90 – Política e Sociedade no Brasil**. SP : Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. 6ª. Edição. São Paulo : Cortez, 1993.

COLBARI, Antônia de Lourdes. **Ética do trabalho**. São Paulo: Letras & Letras, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente** : ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo : Cortez, 2000.

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social 6ª Região – Minas Gerais. **Coletânea de Leis**. 3ª ed. Belo Horizonte: CRESS, 2004

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p 149-164.

CUNHA, Estela Saléh da. Política de Atenção à velhice : pressupostos e significados; uma análise sob a ótica cultural. In **Revista Libertas**: Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social v 2, n.2, jul./dez. de 2002 – v.3, n.1 e n.2, jan./dez. de 2003. Juiz de Fora : ed. UFJF, 2003 (impresso em 2005). p. 187 – 202

\_\_\_\_\_; SILVA, F.M da. **Representações Sociais da Velhice**: O Processo de Envelhecimento sob a Ótica do Idoso. 2000. 87f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Faculdade de Serviço Social, Juiz de Fora, 2000.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo : editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 1999 a.

\_\_\_\_\_. A Construção e a reconstrução da velhice: família, classe social e etnicidade. in: NERI, Anita Liberalesso, \_\_\_\_ (orgs). **Velhice e sociedade**. Campinas : Papyrus, 1999. p.41-69

\_\_\_\_\_. As Representações (estereótipos) do papel do idoso na sociedade atual. in: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL-ENVELHECIMENTO POPULACIONAL**: Uma agenda para o final do século, 1, 1996, Brasília-DF. *Anais* /Brasília-DF/ : /s.n.t./ p. 35-45

\_\_\_\_\_. **Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice**. DEBERT, Guita Grin. (org.). Antropologia e velhice: Textos didáticos, IFCH/UNICAMP, n.13, mar., 1994. p.7-30.

\_\_\_\_\_. Envelhecimento e representação da velhice. **Ciência Hoje**. /s.l./ vol.8, n.44, p.62-68, jun., 1988.

DELGADO, Josimara. Os velhos na cidade: considerações sobre cultura, identidade e geração. **Revista Libertas**: Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, v.1,n.2, 2007. p. 152-172. Disponível em <<http://www.revistalibertas.ufjf.br/artigos>> acesso em 12/06/2007.

\_\_\_\_\_. Mimeo, 2008.

\_\_\_\_\_. Memória e Contemporaneidade: a experiência dos velhos trabalhadores aposentados. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.1, n.6, p. 122-41, 2002.

FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. [tradução: Júlio de Assis Simões] São Paulo : ed. Livros Studio Nobel Ltda, 1995.

\_\_\_\_\_. **O Curso da vida** : corpo, cultura e o imaginário no processo de envelhecimento. DEBERT, G.G. (org). Antropologia e velhice : Textos didáticos, IFCH/UNICAMP, n.13, mar., 1994. p.49-71.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Memória e velhice: do lugar da lembrança. In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes. **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 207-222.

FRAGA, Paulo Denisar. Violência: forma de dilaceramento do ser social. **Revista Serviço Social & Sociedade** , julho de 2002. P 44-58.

GOLDMAN,Sára Nigri. Velhice e direitos sociais. In: PAES, Serafim Paz (et all.). Envelhecer com cidadania: quem sabe um dia? Rio de Janeiro: CBCISS; ANG/Seção Rio de Janeiro, 2000. p. 13-42.

GOMES, Jeruza Vieira. Família: cotidiano e luta pela sobrevivência. In: CARVALHO, M. C. Brant de. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000. P. 61-71

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **O direito à velhice**: os aposentados e a previdência social. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões da nossa época, v.10)

\_\_\_\_\_. A ideologia da velhice. **São Paulo : Cortez, 1986**.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**.(Tradução de Beatriz Sidou). São Paulo: Centauro , 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. [tradução: Tomaz Tadeu da Silva] Rio de Janeiro : DP&A, 2005.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambienteconstruído nas sociedades capitalistas avançadas (tradução: Flávio Vilhaça). **Temas urbanos e regionais** , 1982. p. 06-35.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. (Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

HOBSBAWM, Eric. Sobre História. (Tradução de Cid Knipel Moreira). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 26 ed, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Cinquenta anos do Serviço Social Brasileiro**. Conferência: Faculdade de Serviço Social: 50 anos. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 16 de maio de 2008. (Comunicação oral).  
\_\_\_\_\_. **Trabalho e indivíduo social**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez, 2001.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

KOGA, Dirce. Territórios entre pobreza e exclusão. In: \_\_\_\_\_(org.). **Medidas de cidade**. São Paulo: Cortez, 2003. P 33-80.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto** [tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 2º ed. p. 195-230

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **(Re) Introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996 [I Encontro Regional de História Oral/ Sudeste – Sul. São Paulo 26, 27 e 28 de abril de 1995]. p. 32-47

LEFEBVRE, Henri. O capital e a propriedade da terra. In: \_\_\_\_\_. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DPJA, 2001. p. 131-180

\_\_\_\_\_. La vida cotidiana em El mundo moderno. Madrid: Alianza, 1984.

LESBAUPIN, Ivo (org). **O desmonte da nação** : balanço do governo FHC. Rio de Janeiro, Petrópolis : Vozes, 1999. p 03-05

LINS DE BARROS, Myriam Moraes (org). **Família, geração e cultura**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. Velhice na contemporaneidade. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers. (Org.). **Família e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2004. p. 13-22.

\_\_\_\_\_. A cidade dos velhos. In: VELHO, Gilberto (org.). **Antropologia urbana** : cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro : Jorge Zahar ed, 1999. p 43-57.

\_\_\_\_\_. Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice. In: \_\_\_\_\_ (org). **Velhice ou terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. P. 113- 168

\_\_\_\_\_. O passado no presente: aos 70 falando do Rio de Janeiro. **Cadernos de Antropologia e Imagem**. UERJ/NAI, ano 3, nº 4, 1995.

\_\_\_\_\_. **Autoridade e afeto** ; avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro Zahar, 1987.

\_\_\_\_\_. **Representações sociais da velhice.** /s.n.t./.

LUCA, Tânia Regina de. **Direitos Sociais no Brasil.** In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *A História da Cidadania.* 2 ed. São Paulo : Contexto, 2003. p 469 -494.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p 15-25.

MANHEIM, Karl. **Sociologia do conhecimento.** Porto: Rés Editora. s/d

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, José de Souza. Clientelismo e corrupção no Brasil contemporâneo. In: \_\_\_\_\_ . **O poder do atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta.** São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 19-51.

\_\_\_\_\_. **Sobre o modo capitalista de pensar. São Paulo: HUCITEC, 1986 (4ª ed)**

MARX , Karl. **O Capital: crítica da economia política.** (Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe). São Paulo : Abril Cultural, 1984 – Capítulo XXIII

\_\_\_\_\_. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de Representações Sociais dentro da Sociologia Clássica. In: GUARESHI, Pedrinho A, JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em Representações Sociais.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995. 4ªed. p 89-111.

\_\_\_\_\_. (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis : Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1993.

MOLJO, Carina Berta. Cultura Política e Serviço Social. In: **Revista Libertas:** Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, Jan/dez, 2004 e jan/dez, 2005 a. N. especial, v.4 e v.5. p 173-192.

\_\_\_\_\_. **Trabajadores sociales em la historia.** Uma perspectiva transformadora. Buenos Aires/ Argentina: Ed. Espacio, 2005.

\_\_\_\_\_. **Mujeres em la sobrevivência** – construyendo com el trabajo social. Rosario: Editorial de la universidad nacional de Rosário URQUIZA 2050 – 2000, Argentina, junho de 2001.

\_\_\_\_\_. La história oral y su relación com El Trabajo Social. In: **Serviço Social & Sociedade**, n.63 , São Paulo: Cortez, ano XXI, julho de 2000. p. 94-119

MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral, caminhos e descaminhos. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol.13, n25/26, setembro de 1992/1993. p 55-65

\_\_\_\_\_; FERNANDES, Tania Maria (orgs). **História Oral um espaço Plural.** Recife: Universitária; UFPE, 2001.

MOTTA, Alda Brito da. Sociabilidade possíveis: idosos e tempo geracional. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (org). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004. p 109 – 144.

\_\_\_\_\_. **As dimensões de Gênero e classe social na análise do envelhecimento**. In: Cadernos Pagu, n.13, 1999. p 191-221.

\_\_\_\_\_. **Relações de família dos mais idosos**. 2007. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/anpocs00/gt05/00gt0533.doc>> acesso em 09/04/2007.

NERI, Anita Liberalesso. As Políticas de atendimento aos direitos da pessoa idosa expressas no Estatuto do Idoso. **Revista A Terceira Idade**, São Paulo, SESC, volume 16, número 34, outubro de 2005. P.07-24

\_\_\_\_\_. Feminização da velhice. In: \_\_\_\_\_ (org). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e perspectivas na terceira idade**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, Edições SESC/SP, 2007. p. 47- 64.

\_\_\_\_\_. Atitudes e preconceitos em relação à velhice. In: \_\_\_\_\_. (org). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e perspectivas na terceira idade**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, Edições SESC/SP, 2007. p. 33- 46.

NETTO, José Paulo. Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil. In: BOSCHETTI, I; PEREIRA, Potyara P.; CÉSAR, Maria A; CARVALHO, Denise Bontempo B. (orgs). **Política Social: alternativas ao neoliberalismo**. Brasília: UnB, Programa de Pós-graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2004.

\_\_\_\_\_. In: **Revista Temporalis**, nº 3 ABEPSS, 2001. p 33- 40.

\_\_\_\_\_. FHC e a política social : um desastre para as massas trabalhadoras. in: LESBAUPIN, Ivo (org). **O desmonte da nação : balanço do governo FHC**. Rio de Janeiro, Petrópolis : Vozes, 1999. p.175-190.

\_\_\_\_\_. **Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo : Cortez, 1993 (Coleção Questões de Nossa Época).

\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo : Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. Para a Crítica da vida cotidiana. In: CARVALHO, M. B. de C. e \_\_\_\_\_. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo, Cortez, 1989. p 63-93.

OLIVEIRA, Iris Maria de. **Assistência Social Pós-LOAS em Natal: a trajetória de uma política social entre o direito e a cultura do atraso**. São Paulo, 2005. **Tese** (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/ SP.

PEREIRA, Ligia Maria Leite. Relatos orais em Ciências Sociais: limites e potencial. In **Revista Análise & Conjuntura**. Belo Horizonte, v.6, n.03, set./dez., 1991. p 109-127

PESSANHA, Elina G. Fronteiras disciplinares e o uso da história oral: por que, de quem, para quem? In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **(Re) Introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996 [I Encontro Regional de História Oral/ Sudeste – Sul. São Paulo 26, 27 e 28 de abril de 1995]. p. 71-82



POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In **Estudos Históricos**, vol.2, n. 3. Rio de Janeiro, 1989, p. 03-15

\_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. in: **Estudos Históricos**, vol5, n 10. Rio de Janeiro, 1992. p 200-212.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. FERREIRA, Marieta de Moraes (org). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC, 2000. p 67-71.

\_\_\_\_\_. Forma e significado na História oral. A Pesquisa como um experimento em igualdade. (tradução Maria Therezinha Janne Ribeiro) in **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós graduados em História e do Departamento de História da PUC – São Paulo**, n. 14, Brasil, 1997. p. 7-24

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. (tradução Maria Therezinha Janne Ribeiro) in **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós graduados em História e do Departamento de História da PUC – São Paulo**, n. 14, Brasil, 1997a. p. 25-40

\_\_\_\_\_. Forma e significado na História oral. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. in **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós graduados em História e do Departamento de História da PUC – São Paulo**, n. 15, Brasil, 1997b. p. 13-33

\_\_\_\_\_. Sonhos ucrônicos. Memória e possíveis mundos dos trabalhadores (tradução Maria Therezinha Janne Ribeiro) in **Projeto História: História & Cultura**. Revista do Programa de Estudos Pós graduados em História e do Departamento de História da PUC – São Paulo, n. 10, Brasil, 1993. p. 41-58

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Processos diferenciais de envelhecimento. In: \_\_\_\_\_ (org). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004. p 09-12.

\_\_\_\_\_. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade ... in: LINS DE BARROS, Myriam Moraes. **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 69-84.

PREUSS, Miriam Raja G. Algumas questões relativas ao uso de história de vida em Ciências Sociais. In **Série Educação/PUC – Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n.05, julho de 1992. p 01-22

ROSA, Guimarães. Primeiras estórias: a terceira margem do rio. In: ROSA, G. **Ficção Completa**, vol II. Rio de Janeiro : Nova Aguilar, 1995.

\_\_\_\_\_. Grandes Sertão: Veredas. In: ROSA, G. **Ficção Completa**, vol II. Rio de Janeiro : Nova Aguilar, 1995a.

SAFIOTTI, H.I.B, Violência de Gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**, São Paulo, v.2, 1997.

SALEM, Tania. O velho e o novo: um estudo dos papéis e conflitos familiares. Petrópolis : Vozes, 1980.

SALGADO, Marcelo Antônio. **Mitos e preconceitos sócio-culturais com a velhice**; responsabilidades do trabalho social. in: Seminário Nacional de Especialistas

Multidisciplinares em Terceira Idade, 1, 1992, Belo Horizonte. Anais... A População Idosa no Brasil : Perspectivas e prioridades das políticas governamentais e comunitárias. Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro, 1992. p.157-164.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva & Teoria Social**. São Paulo: ANNABLUME, 2003.

SANTOS, Milton. Território e Cidadania.in: \_\_\_\_\_. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel, 1993.

SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. In: A. R. Acosta, & M. A. Vitale, **Família: redes, laços e Políticas Públicas**, 2 ed., São Paulo: IEE/PUCSP, 2005. P 21-36

SEMINÁRIO FAMÍLIA ONTEM HOJE AMANHÃ. 1990, PUC- Rio de Janeiro. **Debates Sociais...** Rio de Janeiro : Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais, 1991.

SILVA, Cláudio Roberto. Um acordo da comunicação: o texto de história oral, uma possibilidade de consenso. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Re) Introduzindo a história oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996 [I Encontro Regional de História Oral/ Sudeste – Sul. São Paulo 26, 27 e 28 de abril de 1995]. p. 102-117.

SILVA, Janaína Carvalho da. Velhice e Assistência Social no Brasil. In: **Revista A Terceira Idade**, vol. 17, número 35, fevereiro de 2005. SESC. P.54-64

SILVA, José Maria da & SILVEIRA, Emerson Sena da. **Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas**. Juiz de Fora : Juizdeforana, 2002.

SILVA, M. O. da S. ; YASBEK, M.C.; DI GIOVANNI, G. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

SIQUEIRA, Mirella Loterio. **Filantropia ou cidadania: um estudo da participação de entidades religiosas de atendimento na política para a infância e a adolescência em Juiz de Fora pós anos 90**. Minas Gerais : Juiz de Fora, 2007. 230 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, [s.n], 2007.

SIMÕES, Júlio de Assis. **Provedores e militantes** : imagens de homens aposentados na família e na vida pública nos anos 90. Departamento de Antropologia. Fórum Família, Gênero e ciclo de vida, Gramado, 2002. [Versão preliminar]

\_\_\_\_\_. **Entre o lobby e as ruas** : movimentos de aposentados e politização da aposentadoria. São Paulo : Campinas, 2000. 259f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, [s.n], 2000.

\_\_\_\_\_. Solidariedade intergeracional e reforma da Previdência. in: **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n.1, v.5, 1997.

SOARES, Laura Tavares. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina.** Rio de Janeiro, Petrópolis : Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** São Paulo : Cortez, 2000 (Coleção Questões de Nossa Época).

TELLES, Vera. Sociedade civil e a construção de espaços públicos in **Anos 90 – Política e Sociedade no Brasil.** SP : Brasiliense, 1994.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo : Pólis, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Uma crítica ao Pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral** (Tradução Lólio Lourenço de Oliveira). Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Pró Reitoria de Extensão. **Pólo Interdisciplinar na área do envelhecimento,** 2003.

VELHO, Gilberto. Família e parentesco no Brasil contemporâneo: individualismo e projetos no universo de camadas médias. In: **Interseções** – Revista de Estudos Interdisciplinares. Rio de Janeiro, UERJ, ano 3, n 2., jul/dez, 2001. p 45-52.

\_\_\_\_\_. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Ed.Zahar, 1996.

VIANNA, Hermano. **Galerias cariocas: território de conflitos e encontros culturais.** Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. **A americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil.** Rio de Janeiro : UCAM, IUPERJ, 1998. p. 130-166 (Cap. IV “O processo de americanização da proteção social para os brasileiros”)

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a Política Social.** São Paulo: Cortez, 2003.

YASBEK, M.C; SILVA; M.O. da S. e. Das origens à atualidade da profissão: a construção da Pós-graduação em Serviço Social no Brasil. In: Serviço Social; pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil. São Paulo, Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Pobreza e Exclusão social : expressões da questão social no Brasil . in: **Revista Temporalis**, nº 3 ABEPSS, 2001. p 33- 40.

\_\_\_\_\_. Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n.56, 1998. p.50-59

\_\_\_\_\_. **Classes subalternas e assistência social.** 2 ed. São Paulo, Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. A política social brasileira nos anos 90 : a refilantropização da questão social. **Cadernos ABONG**, São Paulo, n. 11, p. 15-24, out.1995.

## **APÊNDICES**

### **APÊNDICE 1 - Roteiro para a Entrevista:**

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Fita: \_\_\_\_\_

Tempo de duração: \_\_\_\_\_

## Ficha de Identificação

Nome: \_\_\_\_\_

Sexo :  Feminino  Masculino

Idade / ano de nascimento: \_\_\_\_\_ anos ( 19 \_\_\_\_ )

Origem de sua família:  rural / ano da migração: \_\_\_\_\_  
 urbana

Inserção Social \_\_\_\_\_

Religião: \_\_\_\_\_  Freqüente  não freqüente

Estado Civil:  solteiro  casado  viúvo  
 separado/divorciado/desquitado  outro \_\_\_\_\_

Filhos:  sim Quantos? \_\_\_\_ homens \_\_\_\_ mulheres  não

Netos:  sim Quantos? \_\_\_\_\_  não

Escolaridade: \_\_\_\_\_ (ou anos de estudo)

Onde estudou:  Escola Pública  Escola Privada

Profissão: \_\_\_\_\_

Situação Profissional:  trabalhando  mercado formal  
 mercado informal

desempregado

nunca trabalhou

aposentado / Há \_\_\_\_\_ anos

pensionista

Beneficiário da Assistência Social (BPC)

Pleiteando BPC

Pleiteando Aposentadoria ou Pensão

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone:  \_\_\_\_\_  \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Tipo de Moradia:  própria  alugada  
 financiada  cedida \_\_\_\_\_  
 outro \_\_\_\_\_

Reside:  sozinho  com conjuge/companheiro<sup>a</sup>  com filhos

com amigos  com parentes

com filho<sup>a</sup> / genro ou nora

com filhos<sup>a</sup>/ genro ou nora e netos

institucionalizado  outros \_\_\_\_\_

Renda Pessoal / proveniência:

R\$ \_\_\_\_\_ proveniente de \_\_\_\_\_

Renda Familiar/ proveniência:

R\$ \_\_\_\_\_ proveniente de \_\_\_\_\_

Despesas fixas: R\$ \_\_\_\_\_

É o chefe (maior renda) da família? ( ) sim ( ) não

Quantas pessoas vivem da renda familiar? \_\_\_\_\_

Tipo de serviço de saúde: ( ) SUS ( ) Plano de Saúde

Problemas de Saúde e/ou limitações físicas:

---

Conhece ou já ouviu falar sobre a Política Nacional do Idoso (Lei 8842, de 04/01/1994)

( ) sim O quê? \_\_\_\_\_ ( ) não

Conhece ou já ouviu falar sobre o Estatuto do idoso (Lei 10741, de 01/10/2003)

( ) sim O quê? \_\_\_\_\_ ( ) não

### **Eixos que guiarão a coleta qualitativa**

1 – Infância ( onde nasceu/ onde viveu e como viveu este período da vida)

2- Adolescência / Juventude (casamento/filhos)

3 – Idade Adulta

4 – Trabalho (se voltou ao mercado de trabalho, por quê?)

5 - Namoros e outras relações afetivas (primárias e secundárias)

6 – Velhice/ cotidiano / vida atual ( o que é ser velho? O que pensa sobre a expressão “terceira Idade”, sobre a busca pela “eterna juventude”?/ Fale um pouco sobre sua rotina atual, quais são seus sonhos?)

7 – Quais as responsabilidades, na sua opinião, do Estado, das família e dos próprios idosos no que diz respeito aos seus direitos?

8- O que é felicidade?

### **E para que façam uma avaliação pessoal de sua trajetória de vida.**

(Termo de cessão de direitos)

## **APÊNDICE 2 – CARTA DE APRESENTAÇÃO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

**MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**LINHA DE PESQUISA: SUJEITOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL**

Esta entrevista está sendo realizada com o objetivo de compreender a heterogeneidade do processo de envelhecimento a partir da análise das categorias presentes nos discursos dos idosos de diferentes faixas etárias (geração), inserções sociais, rendas pessoais, constituição familiar (arranjo) e gênero do município de Juiz de Fora - MG, a fim de identificar as particularidades deste processo, marcado pelas condições reais e objetivas de vida destes indivíduos, e, ao mesmo tempo, estabelecer elos de pertencimento global entre estes velhos e as condições materiais e construções simbólicas da sociedade capitalista na qual envelhecem. A partir desta construção teórica buscaremos oferecer subsídios para a promoção de discussões em torno das políticas e programas contemporâneos que têm por características a busca pela homogeneização do processo de envelhecimento e velhice, através do não reconhecimento das contradições e heterogeneidades que envolvem esse processo.

Acredita-se ainda que este estudo irá, a partir de uma investigação e reflexão qualificada, contribuir para o fortalecimento das ações propostas pela Faculdade (FSS/UFJF) frente ao público idoso, ou seja, as ações desenvolvidas no Pólo Interdisciplinar na Área do Envelhecimento, bem como fornecerá dados que poderão fortalecer outras ações no âmbito municipal.

---

Estela Saléh da Cunha

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**  
**MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**  
**LINHA DE PESQUISA: SUJEITOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL**

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_ portador(a)  
do documento de identificação \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_(profissão ou cargo  
que ocupa na Instituição e/ou Programa) do/no

(nome da Instituição ou Programa), fui informado(a) sobre os objetivos do estudo cujo título provisório é **“Velhice: aspectos subjetivos e coletivos de um fenômeno socialmente construído, marcado por valores e idéias da sociedade moderna”** de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. E autorizo a Assistente Social, Estela Saléh da Cunha, mestranda em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, realizar entrevistas em profundidade com os idosos inseridos neste Programa ou Instituição para a construção de sua tese de mestrado, bem como utilizar as fotografias retiradas nesta ocasião exclusivamente para fins educacionais e investigativos, após o consentimento emitido pelos próprios entrevistados.

Sendo assim, firmo a presente em duas vias, ficando a segunda em meu poder.

Juiz de Fora, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2007

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) profissional – documento de Identificação

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Pesquisadora.

### APÊNDICE 3

## TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS



Eu, \_\_\_\_\_,  
concedo a Estela Saléh da Cunha o direito de utilizar a entrevista  
por mim concedida, bem como as fotos tiradas nesta ocasião,  
**exclusivamente** para fins educacionais e investigativos. Autorizo  
também, para os mesmos fins, a minha identificação pessoal  
através da utilização do meu nome na transcrição das minhas  
narrativas.

\_\_\_\_\_  
Juiz de Fora, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2007

**TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS**

Eu, \_\_\_\_\_,  
concedo a Estela Saléh da Cunha o direito de utilizar a entrevista  
por mim concedida, bem como as fotos tiradas nesta ocasião,  
**exclusivamente** para fins educacionais e investigativos.

-----

Juiz de Fora, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2007

#### **APÊNDICE 4**

#### **CRITÉRIOS SIMPLES DE PADRONIZAÇÃO**

[enunciação destacada das  
sílabas];  
[riso] = só o entrevistado;

[risos] = entrevistador +  
entrevistado;

[emoção] =  
lágrimas/choro/engasgar, ou  
colocar entre colchetes o tipo de  
emoção;  
... = pequena pausa;  
[pausa] = um pouco maior;  
[silêncio] = grande pausa;  
[sussurro]  
[ênfase]  
[inaudível] = que não se pode  
ouvir; ou, transcrever a palavra  
conforme conseguir entender, por  
exemplo,

[interrupção da fita]  
[final da fita] no centro da página;  
[final do lado A] no centro da  
página;  
[início do lado B] no centro da  
página;  
[a fita 01 A não foi integralmente  
gravada] no centro da página;

Outras formas de destaque são utilizadas na transcrição das entrevistas a fim de demarcar todas as oscilações da linguagem falada, visto que são de suma importância para a compreensão dos trabalhos da memória; todas estas formas aparecem na transcrição entre colchetes.

**Observação:** Nos trechos utilizados no desenvolvimento desta dissertação o uso de reticências entre colchetes - [...] - indicam cortes realizados pela pesquisadora, a fim de destacar para análise apenas as falas mais relevantes. [pegou]\* , marcando a ocorrência em nota de rodapé: \* palavra mais próxima do que foi possível ouvir; [ ] = indicam que se trata de registros externo à entrevista, feito, portanto, durante sua transcrição; Lá é muito bom [programa]\*! = \* acréscimo feito pelo entrevistado, não consta na gravação;

